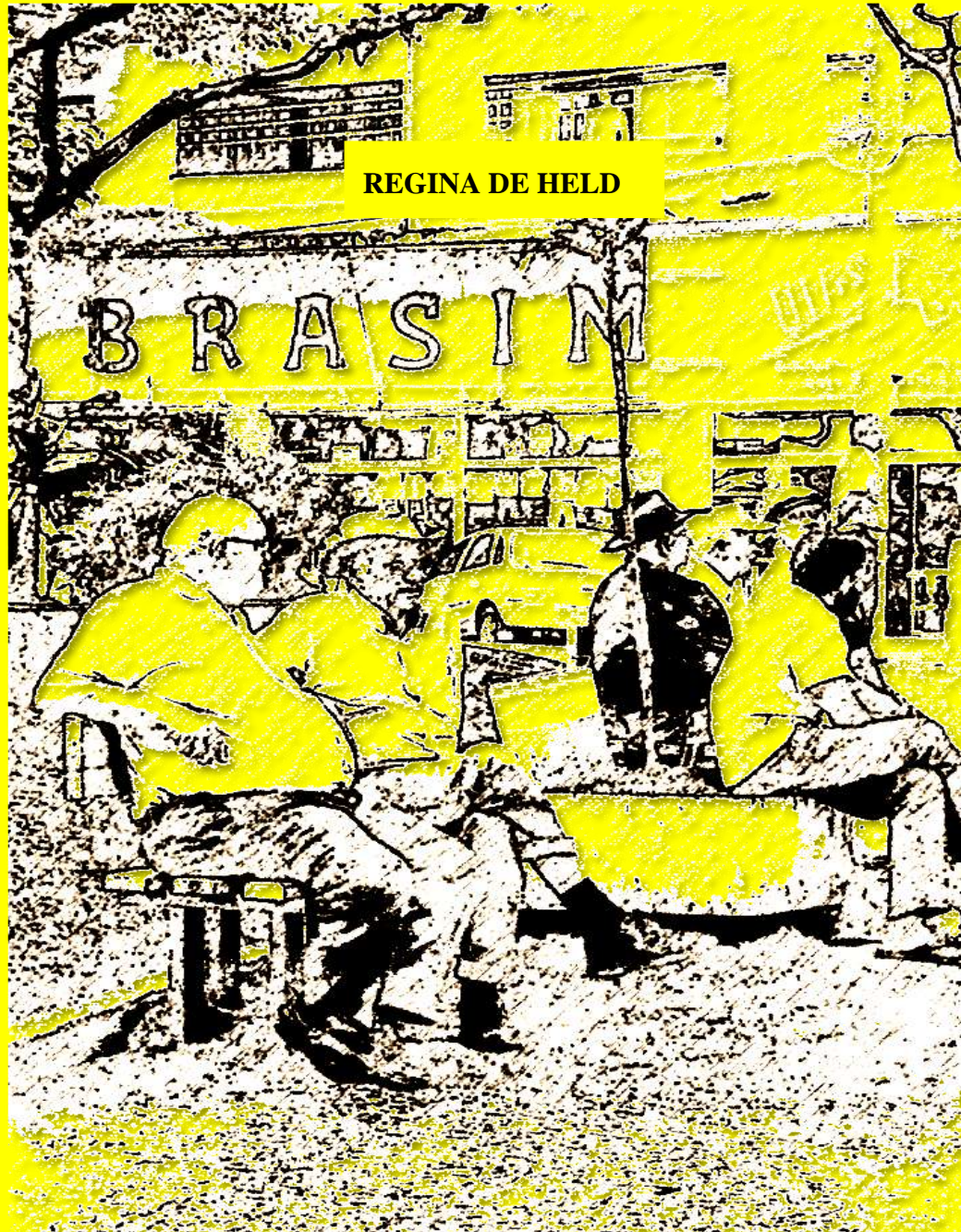


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**A NARRATIVA PRESERVACIONISTA DA PAISAGEM HUMANA DA  
PRAÇA ARTHUR THOMAS NA CIDADE DE UMUARAMA-PR**

MARINGÁ-PR

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REGINA DE HELD

**A NARRATIVA PRESERVACIONISTA DA PAISAGEM HUMANA DA  
PRAÇA ARTHUR THOMAS NA CIDADE DE UMUARAMA-PR**

MARINGÁ-PR  
2013

REGINA DE HELD

**A NARRATIVA PRESERVACIONISTA DA PAISAGEM HUMANA DA  
PRAÇA ARTHUR THOMAS NA CIDADE DE UMUARAMA-PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis

Coorientadora: Profa. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira

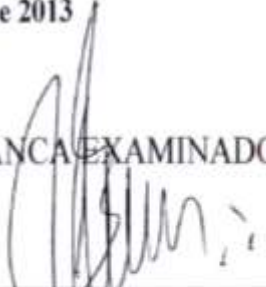
MARINGÁ-PR  
2013

A NARRATIVA PRESERVACIONISTA DA PAISAGEM HUMANA DA PRAÇA  
ARTHUR THOMAZ NA CIDADE DE UMUARAMA - PR

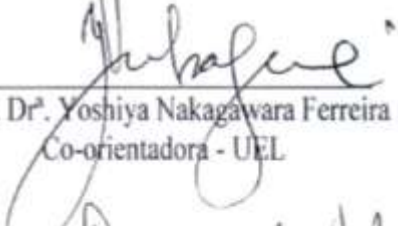
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de  
Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia,  
área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha  
de pesquisa Análise Ambiental.

Aprovada em 17 de dezembro de 2013

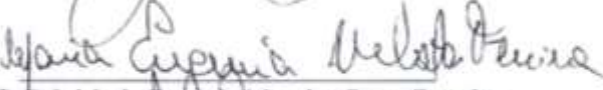
BANCA EXAMINADORA



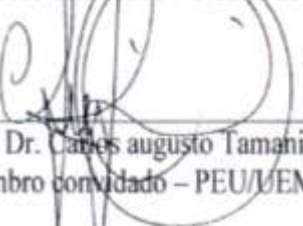
Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis  
Orientador - PGE/UEM




Prof. Dr. Yoshiya Nakagawara Ferreira  
Co-orientadora - UEL



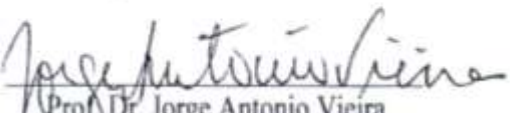
Prof. Dr. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira  
Membro convidado - PGE/UEM



Prof. Dr. Carlos Augusto Tamanini  
Membro convidado - PEU/UEM



Prof. Dr. Richard Hugh Bente  
Membro convidado - UNIPAR - Francisco Beltrão



Prof. Dr. Jorge Antonio Vieira  
Membro convidado - UNIPAR - Umuarama

H474n Held, Regina de.

A narrativa preservacionista da paisagem humana na praça Arthur Thomas na cidade de Umuarama - Paraná /Regina de Held. – Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2013.

248 f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis.  
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá – UEM.

1. Arquitetura. 2. Geografia humana. 3. Praças. 4. RACs – Relações do ambiente construído e o comportamento humano. 5. Memória urbana. 6. Paisagem cultural. 7. Patrimônio cultural. I. Universidade Estadual de Maringá – UEM. II. Título.

(21 ed) CDD: 711.55

*Dedico esta pesquisa aos meus amados pais e minha madrinha (in memoriam), primeiros e principais mestres na arte de amar, observar e experimentar, aos meus filhos, Carolina e Luiz Henrique, e ao Fuzil pela compreensão relativa às trajetórias de busca para as nossas realizações.*



## AGRADECIMENTOS

*Ao Pai eterno, silenciosamente presente e acolhedor;  
Ao sábio e paciente mentor Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De  
Angelis, pela orientação, pessoa que aprendi a conhecer e  
admirar profundamente durante este período;  
À Profa. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira, por contribuir na  
transferência do vasto conhecimento sobre as abordagens desta  
pesquisa, grande companheira dos momentos difíceis;  
Aos professores do Programa de Doutorado e à secretária  
Miriam, pelos conhecimentos transmitidos e pela dedicação;  
Ao Programa de Capacitação Docente da UNIPAR, pelo investimento  
para o desenvolvimento da pesquisa – em especial, ao apoio dos  
diretores Claudemir e Giani;  
Ao Fuzil, grande companheiro, à minha querida Ló, aos meus  
irmãos Deise, Denise, Osmar e Rosani, por serem presentes em  
minha vida;  
Aos amigos e companheiros na docência, em especial a  
Alexandra, Carine, Caroline, Cesar, Elis Magna, Karina,  
Marcelo, Marquinhos, Maurício, Michelle, Paulinha, Rodrigo,  
Roselaine, Silvana e Wanda, por acreditar e incentivar-me;  
Aos meus deuses e deusas guardiões da Luz Hygeia:  
Dr. Aparecido (Cidão), Candida, Daniela e Dra. Helia;  
E a todos que direta ou indiretamente contribuíram e apoiaram  
na realização desta pesquisa.*

A ciência adotou a praça, mas a governança municipal não adotou a ciência.

*Mudar o mundo não basta. Ainda assim, façamos isso. E, afinal, essa mudança acontece mesmo sem a nossa colaboração. O nosso dever é também interpretá-la. E isso, precisamente, para mudar a mudança. A fim de que o mundo não continue a mudar sem nós e que, por fim, não se mude um mundo sem nós.*

Anders Günther

Esta escrita não humanizará a visão de mundo implícita no revivalismo dos planos de modernização novecentistas ainda implantados nos espaços livres públicos de cunho segregacionista. Mesmo assim, é possível mudarmos a forma de compreender o nosso *imago mundi* e do *ser-em-nós* sociedade.

Entre as centelhas de poder resultantes dessa postura revolucionária, existe este manifesto preservacionista dos valores socioespaciais das culturas populares, representativo de uma pequena praça interiorana.



## RESUMO

A pesquisa partiu da possibilidade de revelar os traços identitários de uma urbanidade por meio de uma praça, o que permitiu olhar o mundo a partir dos homens que nela se encontram e realizar uma ontologia existencialista centrada numa praça. A síntese das relações sociocomportamentais compreende os grupos de usuários da Praça Arthur Thomas, na cidade de Umuarama, região Noroeste do Estado do Paraná, Brasil. O interesse sobre o potencial narrativo dessa paisagem humana surgiu do estudo das estruturas morfológicas de três das cidades regionais planejadas por companhias de colonização. A mediação identitária entre as tais cidades consentiu identificar esse ponto geográfico convergente que conserva as raízes do processo civilizatório da segunda metade do século XX. No cenário, foi proposta a analítica reconstrução do seu *genius loci*, em defesa dos valores preservacionistas, onde se desenvolve uma antropologia urbana. A aparente afasia topofílica e a erosão sociopolítica do mundo pós-moderno são fenômenos universais relacionados ao despertamento coletivo às praças. Os *constructos* teóricos indicaram que o fenômeno praça é uma expressão cultural do *ethos*, inexistente sem a permanência comunal e os valores estéticos e poéticos de arte pública. A interpretação genealógica da praça comprova que o seu *genius loci* é produto da relação entre: o universo dionisíaco preservado na memória festiva do núcleo central de colonização (*marco zero*), da atividade de intermediação comercial informal e escambo do grupo Picaretas, desde 1950, e do lugar de formação de opinião política (Boca-Maldita), instituído após o fim da ditadura militar e transcendente ao Bar Carioca, situado em frente à praça. Desse modo, sucessivas reconstruções sígnicas, apresentadas em cinco estruturas analíticas, sobreporão tempos passados ao presente. Os fenômenos Boca-Maldita e *Pedra* estão em processo de ocultação, desde 2009. As formas de apropriação e pertencimento socioespacial da praça foram atestadas em método próprio, o Método Analítico das Inter-relações e do envolvimento Socioespacial em Praças (MISP), a partir da *des* e reconstrução do Método da Grade de Atributos (MEGA). O objetivo do método é propor uma nova forma de interpretar o homem e a construção do seu espaço. As análises resultam da comparação dos dados obtidos, em campo, entre 2008/2009 e 2011/2012. No exposto, a teatralidade da praça externa à atual transição semântica, resgatar o seu *genius loci* e reterritorializá-la parte da conciliação entre os mundos público e privado e da valorização da memória na imaginação criadora e constitutiva da sua *praceidade*, premissa para a reconfiguração da praça no imaginário coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Praças; Geografia Humana; Arquitetura e Urbanismo; Paisagem e memória urbana; Patrimônio cultural edificado; Relações do Ambiente Construído e do Comportamento Humano (RAC).

## ABSTRACT

The research started from the possibility to reveal the identity traces of urbanity through a square, which allowed looking at the world through the men that are found there and perform an existentialist ontology centered in a square. The synthesis of socio-behavioral relations includes the groups of users of Arthur Thomas Square, in the city of Umuarama, Northwestern region of the State of Parana-BR. The interest on potential work of this human landscape has emerged from the study of morphological structures of three regional towns planned by colonization's company. The identity mediation between them, has allowed us to identify this geographic point converged that retains the roots of the civilizing process of the second half of the 20th century. In the scenario was proposed to analytical reconstruction of his genius loci, in defense of the values Preservation policies, where it develops an urban anthropology. The apparent aphasia topofilica and sociopolitical erosion of the post-modern world are universal phenomena related to no belonging collective the squares. The theoretical constructs indicated that the phenomenon square is a cultural expression doethos, does not exist anymore without the permanence communal and the aesthetic values and poetic public art. The interpretation of genealogical square proves that your genius loci is a product of the relationship between: the universe dionisiaco festive preserved in memory of the central nucleus of colonization (Marco zero); the activity of commercial intermediation and informal barter group of Shovels, since 1950, and the place of formation of political opinion (Boca-Maldita), established after the end of the military dictatorship and transcendent to Bar Carioca, located in front of the square. This follows successive reconstructions signic, presented in five analytical structures, will overlap times past to present. The phenomena Boca-Maldita and Stone are process of concealment, since 2009. The forms of appropriation and belonging socio spacy the square were attested in own method, the MISP (analytical Method of Inter-relations and the Socio spatial involvement in Squares) from the des and reconstruction of MEGA-Grid Method Attributes. The purpose of the method is to propose a new way of interpreting the man and the construction of your space. The analyzes resulting from the comparison of the data obtained in the field, between 2008/2009 and 2011/2012. The theatricality of the square outside the current transition semantics. On these facts, remap this historic square, part of the conciliation between the public and private worlds and the enhancement of memory in creative imagination and constitutive of pracedade, premise for the reconfiguration of square in collective subconscious.

Keywords: Squares; Human Geography; Architecture and Urbanism; Landscape and memory; Urban cultural heritage built; RACs - Relations of the Built Environment and Human Behavior.

## FIGURAS

Figura 1 Síntese teórica abrangente à teoria dos lugares.....	30
Figura 2 Síntese representativa e sígnica da Praça Arthur Thomas.....	37
Figura 3 Localização da Praça Arthur Thomas no Município de Umuarama-PR.....	38
Figura 4 Hieróglifo de <i>niwt</i> e Mapa Mundi de Isodoro de Servilha (XII d.C).....	64
Figura 5 Esquema de organização físico espacial de Atenas em V a.C.....	106
Figura 6 Síntese comparativa dos modelos metodológicos MEGA e MISP.....	115
Figura 7 Síntese analítica de identificação do perfil dos usuários que permanecem ou passam pela praça.....	120
Figura 8 <i>Piazza d'I</i> Representação da Malha MEGA/MISP.....	122
Figura 9 As três células do MEGA por Bins Ely (1997), Macedo (2003) e Held Silva (2009).....	124
Figura 10 Matriz de tabulação de dados.....	126
Figura 11 Localização do Bar Senadinho, Umuarama-PR.....	133
Figura 12 Projeção de sombra período matutino – elevação.....	133
Figura 13 Projeção de sombra no período matutino, dados percentuais das permanências dos usuários da praça em 2008/2011/2012.....	134
Figura 14 Projeção de sombra no período vespertino, dados percentuais das permanências dos usuários da praça em 2008/2011/2012.....	135
Figura 15 Fachada do Bar Senadinho, Umuarama-PR ao entardecer.....	136
Figura 16 Corte longitudinal da Praça Arthur Thomas.....	138
Figura 17 Esquema de localização do Estado do Paraná, os três Nortes e as quatro cidades-polo regional.....	141
Figura 18 Escritório sede da CODAL (1953).....	143
Figura 19 Recepção da imigração oriental, Cidade de Alto Paraná-PR (1953).....	143
Figura 20 Primeira carta do Município de Umuarama-PR (1956).....	149
Figura 21 Mapa hipsométrico da cidade de Umuarama-PR.....	150
Figura 22 As praças no traçado inicial (1956).....	151
Figura 23 Estudo tipo-morfológico de praças, T1 redonda conformada por uma única via – subtipo 1a.....	152
Figura 24 Estudo tipo-morfológico da Praça Arthur Thomas, quadrada conformada por uma única via.....	152
Figura 25 Vista da Praça Arthur Thomas.....	152
Figura 26 Síntese do diagnóstico de traçado da cidade de Umuarama-PR.....	153
Figura 27 Mapa de expansão urbana por década do Município de Umuarama-PR.....	157
Figura 28 Faixa de baixa densidade a partir da Praça Miguel Rossafa, da Av. Paraná..	161
Figura 29 Conjunto edificado – paisagem vista da Av. Paraná e Rua Arapongas.....	162
Figura 30 Conjunto edificado – paisagem vista da Av. Paraná.....	162
Figura 31 Cenas do cotidiano da Praça Arthur Thomas.....	163
Figura 32 Boca-Maldita: vista da calçada em frente ao Bar Carioca (2009).....	164
Figura 33 Abertura da mata, CODAL (1953).....	167
Figura 34 Assentamento provisório, CODAL (1953).....	167
Figura 35 Croqui da implantação do traçado da cidade de Umuarama-PR (1953).....	172
Figura 36 Hasteamento da Bandeira (1955).....	172
Figura 37 Entrepósito de transporte (1954-1956).....	172
Figura 38 Estrada aberta pela Cia. de Colonização SuemitsuMiyamura & Cia Ltda.....	173

Figura 39 Padrão construtivo no período de colonização regional.....	173
Figura 40 As construções ao redor da Praça Arthur Thomas (1952).....	173
Figura 41 Mapa de avaliação da evolução urbana no perímetro ao redor da praça (1953 /1960).....	175
Figura 42 Evolução do processo de ocupação por lote (1953/1970), dos 182 lotes no raio de 300 m ao redor da praça.....	178
Figura 43 Padrão de desenho previsto para as praças por Wladimir Babkov (1956).....	178
Figura 44 Homenagem dos imigrantes japoneses ao 7º aniversário do Município de Umuarama-PR (1962).....	178
Figura 45 Vista aérea da Praça Arthur Thomas (1965).....	179
Figura 46 Mobiliário urbano da praça em 1965.....	180
Figura 47 Mapa de avaliação da evolução urbana no perímetro ao redor da Praça Arthur Thomas (1953/1989).....	181
Figura 48 Cena urbana na Praça Arthur Thomas (1968).....	181
Figura 49 Evolução do processo de ocupação por lote no período entre (1953/2013)...	182
Figura 50 Mapa de avaliação da evolução urbana no perímetro ao redor da Praça Arthur Thomas (1953/2013).....	182
Figura 51 O ícone Curumim – programas municipais de preservação ambiental.....	186
Figura 52 Questionário semiaberto aplicado em 2011 e 2012.....	192
Figura 53 Síntese das simbolizações da entrevistas não estruturadas 1ª Fase do MISP.	193
Figura 54 Síntese das significações dos usuários entrevistados na Praça Arthur Thomas (2007/2008).....	196
Figura 55 Síntese da questão número três da pesquisa de opinião sobre a praça (2011/2012).....	197
Figura 56 Malha, indicação dos percentuais de usuários em permanência nas estações e manchas em 2008/2009 e 2011/2012.....	202
Figura 57 Gráfico da grade comportamental de permanência e percentagem de usuários, por período de observação em 2008/2011/2012.....	203

## TABELAS

Tabela 1	Parâmetros de ruído proveniente da densidade de tráfego.....	130
Tabela 2	Síntese da direção dos ventos predominantes no Município de Umuarama-PR.....	137
Tabela 3	Relação populacional entre o campo e a cidade do Município de Umuarama-PR.....	142
Tabela 4	Síntese dos percentuais em áreas de praças previstos nos traçados iniciais das cidades polo e dos níveis médios altimétricos.....	146
Tabela 5	Síntese das áreas de praças em m <sup>2</sup> /hab. previstas originalmente para os núcleos polares urbanos da CTNP e CMNP.....	147
Tabela 6	Análise comparativa das áreas de praças por hab. previsto na colonização pelas CTNP e CMNP no Município de Umuarama-PR.....	155
Tabela 7	Crescimento populacional e espacial do Município de Umuarama-PR por década.....	155
Tabela 8	Relação de permanências e fluxos na Praça Arthur Thomas.....	199
Tabela 9	Perfil dos usuários da praça classificados por gênero e faixa etária abaixo de 30, entre 31 e 60 e com mais de 61 anos de idade.....	200
Tabela 10	Classificação das permanências e fluxos por gênero nos períodos de observação de (2008/2011/2012).....	200

## QUADRO

Quadro 1	Síntese das quatro etapas do método analítico.....	42
Quadro 2	As cinco praças: síntese das fases na análise genealógica da Praça Arthur Thomas.....	44
Quadro 3	As categorias analíticas da semiótica.....	55
Quadro 4	Binários analíticos mediadores.....	111
Quadro 5	Síntese processual do MISP.....	112
Quadro 6	Nomenclatura do MISP para a definição das grades de atributos comportamental e físico-ambiental.....	119
Quadro 7	Síntese da Tríade Vitruviana aplicada à escala analítica dos tecidos e lugares urbanos.....	160

## SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
APEC	Associação Paranaense de Educação e Cultura
APO	Avaliação Pós-Ocupação
APUR	Ateliê Parisiense de Urbanismo
CAD	<i>Computer Aided Design</i>
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COBRINCO	Companhia Brasileira de Imigração e Colonização
CODAL	Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EDRA	<i>Environmental Design Research Association</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEGA	Método da Grade de Atributos
MISP	Método analítico das Inter-Relações e do envolvimento Socioespacial em Praças
NHE	Natureza, Homem e Economia
PADIS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
PDMU	Plano Diretor Municipal de Umuarama
PEU	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POR	Plano de Ocupação Regional
QUAPÁ	Quadro do Paisagismo no Brasil
RAC	Relação do Ambiente Construído e do Comportamento Humano
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SAS	<i>Statistical Analysis Sistem</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNIPAR	Universidade Paranaense



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
Núcleos centrais dos constructos: o evento, o devir e a intencionalidade.....	27
Condicionantes analíticas.....	33
Objetivos geral e específicos.....	39
A estrutura da pesquisa.....	40

### **CAPÍTULO I - A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E O ESPAÇO VIVENCIAL**

#### **PARTE I - A PRAÇA NA DIMENSÃO ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA**

<b>1.1 Manter a lâmpada acesa: A praça na dimensão ontológica, epistemológica e metodológica</b> .....	<b>47</b>
1.1.1 Os mitos da Torre de Babel e da Caixa de Pandora.....	49
1.1.2 A ciência dos signos: do método filosófico de Husserl à semiologia e semiótica	53
1.1.3 O evento e o devir no universal de praças.....	57

#### **PARTE II - A CARNE E A PEDRA: ANÁLISES SOCIOAFETIVAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO**

<b>1.2 O <i>imago mundi</i> e a geografia pública</b> .....	<b>65</b>
1.2.1 As práticas modernizadoras e as <i>gentrificações</i> .....	69
1.2.1.1 <i>As políticas públicas de gentrificação</i> .....	72
1.2.2 O universal de praças em <i>poiéses</i> .....	75
1.2.3 O universal de praça entre o caráter pictórico e a identidade social.....	80
1.2.4 O <i>Devir-Urbes</i> e o <i>Genius loci</i> .....	83

### **CAPÍTULO II - A CARNE ESTÁ ALÉM DA PEDRA**

#### **PARTE I - A INTERLIGAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ENTRE A MORFOLOGIA URBANA E A GEOGRAFIA DA CIVILIZAÇÃO**

<b>2.1 A construção de uma paisagem humana</b> .....	<b>88</b>
2.1.1 A geografia da civilização e a morfologia urbana.....	89
2.1.1.2 <i>Desenho, tipologia e morfologia urbana</i> .....	91
2.1.2 A geografia humana e o desenho urbano.....	93

#### **PARTE II – A LIÇÃO**

<b>2.2 O <i>Arqué</i> das praças</b> .....	<b>96</b>
2.2.1 As lições de uma praça: Uma hermenêutica da praça na interpretação dos signos.....	98
2.2.2 A primeira lição: a ágora <i>isegoria</i> e a ágora <i>nomós</i> .....	100
2.2.2.1 <i>Pégaso: o conceito de liberdade e democracia na praça isegoria</i> .....	103

2.2.2.2. A ágora nomós.....	104
-----------------------------	-----

## **CAPÍTULO III- AS FUNDAMENTAÇÕES E PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **PARTE I – ENTRE A DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MÉTODO ANALÍTICO DA PRAÇA**

<b>3.1 Do MEGA para o MISP.....</b>	<b>109</b>
3.1.1 A estrutura do MISP.....	111
3.1.1.1 A origem do MEGA no estruturalismo.....	112

### **PARTE II - O MÉTODO ANALÍTICO DAS INTER-RELAÇÕES E DO ENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL EM PRAÇAS**

<b>3.2 As fases do MISP .....</b>	<b>116</b>
3.2.1 Primeira fase: a semiologia na intertextualidade analítica.....	116
3.2.2 A Segunda fase: entre o potencial discurso e as espacialidades na movimentação dos corpos.....	118
3.2.3 O Método da Grade de Atributos, MEGA/MISP.....	119
3.2.4 A definição das células MEGA/MISP.....	123
3.2.5 A redução Transcendental.....	127

### **PARTE III – ANÁLISE AMBIENTAL**

<b>3.3 Os aspectos ambientais: parâmetros de avaliação e as sensações de conforto dos usuários da praça.....</b>	<b>129</b>
3.3.1 Parâmetros e avaliação do ruído na praça.....	129
3.3.2 O sombreamento das árvores.....	132
3.3.3 As sensações de conforto vinculadas aos ventos predominantes.....	137

## **CAPÍTULO IV – A PAISAGEM HUMANA**

### **PARTE I – O CENÁRIO DAS PRAÇAS DAS COMPANHIAS CTNP E CMNP**

<b>4.1 As origens do <i>genius loci</i> da Praça Arthur Thomas.....</b>	<b>140</b>
4.1.1 Entre a localidade urbana e a paisagens cênicas das praças planejadas pela CTNP e CMNP.....	140
4.1.2 A herança hierárquica dos ambientes livres públicos nos traçados urbanos das Companhias CTNP e CMNP.....	143
4.1.3 O estudo tipo-morfológico da Praça Arthur Thomas.....	148

### **PARTE II - AS CINCO PRAÇAS E O BAR CARIOCA**

<b>4.2 A narrativa genealógica da praça a partir dos cinco desenhos.....</b>	<b>158</b>
4.2.1 Uma a praça, uma sala de estar.....	164
4.2.2 O <i>Genius Loci</i> entre o ideário colonizador.....	166
4.2.3 As contrariedades entre o aspecto festivo e a exclusão socioespacial na praça....	168

4.2.4	O <i>Genius Loci</i> da Praça na origem do Largo ou Terreirão (1951/1965).....	175
4.2.5	A praça ajardinada de romantismo eclético projetada por Wladimir Babkov.....	175
4.2.6	A praça ajardinada do engenheiro civil Lúcio Antonio Thomaz (1965/1987)....	178
4.2.7	A Praça pós-moderna na releitura dos padrões de modernidade de José Carlos Spagnuolo 1988.....	182
4.2.8	O <i>slogan</i> : terra de prosperidade - a cidade onde os amigos se encontram.....	185
4.2.9	A historicidade do bar e o surgimento do fenômeno Boca-Maldita.....	186
4.2.10	A analogia entre o Bar Carioca e o Bar Vesúvio de Jorge Amado.....	188

## **CAPÍTULO V - A GENEALOGIA PRESERVACIONISTA DA PRAÇA ARTHUR THOMAS**

### **PARTE I – A ANÁLISE SOCIOCOMPORTAMENTAL**

<b>5.1</b>	<b>As análises interpretativas.....</b>	<b>191</b>
5.1.1	As simbolizações dos usuários da praça.....	195
5.1.2	As variáveis da Grade de Deslocamento.....	198
5.1.3	A <i>praceidade</i> entre os fenômenos identitários da Praça/Bar Carioca.....	204
5.1.4	A Boca-Maldita e a circulação dos poderes na linguagem habermasiana.....	206
5.1.5	A Praça Arthur Thomas hodierna sem a Boca-Maldita.....	209
5.1.6	Alienação e a destituição do território de coesão da esfera pública da <i>Boca/Pedra</i> .....	212
5.1.7	A praça diante da transição de pertencimento e negação do território.....	213
5.1.8	A preservação do patrimônio humano da praça.....	215
5.1.9	A fase pré-configuracional do projeto de remodelação da praça.....	217
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>223</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>230</b>

..

## INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

A polis se reconstrói no redescobrir humano. Ela consiste na mais complexa e incompleta realização humana e apresenta infinitas formas de ser existencial ao homem. Sennett (1988, p. 324) completa essa reflexão ao afirmar que “A geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civilidade”. Por civilidade entende a forma de “[...] tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social. A cidade é o estabelecimento humano no qual os estranhos devem [...] se encontrar” (SENNETT, 1988, p. 323).

A coesão social propicia esse contínuo reconstruir humano e urbano, abrange o velho e o novo mundo. Sob a influência dos fenômenos nas escalas global e local e entre demolições e reconstruções, as centralidades urbanas assumem novas configurações sobrepostas aos antigos tecidos morfológicos. Irrestrito ao universo intangível do cotidiano, esse reconstruir é impactado pela fragmentação do indivíduo moderno. Segundo Giddens (1991, p. 21):

Nos anos 1960, [...] as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana.

A fragmentação é produto da crise de identidades (HALL, 2006). Entre os confrontos e questionamentos identitários a humanidade busca sucessivamente reinventar-se diante do distanciamento social. Os espaços livres públicos são espelhos dessa crise de identidade. Reconstituir a visibilidade das ações na vida pública é acreditar na essência urbana em civitas e, acreditar, ainda, que os laços sociais sejam reatados pelo interesse mútuo do bem comum ou, “[...] então, como semente de liberdade [...]” (SANTOS, 1994, p. 53) cultivada no imaginário coletivo.

Os poderes necessários para que a cidade se reconstrua sobre si mesma são atribuídos ao imaginário coletivo e devem ser analisados na teoria das possibilidades. Intuir esse ideal utópico conduziu a construção da tese.<sup>1</sup> Defendê-la demanda manter a lâmpada epistemológica acesa e transcender das investigações ontológicas à crítica social para iluminar

---

<sup>1</sup>Teorizar é estabelecer meios a uma razão possível comum às incertezas e o inusitado do mundo contemporâneo. Reafirma Morin (1996a, p. 168): “A razão não é totalmente racionalizável [...], assim as teorias sobre os fenômenos urbanos devem ser orientadas pelas leis fundamentais que exprimem as possibilidades, não as mais certezas”.

os ideais revolucionários e o bem viver coletivo.

Esta é uma narrativa sobre os valores socioculturais identitários de uma pequena praça central, com 2.116,34 m<sup>2</sup>, em cidade de porte médio. Existe relevante normalidade nesse fenômeno, pois o território nacional é composto por 94,91% de municípios com até 100.000 habitantes (IBGE, 2013), entre pequeno e médio porte, que contêm lugares de intensa significação sociocultural. Vários desses lugares são praças, as quais são “[...] muito mais que simples espaços que se alteram no tempo, são coisas humanas por excelência” (ZEVI, 1978, p. 115).

A somatória dos tempos urbanos pode ser narrada em um lugar, onde as significações tempo/espaço, encaixados ou não, são construções socioculturais de complexas teias sógnicas, produto das vivências no cotidiano. Essas vivências estão centradas na materialidade do mundo, algumas assumem valor patrimonial e criam zonas de contato, conflitos e transformações sociais.

Assim, as praças de centralidade se apresentam como NÓS<sup>2</sup> referenciais. A praça-nó é o lugar da teia onde as linhas que compõem as cadeias semânticas se tocam. Essa metáfora insere a ideia de aceleração temporal pós-fordista, um desdobramento das sobreposições temporais e espaciais no acúmulo sógnico descontínuo. Assim, a sociedade especializa as temporalidades e os espaços guardam as características dos tempos vividos no patrimônio construído e na singularidade dos tecidos urbanos.

A diversidade dos tempos, materializada no patrimônio construído, estimula a percepção humana, amplia o envolvimento homem/ambiente e, o pertencimento social e perpetua os traços da cultura local. Dessa forma, o ambiente urbano (re)produz os NÓS de temporalidades, espacialidades e significações de intensa subjetividade e complexidade de leituras. A complexidade é ampliada na mesma proporção da intensidade de vivências tempo/espaço percebido nos fenômenos<sup>3</sup> (GIDDENS, 1991).

<sup>2</sup> A palavra NÓ poderá impor sobre o lugar o conjunto complexo de significados culturais. Refere-se à forma como a sociedade cria e usa o(s) signo(s). Conota o sentido de interpretação de um fato lido conforme o contexto, em que se enquadra, e permite que sejam estabelecidos padrões absorvidos de forma despercebida.

<sup>3</sup> O fenômeno é consciência, enquanto fluxo temporal de vivências e cuja peculiaridade é a imanência e a capacidade de outorgar significado às coisas exteriores (HUSSERL, 1996a). É uma ciência rigorosa, que se dá pela descrição da estrutura específica do fenômeno e diz que o objeto é apreendido, em sua relação com a consciência que é sempre consciência de alguma coisa. As essências ou significações (*noemas*) são objetos visados pelos atos (*noesis*) intencionais da consciência. Portanto, o mundo é o que se apresenta espontaneamente a nossa consciência, é um ato intencional e sua essência é pura intencionalidade (CHAUÍ, 2000). Essa descoberta é de Kant (2004) e permitiu a Husserl (2006) denominar a ação cognoscitiva de mundo vivido e dar início ao método da redução *eidética* e transcendental do ser-ao-mundo. Essa ideia está presente em quase todos os manuscritos teóricos de Husserl (2006), nos quais indicam-se fenômenos *noéticos*, pois a realidade, tal como é, em essência é incognoscível, ou seja, é impossível conhecê-la. Será possível conhecer o modo como aparece

Entre os parâmetros analíticos, a pesquisa indica que, tal como a polis, a praça não vive de ou para a sua dimensão material, mas vive de e para a sua dimensão propriamente humana inserida numa ordem lógica, noética e espiritual. Portanto, não é fundamentalmente material, mas espiritual, na busca por preencher-se de significado social.

De valor patrimonial, o objeto de investigação surgiu do entendimento de que o planejamento do centro comercial, ordenado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), a partir de 1950, tem a praça como marco inicial de urbanização. Tal praça é denominada Praça Arthur Thomas em homenagem ao sócio-gerente que participou do planejamento da cidade de Umuarama-PR.

O universo investigativo da pesquisa conduziu à narrativa crítica dessa praça-nó, de centralidade, que consiste num ambiente rico em vivências e território passivo de investigação sociocomportamental. Vale enfatizar que a ausência de práxis cega a teoria, os constructos formulados buscam revelar o que está oculto na teia e alcançar a essência do NÓ, uma relação de mão dupla entre as estruturas socialmente objetivadas e as estruturas incorporadas pelos habitus (BOURDIEU, 1996).

O NÓ pertence à textualidade multirreferencial e consiste em um objeto analítico de inter-relação entre as percepções espaciais, de função psicossocial, e as formas de envolvimento intencional com o espaço social. Esses fenômenos guardam a reciprocidade entre os valores socioculturais materializados nos ambientes urbanos, ou seja, os habitus são “[...] conjunto de relações históricas depositadas nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, de apreciação e de ação” (BOURDIEU, 1996, p. 24-25).

A encenação do ethos surge quando o espaço sedia o habitus e dá vazão às representações cotidianas. Nesse universo, estão estruturadas as obras dos sociólogos Maffesoli (1998), Bourdieu (1996) e Giddens<sup>4</sup> (1991). A teatralidade reúne os traços

---

(fenômeno), visto que o modo de aparecimento não depende só do mundo externo, mas do sujeito. Portanto, as coisas jamais serão conhecidas em si (*noumeno*), mas como elas nos aparecem (CHAUÍ, 2000). O método capacita teorizar os fenômenos, ou seja, aquilo que se apercebe como parte do mundo aberto (transcendental) e compõe a irrealidade construída na prática do conhecimento. Trata-se de uma ação híbrida, um misto de irrealidade e de realidade, ambas mediadas entre os fenômenos díspares que na pós-modernidade embasaram a teoria das diferenças (DERRIDA, 2002a e 2008).

<sup>4</sup> Os *habitus*, para Giddens (1991) são sistemas flexíveis em constante reconstrução, não representam a sedimentação das vivências socialmente constituídas, mediam o presente para definir a realidade nas transformações da modernidade. Portanto, pressupõem a sensibilidade reflexiva encontrada na vida cotidiana para realizar as mediações simbólicas. Para Bourdieu e Wacquant (1992, p. 101): “O habitus é uma subjetividade socializada [...]”, dá vazão ao surgimento de esquemas capazes de conciliar a oposição aparente entre as realidades exteriores e está estruturada no mundo social (objetivo) com as realidades individuais (subjetivas). Assim os *habitus* atuam como *estruturidade* e, desse modo, um sistema de estrutura subjetiva inconsciente



psicossociais<sup>5</sup> definidores da identidade cultural. A continuidade temporal permitirá que assumam valor patrimonial, urbano e/ou rural de conotações imateriais ou iconográficas sobre o patrimônio arquitetônico monumental ou vivencial.

É possível concluir que para Giddens (1991) e Bourdieu (1996) os *habitus* são orientadores funcionais do agir cotidiano diante das transformações espaciais no ambiente urbano hodierno. Essas transformações são classificadas por Bourdieu (1996) sob três critérios: as redefinições das noções de tempo e espaço; os mecanismos de desencaixe espaço/tempo e o fenômeno da reflexividade. Esse último transita entre o repertório de códigos comuns do cotidiano ao conjunto de esquemas culturais simbólicos na dialética entre a exterioridade e a interioridade das pessoas, pensamento comum às teorias sociais de Arendt (1997)<sup>6</sup>.

As teorias sobre os comportamentos sociais partem das novas relações temporais, nas quais, segundo Prigogine (1996, p. 12), “Não somos nós que geramos a flecha do tempo. Muito pelo contrário, somos seus filhos”. Como filhos, para obedecer ao devir temporal, é necessário reconhecermos os tempos tematizados na expressão dos eventos e identificarmos os fenômenos associados à somatória dos tempos vividos e contidos na memória coletiva.

Conforme Santos (1999, p. 15): “O evento permite unir o mundo ao lugar: a história que se faz e a história já feita; o futuro e o passado que aparece como presente. O presente é fugaz e sua análise se realiza sempre a partir de dois polos: o futuro como projeto e o passado como realização já produzida”. O estudioso afirma ainda que:

[...] é como se o evento amarrasse essas diversas manifestações do presente, unificando esses instantes atuais através de um verdadeiro processo químico em que os elementos perdem suas qualidades originais para participar de uma nova entidade que já aparece com suas qualidades” (SANTOS, 1996, p. 155).

Os recortes analíticos dos tempos vivenciados são definidos pelas mudanças em devir dos eventos. Entende-se por evento aquilo que pode ser tematizado e permite diferenciar os tempos na prática discursiva e conotar a expressão e o simbolismo ao mundo de valores compartilhados. Os temas surgem na alteridade entre o comportamento social (externo),

---

formalizada pela experiência prática, em resposta às condições sociais existenciais.

<sup>5</sup> A reciprocidade da constituição espacial/psicossocial está no kantismo e compreende as categorias do conhecimento a partir das quais é possível estabelecer relações de mútua interferência entre a objetivação espacial e a identidade do mundo próprio. Envolver e pertencer são signatos simultâneos quando percebidos no espaço de forma complementar, interativa e constitutiva. Portanto, como resultante o espaço possuirá legibilidade, para ser um produto social, interferindo na identidade do sujeito.

<sup>6</sup> Para Arendt (1997), as ações sociais se aproximam conceitualmente ao *habitus*. O conceito difere para Chauí (2000), que o associa à repetição do comportamento social, não à ação social; nessa perspectiva a associação de ideias sobre o mundo coletivo, seja por semelhança, seja por diferença, está na causalidade.

produto da imaginação reprodutora, e podem ser representativos das elites (entre ideologias, mitos e ritualísticas para estabelecerem o controle social) ou surgir da ação social (interna e consciente) na intencionalidade das ações socioculturais, éticas e políticas, movidas pela imaginação criadora.

Essas ações se manifestam no espaço de visibilidade social e assumem relevância identitária decorrente das formas de apropriação física dos grupos sociais, independentemente dos fatores que levaram à apropriação. Assim, ações tematizam espaços e os espaços assumem valores funcionais e simbólicos temporais.

Diante do exposto, o evento é o desdobramento das ações humanas que dão existência aos espaços e visibilidade às ações e/ou aos comportamentos sociais, na somatória ou sobreposição temporal. As praças contemporâneas são a real expressão do comportamento social pós-moderno, o que impossibilita sua compreensão objetiva<sup>7</sup>.

As obras citadas permitem concluir que existe uma relação ímpar entre a produção cultural do habitus e dos territórios a este associados. A transferência cultural entre gerações consente a existência do habitus, mas não garante a preservação do território. A preservação do habitus envolve duas esferas, a pública e a privada. Quando os eventos ocorrem descontinuamente na movimentação sîgnica, o distanciamento (vazio) entre as duas esferas provoca o deslocamento entre a localidade e a temporalidade, surge, então, a desterritorialização temporária.

Avaliar o território de uma praça requer conhecer as ordens dos discursos entre os ideológicos e míticos, entre os sagrados e os profanos. Trata-se de estudos sobre os saberes enraizados na formação do ethos/habitus de um povo, grupo ou nação por meio dos signos verbais e não verbais na formação do pathos no universo dionisíaco. Conforme Maffesoli (1998, p. 162):

Na mitologia grega Dionísio é uma divindade arbustiva [...] um saber enraizado. De um saber, igualmente, que integra o pathos, aquilo que M. Weber chama de emocional ou afetual, próprio à comunidade [...]. É a koiné aisthesis da filosofia grega, que, por um lado, fazia repousar o equilíbrio de cada um sobre a união do corpo e do espírito, e, por outro, fazia depender o conhecimento da comunidade em seu conjunto.

A coesão social inexistente sem o pathos, pois a paixão dionisíaca impulsiona o homem para a ação (práxis). A metáfora da teia atribui ao pathos a espessura e a quantidade de linhas que formam o análogo da teia (sempre amorfa). A teia é tecida no tempo e possibilita a

<sup>7</sup> Sobre a manifestação desse universo coletivo supra-sensível, Nesbitt (2008, p. 31) afirma realizar-se na “[...] interação do corpo humano com seu ambiente”, no qual integra a vida social num bem trivial na mesma matriz que gera todos os fenômenos estéticos que delimitam a cultura pós-moderna.

existência patrimonial dos bens tangível ou intangível no tecido urbano.

Resumidamente, a quantidade de NÓS na teia não é fixa. Eles são desfeitos e/ou reatados e a conformação da teia dependerá da forma como a sociedade se reconhece e se estrutura na temporalidade. As linhas que dão conformação à teia social pertencem ao imaginário coletivo, são conformadas entre os saberes dionisíacos e as expressões contidas nas narrativas das culturas populares inseridas ou não na história.

O desconhecimento social também é desconhecimento patrimonial. Esses dois vazios são importantes instrumentos de alienação cultural e de exploração social quando estão envolvidos o jogo de poder e a manipulação do bem público. Preservar os valores culturais depende da identificação, valorização e educação patrimonial, sendo esta uma cadeia cíclica.

Na pesquisa, a ausência de simbolizações das praças na pós-modernidade é abordada na antítese entre o ser/cidadino e o ter/urbano. Não é desconsiderada ainda, a possibilidade de redução do fluxo social do ser para o ter, que representa a temporária anulação de valores sociais compartilhados, restringindo-os ao mundo/mercadoria. Assim, seria comum à polis “[...] massa geral de bens susceptíveis de troca que nunca está atualizada [...]” (LEFEBVRE, 1966, p. 306). Desse modo, ela se torna simples fluxo de matéria Pedra-Urbes no esmorecer dos afetos sociais (JAMESON, 1996).

Nesse contexto, as praças seriam imagens opacas, turvas em invisibilidade social, um processo comum às realidades urbanas, mas aptas às possibilidades de reconstrução. Abandonadas, elas representam um vazio transitório, um espaço oco, como afirmam Deleuze e Guattari (1992), à espera de preenchimento sógnico. Existe um silêncio semântico que parece assombrá-las na transição dos mundos modernos aos pós-modernos, marcados pelo despertencimento socioespacial. Vale lembrar a profecia de Marx e Engels (1989, p.70), de acordo com a qual “[...] todas as relações fixas e congeladas, com seu cotejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar”.

O devir-urbes foi criado na analogia do ter/urbano, na dura realidade da Pedra, antítese à poesia idealista da Carne. O par análogo está na ágora da polis arcaica, na expressão dos sentidos fundamentais das Ágoras isegoria e nomós. A Ágora nomós parte da adoção da expressão grega associada à influência mágica daquilo que se destinada a louvar os deuses ou a celebrar acontecimentos, sociais memoráveis, um lugar em nós festivo. Atribuem-se à Ágora isegoria os valores da isegoria aristotélica, o princípio da igualdade do direito discursivo na Eclésia Grega, em igualdade de direito à civitas para o bem-viver (tôu êu zên), o que contraria o mito excludente das raças de Platão, em Diálogos III: A república (s/d).

Sob a ótica das relações humanas, na polis para Maffesoli (1998) o devir entre Carne-Pedra é extremamente favorável à capacidade humana de buscar novos meios. O homem é um ser adaptativo nas diversas expressões dos atributos ontológicos, estéticos e contextuais das paisagens humanas. Dessa forma, a praça assumiria a aproximação arquetípica com a ágora<sup>8</sup>.

A Polis, em antítese à Pedra, está inserida na transitoriedade do sentido de urbanidade, sem resumir-se ao ordenamento espacial ou às necessidades funcionais urbanas (urbes). O ofuscamento dos afetos sociais na paisagem humana representa uma “[...] síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1996, p. 109).

Redescobrir as praças em civitas, Carne, no pressuposto humanístico do bem-viver, exige ir além da Pedra e forjar um novo anel ou, ainda, como diria Jameson (1996), romper as tendências homogeneizadoras do mundo da mercadoria e construir uma nova utopia urbana.

Nessa nova utopia, as praças voltariam a possuir a ideia de lugar comum e por vezes fugiriam à percepção de um olhar desatento dos que pertencem àquela sociedade. São como cofres na visão poética de Bachelard (1993), de acordo com a qual investigar o oculto é ainda mais instigante porque guarda milhares de novas imagens e os sonhos da alma humana.

Um lugar se torna comum para os membros de uma sociedade quando a cumplicidade vivenciada torna o lugar receptivo, um ninho como define Bachelard (1993). Trata-se do ninho insigne do quarto capítulo de A poética do espaço, no qual o estudo dos arquétipos fenomenológicos se aproxima ao sentido topofílico da relação homem/ambiente de Tuan (1980). Na mesma expressão reafirma-se o lugar protegido pelo seu *genius loci*, forma como os gregos simbolizavam o anel imaginário de segurança e cumplicidade social. O rompimento desse anel desnudou a natureza e o instinto de proteção humana no universo coletivo.

O espaço afetivo, tal como o ninho, remete às memórias de infância. É assim que De Angelis (2000) apresenta seu objeto de investigação: a praça. Da mesma forma, o objeto será reapresentado na pesquisa diante do olhar fenomenológico de Bachelard (1993, p. 232), no qual tudo é valor humano: o espaço não pode ser unicamente exterior; é vivido e imaginado,

<sup>8</sup> As praças pertencem às culturas ocidentais, tanto no aspecto estético de desenho e paisagem urbana, como na hierarquização espacial para o encontro comunal. No mundo islâmico, de acordo com Benevolo (1993) as trocas socioculturais ocorrem nas ruas e no bazar (*majdan*). Nesse caso, os elementos morfológicos estruturadores da vida urbana são configurados em artérias (ruas, avenidas e *boulevards*) ou no recinto fechado. No mundo ocidental, as vias são secundárias e atuam prioritariamente como delimitadoras dos espaços privados, sendo os espaços livres públicos os estruturadores, e a principal herança conceitual está na ágora. Segundo Glotz (1946, apud HELD SILVA, 2009, p. 29), ágora é a palavra que “[...] se originou do verbo *agoreusin*, que no século VIII a.C. significava discutir, argumentar, deliberar, tomar decisões; mas com o passar dos séculos o sentido da palavra foi mudando e no início do século IV a.C. *agorien* significava falar em praça pública”. Para Souza (2006, p. 322), a ágora “[...] vem do verbo *ageiro*, que significa juntar, reunir, e a própria palavra ágora significava, originalmente, reunião e era utilizada para referir-se à reunião de tropas militares”. As definições possuem em comum o lugar de encontro, aspecto que se associa às praças, ou deveriam a elas associar-se.

recordado e recriado, pois “[...] o exterior não será uma intimidade antiga perdida na sombra da memória?”.

Nos arquétipos de Bachelard (1993), a ideia de abrigo é circular como tudo aquilo que exterioriza o *imago mundi*. O círculo está no ninho, na concha, na caverna e no túnel. Esses arquétipos fenomenológicos estão compreendidos no anel de proteção dos gregos, tendo como elemento síntese a ágora arcaica, tal como as muralhas das cidadelas medievais (TUAN, 1980). Comum ao *imago mundi*, o arquétipo anel sintetiza no tecido urbano o espaço sublime inserido na paisagem humana e cultural a que se refere a palavra grega *Arqué*. Esse é o conceito de essência espacial das praças, ou seja, a realidade possível que se busca resgatar no legado ontológico inerente à praça.

### **Núcleos centrais dos constructos: o evento, o devir e a intencionalidade**

O espaço da co-presença tem princípios fundamentados na ontologia de Heidegger (2008), de acordo com a qual eu me conheço a partir do(s) outro(s) e o(s) outro(s) em mim, valor reafirmado por Arendt (1997, p. 201), de acordo com quem “[...] a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir [...] a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens e estão em permanente contato com ela”. As praças ainda podem resgatar o potencial de revelar-me (universo privado) e revelar-nos sociedade (universo público).

Na Praça Arthur Thomas, a síntese do relevar-se nos dois universos (em-si e em-nós) ocorre no ato discursivo dos usuários, prioritariamente entre os idosos pertencentes, ou não, ao Grupo Picaretas, ou mesmo no silêncio filosófico, ao revelar o ser-em-si. Em resposta, os usuários questionados sobre o que a praça significa, revelaram o imbricar de identidades do ser-em-si-na-praça, ou seja, um decifrar único de espaço identitário.

Como os grupos passaram parte significativa dos dias, dos meses, dos anos na praça, a resposta de O que a praça significa para você? conduziu na sínteses vivenciais o imbricar de identidades (espaço-pessoa). Para muitos deles, a praça representa o principal lugar de inter-relação social cotidiana. Na analogia testemunhal, revelam: a praça é nossa sala de estar. Um habitat no conceito de Heidegger (2008)<sup>9</sup>.

Os enquadramentos temporais e físico-dimensionais no universo sógnico foram criados

<sup>9</sup> O espaço habitado constitui o lugar moldado ao sujeito que se envolve meio para apropria-se deste. Consiste na ação que se insere no universo das possibilidades humanas sobre o meio físico, estabelecendo questões cognitivas de dimensão sensorial e vínculos afetivos sobre o espaço de vivência, e confere o caráter de *genius loci*.

na pesquisa para interpretá-la em cinco praças apresentadas no capítulo IV. Esses enquadramentos são *modus operandi* para descrever os fenômenos e compreendê-los no tempo e na forma pela qual foram tematizados, em eventos, e trazidos ao presente sob a forma de memória. Os alicerces dos constructos teóricos estão no conceito de evento, devir e intencionalidade<sup>10</sup> de pertencimento ao espaço. Esses três núcleos são interligados nas mediações conceituais.

As reflexões a partir dos núcleos são meios para a compreensão da vida socioespacial e viabilizam a percepção do ritmo e da duração da representação nesse espaço. As cinco praças fazem o enquadramento temporal por meio das leituras arquitetônicas referenciadas às épocas vividas, junto à memória coletiva na busca por sua praxeidade. Tem-se por praxeidade [praça+(i)dade] a junção na qual o sufixo expressa a ideia de estado, uma somatória de eventos no retorno a sua natureza, ou coisa-mesma.

A sociedade se reconstrói sobre o velho, embora na vitalidade urbana nada se desassocie do novo, a qualificação urbana depende da coexistência dos tempos materializados no espaço. Segundo Gadamer (2007, p. 404-405), “[...] não existe um horizonte do presente por si mesmo [...]. A vigência da tradição é o lugar onde essa fusão se dá constantemente, pois nela o velho e o novo sempre crescem juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explícita e mutuamente”.

Em consonância com tal reflexão, Desaulniers (2000) afirma que o fenômeno é uma teia de correlações instáveis, tecidas entre complexas estruturas, mas desvendáveis quando conhecidas as singularidades que o definem na existência sógnica. As praças-nós são pontos eminentes de identidade urbana na teatralidade social, nelas constroem-se genealogias no tempo.

Revelar o território de uma praça-nó requer conhecer os eventos, a intencionalidade de pertencimento social que confirma a apropriação espacial, a recusa e/ou o despertencimento afásico, pleno ou temporário. Na pós-modernidade, o fenômeno que impede designá-la como coisa coletiva é definido como afasia combinada, isto é, a associação da afasia nominal sintática daquilo que é inominável e não permite estabelecer alguma forma de comunicação e da afasia perceptiva associativa nas comunicações sensorial atática, auditiva e visual.

Esse quadro poderia ser compreendido como condicionante proibitiva às iniciativas de

---

<sup>10</sup> A intencionalidade da consciência refere-se à consciência de alguma coisa, ou seja, é a descrição das diferentes formas de relação entre o sujeito, mas exerce função mediadora entre o sujeito e o mundo; a temporalidade da consciência ao fato de que toda consciência intencional é uma síntese do tempo e a percepção do objeto supõe a percepção da sua identidade ao longo de uma sucessão temporal de imagens (HUSSERL, 1996a).

reterritorialização de uma praça. Como as praças são espaços especializados no tempo, não permitem qualquer forma de generalização dos fenômenos. Assim, a afasia é sintomática e não configura uma condicionante. A aparência sociocomportamental afásica consiste no sintoma sobre a ausência de compreensão das praças no mundo contemporâneo e do próprio homem como agente social.

Os fenômenos afásicos podem ser favoráveis quando investigados na origem. No aspecto vivencial, eles se tornam irrelevantes nos processos de reterritorialização de uma praça, isso quando as posturas públicas no âmbito social, projetual arquitetônico/paisagístico e de planejamento urbano devolvam aos sujeitos da história cultural espaços adequados às vivências pós-modernas, preservando a paisagem cultural e os valores ambientais.

A genealogia prevista questiona quais eventos relacionados à praça são expressões públicas resultantes das vivências e quais narrativas foram criadas pelos poderes hegemônicos para a reafirmação e para incorporá-los à vida pública. Diante desta possibilidade, Foucault (2004) afirma que a genealogia é uma forma de revolucionar a história, pois os sujeitos da memória são ocultados, tal como o entendimento de verdade, ao entender-se verdade como poder. É nesse aspecto que buscar instrumentos analíticos à reterritorialização deve partir de interpretações genealógicas sobre as relações sociocomportamentais na apropriação de espaços públicos, destacando que a apropriação física é a condicionante máxima para a existência de uma praça.

Um dos principais argumentos norteadores da tese é o de que uma praça contém os signos de várias praças. As espacialidades de uma praça são representações produzidas pelo movimento dos corpos sociais que dão existência aos espaços coletivos, assumindo a representatividade dos atritos entre os poderes, as ideologias, as crenças, de tudo aquilo que dá sentido à existência humana e mantém vivo o imaginário coletivo.

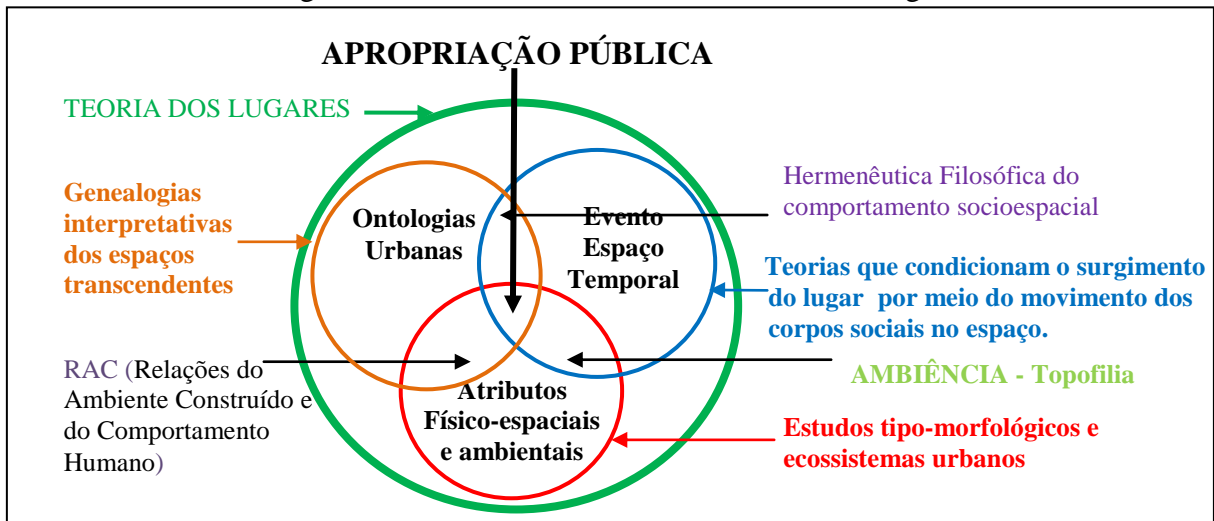
Esse conceito parte da teoria de que o espaço sem as realizações humanas é entendido como neutro, uma concavidade vazia à espera de significado. A intensidade de co-presença permite que o corpo e o espaço se unam num único signo. Deleuze (2008) amplia esse conceito ao observar que o movimento dos corpos gera estruturas sintomáticas e de linguagens sociais nas quais essas estruturas são predominantes para denotarem-se os significados espaciais.

Como afirmado, a possibilidade de resgate dos vínculos socioespaciais e topofílicos requer os estudos genealógicos, e não existe como preservar e potencializar a vida social sem conhecê-la. A pesquisa apresenta a teoria multidisciplinar dos espaços (Figura 1) e indica uma forma de discutir o assunto dentro do universo narrativo contextual na escala local. Eis um



convite à reflexão.

Figura 1 - Síntese teórica referente à teoria dos lugares



Fonte: autora

Nota da Figura 1: A genealogia propõem aproximações entre as ciências sociais e sociais aplicadas, por meio da teoria dos prazeres espaciais de Tschumi (1979, 1994, 2008a e 2008b), Heidegger (2008) e Husserl (1996a, 1996b e 1996c) na qual as sinestésias no movimento corpóreo, no universo sensível, e os eventos que no tempo se materializam no espaço dão origem aos lugares iconográficos. A interligação dos estudos no campo disciplinar da Arquitetura e da Filosofia segue os mesmos princípios aplicando-os os estudos tipo-morfológicos na ponte entre a Arquitetura e o Desenho Urbano à Geografia física e Geografia Humana.

Assim, entre as múltiplas existências possíveis de uma praça, sobrepostas no cenário em que o enredo se realiza, existe a somatória dos tempos anacrônicos vividos e compreendidos sob a forma de eventos relatados ou não na história. A história narrada pode não ser a contida na memória pública. Quais praças coexistem na memória dos sujeitos dessa história? E como separar o vivido e imaginado ao imposto pelos poderes nessa trajetória? Essas são indagações latentes no que se refere à Praça Arthur Thomas, mas comum a qualquer outra praça-nó, fenômeno que define os desdobramentos possíveis da pesquisa nessas áreas do conhecimento científico.

As teorias sociocomportamentais de Mafessoli (1985, 1987) destacam na simultaneidade temporal uma característica da pós-modernidade, o neotribalismo. O fenômeno neotribal impõe aos espaços livres públicos novas modalidades de apropriação, interação e representação socioespacial sem vínculos duradores. A amnésia coletiva sobre o passado recente tribal nas praças das cidades regionais apagou o período no qual havia clareza na interligação vivencial, entre a cidade e o campo, e consenso sobre a ideia de coletividade associativa às praças.

As praças são espaços vulneráveis a tornarem-se o palco do vazio à espera do novo, são espaços de transição (devir) e, como lugar de pluralidade social, sediarão conflitos. Os

Picaretas, grupo que realiza a intermediação informal na praça, representam os valores socioculturais do passado colonial, em desencontro com os tempos acelerados contemporâneos, uma alusão ao tempo tecnológico de era digital dos jovens de comportamento atópico, valores nos quais os Picaretas não estão aptos a inserir-se.

Nesse cenário, identifica-se o conflito de gerações entre valores tribais e neotribais, e os discursos oscilam entre dois tempos, o já vivido tematizado na retórica do ideal colonizador e a modernidade mutante e incompreensível ao universo Picaretas. Eis o conflito que se apresenta inserido na dialética Carne e Pedra que estrutura a narrativa da pesquisa.

A tese foi construída após a redução fenomenológica transcendental da praça (HUSSERL, 1996c, 2001, 2006), realizada na Avaliação Pós-Ocupação, entre 2007 e 2009. Até 2009, a síntese existência da praça estava na PROSA. A intenção do livre encontro era a comunicação, fosse para intermediação comercial ou para rever amigos e discutir os sentidos da vida e a banalidade aos rumos da política. Esse livre encontro de senhores de diferentes classes sociais representava um dos principais aspectos da identidade do município. Ali a discussão não era restrita ao universo urbano, mas a forma de correlacionar-se no lugar era tipicamente umuaramense.

As condicionantes que alteraram essa tipicidade de apropriação da praça entre 2009 e 2013 foram:

- ✓ A poda predatória das árvores, em 2009, sem que houvesse qualquer forma de manifestação de repúdio ou impedimento público;
- ✓ A implantação do estacionamento tarifado, em 2010. Como desdobramento, ocorreu a redução de 2/3 do grupo Picaretas, por atuarem na intermediação da venda de veículos;
- ✓ O fechamento do Bar Carioca, em 2010, e sua reabertura após a (de)forma, em 2012, quando perdeu as características coloniais de botequim. O período de decadência do Bar Carioca associado à redução dos Picaretas conduziu à extinção do fenômeno da Boca-Maldita;
- ✓ O deslocamento do grupo Picaretas, entre a Pedra e o Bar Senadinho. O bar atua como novo ponto de encontro comunal e reduz as permanências e amplia os fluxos na praça;
- ✓ A inexpressiva recomposição do Grupo Picaretas conduz ao mesmo processo de extinção do grupo e impede a recomposição da Boca-Maldita.

Numa análise interpretativa genealógica, diante das condicionantes apresentadas, o processo visa a desarquivar os valores cimentados no passado e mediá-los no presente, adotando como premissa que no estudo desta cultura as ações sociais, ou significantes, não são sintomas ou conjunto de sintomas. Segundo Derrida (1973, 1994), as ações sociais na

análise do discurso social são interpretadas como atos simbólicos, passíveis de redução em estudos de profundidade sociológica.

A realização da genealogia da praça surgiu da necessidade de interpretar os discursos sociais que contêm as possíveis simbolizações da praça associada ao *slogan* colonizador: *Cidade de Prosperidade, Umuarama o lugar onde os amigos se encontram. A capital da amizade*. O lugar de encontro entre amigos foi reproduzido na praça por grupos de diferentes faixas etárias, com ou sem vínculos socioespaciais. Quando os entrevistados foram indagados sobre o que a praça significa para eles, sistematicamente, e sem esforço reflexivo, o *slogan* foi reproduzido.

Essa resposta indicava uma reprodução, mas na sequência os entrevistados completavam: *tal como a cidade*. Essa afirmativa configura o potencial de síntese urbana da praça, ou mesmo, de vínculo indissociável ao *slogan* da CMNP, criado em 1950, para atração populacional e reincorporado como *marketing* urbano.

Assim, do passado foi trazido o ícone do ideal colonizador aproximado ao processo civilizatório sob dois aspectos: o construtivo, no vivido, e o destrutivo, fruto da imposição dos ideais hegemônicos implícitos nesse *slogan*. O construtivo está centrado na capacidade adaptativa do ex-produtor rural, após o processo de erradicação cafeeira, ou seja, os homens da praça. Nesse cenário, os textos antropológicos se apresentam como interpretações microscópicas nas quais não se estuda a praça e sim na praça.

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir a sua particularidade. Nela são interpretadas as dimensões simbólicas da ação social mergulhando empiricamente nos dilemas existenciais da vida contida nos fatos narrados, sem buscar responder às questões mais profundas, mas a fim de colocar à disposição os registros das perguntas. Desse modo, exercita-se uma interpretação de culturas no comportamento social<sup>11</sup> da praça (GEERTZ, 1989).

Vale ressaltar que, na narrativa hegemônica, a capacidade adaptativa do colono às outras formas de atividade produtiva é encoberta. A história concentra o pequeno produtor como migrante que evadiu para novas frentes agrícolas. Entre migrar e adaptar-se ao novo contexto econômico, entre banidos ou assassinados, como no caso dos índios da Tribo Xeta, existem oclusões na história apresentadas até mesmo em dados históricos e estatísticos do

---

<sup>11</sup> O comportamento social é uma ação simbólica e os eventos são transições das ações sociais ou fluxos desses comportamentos e permitem, segundo Geertz (1989), que as formas culturais se articulem e o significado analítico e interpretativo emerge do papel que os eventos desempenham. Geertz (1989) ainda afirma que a cultura é pública tal como o significado das ações sociais.

IPARDES (2004) e PDMU (2004), entre outros. São históricos furtivos quanto às omissões do Estado e da sociedade elitista, os mesmos agentes que ignoram a importância dos valores civilizatórios e humanitários, valores que a pesquisa visa preservar no poder representativo de um grupo minoritário, os Picaretas da Pedra.

Tal como o fenômeno Boca-Maldita, a prática de intermediação informal na praça está em processo de extinção. O plano de modernização da praça, encomendado e aprovado pelos representantes públicos, apresenta indicadores de segregação desse grupo, que de forma implícita irá extingui-los definitivamente. Sem a Pedra, os demais idosos poderão deixar de frequentá-la. Frente a essa postura pública, é justo parafrasear Bachelard (1993, p. 100), ao afirmar que, além da poética, da cultura e do patrimônio, está o respeito à civilidade e “[...] quem enterra um tesouro enterra-se com ele”. Esta é uma narrativa crítica sobre a anulação desse patrimônio vivencial.

Nas primeiras décadas de implantação do planejamento urbano de Umuarama, proposto por Wladimir Babkov (CMNP, 1956) já existe o relato da ocupação das áreas destinadas às praças. Um processo iniciado pela própria companhia e seguido pelas administrações públicas até os nossos dias. Seja por meio de privatizações ou ocupações por edifícios públicos, essa é uma prática irrestrita à área central, onde 42% das áreas destinadas às praças no traçado apresentam outros usos. Nessa mesma trajetória, frequentemente são realizados leilões para venda de áreas de praças dos novos parcelamentos.

A preservação do espaço e a denominação de praça não indicam sua existência. Ela deve possuir alguma forma de uso que configure apropriação pública com permanência e ter recebido qualificação estética, entendida como a expressão máxima da arte urbana. No caso, a expressão artística terá no ornamento a inserção do mobiliário urbano e do paisagismo permitindo a apropriação e a qualificação estética. Assim são apresentadas as premissas existenciais para que o espaço seja uma praça.

### **Condicionantes analíticas**

A ausência dessas duas condicionantes (se arte urbana e ter apropriação pública) restringe o ambiente à classificação de espaço livre público no tecido urbano. Caso possua área vegetada, o espaço terá função de valorização estética como filtros verdes e contribuirá à qualificação ambiental, mas estará isento da capacidade de síntese social e visibilidade das ações públicas; portanto, não será uma praça. Deve-se considerar ainda, que nem todos os espaços livres públicos possuem vocação à implantação de uma praça. Sem os indicativos de

convergência social, dos atributos topofílicos e da intenção pública de qualificação espacial, dificilmente o espaço alcança a conotação de praça.

As analogias entre a *urbes-Pedra* e a *polis-Carne* são instrumentos de formulação dos *constructos* condicionados ao pressuposto de que as vivências não são restritas à *Carne* ou à *Pedra*, isoladamente (SENNETT, 1997). Praças são territórios do *devoir*, entregues à mediação dos binários, não apresentam valores sociais fixos, tudo é transitório nesses territórios de diversidade semântica e social. No contexto das identidades local e regional, a Praça Arthur Thomas, ao preservar os valores vivenciais coletivos por período superior a seis décadas, configura uma exceção.

O patrimônio humano da praça está encenado na teatralidade e é representativo de um bem patrimonial, sem assumir monumentalidade. A praça surgiu da intenção originária do lugar comum para a continuidade das realizações humanas, seu *genius loci*, símbolo máximo de urbanização<sup>12</sup> preservado na memória. Simboliza o *Mal* (marco), irradiador da paisagem cultural, uma via de mão dupla: configuradora e configurada pela paisagem natural passiva do artifício modelador, ou seja, da construção à paisagem urbana.

Com objetivo de domínio do edificado sobre a paisagem, o ordenamento se deu pelos desenhos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), a partir de 1956, com territorialidades ilimitadas à ideia de planejamento. A cidade de Umuarama, com 100.676 habitantes (IBGE, 2013), é viva e em constante *res e des, pré e pós*, prefixos tantos quantos forem as necessidades analíticas abrangentes à complexidade pós-moderna.

O anel psíquico ou *imago mundi* da praça foi forjado nesse período embrionário da urbanização, no processo civilizatório entre o *ethos* o seu *genius loci*. Os valores topofílicos estavam relacionados aos encontros festivos, entre o campo/cidade, simbolizados na pesquisa como ágora *nomós*. Nesse período, tais encontros eram praticados entre as compras no comércio circundante, nos finais de semana após as matinês, nos bares e na receptividade aos *chegantes*. O entreposto de transporte intra-urbano e regional construído na praça representou

---

<sup>12</sup> A urbanização é o meio no qual a população é ordenada, no sentido de atingir certo nível de subsistência e segurança, em dado ambiente. Entre os valores defendidos por Eric Lampard (1965), em *Aspectos históricos da urbanização*, são indicadas três vertentes teóricas no debate das Ciências Sociais: a comportamental (behavioral), a estrutural e a demográfica. A primeira concebe a urbanização à parte da experiência socioespacial no tempo. “Esta abordagem tem o mérito espacial de não restringir o urbanismo ao meio físico da cidade e é adotada por muitos estudiosos da cultura e das artes” (LAMPARD, 1965, p. 489). A segunda (estrutural) busca a atividade-padrão da população global. Trata dos processos atrativos, das estruturas físicas e dos usos urbanos “e serve de estrutura para, virtualmente, todos os modelos econômicos relacionados com o desenvolvimento”. A abordagem demográfica centraliza o estudo “nos processos de concentração populacional. Reconhece apenas dias variáveis: população e espaço [...] é comumente adotada nos estudos de população e ecologia urbana” (ibidem, p. 487-488).

a porta de acesso a esse universo social.

Nesses sessenta e dois anos de existência, a praça se reconstruiu, mantendo a atmosfera festiva (*nomós*) característica das manhãs de sábado, entre os debates de ideias transitórias, idealizações, fantasias e realidades, entre assuntos corriqueiros e ideais políticos. Esse papel social e prioritariamente político (*isegogia*) esteve associado ao Bar Carioca, o que permitiu a analogia com o Bar Vesúvio, presente nas encenações criadas por Jorge Amado (capítulo V). O encontro para o livre debate político é uma ação intrínseca ao homem, conforme afirmou Platão. Essa ação assumiu visibilidade e liberdade de expressão política na ação social após os anos de 1980, com o fim das ditaduras militares.

O Município de Umuarama-PR é o último das quatro cidades-polo, de abastecimento setorial, planejado pela CMNP. Ele está contido no Plano de Ocupação Regional (POR), idealizado pela CTNP nos anos de 1920. A empresa de colonização CTNP, de capital europeu, atuou na exploração mercantil cafeeira. Na mesma estrutura empresarial, a subsidiária (CMNP), de capital nacional, deu sequência ao plano de intensificação populacional regional.

As estruturas de planejamento e desenho urbano da cidade, tal como as demais cidades planejadas pela CMNP, seguem os princípios técnicos da CTNP, com alguns distanciamentos, em que a adaptação dos elementos morfológicos sobre o sítio e a hierarquia dos espaços livres na composição são premissas projetuais qualificadoras (REGO, 2009).

Outra característica é a criação de cenários nos quais as praças atuam como instrumentos de organização dos principais centros religiosos, cívico/administrativos e comerciais (HELD SILVA, 2009). Esse é um dos legados de influência da urbanística inglesa<sup>13</sup> na constituição das paisagens urbanas das cidades planejadas por essas e outras empresas de empreendimentos imobiliários que seguiram os mesmos padrões de urbanização.

Entre as vinte e oito praças contidas no traçado inicial da cidade de Umuarama-PR, a Praça Arthur Thomas é uma das menores e mais complexas. Trata-se de um referencial em

---

<sup>13</sup> As cidades de colonização foram planejadas para o suporte logístico à exploração mercantil cafeeira (REGO, 2009) e favoreceram o surgimento de outras empresas loteadoras seguindo basicamente os mesmos padrões urbanísticos. Na primeira metade do século XX, o urbanismo no Brasil foi marcado por influências externas. Segundo Tângari (2005), o momento máximo do ecletismo historicista foi a *Belle Époque* brasileira dos Planos de Melhoramentos adotados nas principais capitais e nos modelos de cidades e bairros-jardins. Essas foram as referências adotadas pelos planejadores europeus da CTNP e CMNP para os cenários previstos, compostos pelas praças e os edifícios de fachada *Art Deco*. Ao redor da praça, esses edifícios de uso comercial ainda existem, embora revestido com painéis e luminosos. Entre as cidades-polo, a única que definiu legislação disciplinadora da poluição visual foi a cidade de Londrina-PR, na qual ainda possui vários desses edifícios de uso comercial com ornamentos *Deco* nas fachadas, situados na Rua Sergipe, um centro comercial popular, preservando as características de seu tempo.

coesão tribal, prioritariamente para a intermediação de comercial informal, a *Pedra*, fenômeno que a nomeia.

A gênese da praça está no fenômeno *Pedra*, que ocorria desde a configuração de largo entre 1950 e 1965. O termo largo surge em alusão às características da praça colonial luso-brasileira. No lugar, são preservadas algumas estruturas de tempo/lugar e domínio/exclusão das raízes socioculturais trazidas desse período.

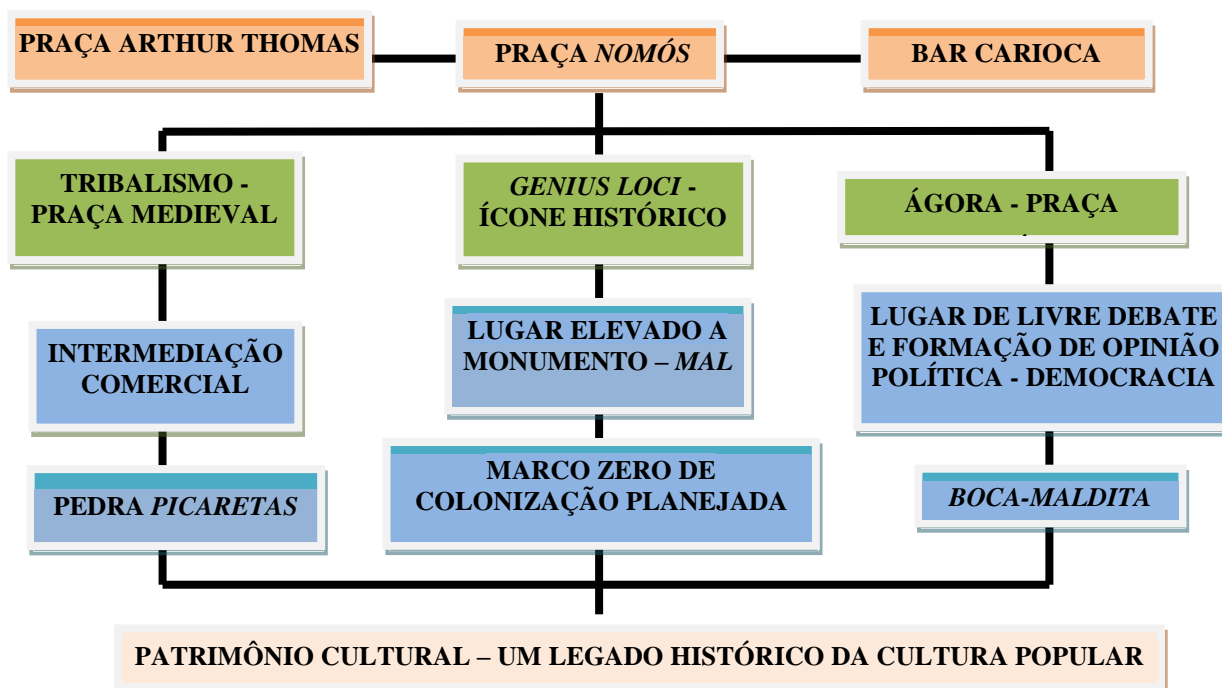
A descontinuidade dos fenômenos socioespaciais compõe os mosaicos urbanos (SANTOS, 1994). No conjunto de fragmentos analíticos, entre frações espaciais e simbolismos foi construída essa genealogia analítica na qual a praça possui dois tempos sobrepostos, o lento da praça colonial e o da intermitência dos fluxos na complexidade pós-capitalista da praça hodierna.

Entre outros fenômenos que dão identidade à praça, encontra-se a intencionalidade do encontro comunal do público de idosos do gênero masculino e dos Picaretas. Trata-se de um território tribal e preserva o *habitus*. O segundo grupo que imprimiu unidade à praça, até 2010, foi o da Boca-Maldita, vinculado ao encontro na calçada do Bar Carioca, em frente à praça, para o livre debate político. Esse é um fenômeno de embate dionisíaco, comum às cidades coloniais brasileiras, relatado por Jorge Amado (1958) nas crônicas à cidade de Ilheus-Bahia entre o Bar Vesúvio e a Praça da Catedral de São Sebastião, em *Gabriela cravo e canela*.

O bar surgiu junto com a praça há mais de seis décadas e passou a ser o ponto de encontro da Boca-Maldita na década de 1980. A denominação do fenômeno partiu da capital do estado, na década de 1970, e ocorreu em outras cidades, como Londrina-PR e Maringá-PR. A importância dessa atividade de representação política da praça pode ser avaliada a partir da forma como o Arquiteto e Urbanista José Carlos Spagnuolo (2007) a apresentou em entrevista concedida no início da pesquisa em 2007: *a praça é o lugar onde se elege ou destitui um prefeito*.

O fenômeno Boca-Maldita, na ritualística do debate sociopolítico, sempre esteve condicionado ao grupo Picaretas. Os debates entre os grupos *Pedra e Boca* foram fundamentais na constituição da paisagem cênica de teatralização do cotidiano por mais de três décadas. O *genius loci* na narrativa vivencial define a praça reproduziu a imaterialidade da praça, um fenômeno transcendente e a transformou num caldeirão semântico (Figura 2).

Figura 2 - Síntese representativa e signífica da Praça Arthur Thomas



Fonte: autora

Durante a primeira fase da investigação, realizada entre 2007 e 2009, em Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Praça Arthur Thomas<sup>14</sup>, acreditava-se que os arranjos espaciais da praça fossem suporte físico para as relações sociocomportamentais e indutoras de alguns fenômenos existentes. A reavaliação mediante a comparação com os dados de campo, no período de 2011 e 2012, permitiu refutar essa hipótese. O espaço de convívio comunal não é um espaço âncora, não condiciona o comportamento. A forma como os corpos sociais se organiza é que gera as espacialidades, um fenômeno existencial da praça. Desse modo, o valor imaterial condiciona a materialidade do espaço, não o contrário, embora se deva lembrar que a vida não nega a matéria, supõe-na.

Dividida em dois hemisférios, um voltado a nordeste, onde se encontrava o *Território da Pedra*, havia intensa permanência até 2010. O lugar é favorecido pelos atributos ambientais (sombreamento das sibipirunas e ventos predominantes). O segundo hemisfério, a

<sup>14</sup>Essa fase da pesquisa compreende a redução fenomenológica da Praça Arthur Thomas. Os dados coletados para a realização da Avaliação Pós-Ocupação podem ser conhecidos em <<http://www.peu.uem.br/Discertacoes/Regina.pdf>>. Esses dados da dissertação foram confrontados com os dados de 2011/2012, de modo que foram consideradas as condicionantes de alteração signífica até 2013. Alguns fenômenos permanecem constantes e outros conduziram a novas reflexões sobre as questões existenciais da praça e conduziram a um novo ferramental analítico, o MISP.



sudoeste, permaneceu com centro basicamente isento de apropriações. Durante o período de falência e reabertura do Bar Carioca, os Picaretas passaram a reunir-se em frente ao Bar Senadinho, alterando assim os lugares prioritários de permanência e deslocamento. Surgiu, então, um novo hemisfério, o nordeste (Figura 3).

Figura 3 - Localização da Praça Arthur Thomas no Município de Umuarama-PR



Fonte: CMNP org. autora.

Nos pressupostos dos estudos sobre as teias sógnicas, são condicionantes: a simultaneidade dos eventos, na formalização da pesquisa, e os traços do passado que se reapresentam imbricados no presente. A essa condicionante temporal, adota-se a definição, em valor e *poiésis* de tempos sobrepostos de Santos (1996).

A aceleração temporal e a mutabilidade dos fenômenos impedem na sobreposição a decantação ou acomodação dos fatos urbanos. A ausência de acomodação ofusca a visibilidade das tematizações simbólicas do passado, ou seja, a compreensão dos eventos. Assim, não existe a clara definição, no universo público, do que pertence ao passado (oculto) ou ao presente no universo suprassensível<sup>15</sup>.

É comum a ideia de tempos sobrepostos em lugares de intensa significação coletiva. Isso implica na utilização dos ferramentais interpretativos, são escavações semânticas no objetivo de revelarem-se as experiências transcendentais. Tal é o objetivo desta tese, ao investigar o território dionisíaco de corpos transversalizantes que dão visibilidade aos micro e macroconflitos, encontram-se os des/encontros e des/afetos sociais. Nesse universo, as praças

<sup>15</sup> As genealogias assumem territórios analíticos fenomenológicos. A filósofa italiana Ângela Bello (2004) afirma que não basta constatar a existência das cadeias. Para relevar sua gênese, é preciso adentrar no mundo sensível, no qual nem tudo pode ser respondido. Husserl (2006) alerta sobre os riscos da retórica metafísica do universo supra-sensível. Vale lembrar que as duas afirmações estavam distantes do desencaixe físico temporal da pós-modernidade.

buscaram meios para se reconstruírem conceitualmente públicas.

A interpretação dos eventos<sup>16</sup> na genealogia de uma praça é o meio proposto para ir além do que a historicidade costuma se ocupar, ou melhor, das superfícies da cultura e de relações causa e efeito, deixando passar a subjetividade necessária ao entendimento da vivência. A forma proposta para a genealogia da Praça Arthur Thomas é utilizar a expressão poética/compositiva dos referenciais tipológicos aplicados à praça e contextualizá-los aos valores sociais que foram preservados na memória coletiva. Esse foi o meio proposto para revelar o vivido estruturado em cinco praças descritas no capítulo II.

Mergulhar nessas fendas é buscar as espacialidades transcendentais em *Arqué*, que representa a busca pelo elemento-essência na constituição da natureza comunicacional humana. Refere-se à interpretação dos elementos arquetípicos de Bachelard (1993) e, ainda, ao conceito de espaço antropológico de Certeau (1994), o espaço de excelência *societal* de Maffesoli (1985), o *habitat* de Heidegger (2002) e o *genius loci* de Norberg Schulz (1996). Todas essas buscas arquetípicas, psicanalíticas e antropológicas são resumidas em uma única palavra grega, o *Arqué* da praça.

### **Objetivos geral e específicos**

Nesse cenário, as interligações teóricas empíricas visam a construir instrumentos analíticos que ampliem as discussões sobre a necessidade de preservar os valores patrimoniais da cultura popular dos *Nós* semânticos conotados às praças, fenômenos comuns às centralidades, e expandir essas reflexões no universo analítico da Praça Arthur Thomas.

Para isso, objetiva-se:

Revelar na síntese fenomenológica o potencial *societal*<sup>17</sup> da Praça Arthur Thomas, atestando as alterações físico-ambientais, sociocomportamentais e topo-morfológicas da praça contextualizada no tecido urbano à luz da hermenêutica, e teorizar sobre interpretações dessa genealogia ontológica atestando as significações, as memórias coletivas e o patrimônio

<sup>16</sup> O evento é a mudança de um sentido de espaço-tempo para outros. Trata-se das marcas das mudanças do mundo vivido no kantismo. Portanto, não é substância ou um composto de materialidade, é uma intuição de mudança, um ponto no presente ou no passado. Os eventos permitem a ideia de temporalidade e espacialidade do mundo sensível, por meio das analogias que acabam por diferenciar um evento do outro, ou seja, as marcas de diferentes noções de espaço/tempo de que eles são representativos. As vivências mudam, tal como as intuições espaciais e temporais, mediadas pelo evento. Em *Crítica da razão pura*, Kant (2004) permite conceituar o movimento das mudanças (devir).

<sup>17</sup> O termo *societal* é utilizado por Maffesoli (1985, p. 7) “para sublinhar uma característica essencial do *ser-estar-junto-com* característica essa que supera a simples associação racional. A *socialidade* é a expressão cotidiana e tangível da solidariedade de base, vale dizer, do *societal* em ato”.

cultural no imaginário coletivo;

Interpretar o fenômeno de relação sociopolítico e cultural da praça em duas interfaces: do fenômeno tribal na dimensão territorial da praça, analisado na dialética aristotélica dos pares A Praça & A Pedra, e na narrativa dos atributos que conferem pertencimento e apropriação física diante do processo de extinção da Boca-Maldita;

Avaliar a presença do referencial colonizador no *Genius Loci & Slogan* e as escalas geográficas de influência identitária entre a local, a regional e a global;

Comparar os dados coletados em 2008/2009 e 2011/2012 possibilita refletir acerca das transformações ocorridas no período de investigação, entre 2007 e 2013, a considerar os aspectos contextuais funcionais, paisagísticos e as inter-relações socioculturais, políticas e econômicas que geram os fenômenos de transformação do tecido urbano e do patrimônio edificado.

### **A estrutura da pesquisa**

Entre as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica, o capítulo I é dedicado a apresentar os jogos de poderes sociais e naturais do ambiente urbano, entre as velhas e as novas estruturas sociais, discutidos por Gadamer (2007). Para a mediação dos interesses entre os jogos, adotou-se a analogia do jardim urbano de Secchi (2007), onde nenhum poder exercido sobre os bens e o ordenamento urbano é absoluto. O poder estará sempre em movimento, da mesma forma que as especializações espaciais e os valores semânticos atribuídos a tudo aquilo que se faz público.

As praças sintetizam esse universo público de pura subjetividade dionisíaca pertencente ao campo da imanência dos desejos. Nas dimensões concreta, material e empírica da praça, configura-se um CsO (Corpo sem órgão)<sup>18</sup>, na busca pelo prazer de preencher-se de sentido coletivo.

As discussões sobre o envolvimento socioespacial na teoria dos espaços apresentam prioritariamente duas linhas de concentração. A primeira visa a discutir e problematizar a ontologia filosófica aplicada à geografia humana, prevalecendo a discussão do espaço temporal. Segundo Moreira (2006), a compreensão do espaço físico tridimensional, na tectônica do mundo, exige, desde o fim da era moderna, a superação do trinômio geográfico natureza-homem-economia (NHE).

Na segunda parte desse capítulo, os estudos de Serpa (2007) apresentam outras

---

<sup>18</sup> A definição de corpo sem órgão, proposta por Deleuze e Guattari (2002), está no capítulo I, parte I.

formas de discutir os parques como equipamentos urbanos e realiza analogias aos processos de *gentrificação* em diferentes contextos, mas ainda inseridos na ordem dos discursos das administrações públicas de “regeneração” urbana para ocultar o real objetivo de lucro imobiliário. O objetivo é discutir um dos aspectos do fenômeno o *marketing* urbano associado à imposição elitista do mercantilismo socioespacial atribuído aos espaços livres públicos. Prática recorrente nos princípios *higienistas*, desde o início do século XX no país, dos Planos de Melhoramentos aniquiladores dos espaços de sociabilização popular.

Espaços de convívio social são “remodelados” na tendência *Prêt-à-porter* e espelhem o inovar, seguindo padrões de um arquitetura *universalizante* e impessoal direcionada às classes de alto consumo. Assim, são impostos novos padrões construtivos e comportamentais anulando identidades. *Gentrificar* uma fração do tecido urbano parte de conceituações de ordens irrestritas a banir a população limítrofe, significa destituí-los do universo de pertencimento sócio-espacial.

O termo *gentrificação* foi atribuído por Ruth Glass, segundo Smith (2006), nos anos de 1960 ao abordar as *regenerações* urbanas de antigos bairros operários londrinos através de parcerias público-privadas para a remoção de moradores da camada popular, sem que houvesse uma ampla reformulação econômica, social e política comum às políticas inclusivas. A partir dos anos de 1990, o uso do termo *gentrificação* assumiu outra proporção, passando a referir-se ao instrumento de formação de identidades de classe como estratégia urbana articulada. Smith (2006, p. 75) destaca cinco características *gentrificadoras*: “[...] o novo papel do Estado; a penetração do capital; a dispersão geográfica; e a generalização da *gentrificação* setorial”.

Portanto, a *gentrificação* representou, entre os anos de 1960 e 1980, a segregação da moradia popular de bairro. Nos anos de 1990, assumiu diferentes escalas e formas de interferência econômica, mas prioritariamente simbólica. Ela está implícita nas políticas públicas do *marketing* urbano e nos empreendimentos de remodelação urbana para a identificação das classes de consumo. De forma irrestrita, busca manter invisível tudo o que está relacionado às classes populares. Nessa política, a massa de anônimos, entre si, alimenta o sistema econômico, mas deve ser mantida dispersa e oculta.

Esse capítulo é encerrado com as reflexões sobre a *poiésis*, o *eidos*, o *ethos* e o *genius loci* das praças. A premissa da ornamentação e da qualificação estética pitoresca (SITTE, 1992), aplicada ao prazer do uso do espaço como arte pública, contraria as intenções do *marketing* urbano e das políticas *gentrificadoras* adotadas como políticas públicas recorrentes.

No capítulo II, a Pedra é o análogo do acúmulo das camadas geográficas relacionadas

aos estudos tipo-morfológicos urbanos de Rossi (2001). Desse modo, o *constructo* insere as várias lições que uma praça pode ensinar. A lição de civilidade é apresentada entre a ágora *Isegória* e *Nomós* (períodos arcaico e helênico) para traçar paralelos analíticos com as praças contemporâneas.

As aproximações e os distanciamentos do Método da Grade de Atributos (MEGA) ao Método analítico das Inter-relações e do envolvimento Socioespacial em Praças (MISP) são apresentados no capítulo III. O MEGA foi adaptado à análise da praça, em 2007, e manteve as análises estatísticas multivariadas. A pesquisa comprovou ser ineficaz ao universo das praças. O MISP se distancia do método na estrutura e no instrumental analítico e foi utilizado como meio para a compreensão quantitativa/qualitativa por meio de análise visual e entrevistas semiestruturadas e abertas.

O encontro das análises visuais sistematizadas e das entrevistas permitiu: a aproximação às relações da percepção do espaço a partir das experiências espaciais e interpessoais que se realizam naquele cotidiano entre as dimensões *ocultas* (pessoal, social e pública) (HALL, 2005); avaliar os fatores ambientais (as projeções de sombra, os ruídos, os ventos predominantes, as sensações térmicas) das Grades Bioclimáticas e os fatores espaciais na praça (os locais prioritários de permanência/indicadores do comportamento social). A síntese das quatro fases do método é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese das quatro etapas do método analítico

Síntese das etapas processuais por fases do método MISP	
1 <sup>a</sup>	<b>Semiológica.</b> A compreensão das cadeias sógnicas da praça na construção do imaginário coletivo irá aferir sua capacidade de formação da cultura espontânea embrionária, ou a <i>psyché</i> . Nessa construção teórica, <i>psyché</i> é a alma naturalmente expressiva do <i>ethos</i> . Essa é uma forma de expressar a identidade de um lugar. Paralelamente a esse processo, há as pesquisas sobre as contextualizações e a historicidade do que nomeia os lugares na estrutura dos signos, partindo da fala dos grupos constituídos e dos pioneiros que frequentam ou não a praça. Entre os usuários e os transeuntes, surgiu a construção hipotética dos fenômenos socioespaciais na busca pela expressão natural do <i>ethos</i> nas ações e funções sociais dos espaços. Síntese da etapa: ouvir, interpretar e registrar.
2 <sup>a</sup>	<b>A análise do comportamento no espaço MEGA/MISP.</b> As ações exercidas nos espaços livres públicos são objeto de consciência pela expressão corporal. Nesse contexto, os movimentos dos corpos sociais gerem espacialidades. Existe intencionalidade nessas ações. A análise visual da expressão corporal dos usuários da praça foi sistematizada no MISP para definir, entre outros aspectos, a distância semiológica e física corporal. O MISP permite aferir a quantificação por amostragem dessas ações, os deslocamentos e posicionamentos dos usuários (Grades), em consideração às alterações de apropriação físicas na geração dos espaços de permanência e o deslocamento para o Bar Senadinho. Síntese da etapa: observar, quantificar e qualificar.
3 <sup>a</sup>	<b>Construção teórica entre as mediações hipotéticas.</b> A sociedade forma redes de teor específico (locais) e teor discursivo homogeneizador (globais). Ambas as redes são estruturadas em significados e representações de diferentes níveis. Nessa fase são interligados os dados das análises visuais (MISP) e as sínteses das entrevistas semiestruturadas utilizando a teoria da intertextualidade descritiva e analítica dos fenômenos socioculturais requer o envolvimento com teorias transversais inseridas em um novo estruturalismo, de <i>estruturalidades abertas</i> , definidas por Derrida (2002a) como <i>Gênese, estrutura e fenomenologia</i> . O ponto de interligação que permite manter as <i>estruturas abertas</i> está na fenomenologia de

Husserl (2006), que por sua vez está presente nas discussões mais abrangentes atentas à historicidade do
--

Continuação do Quadro 1– Síntese das etapas processuais por fases do método MISP

3 <sup>a</sup>	sentido, à possibilidade do seu devir com foco no sujeito, ou seja, aquele que está sujeito ao meio. <b>Síntese da fase: Mediação analítica entre os fenômenos universais e a <i>praceidade</i>.</b>
4 <sup>a</sup>	A <i>Árque</i> na redução transcendental, a síntese fenomenológica e a decodificação sígnica permitem o reducionismo fenomenológico do lugar que se revela à ciência. A reflexão e a vivência são características exclusivamente humanas (BELLO, 2006). Toda redução implica numa análise descritiva sobre o mundo vivido. Esse mundo vivido é passivo à intermediação entre atos discursos e a fala, os movimentos corpóreos, o ambiente edificado, ou seja, tudo aquilo que pode ser (des)codificado em signos e apresentado às reflexões humanas. Desse modo, a percepção fenomenológica está entre as substâncias, as coisas e as palavras passíveis à síntese ou reducionismo. Síntese da fase: Reconstrução da <i>praceidade</i> da Praça Arthur Thomas.

Fonte: autora

No capítulo IV, abordar-se-á o encontro da paisagem natural e do planejamento físico para a intensificação populacional do Plano de Ocupação Regional (POR) e dos traçados urbanos planejados pelas companhias CTNP e CMNP, na primeira metade do século XX. Para tanto, se recorrerá aos estudos de Nakagawara (1981), Razente (1984), Barnabé (1989), Carvalho (2000), Suzuki (2002a e 2002b), Yamaki (2003a, 2003b, 2006), Rego e Meneguetti (2006) e Rego (2009). Sobre a influência tipo-morfológica do planejamento europeu nas cidades planejadas para compor os cenários funcionais (comercial, administrativo/cívico e religioso) que deram origem às praças, a ênfase está nas contribuições de De Angelis (2000) e Rego (2009).

Na segunda parte desse capítulo, abordar-se-á a interpretação genealógica e descritiva do *genius loci* no ideário colonizador e simbolizado como uma sala de estar para os usuários. O estudo consiste nas análises da representação física temporal da praça, entre os projetos a ela atribuídos de 1950 a 1988. Projetos de praças são objetos comunicacionais. Quando associados às narrativas discursivas e descritivas dos tempos vividos, permitem as leituras dos cenários convergentes.

Os cenários preservados na memória coletiva são camadas geográficas, entendidas como produto das ações (sociopolíticas, econômicas e culturais), das ideologias, dos mitos e das ritualísticas. Mas, segundo Foucault (2004), é preciso ir além, pois uma genealogia não busca compreender as camadas, mas sim as fendas que surgem das rupturas provocadas pelos atritos entre as camadas. Portanto, este é um instrumento interpretativo da genealogia urbana, conforme a síntese do Quadro 2.

Quadro 2 – As cinco praças: síntese das fases na genealógica da Praça Arthur Thomas

Período/ População	Denominação das fases analíticas	Síntese contextual e semântica
1951/ 1961	<b>Largo ou terreirão. Referencial colonial luso-brasileiro.</b> A paisagem humana apresentou aproximação à ágora <i>nomós</i> . Nas imediações da praça foram construídos os edifícios de suporte para a urbanização. Essa postura difere dos princípios da companhia que instalava essas edificações fora da área central planejada. Síntese simbólica: o <i>genius loci</i> é o espaço festivo.	Poder hegemônico da CMNP. A praça foi demarcada nas imediações da sede da companhia. No centro da praça, foi construído o entreposto de transporte intermunicipal. O Centro comercial/serviços assumia signo festivo entre o comércio, os bares e as pensões. A praça era um dos poucos lugares públicos iluminados por geradores e constituía um ponto convergente de festividade. Nesse período, de intensa atração populacional, o aeroporto de Umuarama assumia relevância em atividade no estado.
1961/ 1964  Censo 1970  População <b>Rural</b> 80.417 <b>Urbana</b> 33.280	<b>Praça Ajardinada Linguagem-Romantismo Eclético</b>  Desenho contido na primeira carta  Autoria: Engenheiro Geodésico Wladimir Babkov, em 1956. Desenho orgânico com predomínio do espaço vegetado. A iniciativa de implantação estaria restrita ao período entre a retirada do entreposto de transporte à praça desenhada por Lúcio Thomaz. A Praça Miguel Rossafa teve projeto compatível implantado.	A geada de 1963 foi seguida por um intenso período de seca. Houve diversas queimadas programadas para o replantio e os incêndios involuntários que devastavam propriedades e matas nativas, dificultando o transporte e a produção de alimentos. Nesse período outras empresas de parcelamento e colonização tinham escritórios na cidade para comercialização de lotes na região, um dos fatores que contribuiu para a consolidação da característica de polo regional alterando o planejamento governamental. A cidade planejada para essa função pelo governo do estado era Cruzeiro do Oeste-PR.
1965/ 1988  Censo 1980  População <b>Rural</b> 40.676 <b>Urbana</b> 59.879	<b>Praça Ajardinada Clássica com traços ecléticos, reprodução de modelos europeus.</b>  Autoria: Engenheiro Civil Lúcio Antonio Thomaz. De influência clássica, o desenho geométrico concêntrico apresenta o centro ajardinado com o busto de Arthur Thomas, um presente da companhia. As seringueiras adultas definiam a paisagem da praça. Síntese simbólica: o espaço cívico dos desfiles de independência e aniversário da cidade e de erradicação cafeeira. A inauguração da praça foi no mesmo dia em que a companhia elétrica COPEL ligou o sistema de iluminação pública. Síntese simbólica: o fortalecimento do grupo Picaretas, o surgimento da Boca-Maldita, o lugar contemplativo entre o vôo dos pássaros ao entardecer acolhidos pelas seringueiras.	O período define a transição entre término do período de atração e evasão populacional. Entre as décadas de 1970 e 1980, a atividade de intermediação do comércio informal na praça é um grupo organizado. A cidade se tornou um grande canteiro de obras, desde as de infraestrutura urbana às edificações. A construção civil foi o maior fator atrativo. As sedes das instituições financeiras interligadas às Empresas Matarazzo foram sediadas ao redor da Praça Santos Dumont e contribuíram para a consolidação do centro regional. A vitalidade social era avaliada pelas apropriações de dois centros: o religioso, da igreja matriz, e o dionisíaco, a Praça Arthur Thomas. A geada negra de 1975, agravada pela ausência de adaptação do cultivo cafeeiro ao solo, levou à erradicação cafeeira (IPARDES, 2004), findando o predomínio das pequenas propriedades de produção familiar, prevalecendo a agropecuária e as culturas mecanizadas. O processo conduziu à diversificação de atividades produtivas e de prestação de serviços. Nesse contexto, os ex-camponeses se redescobriram como comerciantes prestadores de serviços ou trabalhadores volantes (bóias-frias). Assim surgiram os Picaretas e seu território. O fim da ditadura militar permitiu o livre encontro político, até 2010, institucionalizado como PEDRA, a configurar.

Continuação do Quadro 2 – As cinco praças: síntese das fases na análise genealógica da Praça Arthur Thomas

Período/ População	Denominação das fases analíticas	Síntese contextual e semântica
2010/ 2013  Censo 2010 População <b>Rural</b> 7.221 <b>Urbana</b> 93.455	Praça Hodierna – preserva o projeto de 1988 integralmente Alterações de atividade comercial ao redor da praça. Surgiram lojas de grifes e franquias (roupas, celulares e acessórios femininos) em substituição ao comércio tradicional. A reabertura do Bar Carioca não garantiu a reapropriação do grupo Boca. Síntese simbólica: o processo de extinção da Boca-Maldita e do grupo Picaretas	Redução de 2/3 do grupo de Picaretas. A implantação do estacionamento tarifado, em 2010, impediu a atividade de comercialização de veículos, uma das atividades dos Picaretas. A interligação do Bar Senadinho colocou os usuários da praça em deslocamento entre o território Pedra e o bar. Foi extinto o grupo Boca-Maldita no Bar Carioca. Síntese simbólica: o devir. O período de transitoriedades definiu o distanciamento das relações sociais, o grupo Pedra foi fragilizado, ficando prestes à extinção.

Fonte: autora.

No capítulo X, as discussões, com base na comparação os dados tabulados em 2008/2009 e 2011/2012, atestam as transformações ocorridas e demonstram a fragilidade desse universo investigativo. Entre as reflexões, são apresentados questionamentos sobre as formas de controle do poder hegemônico nas expressões do *slogan*: lugar onde os amigos se encontram, bem como sobre os valores ocultos no plano pré-configuracional para a remodelação da praça e indica que essas políticas/administrativas cerceiam a liberdade comunicativa e a integração socioespacial fato que potencializa o distanciamento social, fenômenos analisados na hermenêutica atópica através da analogia a *A queda do Angelus Novus, de Santos* (1996).

Como contribuição esperada, buscase estabelecer instrumentos reflexivos que contribuam socialmente na construção de uma ideologia preservacionista do ethos, com vistas à valorização dos usos, dos simbolismos e da intensidade de permanência pública. Essa é uma narrativa investigativa sobre os bens intangíveis populares representativos do patrimônio cotidiano, pois conhecer é o primeiro passo para reterritorializar.



## CAPÍTULO I

### A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E O ESPAÇO VIVENCIAL



Cotidiano na praça. Fonte autora (2008)

## CAPÍTULO I – A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E O ESPAÇO VIVENCIAL

### PARTE I – A PRAÇA NA DIMENSÃO ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA

#### 1.1 Manter a lâmpada acesa: a praça na dimensão ontológica, epistemológica e metodológica

E eu pensava: o que eu vejo não é mais que uma casca. O mais importante é invisível [...]. É preciso proteger as lâmpadas [...]. E caminhando, assim descobri o poço [...]. Não do Saara, mas o poço da aldeia. (SAINT-EXUPÉRY, 1993, p. 78).

O universo intuitivo e sensível é abrangente às ciências sociais e está além do mundo visível objetivado. Teoria sem prática para os pesquisadores fenomenológicos é como andar no escuro. Na ciência renovada de Morin (1996a), compreender o mundo vivido é como caminhar ao poço, mas para isso é necessário manter as lâmpadas epistemológicas acesas e distantes dos discursos vagos sobre uma prática científica, pois segundo Bourdieu (1996) não se pode pensar cientificamente sem os casos empíricos teoricamente construídos.

Os constructos teóricos foram formulados após a observação sistematizada de uma praça e da adaptação de um método para que se tornasse abrangente ao universo dos signos e das ontologias existenciais, e assim, a praça foi colocada sob reflexão. O pressuposto norteador considera que o lugar é experiência corpórea e construção mental. Nesse contexto, o foco da investigação está no homem que da praça se apropria na existência espacial.

O enquadramento do conceito de lugar na ontologia filosófica interliga os universos da ontologia e da filosofia, princípio definido por Deleuze (2008, p. 28) em *A ilha deserta*. Se este estudo ontológico pudesse ser categorizado, seria uma *ontologia social crítica* oriunda do empirismo em Kant (2004), inserida nas teorias fenomenológicas nas quais conhecer tem como *modus operandi* observar e questionar. Essa estrutura parte das incertezas e, como diria Derrida (1994), do improvável e se direciona a teorização descritiva e interpretativa do mundo a partir do sujeito.

Sobre os estudos das relações humanas no ambiente construído e diante da pluralidade sígnica, da diversidade de espessuras geográficas e da complexidade das linguagens descritivas, visualiza-se uma praça. No pós-estruturalismo, o *constructo* foi formulado sob a abordagem multirreferencial, que se insere na busca pela compreensão das *estruturidades*.

Conforme Dosse (1993, p. 60), “[...] os fatos sociais não são coisas nem ideias, são estruturas”. A estrutura analítica não tira nada da espessura ou do peso das estruturas sociais;

pelo contrário, formam-se múltiplas estruturas em consideração às formas de representação das estruturas sociais.

Lévi-Strauss (1987) afirmou que as ciências humanas têm apenas dois modos de proceder, o reducionista ou o estruturalista. É reducionista descobrir a possibilidade de converter assuntos complexos, com determinado número de variáveis, em fenômenos de elevada ordem semântica, por meio do conhecimento das relações internas, isto é, compreender o tipo de sistema original que forma no seu conjunto de sistemas.

No reducionismo, o sistema de estruturas não delimita ou determina as cadeias. Os dois procedimentos estão inseridos na fenomenologia e assumem relevância no final da era moderna. O retorno às essências (*a-coisa-mesma*) em Kant (2004) e Husserl (1996a) terá os conceitos enraizados na filosofia pré-socrática, mantendo as cadeias analíticas abertas, portanto, pós-estruturalistas. No estruturalismo, os conceitos partem do encontro entre a linguística e a antropologia, embora com aproximação positivista<sup>19</sup> sobre os aspectos funcionais das estruturas sociais (DOSSE, 1993).

As perspectivas sobre as conceituações filosóficas do espaço vivencial partem de Aristóteles, para quem o lugar é sempre de algo ou de alguém. Soma-se a ele o pensamento de Heidegger (2006), segundo o qual o lugar é uma criação mental regida pela capacidade humana de conhecer-se como *ser-do-seu-mundo*, reconhecendo no outro os valores identitários sujeito/lugar (ABBAGNANO, 1998)<sup>20</sup>. Leibniz, segundo Deleuze (1991) em *A dobra: Leibniz e o barroco* reafirma os dois conceitos, ao admitir que o lugar possua elevada ordem de coexistência entre o espaço e o tempo. Assim, surge a ênfase sobre as relações temporais na construção sígnica dos lugares, a partir das quais Deleuze (1991), Foucault

<sup>19</sup> Este estudo tem como precursor Lévi-Strauss (1987), em paralelo à obra de Marcel Mauss, como afirma Dosse (1993). Os autores buscam um modelo capaz de explicar o universo das relações socioespaciais, tendo a teoria freudiana do inconsciente como fonte das cadeias analíticas dos fenômenos sociocomportamentais. “A definição de um código é ser traduzível num outro código: a essa propriedade que o define dá-se o nome de estrutura” (DOSSE, 1993, p. 49). Sobre as análises de Lévi-Strauss (1987), existe relação positivista nos aspectos funcionais das estruturas: “[...] em um contexto social, as estruturas, por mais inconscientes que sejam, se traduzem, cedo ou tarde, por normas ou regras que se impõem de maneira mais ou menos estável aos indivíduos” (PIAGET, 1970, p. 83), esse princípio foi contrariado no pós-estruturalismo.

<sup>20</sup> Em *Meditações cartesianas*, Husserl (2001) apresenta a possibilidade da análise regressiva do mundo sociocultural, ao discutir os problemas ligados à intersubjetividade. Esse caminho se inicia na atitude natural e corresponde à tarefa de uma *arqueologia fenomenológica* (BELLO, 2004). A relação mundana tem início na atitude dos seres (HUSSERL, 2001, p. 164), transforma seu mundo “[...] pela sua ação individual e comum com outros, num mundo de cultura” e implica na “[...] existência recíproca de um para outro” (HUSSERL, 2001, p. 168). Assim, a experiência *de-si* depende da experiência *de-outros*: um processo contínuo, distinguido por Husserl (2001) em dois níveis. O primeiro diz respeito à investigação *eidética*, que propõe a estrutura necessária à compreensão dos fenômenos. No segundo momento, a redução *transcendental* visa a alcançar a essência da própria consciência, enquanto meio às essências ideais, prioritária para revelar *noesis* (atos de consciência) e *noemas* (conceito, significado). O fenômeno é consciência, enquanto fluxo temporal de vivências, e sua peculiaridade é a *imanência* e a capacidade de outorgar *significado* às coisas exteriores (HUSSERL, 1996a).

(1999) e Derrida (2002b) apresentaram a narrativa metafórica e mítica para refletir a experiência corpórea espacial comum à fenomenologia de Merleau-Ponty (1999).

### 1.1.1 Os mitos da Torre de Babel e da Caixa de Pandora

A “torre de Babel” não representa só a multiplicidade irreduzível das línguas, exhibe também o inacabado, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de alcançar algo que é da ordem da edificação, da construção na arquitetura, do sistema e da arquitetura. O que a multiplicidade de idiomas acaba por limitar não é só uma tradução “verdadeira”, uma interexpressão transparente e adequada, mas também uma ordem estrutural, uma coerência do constructo. Está lá (traduzamos) como um limite interno à formalização, uma incompletude da construção. Seria fácil e, até certo ponto justificado ver nela a tradução de um sistema em desconstrução. Não se deveria jamais deixar passar em branco a questão da língua, na qual se coloca o problema da língua e traduz um discurso sobre a tradução (DERRIDA, 2002b, p. 11-12).

O mito guarda a incompreensão, o sentido de inacabado sobre todas as realizações humanas. A incompletude vivencial que nos remete às novas buscas ou a carência do sentido das *coisas mundanas* (HUSSERL, 2006). Essa ausência do acabado responde a muitos dos questionamentos sobre a vida coletiva na *urbanidade*. Porventura, duas muralhas foram colocadas na existência humana, sob a forma de mitos: a *Torre de Babel* e a *Caixa de Pandora*. Ambas são mitos inseridos na razão socrática. A primeira muralha, no *mito da Torre*, tem origem na distinção das línguas.

Na ontologia hermenêutica, foram interpretadas as essências fenomenológicas das *praças-nós*, por meio da compreensão dos horizontes existenciais humanos, de infinitude sensível, para qualificá-las na sua natureza (*praxidade*) entre as múltiplas existências possíveis e sobrepostas. O processo metodológico de tradução sêmica parte da desestrutura analítica, na teoria desconstrutivista, em teoria e práxis, sendo o meio adotado para compreendê-la.

As metáforas são inseridas na hermenêutica de Derrida (1973, 2002a, 2002b, 2008) e consistem no encurtamento para alcançar a interpretação dos signos. Em *Torres de Babel*, Derrida (2002b, p. 11-12) defende a ausência de necessidade, ou finalidade, de superar as diferenças linguísticas. Assim, ele introduz a ideia do não acabamento ou da “[...] impossibilidade de contemplar, de totalizar, de saturar, de acabar qualquer coisa”. Foucault (1999, p. 20) complementa essa ideia: “[...] é preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem”. Na origem de Babel, se encontra a cidade santa inserida na confusão de valores linguísticos. Portanto, ela se torna a incompletude da eterna busca por compreender-se em coletividade.

*Ba* significa pai nas línguas orientais, e *Bel* significa Deus; Babel significa a cidade de Deus, a cidade santa. Os antigos davam esse nome a todas as suas capitais. Mas é incontestável que Babel quer dizer confusão seja porque os arquitetos foram confundidos [...] seja porque as línguas se confundiram. (VOLTAIRE apud DERRIDA, 2002b, p. 12).

Na metáfora da Torre, Derrida (2002b) discute a confusão da narrativa dos eventos. O fenômeno pode ser exemplificado por meio de uma analogia ao cinema: trata-se do enredo de um filme anacrônico, que apresenta alternância entre o passado e o presente devido à interdependência dos fatos, portanto, sobrepostos. A ausência de linearidade histórica construída na metáfora da torre resume a complexidade temporal vivida. É como um filme visto várias vezes e sempre provoca a sensação de ser a primeira vez, mas nunca é completamente compreendido.

Na analogia entre os deslocamentos temporais anacrônicos e os cenários onde o enredo se realiza, Derrida (2002b) define a complexidade compreensiva do mundo contemporâneo. Nesse contexto, se justifica o predomínio analítico do cenário, ou seja, uma espécie de fuga à forma da Torre. Por isso, se explica que o espaço físico assumiu, no mundo pós-moderno, maior relevância que o espaço temporal.

No aspecto amplo e conceitual, as investigações sobre praça ficam concentradas na forma e nos contextos físicos. Na mesma reflexão, as análises sobre o universo urbano se concentram em descrever as estruturas (econômicas, sociais, políticas) e formas (morfológicas e tipológicas arquitetônicas) colocando o espaço temporal em segundo plano. Vale ressaltar, que as análises socioculturais e sociocomportamentais possuem dependência analítica nos eventos. Portanto, a natureza dos fenômenos está nas relações temporais em ordem superior ao espaço.

A materialidade da Torre tornou-se um instrumento de textualidade para Derrida (2002b), na construção discursiva arquitetônica e nos conceitos do desconstrutivismo. Desse modo, sua obra contribuiu com as críticas sobre a racionalidade dos sistemas de estruturas. A analogia entre o estruturalismo teórico e a Torre representa um manifesto sobre o rompimento da linearidade e completude analítica. Isso porque os homens, na construção da Torre, visavam espacialmente a alcançar o céu, distância imensurável, por meio de uma estrutura edilícia que pudesse alcançá-lo. Saldo: não existem estruturas fixas ou verdades sobre o universo humano.

Nessa mesma analogia, Secchi (2007), em *Primeira lição de urbanismo*, adotará o jardim. Para o urbanista, os ambientes, as morfologias e as estruturas urbanas deveriam ser

analisadas como um jardim. No jardim, as compreensões estéticas, o jogo de poderes naturais e o artifício sobre este, que origina as criações humanas, se fazem presentes na: copresença, arte/estética, poder/ideologia, natureza/cultura, entre outras.

De forma análoga ao caso do jardim, na estrutura da Torre, são comuns as posturas e técnicas de planejamento e gestão urbana formalizar estruturas fixas das cidades/torres supondo haver domínio dos territórios/céu.

A segunda muralha complementa a primeira no *Mito da Caixa de Pandora*, a metáfora da transição da razão pré-reflexiva para a razão socrática. A abertura da caixa de Pandora (a que possui todos os dons) simboliza a passagem da razão subjetiva de Prometeu (pro = antes+met = meio de saber, ver): “[...] contra a subjetividade dos homens, ergue-se a objetividade do mundo feito pelos homens” (ARENDR, 1997, p. 150).

Tal como na metáfora da torre, o castigo divino condena o homem à segregação socioespacial, à incompreensão do *pathos* e à confusão de temporalidade da narrativa dos eventos. A mesma estrutura fixa compromete a aproximação das ciências humanas às problemáticas sociais e existenciais humanas. Esse assunto é discutido em *Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas*, de Derrida (1970), sendo tema também das discussões de Morin (1996a). Em comum, nesses estudos existe a crítica à razão objetiva em detrimento da razão pré-reflexiva, visto que a primeira subtrairia a ilusão, a intuição dos sentidos de natureza humana e reduziria o ato reflexivo à razão cartesiana. Novamente, há segregação, agora entre os saberes científicos.

Como afirma Morin (1996a), a razão socrática tratou de desagregar tudo aquilo que nasceu unido e está passível ao conhecimento humano. Ao desagregar as ciências, eliminou-se a possibilidade de o pensamento científico alcançar os níveis mais elevados e complexos, conforme Morin (1996a), sobre as realizações humanas. Em defesa da intersubjetividade, os filósofos pós-estruturalistas visam a recuperar o *Arqué*, que representa a busca por um elemento essencial na constituição da natureza comunicacional humana.

Em *Arqué*, a sabedoria e o equilíbrio são mitológicos e repousam entre os saberes e as tragédias Apolíneas e Dionisíacas. O saber mítico, resgatado da filosofia pré-socrática, é a razão sensível. Na relação mítica de *Arqué*, reside a busca pela ética no pensamento constitutivo das ciências, o que é segundo Morin (1996a) um *constructo integralizador* na estruturidade pós-moderna.

Em *A ilha deserta*, Deleuze (2008) indica que a compreensão sobre as estruturas não é

possível sem classificá-las em pensamentos epistemológicos distintos, mas intercambiáveis, e assim surge o termo *mediação* dos binários<sup>21</sup>. Com essa postura, o pós-estruturalismo se encarregou de rever a forma de interligar o signo linguístico moderno saussuriano com a antropologia e a psicanálise. Os filósofos pós-estruturalistas utilizaram-se das releituras de Freud por Lacan para definir os primeiros passos da semiologia aplicada às ciências humanas, tal como da antropologia para abrirem as portas ao pós-estruturalismo na expressão da *desconstrução* de Derrida (2002a).

No pós-estruturalismo, essa linguagem está na estrutura do inconsciente falante, no movimento e nos sinais dos corpos à medida que os corpos falam e reportam-se ao campo social, econômico e político, segundo Guattari (1992) em *Caosmose: um novo paradigma estético*. A mesma linguagem do inconsciente está na estrutura social de Foucault (2004), em *A ordem do discurso*. Diante da análise sobre a decomposição da estrutura, realiza-se a defesa sobre a possibilidade de redução fenomenológica, processo que conduz à aproximação do ser ontológico, ou à estrutura dentro da estrutura (*estruturidade*) sem determinismos, pilares do desconstrutivismo.

Nesse cenário, foram reencontrados analiticamente os estudos de Husserl (2001) para justificar a impossibilidade da centralidade estrutural frente à complexidade no mundo-vivido em mutabilidade. Desse modo, a *estruturalidade* não constitui um método analítico, mas se propõe a analisar as relações sociais em termos de estruturas correlacionais abstratas sobre os padrões recorrentes do pensamento e do comportamento social.

No processo de readequação conceitual de Derrida (2008), *des-construir* o sujeito-objeto nas estruturas existenciais permitiu interligar a literatura, a arquitetura, a geografia e o urbanismo, entre outros, na mediação dos binários entre as diferenças e as semelhanças na textualidade. Outra importante contribuição é a dos significados marginais (de borda), ou seja, as significações que orbitam entre os signos ocultos.

Para Derrida (2008), as palavras não possuem a capacidade de expressar tudo o que se quer comunicar. Desse modo, os *noemas* (significados) contidos nas palavras são comunicações incompletas e aptas a modificações e reconstruções. Nesse pensamento, inexiste verdade imutável nas palavras que denominam os fatos urbanos. Desconstruir os *noema senoesis* (formas-atos conscientes) será o meio de encontrar a essência, tirar o ambíguo

---

<sup>21</sup> Nessa obra, Deleuze (2008) indica os estudos fundamentais à compreensão do estruturalismo e cita as obras precursoras: de Roman Jakobson, por analisar e reformular os princípios estruturais da antropologia de Lévi-Strauss (1987); Jacques Lacan, na mesma conduta sobre as fundamentações na psicanálise de Sigmund Freud; Louis Althusser, por interpretar o marxismo e o estruturalismo crítico literário de Roland Barthes (1972a e 1987a).

e despertar os sentidos nos quais a desconstrução não quer dizer a destruição, mas sim desmontagem, decomposição dos elementos.

A desconstrução teorizada por Derrida (2008) é uma reconstrução ou, ainda, produto dos discursos sobre o sentido em si e busca de desmantelá-lo, *démarche*, para reinscrevê-lo sobre nova estrutura e um novo funcionamento. Desconstruir significa desmembrar e reconstruir sobre nova estrutura analítica.

A *estruturalidade* está condicionada aos fenômenos contextuais, mas é indeterminada pelas estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas. Assim, condicionada, não determina a estrutura do comportamento social, pois existem princípios monadários atuantes no *ser*. Na fenomenologia, a interlocução das mônadas nunca termina, está sempre em movimento.

Ao fenômeno social compete uma atividade imaterial de indivisibilidade e eternidade. Na definição da mônada de Leibniz, discutida por Husserl (2001), os espaços urbanos são fenômenos monadológicos, que se justificam no conjunto e na pluralidade de mônadas e constituem um mundo de ontologias que se espacializam no tempo e se especializam no espaço urbano.

No que diz respeito às vivências humanas, Husserl (2001, p. 176) afirma que um universo monadário “[...] só poderia imaginar uma pluralidade de mônadas como estando explicitamente ou implicitamente em comunicação, quer dizer, como sociedade que constitui nela”. A partir dessa mesma definição, é possível descrever a constituição social de uma praça, ou seja, definir a representação da ideia de praça no universo coletivo do *imago mundi* da praça.

Nesse universo intuitivo, surge “[...] um mundo objetivo e que se espacializa, se temporaliza, se realiza ela própria nesse mundo sob a forma de seres vivos e, em particular, de seres humanos” (HUSSERL, 2001, p. 176) ao referir-se sobre a co-existência e pluralidade de mônadas. Elas constituem temporalidades sobrepostas em territórios inseridos na teia desuniforme de simbolizações, pertencimentos e apropriações espaciais, nas quais são produzidas todas as ordens de discurso social.

### 1.1.2 A ciência dos signos: do método filosófico de Husserl à semiologia e semiótica

A fenomenologia é o berço das teorias sociocomportamentais ocidentais. É um método filosófico descritivo de retorno às próprias coisas para a reabilitação ontológica do sensível (HUSSERL, 2001). As teorias fenomenológicas retornam à filosofia pré-socrática para a definição de *eidos* na essência filosófica. A liberdade discursiva do método filosófico



reducionista de Husserl (2001) não apresenta ordem pré-estabelecida, na reflexão ontológico-existencial e pertence à hermenêutica. Husserl (2001) busca compreender o sentido preservado na dimensão do espírito, nos atos, nas vivências, e não a existência como fenômeno (BELLO, 2006).

Em *O ser e o tempo*, Heidegger (2008) define o rompimento doutrinário com Husserl (2001) para dar origem à derivação existencialista, a qual mais tarde passou a ser explorada por Sartre (1978 e 1997) e os fenomenistas da linguística, entre a semiologia e a semiótica. Antes de aprofundarem-se as discussões sobre a fenomenologia, será apresentado o conceito de signo adotado pela semiologia de Barthes (1972a).

Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia social, e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de Semiologia. Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos (SAUSSURE, 2002, p. 23-24).

Na origem da semiologia, têm-se os estudos linguísticos de Saussure (2002), aplicáveis aos estudos da vivência social. Saussure (2002) e Barthes (1972a) farão as análises dos significantes no discurso, tendo como base do sistema comunicativo o signo. Este não é arbitrário, é intencional e processado por meio de dois níveis, o verbal e o não verbal. Ambos os níveis são fenômenos culturais de comunicação interno-externo, interindividual e individual-coletivo. Os estudos sígnicos são realizados por meio da codificação, decodificação e recodificação de valores culturalmente compartilhados. O primeiro nível de comunicação é o índice, equivalente a um estado psicológico. O signo corresponde a níveis mais elaborados de expressão.

A comunicação não verbal é a forma não discursiva que pode ser transmitida por meio de três suportes: o corpo, os objetos associados ao corpo e os produtos da habilidade humana. Na corrente da semiologia da significação de Barthes (1972a), qualquer sistema de signos (imagens, linguagens, gestos, objetos, ritos, teatralidades físicas ou midiáticas) será associado a dois eixos analíticos, os paradigmáticos (signos associativos na cadeia da fala) e os sintagmáticos (signos próximos) e não permite substituições entre si. Assim, a semiologia de Peirce (2000), segundo Nöth (2003) categoriza a experiência humana e a estrutura classificatória dos signos, analisados a partir da forma como os fenômenos se apresentam à consciência:

A primeiridade é a categoria do sentimento imediato, uma espécie de consciência imediata, tal como ela é. É a qualidade do sentimento no primeiro momento que nos aparece, uma sensação; a secundidade se inicia quando um fenômeno primeiro se relaciona a um segundo fenômeno. Na primeiridade, a qualidade é parte do fenômeno, na secundidade a qualidade existe em um objeto, de forma materializada; a terceiridade é a relação de um fenômeno segundo com um terceiro. É a aproximação do primeiro com o segundo, numa mediação, que lhe confere uma síntese ou pensamento (NÖTH, 2003, p. 63-64, grifo nosso).

Essas categorias, segundo Nöth (2003), são classificadas por Peirce (2000) como um estudo da *metodêutica*, dividido em três partes interconectadas: a abdução, a dedução e a indução, ou evidências, conclusões e teorias (Quadro 3).

Quadro 3 – As categorias analíticas da semiótica

<b>Etapas da codificação e a decodificação da linguagem simbólica</b>		
Primeiridade	Secundidade	Terceiridade
<b>Sensação</b>	<b>Forma Materializada</b>	<b>Síntese do Pensamento</b>
Acaso	Originalidade	Sentimento.
Condicionantes e Classificação	Lógica Crítica	Argumento ou Raciocínio. Raciocínio indicativo resultante, estímulo para a sugestão e instigação
Fundamentos dos signos relacionados às condicionantes do signo		
<b>Quali-Signo</b>	<b>Sin-Signo</b>	<b>Legi-Signo</b>
qualidade	Um Existente Concreto	Algo de natureza geral tem o caráter de uma lei conduz a teoria
Fundamentação signo com seu objeto		
<b>Ícones</b>	<b>Índices</b>	<b>Símbolos</b>
Objeto uma relação pautada na semelhança	Estabelece com seu objeto uma relação fundamentada numa conexão física	O objeto depende de uma convenção
Classificação dos interpretantes de caráter		
<b>Hipotético</b>	<b>Indicado</b>	<b>Representado</b>
Interpretante remático (comenta-tematiza)	Corresponde a uma constatação da existência e conexão física	Constitui num argumento
Metodêutica		
<b>Abdução</b>	<b>Dedução</b>	<b>Indução</b>
Evidências*	Conclusões	Teorias
*Peirce (2000) considera a noção de evidência é a mais importante formalização da investigação científica.		

Fonte: Peirce (2000, p. 5-6) e Santaella (2001, p. 50-51).

O método de Peirce (2000) não é um método científico experimental. Em um método experimental, uma evidência científica será obtida quando o fato for submetido à experimentação, em situação de controle total. Isso não existe na fenomenologia, pois ela enfatiza a necessidade da experimentação para que as hipóteses sejam testadas sem rigidez nos parâmetros de controle (DOSSE, 2001).

A teoria semiológica Barthes (1972a, p. 12) partirá do verbal para explicar o não verbal, por meio de processos interpretativos nos quais imagens da vida social são “[...] *analogon* perfeito entre o real e a ilusão [...] não é exatamente a dos linguistas: é uma segunda linguagem [...] do discurso; estes remetem a objetos ou episódios que significam sob a linguagem, mas nunca sem ela” ao referir-se à mensagem fotográfica. A teoria semiológica de Barthes (1972a) rompe os fundamentos dos signos linguísticos de Saussure (2002).

Nos binários linguísticos saussurianos, um signo é aquilo que o outro signo não pode ser. A construção intertextual busca a desconstrução dos centros dessa estrutura, ou na definição de Derrida (1973), a descentralidade da oposição dos pares binários, teoria cimentada na prática analítica pós-estruturalista.

Na contraposição dos pares, o significante se torna perceptível, em contraposição a outro significante: “Deus é reconhecido contrapondo-o ao diabo [...], a mulher por suas diferenças com o homem” (DERRIDA, 1973). Na construção textual de Derrida (1973), existe aproximação à fenomenologia de Martin Heidegger (2006 e 2008) e à teatralidade poética trágica de Nietzsche (1958 e 1984). É importante ressaltar que o processo não consiste na visão negativa, pessimista e fatalista do mundo. A desconstrução não propõe modelo ou movimento negativo, segundo Chauí (2000, p. 217) ao citar Marx:

O fato de que a mudança de uma sociedade ou a mudança histórica se faça em condições determinadas, levou Marx a afirmar que: “Os homens fazem a História, mas a fazem em condições determinadas”, isto é, que não foram escolhidas por eles. Por isso também, ele disse: “Os homens fazem a História, mas não sabem que a fazem”

A essência antropológica está ligada à idealística *neokantista*, uma reafirmação sobre a singularidade absoluta dos fatos históricos, determinantes para correlações socioespaciais e interpessoais, tal como no marxismo. Os fatos históricos são determinantes às vivências? Husserl (2001) responderá essa questão condicionando o processo histórico ao fenômeno e à suspensão de verdade<sup>22</sup>

Elevar ou suspender o interpretante é colocar o sujeito, aquele que formula valores por meio de recordações (passado), o mesmo que cria expectativas (futuro), na mediação (presente) entre os passado e o futuro. Essa é uma ação condicionada à *intencionalidade*,

<sup>22</sup> Para Husserl (2001), esta atitude se caracteriza pela suspensão do juízo (tese cogitativa). Tal suspensão ganha um termo próprio, resgatado da filosofia grega: *epochè*. O filósofo matemático sustenta que na atitude natural e cotidiana um fenômeno geralmente não é apreendido por si mesmo, mas sim a partir de um juízo prévio. A suspensão do juízo na atitude fenomenológica promove uma abertura de sentido diante do fenômeno apreendido, ou seja, um método empenhado na volta à experiência original e ao mundo original despojados da contaminação pelo mundo científico.

conceito máximo da teoria de Husserl (2001). Nesse contexto, a historicidade perde relevância, mesmo porque a mediação resulta em *(ir)realidade*, é uma construção humana sobre o fenômeno que se apresenta à consciência.

Esse é um correlato intencional, ou seja, a própria redução *eidética*, que não possui ordem pré-estabelecida na reflexão ontológico-existencial na hermenêutica. Reafirma-se como uma teoria interpretativa das essências universais, *eidós*, e do valor simbólico *das coisas* no método reducionista de Husserl (2001). Segundo Dosse (1993), o estruturalismo de Heidegger (2002) e de Merleau-Ponty (1999 e 2000), como modelo científico, se aproximará do modelo linguístico, um organismo vivo na estrutura da linguagem e existencialista.

Desse modo, a percepção é uma vivência no envolvimento homem/espço, ou seja, o modo de nossa consciência relacionar-se com o mundo exterior pela mediação de nosso corpo, como unidade dimensional, e a consciência das coisas contidas no espaço social. A essa vivência Husserl (2001) dotou uma estrutura: o ato de perceber (pela consciência) e o correlato percebido (a coisa externa). A característica principal do percebido é ser inacabado, como algo interminável, que nossos sentidos nunca podem apanhar de uma só vez e de modo total.

Como exposto, a reflexão fenomenológica procede na análise descritiva *eidética* da consciência transcendente para esclarecer a vivência intencional na plenitude do ser ontológico. Por isso, os filósofos essencialistas buscaram no pré-socrático o *Arqué* na busca pelo sentido fundamental de constituição da natureza. O primeiro a classificar a vivência existencial em *poiético*, de modo ontológico, foi Aristóteles, ao descrever a vivência na esfera da ação espontânea, deliberada, intencional, que caracteriza o prático no encontro grupal.

Os enunciados *eidéticos* são processos inacabados, ou estruturas abertas (BELLO, 2006). Deleuze (2008) completa ao afirmar que, além de a intuição investigativa pesquisar vivências socioespaciais, ela necessita de quadrantes temporais específicos e das relações da decantação dos fatos observáveis no tempo à compreensão suprassensível da realidade.

O argumento de que não é possível teorizar diretamente sobre as vivências, apenas em decorrência delas, é de Heidegger (2008). Segundo Rogers (1997), assim define-se que os estudos fenomenológicos são teorias hermenêuticas, pois o existencial e sua resolução não são da ordem epistemológica.

### 1.1.3 O evento e o devir no universal de praças

O espaço não é estaticidade e fixidez, segundo Deleuze (2008). No planejamento

urbano, a ideia de controle sistêmico racionalista do espaço, entre as teorias e as práticas, é abordada num universo domesticável e passivo de toda ordem de delimitações, ditas entre o engessamento de usos; os adensamentos populacionais; o controle dos fluxos; a expansão territorial, entre outros.

Essas são práticas herdadas das políticas modernas de zoneamento, criticadas por Jacobs (2000), em *Morte e vida das grandes cidades*, um prenúncio revolucionário sobre o viver urbano nos anos de 1960. Tais críticas são ainda pertinentes ao mundo hodierno.

Essa obra é um épico para as teorias revolucionárias do universo urbano pós-modernas, nas quais são confrontadas as posturas da imutabilidade do *cosmo* diante dos fluxos e da plasticidade comportamental na fluidez sógnica deste século. Parafrazeando Heráclito, *tudo flui*, ou no ideário coletivo: *a fila anda, as pessoas mudam, o mundo muda as pessoas*.

O efêmero é a marca do nomadismo (MAFFESOLI, 1987). O estado de eterna transitoriedade deu existência ao fenômeno *neotribal* e alterou a forma de apropriação dos lugares de intensa representação coletiva. Esses lugares são cenários flutuantes, são máscaras ou *persona* e assumem inúmeras significações semânticas, superficiais transitórias sem vínculos identitários e afetivos com os espaços de encontro. O contrário ocorre nos sistemas tribais.

A máscara diz respeito à mutabilidade sociocomportamental dos grupos, introduzida no discurso crítico sobre a teoria do *cosmos*, e não abrange o conjunto de fragmentos analíticos das relações socioespacial na complexidade vivencial. Nessa estrutura, as relações vivenciais e físico-espaciais mudam, porque o homem muda, mas o tempo não muda, e sim as sensações temporais.

Segundo o astrofísico Romero (2012), a justificativa dessa postura está na falácia semântica, um erro analítico resultante da ideia de *substancialidade* da relação espaço-tempo. O erro parte da premissa de que o espaço-tempo poderia ser entendido como objeto (coisa-substância), uma condicionante para constituir um par semântico linguístico.

O conceito de evento na cosmologia é um ponto no espaço-tempo provido de quatro dimensões e o evento estaria submetido a *logos*, portanto, regido pelo determinismo. Esse é um erro analítico, conforme indica Romero (2012). A cosmologia o espaço/evento estaria na relação causa e efeito, e o espaço estaria em função do tempo. O espaço daria materialidade ao tempo, assim como este também o faria de forma recíproca, o evento seria igual ao tempo e sediado no espaço e toda essa relação físico-temporal seria pré-definida pelo homem.

Para resolver a equação, o astrofísico buscou a interpretação ontológica em *Sobre o*

*que é*, poema escrito por Parmênides, no século VI a.C, para reafirmar que a relação espaço-tempo é imutável, as mudanças são ilusórias. Essa ilusão atende à dinâmica da comparação de diferentes fatias tridimensionais, nas quais espaço/tempo são analiticamente compreendidos e as fatias são os eventos.

A noção de mudança de espaço/tempo é decorrente das mudanças de ordenações ou acúmulos de ações humanas no mundo das vivências, um universo sensível. Desse modo, é definida a indeterminação do evento. Em *Crítica da razão pura*, Kant (2004) indica que espaço/ tempo são os mediadores por meio dos quais os objetos se apresentam à consciência; portanto, são pura intuição de mediação sensível, ou seja, um caminho para a percepção do mundo vivido.

Sobre essa percepção de mundo subjetivo construiu-se a ruptura da pós-modernidade, em defesa da ideia de mudança do espaço legitimado pela vivência para sediar o movimento do conflito, do amorfo e da plasticidade da mudança. Assim, o espaço urbano assume o ritmo da mudança das ações humanas, tal como na teoria de Heráclito tudo é devir, no fluir de mudanças.

Heráclito declara que a estabilidade é atingida através da mudança contínua. Se um rio não flui, se não contém mudança, não é um rio, é um lago. É apenas através da mudança que o rio atinge sua estabilidade. O mesmo pode se estender a todas as coisas (ROMERO, 2012, p. 11).

A longevidade da permanência dos espaços de troca cultural no tecido urbano depende da capacidade de representar a mudança, isto é, a vida se renova porque o homem muda. A postura ontológica de Romero (2012) permite afirmar que o tempo não passa, espacializa ou flui, porque não é uma coisa, quem flui é o homem. O imaginário coletivo cria temas para conjuntos significativos das mudanças humanas, assim surge a ideia de época, na tematização do evento, ou formas de nomear os fenômenos mais significativos daquilo que se tornou público.

Nomear é significar os fenômenos, enquanto fluxo temporal de vivências, cuja peculiaridade é a imanência e a capacidade de outorgar significado às coisas exteriores (HUSSERL, 1996a). Essa ciência teve início em Kant (2004) no conceito de *noumeno*. Tal conceito permitiu a Husserl (1996a) afirmar que *noumeno* é cognoscível e desenvolver todos os argumentos formalizadores de seu método reducionista. Em Kant (2004), o sujeito pode conhecer os fenômenos, mas não as coisas em si, ou seja, os *noumenos*<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Nesse argumento, uma coisa é a realidade tal como ela é e outra coisa é a maneira como essa mesma realidade

A razão mecanicista foi intensamente debatida na revolução cultural e teoria crítica da Escola de Frankfurt nos anos de 1960. Essa crítica deu vazão aos princípios da desconstrução, segundo o qual “a razão aberta não é a rejeição, mas o diálogo com o irracional [...] não é somente um método” a exigir o (re)pensar crítico e processual (MORIN, 1996b, p. 168-170).

O repensar processual e teórico fenomenológico de espaço está na teoria dos espaços de Bourdieu (1996). O conceito define o *gravitar do real*, compatível ao *colocar entre parênteses* de Husserl (2006). No processo, a historicidade não é determinante. A *corporalidade* na construção da realidade espacial parte do corpo em movimento, na função de dar existência, organização, domínio e envolvimento *do ser-do-espaço*.

Nesse contexto o espaço é existencial e a existência é espacializada intencionalmente pela movimentação dos corpos. Esse movimento é devir. O espaço resultante sempre será um território *biodegradável* (MORIN, 1996b), ou seja, de reconstrução subjetiva. As leis que o regem são apolíneas, pertencem ao conhecimento trágico (pré-socrático) e não ao mundo racional (socrático). O envolvimento espacial parte da intencionalidade dos mundos subjetivos (co)relacionados aos fenômenos existenciais que se manifestam na teatralidade do cotidiano.

Na definição de Guattari (1992), a cidade é uma máquina reprodutora de subjetividades sobrepostas, mais irreais que reais, é imaginária e representa a somatória de todos os equipamentos materiais e imateriais molares e moleculares<sup>24</sup>, de imagens diversificadas e heterogêneas. Os agrupamentos são condensações porosas, universos *in*. “Não seria demais enfatizar que a consistência de um edifício não é unicamente de ordem material, ele envolve dimensões maquinicas e universos incorporais que lhe conferem sua autoconsistência subjetiva” (GUATTARI, 1992, p. 160-161).

Nessa diversidade de imagens, o conjunto edificado se comunica através “dos diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo [...] de todos os tipos são máquinas enunciantes” (GUATTARI, p. 158) de subjetividades nas quais os aspectos

---

aparece diante de mim, enquanto sujeito do conhecimento. A realidade, tal como ela é, em sua essência, não está passiva de conhecimento. Assim, o modo como ela me aparece (fenômeno) não depende só dela, mas de mim também. Portanto, jamais conhecemos as coisas em si (*noumeno*), mas somente tal como elas nos aparecem (*fenômenos*) (CHAUI, 2000).

<sup>24</sup> As dinâmicas dos sociais possuem planos de segmentos duros e flexíveis, sendo o Estado um organizador centralizante de políticas homogeneizantes chamadas molares. No entanto, as segmentaridades molares de micropolíticas codificadoras ressonam nos corpos, nas máquinas sociais, nas subjetividades desejanças. “[...] do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares” (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p. 94). As linhas de fuga são ações desejanças, produções micropolíticas no plano da análise e da intervenção.

contextuais das máquinas abstratas são representados na linguagem metafórica da desconstrução.

As analogias permitem relevar aos espaços urbanos, inseridos na cidade; um universo macro (molar) do mundo de representações com tempo/espaço heterogêneo de totalidades desuniformes, amorfas. O corpo/lugar é um corpo/organismo. Na teoria dos filósofos, os organismos são estruturados, hierarquizados funcionalmente, em aproximação ao modelo arborescente (alusão à árvore).

Esse corpo/lugar atua como um feixe de linhas moleculares que permite que os agenciamentos operantes se transformem em zonas de descodificação. Os extratos se fazem sobre os sentidos coletivos de espaço urbano. Coexiste a essa realidade o universo de outras cadeias simbólicas, lineares ou não, em linhas curvas, dobradas, redobradas, emaranhadas todas convergentes ao feixe (DELEUZE, 1991).

Nessa análise, os lugares urbanos são corpos *transversalizantes* de memórias, histórias, conflitos, (des)encontros, (des)afetos, etc., em eterno *devoir* que produz ressonâncias entre o inusitado e o atemporal. Teorizá-los exigiu buscar suas experiências transcendentais do reencontro com seu *genius loci*, compreender os eventos que compreendem sua genealogia.

A praça contemporânea é pura subjetividade, pertence ao mundo dionisíaco. E esse mundo é puro *devoir* e em projeção *desejante* de um CsO (Corpo sem Órgão). Como explicam Deleuze e Guattari (2002, p. 15), um CsO é “[...] o campo de imanência do desejo, o plano de consistência própria do desejo ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que viria torná-lo oco, prazer que viria preenchê-lo”.

As praças sempre foram CsO, um vazio que não é propriamente oco porque está preenchido do *desejo* de significar, isto é, as sucessivas significações não permitiam a ideia de vazio. No mundo hodierno existem lacunas temporais entre as significações, o que acaba por evidenciar o vazio ou transparência ao pertencimento socioespacial e restrita *na imanência do desejo*.

Segundo Nesbitt (2008), as epistemologias podem contribuir com esse preenchimento no aprofundamento das teorias sobre as formas de envolvimento humano com os espaços e as ações sociais. Com isso, surgem novas demandas que exigem novas soluções, tanto conceituais quanto físicas. “As questões físicas são resolvidas à luz da tectônica, enquanto as questões conceituais e intelectuais são problematizadas pela filosofia” (NESBITT, 2008, p. 15).

A tectônica requer o envolvimento do arquiteto e do urbanista com o universo social



na compreensão sobre a geração de espaços e de como qualificá-los. Segundo a autora, é necessário compreender que a arquitetura não existe como conjunto de linhas e sim conjunto de percepções e necessidades humanas. Compreendê-las requer mergulhar entre as fendas das camadas geográficas e reconhecer o homem espacial. Essa é a tarefa realizada na genealogia.

O procedimento analítico genealógico desenvolvido partiu do pensamento de Foucault (1990, 1997, 1999), que por sua vez partiu das críticas de Nietzsche sobre o constituir histórico da cultura ocidental moderna. Sobre essa crítica, Foucault (1997, p. 26) afirma:

A história não é mais a face cristalina da superfície do lago, em espelho, para refletir a beleza do próprio homem; a história é, desde a mais superficial face, turva [...] e assim quanto mais os homens se aproximam da história, mais distantes de si mesmos estarão, pois o histórico cultural ocidental não é uma grande verdade.

Disposta a questionar o estado fixo de verdades, surge a teoria das interpretações genealógicas diante das marcas impressas no homem e no espaço. A partir das ações em tempos descontínuos, são definidos os jogos de forças entre dominados e dominadores. Esse processo é interpretado através das fendas que se abrem, produto do atrito das camadas de formação sociocultural, política e econômica acumuladas em tempos. Possuem espessuras desiguais no emaranhado das teias sógnicas desse universo social. Esse cenário impediu a partir da modernidade a ordem dos binários analíticos, condição fundamental às historiografias. Foi nesse contexto que Foucault (2004) estabeleceu a *Ordem do discurso*.

Se a emergência situa a genealogia na dimensão das forças, entre dominados e dominantes, sempre terá um lugar de afrontamento, a partir do qual só cabem as interpretações, uma nova forma de escrever a história baseada na história crítica do pensamento: uma análise genealógica para libertar-se da história supra-histórica, designando o uso *paródico e burlesco da história* (FOUCAULT, 2004), e reconhecer o jogo de máscaras da história.

É possível compreender em Foucault (2004) as relações estabelecidas no *slogan o lugar onde os amigos se encontram* como um símbolo identitário do passado cidadão de Umuarama, trazido como uma identidade disponível na história: uma grande máscara. Por essa razão, a análise genealógica questiona a vontade de verdade, uma ação revolucionária sem cronologia definida ou, como define Foucault (1999, p. 34), “[...] a genealogia é a história como um carnaval organizado”.

Nesse carnaval, o poder interpretativo na genealogia assume o que a história não poderá descobrir entre as identidades esquecidas, “sempre pronta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina”

(FOUCAULT, 1999, p. 34).

## PARTE II – A CARNE E A PEDRA: ANÁLISES SOCIOAFETIVAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Todo lugar, desde que tenha a presença do homem, da sociedade ou mesmo de algum representante da fauna, é imbuído do espírito do lugar, na acepção de vários estudiosos, cuja referência para o presente estudo é o *genius*, reinterpretado por Norberg-Schulz (1996). Como a identificação do lugar se desenvolve por meio das experiências ambientais humanas no espaço percebido e, desse modo, o conceito de *genius loci* atua como instrumento de significação espacial, “[...] o alvo essencial da construção é o de transformar um sítio em lugar, ou ainda, descobrir o sentido potencial que está presente num meio, a priori [...] seu *genius loci*” (NORBERG-SCHULZ, 1996, p. 18).

Na ordem superior de natureza concreta, *o daimo* para os gregos é a mesma do *genius loci*, tomado por empréstimo da mitologia antiga grego-romana. Nesse conceito, cada ser tinha o seu *genius*, que dava vida às pessoas e aos lugares, acompanhava-os desde o nascimento até a morte e determinava as suas características e essência (NORBERG-SCHULZ, 1996).

Na antiguidade grega os símbolos que moldam o espaço urbano e permitem dar identidade *homem-mundo*, ou *genius loci* ao ambiente construído destacavam a harmonia com a paisagem natural, demonstrando o domínio sobre o ambiente natural. Portanto, ao dar origem à paisagem urbana estava intrínseca à compreensão espacial ontológica e topológica na paisagem. Em oposição, os cenários formados pelos romanos prevaleciam os espaços edificados à paisagem natural, com ênfase ao domínio territorial, onde o centro existencial do *imago mundi*, ou micromundo, requisitava a permanência dos espíritos guardiões. Em ambas as estruturas o espírito guardião permanecia preso à delimitação do espaço para configurar o *niwt* (anel delimitador)<sup>25</sup>,

Ao dominar outros povos, os romanos incorporavam alguns valores culturais, o hieróglifo *niwt* é um desses e representa a cidade na antiguidade egípcia. Desse modo, o conceito de *genius loci*, conforme a Figura 4.

<sup>25</sup> No hieróglifo, o anel delimita a proteção do *genius loci*, as duas vias que se cruzam demarcam os quatro quadrantes e os quatro portões na muralha. A mesma representação dos quadrantes esteve presente na compreensão física e cósmica do mundo, até o século XVI. Este relevo representa um acampamento militar assírio com similaridade ao *Niwt* egípcio, ambos explicitam atividades cidadinas. “Na Mesopotâmia a cidade encontra seu lugar de sinônimo e centro da civilização” (XAVIER, 2007, p. 86), tal como o Mapa Mundi de Isodoro de Sevilha, com Jerusalém ao centro desse universo. O mapa foi elaborado no sul da França, em meados do século XII (Biblioteca Municipal, ms. 25, p. 293 *apud* FRANCO JUNIOR, 2013, s.p.).

Figura 4 – Hieróglifo de *niwt* e Mapa Mundi de Isodoro de Servilha (XII d.C)



Fonte: Xavier (2007, p. 86)



Fonte: Franco Junior (2013, s.p.)

O *genius loci* não se encontra associado ao conceito primitivo de abrigo, de caverna ou de choupana. O *genius* ou espírito se encontra no espaço aberto e pode ser qualificado pela intenção de modificar o meio. Esses são os primeiros aspectos do ser no mundo e da relação de domínio humano na construção do lugar (HEIDEGGER, 2002). Esse mesmo sentido é aplicado à tectônica, ou a essência do pensamento arquitetônico, do espaço ambiente na paisagem habitada.

No apresentado, a substância material traz na aparência dos objetos o ponto de partida, para o conceito de lugar, mas a essência desse conceito está na imaterialidade, na totalidade significativa. Uma totalidade constituída a partir do caráter ambiental e da intenção humana do *habitat*. O caráter ambiental se apresenta na síntese fenomenológica, partindo do princípio de que “[...] um lugar é um fenômeno qualitativo, *total*, que nós não podemos reduzir a nenhuma das suas propriedades, tais como relações espaciais, sem perder de vista a sua natureza concreta” (NORBERG-SCHULZ, 1996, p. 8).

A teoria de espaço de Norberg-Schulz (1996 e 2008) é fundamentada na ontologia heideggeriana, cujas primeiras aplicações às interpretações do caráter do lugar (*locus*) partem do sentido intencional (*kern*) de apropriar-se dele na presença formal (*eidós*). Portanto, as modalidades topológicas na fenomenológica classificam as ações humanas na construção dos atributos que conferem identidade ao lugar, que, segundo Kant (2004) e Husserl (1996a), são estruturas originadas no sentido intencional (*Kern*).

As modalidades do *locus*, definidas pelo fenomenólogo Norberg-Schulz (1996), são descritas em termos de *paisagem/povoamento* e analisadas por meio das categorias *espaço/caráter*. Assim, classificam-se as preponderâncias da paisagem sobre o ambiente natural, do povoamento ambiente urbano, rural e sacralizado. Sobre esses três ambientes, o autor preconiza diversas características analíticas complementares.

Quanto ao caráter de lugar, seja na relação sociedade-natureza ou paisagem/povoamentos, será encontrado o sentido de *habitat* associado ao *Gênero de Vida*. Essa associação foi definida por Sorre (1984) e George (1969). O sentido de *Gênero da Vida* está entre os termos existenciais e na subjetivação do ato de reprodução material da sociedade, sendo o *habitat* a sua expressão concreta mais característica.

Nesse mesmo cenário, o *habitat* possui o mesmo sentido para Norberg-Schulz (1996). Ambos os estudiosos preservam aproximações conceituais em *Construir, habitar, pensar*, de Heidegger (2006), obra na qual a essência de construir é deixar-habitar a essência humana, uma experiência sensível de edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. Ser capaz de habitar é uma premissa para o ato de construir. Esse é um princípio de inteligibilidade para quem o observa entre os princípios analíticos da preservação identitária e vivencial correlacionados à função historiográfica e patrimonial avaliados simultaneamente: sociedade e lugar.

O espaço correlacional da sociedade é definido por Lefebvre (1986) em *La production de l'espace*. Nessa obra, o autor afirma que as existências humanas são confrontadas no espaço, em tempo e modo próprio. Nessa dialética, as expressões unidade e diversidade são resumidas em identidade urbana.

Outra contribuição é a aproximação entre a antropologia e a produção estética, sentido implicado na organização do espaço social em *poiésis*, ou seja, a possibilidade do espaço urbano mais sensível, humano e artístico. Sobre essas “razões próprias” de organização do território, reafirmam-se a essência da vida, de tal modo que “[...] pessoas fazem os lugares, lugares fazem as pessoas” (LEFEBVRE, 1986, p. 46, tradução nossa).

## **1.2 O *imago mundi* e a geografia pública**

A primeira ordem de compreensão físico-espacial do tecido urbano está na relação entre o espaço público e privado. A ideia de espaço urbano remete à dimensão pública, do mundo coletivo, que sede ao individual, seja na constituição do ser, seja na espacialização desse ser. Nessa mesma ideia, e aproximado ao conceito de *habitat*, remete à construção do espaço privado, daquilo que abriga-protege e exerce a ideia de corporeidade no *espírito do lugar*, segundo Norberg-Schulz (1996).

O espaço coletivo permite a visibilidade do viver manifesto no cotidiano: “[...] tudo que vem a público [...] é visto e ouvido pelos outros e nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDDT, 1997, p. 59). O viver contemporâneo se apresenta na ideia de sobreposição espaço/tempo desiguais, o desencaixe dessa relação altera o exercício das funções sociais e

urbanas que estruturam esse grande mosaico fluido chamado cidade.

O desencaixe ofuscou a visibilidade dos espaços públicos como lugar das realidades humanas avaliadas pelas formas, intensidades e teatralidade do livre encontro (SERPA, 1996, 2001, 2007). Nesse cenário a esfera privada sobrepõe-se, para conferir o fenômeno de privatização da esfera pública. Habermas (1984) e Arendt (1997) buscaram na cidade-estado grega algumas das relações etimológicas desse processo.

As categorias entre o espaço público e privado têm origem na cidade-estado grega, na qual esfera pública é a política, para o exercício da cidadania. A esfera do *oikos* (casa) está restrita à vida particular de cada indivíduo: “Só à luz da esfera pública é que aquilo que e consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (HABERMAS, 1984, p. 16).

Cabe ao espaço público a formação de opinião na intermediação entre a sociedade civil e o estado. Nesse sentido, a praça é o lugar onde o individual torna-se coletivo, o privado torna-se público e o público se abre ao universo da ideias, dos mitos e das revoluções. Mais que lugar de lazer, a praça é o lugar da cidadania, uma herança da ágora.

O declínio da praça retrata a decadência da esfera pública, da política e da cidadania. A partir da afirmação de que a “[...] geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civilidade” Sennett (1988, p. 324), em *O declínio do homem público, as tiranias da intimidade*, afirma que a idealização do ambiente urbano está nessa mediação, em que a palavra cidade seria sinônima de civilidade. A civilidade é recriada e, assim, produzida pela imaginação criadora. Para Chauí (2000, p. 170), “[...] combinam-se elementos afetivos, intelectuais e culturais que preparam as condições para que algo novo seja criado e que só existia, primeiro, como imagem prospectiva ou como possibilidade aberta”.

A imaginação criadora, conceitualmente, se refere à ação de idealização nas artes, nas ciências, nas técnicas e na filosofia. Ela indica a existência do efeito social análogo ao imaginário reprodutor, que atua como bloqueio do conhecimento, ao simplesmente reproduzir as realidades vividas para justificar o mundo, tal como ele parece ser. Quando esse imaginário reprodutor compreende o universo social chama-se ideologia.

As revoluções necessitam do terceiro imaginário, o utópico, que é a força motriz dos ventos das mudanças e cria “[...] outra realidade para mostrar erros, desgraças, infâmias, angústias, opressões e violências da realidade presente para despertar, em nossa imaginação, o desejo de mudança” (CHAUÍ, 2000, p. 170).

Entre as três formas de imaginário coletivo, Chauí (2000, p. 171) conclui: “[...] o imaginário reprodutor opera com ilusões, enquanto a imaginação criadora e a imaginação utópica operam com a invenção do novo e da mudança, graças ao conhecimento crítico do

presente”.

As mediações entre o imaginário coletivo permitem que a arte de viver se reconstrua e responda as questões existenciais, na capacidade de *sermos no-mundo* e reinterpretá-lo, ainda projetarmo-nos *ao-mundo* de novas possibilidades. A potência existencial está na criatividade e o espaço cotidiano, lugar de visibilidade, onde a vitalidade se expressa na forma coletiva, segundo Maffesoli (1993), em *Os imaginários do social*.

A expressão teatralidade do cotidiano faz alusão ao teatro na antiguidade, devido à natural manifestação nas ruas da cidade baixa, na ágora e no teatro. Assim foi criada a arte da dramaturgia ocidental, como uma realização cotidiana até o início da modernidade. O fim dessa livre expressão humana, sobre a própria estrutura social, encontra resposta na teoria de Arendt (1997), sobre o comportamento social moderno.

A sociedade espera a imposição de um modelo social com regras normalizadoras, o que leva à inexistência de ações sociais espontâneas (ARENDR, 2007). A conduta ordenada e o conformismo geram o padrão de igualdade moderna, baseada na inércia social. Esse quadro sociocomportamental surge quando o comportamento substitui a ação e ocupa a principal forma de relação humana, de tal modo que o conformismo e a impulsão consumista resultam no comportamento sobreposto à ação social.

O espetáculo da vivência é contrário à superficialidade dos paraísos do consumo, “[...] acarreta o grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo” (ARENDR, 1997, p. 146).

A alienação pode ser social, econômica e intelectual. Os homens “[...] ignoram quem são os criadores da sociedade, da política, da cultura e agentes da História [...] e desacreditam que a sociedade não foi instituída por eles, mas por vontade e obra dos deuses, da Natureza, da Razão” (CHAUÍ, 2000, p. 216).

Se o comportamento segue padrões, é previsível, planejado e controlado. A ação envolve níveis mais elevados de vivências sociais, de subjetividade/intencionalidade e de originalidade/criatividade utópica para suprimir a alienação. O comportamento dita as regras das massas. Bello (2006) não considera a existência de uma sociedade quando progressivamente faz extinguir a ação social e induz ao conformismo e à mecanização sociocomportamental. Trata-se do quadro de alienação. E a comunicação de massa tem importante papel de controle na sociedade contemporânea a serviço do capital.

O conceito de fenomenológico-existencial, para Arendt (1997), se resume na palavra *ação*, que, na capacidade de recusa à automação, questiona o *habitus*. Nesse cenário *ser-no-mundo* é assumir-se autor da própria realidade. Portanto, a sociedade é *sermos-no-mundo* com

capacidade de recriação, dotados do valor supremo da *força vital*.

A forma de controle eficaz sobre as massas está direcionada a determinados modelos de comportamento capazes de suprimir a ação criadora. Para Nietzsche, segundo Chauí, (2000, p. 414) “[...] a arte é jogo, liberdade criadora, embriaguez e delírio, vontade de potência afirmativa da vida [...]: eis algumas maneiras pelas quais a estética concebe a atividade artística”. A autora conota à expressão artística o termo jogo de *forças vitais*, na qual o jogo é e um meio de contrariar as formas de controle sociocultural e da alienação.

Na expressão poética de Nietzsche (1958), o homem artístico *em-si* e *no-mundo* é liberto pela ação criadora, para tornar-se avesso aos controles dogmáticos e morais, às instituições sociais e às condições históricas. Em *Assim falava Zaratustra*, obra escrita entre 1873 e 1875, o autor descreveu sua busca pela liberdade:

Eu aprendi a andar; por conseguinte corro.  
Eu aprendi a voar; por conseguinte não quero que me empurrem para mudar de sítio.  
Agora sou livre; agora vejo por baixo de mim mesmo, agora salta de mim um Deus  
(NIETZSCHE, 1958, p. 56).

A expressão artística retrata a vivência dos homens libertos na essência entre o *bem* e o *belo* (*kalogathia*) no mundo visível, dominado pela necessidade da comunicação sensível. Na concepção aristotélica, o inteligível se torna o reino da inteligência (*nous*) percebido pela razão (*logos*). O primeiro é o território do homem comum (*demiurgo*) e está preso às coisas do cotidiano. Essa é a estrutura clássica, resgatada por Maffesoli (1998), em *Elogio da razão sensível*, para lembrar que a percepção e o senso estético do mundo material ocorrem na mediação entre *nous* e *logos*, buscado no cotidiano dos homens. Por conseguinte, o cotidiano é o *modus operandi* para revelarem-se as coexistências humanas.

As compreensões sobre a geografia pública defendida por Sennett (1988) não podem ser enquadradas em padrões positivistas. As compreensões socioespaciais exigiram romper os paradigmas do trinômio geográfico natureza-homem-economia (N-H-E), no qual a natureza era uma máquina e o homem resumido a objeto quantificável e estatístico. Nesse enquadramento, os valores sociais eram produtos do mecanicismo objetivista.

A ruptura desse paradigma passou por três fases da sistematização na baixa modernidade. Essa foi uma abordagem holística e partiu da sociedade global, não do indivíduo no iluminismo dos séculos XVIII e XIX. A segunda é tradicionalista e se refere ao paradigma N-H-E, calçado nos valores da modernidade industrial e na geografia fragmentária dos séculos XIX e XX. A terceira fase se baseia na busca pela incorporação do sujeito e está inserida nas renovações revolucionárias da virada científica dos anos de 1960/70. Esta

reproduziu a abertura à ultramodernidade e às tendências pluralistas hodiernas, uma ciência sensível no mundo vivido.

Nesse olhar geográfico, as teorias sobre o caráter histórico ontológico nos eixos natureza-homem-espço assumem nova inclusão discursiva, nomeada por Moreira (2006, p. 37) como a *Geografia da Civilização* e brevemente definida pela “[...] combinação da Geografia Física com a Geografia Humana”. Entre as categorias analíticas referentes à geografia da civilização, merecem destaque as construções de Moreira (2006) sobre o espaço-tempo vivido e as relações de territorialização e desterritorialização, de fundamental importância na trajetória analítica dos espaços urbanos, principalmente de uma praça em processo de desterritorialização.

A praça objeto de estudo transitou em meio século do marco inicial de colonização, foi o símbolo máximo de constituição de um território no reconhecimento do *genius loci* e, por vezes ressignificada, assumiu ambiências diversas. Assim, foi palco de conflitos, festejos e revoluções veladas, sempre objeto de interesse dos poderes hegemônicos, sem, contudo, formalizar planos socioexcludentes, a serviço do capital, que afetassem a apropriação da praça até 2009.

### 1.2.1 As práticas modernizadoras e as *gentrificações*

O sentido dado à palavra território é o ponto convergente das teorias geográficas. Para Haesbaert (2005), em *Da desterritorialização à multiterritorialidade*, o território sempre esteve inserido num par análogo. De um lado está a matéria-capital, voltada à produção-consumo e à dominação político-econômica concreta e funcional, do outro lado estão os valores simbólicos na apropriação espacial para a coabitação na diversidade social. Nesse contexto, Haesbaert (2005) sintetiza o conceito de território como socioespacial subjetivo e/ou *continuum* cultural-simbólico.

No sentido etimológico, território tem origem em *terra-territorium*. Sua antítese é *terreo-territor* (temor), cujo sentido remete ao impedimento, seja por questões físico-ambientais, seja por aquelas produzidas pelos homens, no espaço impróprio à apropriação. Nesse sentido, reproduz-se novamente o par: de um lado o exercício do poder *unifuncional*, produto da lógica capitalista hegemônica, para que o território assuma a dialética da dominação; do outro, a conotação intangíveis do espaço-tempo vivido, de intermediação, de usos múltiplos, de troca cultural, um território de diversidade e complexidade social, onde prevaleça o coabitar, segundo Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2005).

Territorializar é comum à noção do grego *oekoumène*, resgatada por Max Sorre (1952



apud ORTIZ, 2003). Nesse conceito, a existência de um agrupamento parte do enraizar-se e constituir o *habitat*, adaptando-se ao meio físico-ambiental originário, e constituir um substrato material de cultura. Esse sentido de envolvimento espacial, para os gregos, era denominado *oikoumenos*. Promover o meio favorável à vida e enraizar-se tem a mesma matriz simbólica no termo *Genius loci*, resgatado por Norberg-Schulz (1996), ou *imago mundi*, na conformação dos contornos afetivos que constituem um minimundo.

A antítese de *oikoumenos* permite a alusão ao “deserto”, o espaço estéril e inabitado, extenso e descentralizado, tal como a *transitoriedade* da modernidade se apresenta. A era do fluxo é definida pelas restrições que exigem novas formas de enraizamento sociocultural. Ortiz (2003, p. 68) apresenta o desdobramento dessa dinâmica: “A modernidade é talvez a primeira civilização que faz da *desterritorialização* o seu princípio. Nela o *desencaixe* das relações sociais é intrínseco à sua natureza”.

No que tange à discussão sobre o homem no tempo do mundo globalizado, Moreira (2007) indica que o processo de *desterritorialização* força ao constante (re)fazer o sentido do espaço, ou à *multiterritorialização*, conforme Haesbaert (2005). São sucessivas ressignificações espaciais na ambiência e no pertencimento. “Com o lugar, a contiguidade e a coabitação, categorias características do espaço em região, assim se renovam. Ao mesmo tempo o lugar se reforça com a permanência da contiguidade como nexos internos do homem com o seu espaço” (MOREIRA, 2007, p. 61).

Entre as dinâmicas de *reterritorializar* está a ação de modernizar, dar nova forma, novo uso e novo significado a tudo o que compreende os mundos e se apresenta deformado ou obsoleto. Os espaços livres públicos são espaços aptos ao inovar artístico (*poiésis*), no binário entre a livre expressão criadora da arte pública e as políticas segregacionistas. Essas ficam veladas na *regeneração* de espaços com o interesse de controle social. São políticas compreendidas entre as crises de democratização pública relatadas por Souza (2006) em *A prisão e a ágora*.

Segundo Arendt (1997), o território que compreende o universo público é o palco do fazer artístico (ação social) e da repressão (policiamento) abrangente à esfera privada. As regras de comportamento social visam a padronizar os interesses coletivos. Esse é o próprio significado da palavra modernizar para a filosofia.

A ideia de modernizar impõe a necessidade de renovação identitária e a ocultação do passado, mas pode resgatá-lo no uso ideológico. Tal percepção impôs à humanidade buscar sucessivamente novas identidades. Reinventar-se é tido como instrumento de controle apto à alienação e está contido na imaginação reprodutora. Assim, o cotidiano se torna palco da

encenação de toda a ordem de reprodução sócio-cultural, denominada *tendência* dos discursos, de *status* social e dos padrões de consumo.

Essa estrutura contribui a diversas ordens de microconflitos, do hábito ao poder de consumo. Os diferentes padrões de consumo afloram outros microconflitos como o de geração. A expectativa de consumo gera ações que invadem o cotidiano, ampliam as diferenças entre valores herdados e os novos, dentre os valores morais e sociais.

A palavra *moderno* assumiu, no século XVIII, a conotação de análogo ao antigo e, nos fins do XIX, a conotação de um tempo presente. Na contemporaneidade arquitetônica, moderno é reviver as tradições da modernidade, portanto, passado. Na pós-modernidade, o moderno está sempre passivo de tornar-se diferente, até mesmo *retrô* (*ressignificar*), reler o passado, conforme postura dos anos 1980, para contrariar os padrões modernistas. Diante do exposto, a palavra não possui ordem conceitual.

Nesses termos, modernizar é *dever* a domínio do imprevisível, quando atende ao imaginário criativo na função livre e artística, modernizar é projetar-se ao futuro, ao inesperado. Para Arendt (1997), modernizar comporta a ideia de perdão, de libertação e renovação social. Para Chauí (2000), é um produto do imaginário coletivo utópico, revelador no desejo de mudança social: revolucionário.

O pecado, ao contrário, é evento cotidiano, decorrência natural do fato de que a ação estabelece constantemente novas relações numa teia de relações, e precisa do perdão, da liberação [...]. Somente através dessa mútua e constante desobrigação do que fazem, os homens podem ser agentes livres; somente com a constante disposição de mudar de idéia e recomeçar, pode-se-lhes confiar tão grande poder quanto o de consistir em algo novo (ARENDR, 1997, p. 252).

Como toda criação humana, modernizar tem dois pólos: o negativo assume relevância quando a intenção modernizadora das políticas administrativas públicas visa a atender os interesses socioeconômicos para assumir “[...] um complexo de estruturas e processos materiais” (ARENDR, 1997, p. 129). Nessa estrutura, modernizar é perder a conotação original, a palavra é aplicada à retórica, pura manobra discursiva para controle social.

O arquiteto e urbanista Tschumi (2008b) justifica essa postura destrutiva das práticas modernizadoras no âmbito estético de interesse segregacionista: “Porque o espaço é o suporte comum a todas as atividades, ele é frequentemente usado politicamente no intuito de transmitir uma aparência de coerência através da ocultação de suas contradições sociais” (TSCHUMI, 2008, p. 22).

Quando as políticas públicas são restritivas ao imaginário criativo, o utópico coletivo bloqueia a ação social, os serviços e autarquias públicas interligadas à máquina

administrativa. O discurso alienante reproduz aquilo que a sociedade quer ouvir, gera um bloqueio reacionário, mas que permite uma justificativa pessoal para aceitação do impositivo. Como resultante, o não envolvimento social dá-se em defesa dos interesses comuns. Sem o envolvimento social, inexistente o sentimento de pertencimento socioespacial; portanto, a alienação sociopolítica se desdobra em desapropriação voluntária dos espaços públicos. Assim, os espaços livres públicos se tornam o palco dos interesses econômicos hegemônicos.

Na prática alienante, as cidades modernas veem surgir os fenômenos *gentrificadores*, são espaços sem busca por identidades culturais, idealizados para o espetáculo do consumo de mercadorias e/ou lazer. São formas do controle social e da reprodução da segregação socioespacial no tecido urbano.

### 1.2.1.1 As políticas públicas gentrificadoras

O declínio da correlação vivencial é marcado pela crise de identidade social. As definições de territorialidade, nas superfícies de uma identidade urbana, estão imbricadas nos espaços de visibilidade onde são reatados os laços sociais e onde a “[...] diferença e a desigualdade articulam-se num processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica” (SERPA, 2007, p. 20).

Nas teorias urbanas, os estudos de Serpa (2007)<sup>26</sup> e Smith (2006) contribuem para a compreensão desse processo, dividido em dois períodos. O primeiro se estende do surgimento do termo (no pós-guerra) até 1980. No primeiro período, os planos de investimentos públicos e/ou privados estavam restritos à valorização imobiliária, que, por desdobramento, baniam os moradores de baixa renda dos bairros circundante aos lugares “regenerados”.

No segundo período, após a década de 1980, tal processo assume as escalas locais e globais, em que os valores iconográficos atribuídos ao espaço contribuem para a identificação das classes de consumo. Portanto, muito além da discussão da moradia e da restrição de pertencimento aos lugares “regenerados”.

Serpa (2007) critica a logística mercadológica reprodutora da *espetacularização* do espaço de livres públicos. As dinâmicas partem dos planos de requalificação que, no

<sup>26</sup> Os seus estudos comparam também o gosto pela suntuosidade e pelo espetáculo arquitetônico dos parques. Nesses termos, os parques são projetados e implantados para tornarem-se “grifes” do mercado imobiliário. Esse assunto é pesquisado pelo APUR (Ateliê Parisiense de Urbanismo), em Paris, e define como os novos *espaços verdes públicos* elementos emblemáticos na operacionalidade do ambiente urbano. Em Paris, na década de 1980, passaram a substituir áreas verdes margeadas por bairros de perfil operário e popular, tidos como lugares de degradação espacial e/ou ambiental por novos bairros, onde os escritórios e os complexos residenciais de alto padrão passam a dominar a paisagem urbana.

*marketing* urbano, criam signos direcionados às sociedades de consumo, classificando-as. Em *Espaço público na cidade contemporânea* (SERPA, 2007), o estudioso tece comparativos entre os parques de Paris-FR e Salvador-BA-BR, implantados nos anos de 1980, e afirma que os “[...] parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam” (SERPA, 2007, p. 69).

O processo de desestabilização socioespacial provoca rompimentos socioculturais. A imagem síntese do *marketing* urbano (GARCIA, 1997) e as matérias-primas da idealização de qualidade de vida urbana são produtos dominantes de convencimento na ideia de superioridade dos serviços urbanos e alto padrão de opções culturais e de lazer<sup>27</sup>, em que o prazer de usufruir é puro artifício iconográfico. Desse modo, o uso restritivo de espaços livres públicos ocorre por barreira psicossocial e as manifestações da cultura popular tendem a ocultarem-se, restritas às periferias a compartilhar espaços privados e reservados às comunidades envolvidas.

A palavra artifício na arquitetura dos espaços públicos ao atuar como instrumento de manobra social é criticada por Tschumi (1994, p. 10). O autor destaca a atuação dos profissionais que se distanciam do real sentido do prazer espacial da arquitetura vivenciada “[...] que desempenha um enorme papel no *pensamento* sobre o espaço, para além da repetição de códigos arquitetônicos estabelecidos”, e destaca também o atributo nato do espaço público, o de ser preferencialmente um termo político.

Para atender o lazer de consumo, surgiu, na década de 1970, o conceito de calçada<sup>28</sup>, amplamente difundido nas cidades metropolitanas brasileiras, o que se tornou, em seguida, uma prática recorrente nos pequenos municípios, adotados como ícone de modernidade. A postura distanciou as buscas pela paisagem vivida de existência mítica e simbólica, na valorização dos ambientes livres públicos, que já existiam nos municípios. Desse modo, a implantação não garantiu a qualificação, ou a intensificação, das relações socioculturais na escala local.

O significado da paisagem vivida, para a geografia humanista, está relacionado ao

<sup>27</sup> O lazer sempre foi uma atividade culturalmente determinada. Historicamente, é um importante elo entre a vida no campo e na cidade e está relacionado às manifestações festivas, desde a antiguidade. Segundo Garcia (1997), a tradição relaciona o trabalho campestre às festividades ocorridas entre plantações e colheitas, estas ordenadas pelas estações do ano, portanto regidas pela natureza. Esses rituais festivos sacros ou pagãos aconteciam nos ambientes construídos livres públicos. São manifestações culturais gradualmente substituídas por datas comemorativas comerciais. Desse modo, o lazer cultural foi substituído pela estética do lazer de consumo.

<sup>28</sup> Nos estudos dos fenômenos urbanos, o termo “calçada” ainda está em formulação. É possível afirmar que a sua aproximação conceitual está nos *boulevards*, nas ruas de mercado ocidental e, em alguns casos, devido à quantidade de equipamentos urbanos instalados e apropriados pela população, se aproxima ao conceito de praça linear, embora restrita ao consumo.

processo de cognição, percepção, afetividade e memória para conferir a construção da paisagem, na estrutura espacial ecológica e cultural, dos “[...] espaços que se prolongam em sua própria existência às dimensões do imaginário, do mítico, do simbólico porque são delineados e coloridos pelos sentimentos dos indivíduos daquela sociedade” (TSCHUMI, 1994, p. 125).

A definição de paisagem vivida requer a complementação conceitual do espaço por Kant (2004) e Merleau-Ponty (1999, p. 328): “[...] o espaço não é o ambiente (real ou lógico) onde as coisas estão dispostas, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível”. Nesse conceito de espaço, o meio refere-se à “[...] potência universal de conexões[...]”, de que dispõem os sujeitos à existência. Malard (2006, p. 2) completa: “O espaço pertence à essência do ser e incorpora todas as necessidades, expectativas e desejos que fazem parte da existência humana”.

As posturas ideológicas favoráveis aos modelos de rua de mercado com circulação restrita de veículos, os calçadões, foram promovidas no estado por Lerner (1977), que justifica esta forma de intervenção urbana na aproximação ao conceito de largo, ao considerar as manifestações socioculturais que podem sediar, e destaca a atmosfera festiva na intensidade de vivências cotidianas. Após três décadas, isso não se confirmou.

Esse conceito é amplamente questionado por Garcia (1997), pois a função dos calçadões é meramente representativa das novas formas de acumulação (gestão de negócios, eventos, indústria do turismo etc.). Os calçadões e os modelos de parques implantados em Curitiba-PR atendem aos princípios da “estética do lazer” e têm como finalidade vender o *conceito de qualidade urbana* referenciado nos modelos de Primeiro Mundo. Assim, as administrações públicas concentram a aplicação de investimentos nesses pontos, frequentemente em detrimento dos outros tipos de espaços livres urbanos. Essa prática é justificada na ideologia de criação dos lugares para o público, mas não obrigatoriamente para a vida pública e a ação social (ARANTES, 1995).

A identidade biográfica do homem e os elementos do seu espaço vivido são imbricados no patrimônio histórico edificado e na narrativa dos habitantes. Esse é o conceito clássico de lugar proposto por Tuan (1983)<sup>29</sup>. No que diz respeito à paisagem urbana, Harvey (2004, p. 45) afirma que: “[...] a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se

<sup>29</sup> Os termos foram definidos por Tuan (1980 e 1983) ao estabelecer a interface do método fenomenológico para estudar a organização do espaço pela ótica da percepção, da vivência do cotidiano, dos signos. O primeiro termo é definido pelo autor como topofilia. Trata-se de um neologismo, cujo significado se associa aos laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural, uma resposta estética e sensorial que abrange todo o mundo físico.

organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais”.

Portanto, na diversidade inclusiva da sociedade e nas formas espaciais e discursivas, surge a unidade denominada identidade urbana. Esta necessita de lugares de visibilidade de relações sociais que se especializam no tempo e trazem na memória o acúmulo de signos:

A maior parte da superfície terrestre é um imenso depósito de signos conscientemente deixados por quem nos precedeu [...] as diversas gerações o têm escrito, corrigido, apagado e acrescentado. Nesse imenso arquivo de signos, podemos igualmente compreender um vasto conjunto de intenções, de projetos, bem como de ações concretas de pessoas, de pequenos grupos ou mesmo de sociedades inteiras (SECCHI, 2007, p. 15).

Esses signos estão materializados no tecido urbano, geraram espacialidade e hoje podem ser analisados pelos atributos do lugar: físicos, ambientais, simbólicos e discursivos. Eles são produto do comportamento social no espaço/tempo difusos e sucessivamente recriados no imaginário coletivo. É correto afirmar que um lugar comporta muitos outros lugares; portanto, o conceito de lugar é pluralidade.

A praça não é vista apenas como conjunto de coisas materiais e de práticas culturais. Mas consiste em laboratório analítico de vivências sociais. Inseridas na diversidade de formas tangíveis e intangíveis (HARVEY, 2004), palco da diversidade humana, as praças permitem compreender uma sociedade em determinado tempo, pois são fenômenos socioculturais e representam um ponto de partida no processo de conhecimento das dinâmicas do espaço urbano.

### 1.2.2 O universal de praças em *poiésis*

Possuir essência poética é o maior legado das praças. Em *poiésis* (NUNES, 1966), as praças qualificam as paisagens urbanas e a paisagem humana, por serem lugares de visibilidade das ações coletivas, e são importantes elementos morfológicos configuracionais das paisagens na relevância dos atributos estéticos e ambientais. Conceitualmente, elas são os palcos da teatralidade do cotidiano urbano e são as fiéis depositárias do imaginário coletivo. Nesse cenário, a responsabilidade delegada para quem as planeja é interpretar os mitos, os arquétipos, os ideários coletivos e ultrapassar as barreiras analíticas dos modelos conceituais de praças.

Sobre os recortes temporais a que são referidas as vivências urbanas, Santos (2002, p. 104) afirma que o espaço urbano “[...] é uma acumulação desigual de tempos[...]”, pois a praça “[...] é resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais”. Para

Tuan (1983, p. 4), “[...] o lugar seria o tempo tornado visível, isto é, o lugar como lembrança de tempos passados, pertencente à memória”. Assim, compreendê-la requer conhecer sua memória.

Devem-se somar as relações tempo/espaço de Tuan (1983) às considerações de Rossi (2001, p. 25), sobre a importância do lugar de vivência, em defesa da preservação do patrimônio cultural, e compreender o espaço urbano como “[...] somatória de arquiteturas urbanas que cresce no tempo, [...] e como fatos urbanos que emergem do espaço”. Nesse viés, o mito é o elo entre a materialização dos fatos urbanos e da memória cultural viva no ambiente urbano, em constante produção.

Desse modo, o ambiente urbano é a somatória dos tempos desiguais, presente no conjunto de obras arquitetônicas. Quando preservadas as características estéticas<sup>30</sup> e os métodos construtivos das edificações, tornam-se monumentos<sup>31</sup> qualificadores do ambiente urbano, não só como conjunto de obras, mas como a materialização cultural e consolidação da identidade urbana.

Diante do exposto, o ambiente urbano é um produto cultural, um espelho das mudanças físico-espaciais e sociais. Portanto, está em constante transformação no tempo e no espaço. Na síntese desse conceito, Carlos (1992) define a indissociabilidade analítica entre a sociedade [simbolismo - mito - cultura] e o espaço [função - ritualística - memória], pois cada estágio do desenvolvimento social corresponde a um período de produção espacial. Assim, um obelisco na praça, compondo um conjunto cênico, pode receber significações para diferentes gerações ou grupos sociais, sem que haja alterações físicas na praça.

E, ainda, o obelisco pode ser destruído, mas as significações coletivas atribuídas à praça, pela representação sígnica, que deu origem ao obelisco, perpetuam-se. Isso só será possível quando o signo de identificação da praça já não for mais o obelisco, mas os valores que a nomeiam; neste caso, a praça terá se tornado um ícone urbano.

O *ícone-praça* apregoa a tentativa de simbolicamente expressar, em certas formas urbanas, um significado urbano. Nessa perspectiva, soma-se Rossi (2001), para quem a significante praça está condicionada à memória coletiva dos fatos urbanos, de tal modo que, mesmo sendo alteradas suas atribuições espaciais, devido a mudanças de uso e alterações no

---

<sup>30</sup> A fim de destacar a importância da preservação desses espaços significativos no tecido urbano, somam-se as definições de Argan (1992, p. 77): “A atribuição de valor histórico e artístico não apenas aos monumentos, mas também às partes remanescentes de tecidos urbanos antigos, ainda depende certamente de um juízo acerca a historicidade destes”.

<sup>31</sup> O termo monumentalizar, segundo Choay (2001), corresponde a significar.

desenho, o signo *praça* permanecerá. Portanto, a memória coletiva dessa praça será maior que tudo o que está construído sobre a praça.

Essa paisagem vivencial pode ser fragmentada ou destituída quando as iniciativas públicas e privadas a serviço da (re)produção capital se declinem a isso. Tal processo destrutivo pode ser cíclico e já estar inserido no histórico de diversos espaços urbanos. Essa dialética obriga a reconstrução da sua identidade no imaginário coletivo.

Segundo Nunes (1966), Chauí (1980 e 2000) e Arendt (1997), cabe à imaginação criadora desencadear as ações sociais que infligem os padrões de comportamento, permitindo a diversidade de reinterpretações sógnicas e desnudando as estruturas semânticas. Esse é um mundo de valor sensível, no qual se atribui a ação de reinventar e conotar sentido às vivências reinventar-se e evoluir na essência de *civitas*.

Como *civitas*, a herança está na ágora. Nessa perspectiva, a praça é a fração urbana que deve trazer a visibilidade dessas ações na preservação da vitalidade urbana (MAFFESOLI, 1987). Portanto, é impossível sediar a “[...] imaginação criadora e a imaginação utópica na invenção do novo e da mudança, graças ao conhecimento crítico do presente” (CHAUÍ, 2000, p. 171) sem que os espaços pertençam ao imaginário coletivo no cotidiano. Afirma-se inexistirem modelos de praça que compreendam tais funções, pois não se padroniza *poiésis*, *ethos* e *eidos*.

Na abordagem sobre as possibilidades de aproximação ou distanciamento do imaginário coletivo no espaço cotidiano para a reconstrução do *ethos*, em *poiésis*, é possível afirmar que existem três posturas projetuais, com temáticas específicas, para o projeto de praças.

A primeira postura de investigação fenomenológica não aceita modelos, partirá de pesquisas sobre as vivências e as manifestações sógnicas do imaginário coletivo no *ethos*. Resulta das pesquisas para readequação ou novos projetos de praças que atendam ao imaginário coletivo. Como resultante, o projeto será dotado de expressão artística e social, fruto dessa investigação com ecletismo arquitetônico acentuado, visando à poética do espaço, na singularidade espacial.

A segunda temática parte da adoção do imaginário reprodutor ou de ideologias úteis ao controle do comportamento social. Esta não questiona, aceita o que se apresenta e não contraria as solicitações dos poderes representativos no ideário modernizador. Portanto, bloqueia o conhecimento do *ethos*, daquilo que se apresenta como realidade intangível que levaria ao *eidos*.

Nessa temática, adotam-se modelos conceituais de praças adaptados para atenderem às



demandas dos poderes convergentes às ideologias dominantes, atribuindo espacialidade aos símbolos criados. Trata-se de símbolos de fácil legibilidade, que levam a uma narrativa histórica e costumam homenagear as elites. Esta não é uma postura inovadora, a adoção de modelos teóricos-configuracionais<sup>32</sup> ocorre desde o início do século XX.

A intensidade de reprodução é cíclica e se amplia nos períodos transitórios de ruptura das ideologias dominantes, preservando o desconhecimento do *ethos*. A maior ruptura trazida aos nossos dias, na escala global, é fruto do expansionismo técnico da era industrial do início do século XX. Ela surge no modernismo da escola *corbusiana* e após a segunda guerra mundial é difundida internacionalmente, movimento ainda referenciado na pós-modernidade (releituras modernas).

O modernismo é um movimento clássico<sup>33</sup>, ortodoxo e pragmático, avesso aos estilismos e contraditório, pois todas as regras compositivas estavam implicitamente fundamentadas nos padrões clássicos da antiguidade, relatados por Vitruvius (ZEVI, 1978). No modernismo, as praças retomam dois referenciais. O primeiro deles é o das praças “secas”, com dimensões da ágora grega, mas invertendo os princípios convergentes de vivências, segundo Segawa (1996, p. 34), ao incorporar a intenções simbólicas do poder estatal, a partir dos séculos XV e XVI.

[...] as muitas cidades ideais dos artistas do Renascimento simbolizavam uma ordem política materializada numa estrutura arquitetônica, esquemas lógicos que contemplavam as aspirações das cidades-estados do Renascimento simbolizavam uma ordem política materializada numa estrutura arquitetônica, esquemas lógicos que contemplavam as aspirações das cidades-estados.

O segundo modelo pode se utilizar da praça ajardinada se reduzida à função estética contemplativa da natureza, sob o artifício geométrico. Tal postura foi amplamente adotada no entre os séculos XVIII e XX e assume na modernidade o discurso ambientalista. São simulacros naturais, uma prerrogativa para mensurar a qualidade de vida urbana e acabam por favorecer a divisão de classes, tornando os espaços públicos segregadores. Segundo Sennett (1988, p. 223):

<sup>32</sup> Um dos modelos configuracionais adotados no país na segunda metade do século XIX foram as praças ajardinadas em substituição aos largos. Os Planos de Melhoramentos visaram à aproximação estética europeia, adotando medidas apresentadas como saneadoras, mas de foro segregacionista, banindo a pobreza das centralidades urbanas. Conforme Segawa (1996, p. 168) “algumas cidades brasileiras, [...] assimilavam intervenções modernizadoras em suas infra-estruturas, à maneira das metrópoles européias. Cidades como Rio de Janeiro, Recife, Santos, São Paulo, Manaus e Salvador contaram com empresas que instalaram e operavam os sistemas de drenagem, abastecimento de água e esgoto urbanos”.

<sup>33</sup> Segundo Zevi (1978), a tríade vitruviana já era defendida pelo arquiteto e teórico romano Marcus Vitruvius Pollio, entre os anos 40 e 27 a.C., em *Os dez livros da arquitetura*.

[...] na Paris do século XVIII, nada surpreendia mais do que essa vasta praça a seu frondoso jardim. [...] A Praça de Luis XV transformou-se numa selva urbana [...] as autoridades parisienses, em 1765, por exemplo, analisaram diversos projetos alternativos com vistas à construção de um jardim mais acessível ao povo da cidade o movimento através do pulmão da cidade deveria ser uma experiência sociável.

A experiência política de criar espaços específicos para atender determinada função e classe social foi reproduzida em todo o mundo ocidental de forma mecânica até nossos dias. No aspecto sociocomportamental das praças ajardinadas, o ritual contemplativo estava associado ao comportamento elitista e definia o território das classes mais abastadas, longe da espontaneidade inclusiva e da vitalidade da praça da baixa idade média. Próximo a esse referencial latino, o largo luso-brasileiro colonial, no universo dionisíaco, reproduzia a magia da festividade popular.

O controle espacial da praça oitocentista europeia ajardinada não possui referenciais claros com os espaços amorfos, sem desenho definido e de comportamento social anárquico, mas de elevada hierarquia no tecido urbano. A diferenciação de qualificação vivencial das praças está no estudo de Sitte (1992) e Panerai (1983).

Na teoria social de Colin (2000), é possível afirmar que a visão totalizante da arquitetura no iluminismo e no modernismo parte de leis sistêmicas e autorreguladoras e, na lógica de ortogonalidade sistêmica, reduz a necessidade de questionamentos artísticos e o espelhamento social mimético. A estrutura dos planos e ortogonalidade não busca refletir um mundo real, a arquitetura e o urbanismo ficaram restritos à própria ideia de construir: a técnica.

Assim, a intenção de unir a ordem sociocomportamental ao rigor da ordem geométrica no espaço permitiu tornar as relações espaciais previsíveis e controláveis. O projeto assume um traçado sistêmico e impessoal, ou seja, sem a expressão criativa do autor, não é *poiésis*. O domínio processual no rigor geométrico clássico não requeria na antiguidade, no iluminismo e no movimento arquitetônico moderno ou na vanguarda historicistas uma expressão inovadora que fosse reflexiva sobre o *ethos*. A reprodução pela reprodução é um verdadeiro esconderijo intelectual, não atende a *poiésis* como expressão da arte pública de valoração social.

O cenário de geometrização é compatível à ruptura, com a intensidade de pertencimento popular das praças agravada pelas alterações sociocomportamentais da pós-modernidade. No período pré-industrial, as leituras sígnicas, sobre o cenário de teatralidade cotidiana e intensidade das relações vivenciais públicas, apresentavam simplicidade analítica, pois os contextos dos poderes e a noção espaço temporal e o espaço vivencial estavam contíguos, ou encaixados, conforme Maffesoli (1987).

Um referencial de expressão metafórica que, no intenso uso de simbolismo que atende a imaginação criadora, trabalha com os mitos e mitologias para alcançar a imaginação utópica é a Piazza D'Itália, projetada, na década de 1980, por Charles Moore, em Nova Orleans-Luisiana-USA<sup>34</sup>.

### 1.2.3 O universal de praça entre o caráter pictórico e a identidade social

[...] cidade como local de estar baseia-se na teoria Aristotélica, em que a cidade deve ser construída para tornar o homem seguro e feliz, e para que a satisfação humana seja suprida, deve utilizar os princípios da técnica e da estética da construção urbana (SITTE, 1992, p. 14).

A escala que busca atender aos princípios aristotélicos definida por Sitte (1992), em *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, fundamenta a forma de inserção das praças nos tecidos europeus, analisada pelo urbanista vienense no final do século XIX. O cerne dos ideais indicava que os princípios artísticos, em *poiésis*, devem nortear o ato de projetar as cidades, na defesa da relação harmônica entre o edificado e os *vazios pitorescos* que o rodeiam com bem-estar e a humanização, qualidades imprescindíveis no tratamento de espaços públicos, comum aos valores defendidos por Rapoport (1978), em *Aspectos humanos de la forma*, de Barcelona.

O espaço pitoresco nas intenções projetuais foi recuperado por Barry Parker e Raymond Unwin nos desenhos de cidade jardim, os mais próximos a nossa realidade regional. Nesse estudo, devem-se citar os desenhos urbanos de Jorge Macedo de Vieira (ANDRADE, 1998) para as cidades de Maringá-PR e Cianorte-PR. Andrade (1998) indica a que as plantas arquitetônicas das praças são como pedaços recortados de um tecido urbano mais vasto, na perspectiva em vôo de pássaro, no qual se visualiza o conjunto morfológico urbano, uma postura interpretativa tomada por empréstimo de Sitte (1992) por Vieira.

Nas experiências perceptivas e emocionais da paisagem e nas formas de envolvimento físico ambiental na escala pictórica Lynch (1997 e 1999), Cullen (1971), Panerai (1983), Secchi (2007), Tuan (1980 e 1983) e Jacobs (2000) partem em defesa da escala setorial e do território de vizinhança, e contrariam a implantação dos grandes parques urbanos segregadores das funções urbanas e da convergência social.

A presença do *verde e águas decorativas* nas praças foi defendida por Sitte (1992), como forma de preservar o centro livre, com traçados concêntricos emoldurados pela cidade

<sup>34</sup> O aprofundamento teórico e crítico sobre os referenciais de praças convergentes às transformações conceituais das praças nas temáticas configuracionais moderna, pós-moderna e desconstrutivista, foi produzido sob a forma de artigo devido à especificidade analítica do assunto.

natural. Nessa borda os elementos do *décor*, entre decorativos de expressão cultural local, são definidos pela síntese do arranjo espacial das praças. Seus estudos defendem a *poiésis* urbana. Isso é o que percebe Tuan (1980, p. 285) quando afirma que “[...] arranjos concêntricos do espaço emotivo são traços comuns entre os homens [...] adquirem significado simbólico que ultrapassam as fronteiras culturais e estão presentes na história das civilizações desde o pré-histórico”.

Ainda sobre as posturas projetuais, Gehl e Gemzoe (2002), em *Novos espaços urbanos*, documentam as transformações espaciais e conceituais entre obras catalogadas<sup>35</sup>. As análises destas obras permitem comprovar que, mesmo alteradas as funções estéticas e simbólicas e os usos tradicionais, as praças se preservam passivas à renovação, embora muitas das cidades, segundo os autores, estejam “[...] invadidas e usurpadas pela circulação de veículos” (GEHL; GEMZOE, 2002, p. 14).

O ressurgir de expressões arquitetônicas aplicáveis aos cenários urbanos de paisagem campestre contemplativa ocorreu sob a influência das escolas de paisagismo americanas, por iniciativa de Lynch (1997 e 1999), e europeias, conduzidas por Cullen (1971), na busca pelo ambiente cênico-ecológico ou cênico-histórico, mais próximo ao conceito de jardim. Nessas propostas, são adotados espaços mais amplos e com referências aos conceitos artísticos românticos, na busca de criar paisagens pitorescas nos princípios de ecologia da paisagem. Em muitos projetos paisagísticos, a flora local é introduzida como elemento de destaque na relação entre homem e ambiente.

Essas paisagens seriam classificadas por Sitte (1992) como verde sanitário: “A metrópole necessita destas grandes superfícies não-construídas e compostas por jardins, fontes espelhos d’água, imprescindíveis para a sua respiração” (SITTE, 1992, p. 167). São conceitos aplicáveis a praças ou parques, comuns a grandes centros urbanos em resposta à excessiva artificialização do espaço. Os novos programas projetuais<sup>36</sup> incorporam o lazer ativo e temático, atendem aos novos padrões de “[...] ludicidade”, voltados ao lazer do consumo, mas

---

<sup>35</sup> Com o objetivo de “registrar uma amostra representativa as políticas e idéias projetuais mais importantes subjacentes no trabalho do espaço público” (GEHL E GEMZOE, 2002, p. 7), os autores pesquisam trinta e seis praças e três ruas, em estudos realizados em cidades europeias, da América do Norte e do Sul e da Austrália, totalizando nove cidades, entre 1998 e 2001. São cidades sob condições políticas e culturais diversas, onde analisam o planejamento de praças recentes ou completamente renovadas, nos últimos 10 ou 20 anos.

<sup>36</sup> Os ambientes livres públicos passam a contar com equipamentos para práticas hedonistas de esportes individuais ou coletivos, além dos recreacionais infantis. A cultura e a arte, para a sociedade contemporânea, são bens de consumo e, dessa forma, são incorporadas aos ambientes livres públicos edifícios para lazer cultural: os teatros, anfiteatros, museus e galerias, todos com espaços comerciais e gastronômicos. As tradicionais feiras-livres são adicionadas a programas culturais que dinamizam e atribuem ares festivos a estes novos programas de lazer.

não obrigatoriamente para atender a vida pública (ARANTES, 1995 e 2001).

Tuan (1980) procura contextualizar as paisagens na busca por uma paisagem intermediária<sup>37</sup>. O aspecto que interliga as duas linhas distintas para a composição dos cenários urbanos são as funções simbólicas e a significação social das praças: “A praça não é apenas uma extensão espacial: ela corresponde a um significado social, correlato do próprio espírito da cidade onde se insere” (SALDANHA, 1993, p. 23).

Resumidamente, as duas linhas indicadas por Gehl e Gemzoe (2002) destacam: os elementos construídos em supremacia sobre o ambiente natural, uma característica essencial da pós-modernidade, e o ambiente natural, embora artificializado, para o *lazer verde*, conceitualmente aproximado aos espaços ajardinados, e de sentido contemplativo dos elementos naturais na composição do espaço.

Destaca-se o fato de que, nas duas linhas, os cenários atendem aos novos programas funcionais, amplamente diversificados para atenderem as necessidades da sociedade pós-moderna e seus novos códigos comportamentais, que passam a secundar à logística de consumo do lazer na emergência do *marketing* urbano. Segundo Serpa (2007), trata-se de um signo das representações do poder econômico e político, uma espécie de alegoria do tempo e dos poderes dos que os conceberam.

Nesse quadro, o projeto das praças é reduzido a atender as funções e os novos programas aplicados às praças para o *marketing* urbano dos grandes centros. Segundo Garcia, elas passam a atender com certas normas, valores e preceitos<sup>38</sup>, “[...] que se tornam princípios ordenadores da imagem síntese” (1997, p. 166). Serpa (2007) define como *espetacularização* o fenômeno da transformação de manifestações populares em *festas-mercadoria* para o *consumo cultural* do lugar. Como resultante, as praças apresentam importante valorização imobiliária aos contextos urbanos onde foram inseridas<sup>39</sup>.

No mundo, as expressões artísticas para a composição dos ambientes livres públicos

<sup>37</sup> O conceito de paisagem intermediária, segundo Tuan (1980), surge nos fins do século XVIII, até meados do século XIX. Gradualmente as utopias são transportadas da literatura para o desenho das cidades. Assim, entre os séculos XIX e XX, surgem os subúrbios e as cidades jardins, sendo o papel conservacionista assumido prioritariamente pelos parques urbanos.

<sup>38</sup> Imagens de síntese, segundo Ribeiro (1994 apud GARCIA, 1997, p. 107-147), são imagens produzidas, matéria-prima de idealização de qualidade de vida urbana, tornadas produto dominante de convencimento do *marketing* de síntese cultural pela “superioridade dos serviços urbanos”, “alto padrão de opções culturais”.

<sup>39</sup> Cita-se como exemplo a Opera de Arame-Pedreira Paulo Lemiski, obra de 1992, e o Parque Tanguá, obra de 1996, ambas construídas na cidade de Curitiba-PR. Em Salvador-BA, há o Parque Costa Azul e o Jardim dos Namorados, obras de 1995. Dois exemplares internacionais que seguem os mesmos princípios são o complexo Expo 98, em Lisboa, e o Parque Bercy (2007), em Paris, o Parque André Citroën (1992) e o Parque de La Villette (1989), sendo este construído na confluência dos canais de Ourcq e Saint-Denis (APUR, 2001).

acompanham a evolução e transformação das correntes conceituais do urbanismo, da arquitetura e das artes. No Brasil e no mundo, as obras do paisagista Roberto Burle Marx são indicadas como marco referencial no rompimento do academicismo, a partir dos anos de 1930.

O lazer sempre foi uma atividade culturalmente determinada. Historicamente, é um importante elo entre a vida no campo e na cidade e está relacionado às manifestações festivas, desde a antiguidade. Segundo Yurgel (1983), a tradição relaciona o trabalho campestre e as festividades ocorridas entre as plantações e as colheitas, estas ordenadas pelas estações do ano, portanto, regidas pela natureza. Rituais festivos sacros ou pagãos aconteciam nos ambientes construídos livres públicos. São manifestações culturais gradualmente substituídas por datas comemorativas comerciais. No lazer cultural substituído pela estética do lazer de consumo, prevalecem a *imagem síntese* e o espaço destinado ao *espetáculo do consumo*.

A seguir será apresentada, com base em Mumford (1998) e Souza (2006), uma visão crítica sobre a ágora e a organização social grega, bem como serão abordados os aspectos historiográficos, sob a visão crítica de Santos (1996 e 2006) no que se refere à geografia humana (a paisagem, o espaço e o tempo). Além disso, com base em Lefebvre (1969), se tratará dos usos urbanos e espaço-mercadoria, fazendo algumas reflexões sobre um olhar fenomenológico das correlações de alguns dos sistemas que envolvem a praça na modernidade tardia.

Entre os pensadores que teorizam acerca das relações humanas, serão destacados o pensamento de Deleuze (2008) e Heidegger (2006 e 2008), os pensamentos filosóficos e as teorias sociais de Jameson (1996 e 2001) e Habermas (1990) e as teorias dos envolvimento socioafetivos com os lugares de Norberg-Schulz (1996), Sorre (1984), George (1969), Tuan (1980 e 1983), entre outros.

Essa construção visa a compreender os processos de ocultação sîgnicas das praças no mundo da aparência sociocomportamental do processo de globalização que traz consigo valores que levam à ideia de *evaporação* das praças nas cidades brasileiras. A perda da visibilidade nos tecidos urbanos independe das características e do porte das cidades, pois “[...] o espaço de todos é, no fundo, uma terra de ninguém” (SOUZA, 2006, p. 29), na ausência de identidade e vínculo com o patrimônio público.

#### 1.2.4 O *devir-urbes* e o *Genius loci*

As praças precisam ser redescobertas em significado social e concebidas em valorização pública. A pesquisa aborda os riscos de anulação do espaço vivencial e de trocas culturais,

além da redução da qualidade paisagística urbana, visto que tais espaços estão sendo gradualmente ocupados por edifícios, de uso institucional público ou privatizado, o que configura a irreversibilidade do processo de ocultação.

O termo *devir-urbe* é uma construção analítica sobre os valores sociopolíticos da *polis*. Na formação do *ethos*, compreendida em duas esferas, a pública e a privada, a preservação da essência pública da *polis* exige as hierarquias espaciais em primazia da pública para o encontro comunal. A teoria defende a dialética entre *polis*, na *Isogoria* aristotélica, em igualdade de direito à civitas para o bem-viver (*tôu êu zên*), e contraria o mito excludente das raças de Platão, em *Política*.

Segundo Lefebvre (1969, p. 11), em *O direito à cidade*, o desafio analítico é o imaterial; sob a ótica das relações humanas na *polis* “[...] o interesse do ‘tecido urbano’ não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um ‘modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado”.

Esta escrita visa a confrontar a realidade das praças contemporâneas em *devir-urbes* e a ágora da *polis*/arcaica. A ágora expressa a ideia de *isonomia*, *isegoria* e *isocracia* e em torno desta questão encontra-se o conceito de bem-viver social. Esse termo é uma criação metafórica em alusão ao bem-comum da *polis* de Platão, segundo o qual a única possibilidade de desenvolvimento da *polis* estaria no bem máximo do indivíduo, integrado ao bem coletivo, uma ideia utópica de *polis* perfeita.

A *polis* nasce “[...] do fato metafísico e ontológico do ser humano não ser perfeito, não ser autárquico, mas poder ser autônomo” (PEREIRA, 2011, p. 98). Desse modo, a cidade será o topo do exercício desta autonomia, da liberdade intelectual e criadora. Ela simboliza o respeito coletivo à vida, nas mais diversas expressões dos atributos ontológicos, estéticos e contextuais.

A antítese dos valores ontológicos está na transitoriedade do sentido de urbanidade, sintetizada na primazia da pedra. Esta consiste no eufemismo quanto às restrições da mercantilização espacial, é análoga à carne para Sennett (1997), em *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. A *Urbe* assume a analogia à carne para o ordenamento espacial, restrito à técnica diante de todas as formas de controle e o domínio das relações sociais, econômicas ou políticas. A pedra sintetiza a materialidade da *urbe* nas relações de controle social pelo uso impositivo do poder.

A carne é o território da subjetividade e imaterialidade e está para *o ser-em-si*, o *ser-*

*em-nós*, a síntese conceitual está na cidade baixa, na ágora<sup>40</sup>. Esta representa o ápice da harmonização entre as relações humanas em espaço livre, que foi retratada em *Ilíada*, obra que permite a leitura das relações artísticas da arquitetura urbana grega com a natureza. Segundo Castellan (2006), antes do século IV a.C. a praça era o lugar aglutinador das inter-relações políticas, sociais e econômicas.

Na concepção de Deleuze e Guattari (2002), a *urbe* representa a indiferença mútua da *transvalorização* social, na qual a democracia estaria fora do alcance do sujeito, um sentido à *civitas*, à ágora *ser-em-nós*, ou *praça nomós*. Portanto, a construção *devir-urbes* é uma ontologia crítica sobre a praça tida como fragmento analítico do tecido, entre o encaixe e o desencaixe das vivências urbanas, ou seja, o palco do *esmorecimento dos afetos* (JAMESON, 1996) para relatar os conflitos entre a tradição, do tribalismo clássico ao reacionário neotribalismo.

Desse modo, redescobrir as praças em *civitas*, carne, no pressuposto humanístico ao bem-viver, exige ir além da pedra. Como diria Jameson (1996), trata-se de romper as tendências homogeneizadoras do mundo da mercadoria e construir uma nova utopia urbana ou um projeto anárquico como defende Habermas (1990) de sociabilização espontânea, desvinculada dos interesses mercantis e da cultura e consumo de massa.

A postura filosófica sobre o habitar de Heidegger (2006) contraria o espaço totalizante das vanguardas intelectuais modernas e dos manifestos (Carta de Atenas), preconizados por Charles-Edouard Jeanneret-Gris, conhecido como *Le Corbusier*<sup>41</sup> e debatidos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), entre as décadas de 1920 e 1959 (fim dos CIAM). Para essa geração de arquitetos, o conceito de lugar estaria fragmentado em *dentro e fora*, espaços interligados por *planos de vidro*.

Da ruptura espaço/ambiente, surge o efeito da bolha/vazio contemplativo. Na caixa de vidro, pretensamente atende-se o habitar moderno, comum à máquina de morar, o espaço

<sup>40</sup> A palavra *ágora* se originou do verbo *agoreusin*, que no século VIII a.C. significava discutir, argumentar, deliberar, tomar decisões; mas com o passar dos séculos seu sentido foi mudando e já no início do século IV a.C. *agorien* significava falar em praça pública, segundo Glotz (1946). O fórum é resultante das transformações socioculturais e da evolução das atividades urbanas, principalmente do comércio comum entre tribos estrangeiras e o trabalho, posteriormente utilizado para a palavra e disputas atléticas e gladiatórias, conquanto em todos os períodos o espaço tivesse sido adotado como instrumento político e de culto ao imperador em composição com o *Pritaneu* (lugar de reunião dos prítanes) e o *Buleutériun* (MUMFORD, 1998).

<sup>41</sup> Para Le Corbusier, o rigor geométrico só foi quebrado na fase tardia. A geometria assumiria valor inato ao princípio projetual, inato também ao homem como princípio orientador e locacional. Talvez mais amplo que isso: racionalmente inato no cogito Penso logo existo, em Descartes. A razão como estrutura existencial foi o primeiro pilar a ser derrubado na crítica pós-moderna ao mundo mensurável e às limitações das ciências sociais, devido à imposição da ausência do ser subjetivo, dos sentidos humanos.



impessoal para uma cidade de anônimos distante das unidades de vizinhança, do bairro, do comércio, da praça. O espaço habitado passa a ser do artifício máximo, que não condiz com a relação recíproca homem/espaço de Heidegger (2006). Constitui-se uma estrutura distante das significações sociais do habitar em *genius loci*. Nesse contexto, o lugar habitado é resumido à concepção espacial de natureza abstrata, não mais se caracteriza como o lugar experimental e vivido.

A crítica contextual a esse conceito permitiu, nos anos 1960, o reencontro do pensamento geográfico, urbanístico e arquitetônico, tendo como ponto convergente a filosofia. Nesse reencontro, as aproximações epistemológicas sobre a ontologia e o habitar urbano rompem os mitos das classificações sistêmicas por área do conhecimento.

A escola italiana foi uma das primeiras a rever as escalas entre a arquitetura e o urbanismo. *A arquitetura da cidade*, de Rossi (2001), apresenta um referencial desse conceito ao compreender a cidade como uma arquitetura de *ser-em-si* humana. Em *Para onde vai o pensamento geográfico?*. Moreira (2006) amplia essa possibilidade na conceituação da *geografia da civilização*. Esse, entre outros exemplos, traz à realidade o *pensar junto* de Morin (1996a).

Os debates geográficos concernentes à fenomenologia têm enriquecido as discussões sobre a relação lugar/espaço, cujos pensamentos difundem questões teóricas e metodológicas na geografia humanística, contempladas na interdisciplinaridade a caminho da transdisciplinaridade. Nesse aspecto, as discussões teóricas sobre os conhecimentos históricos, filosóficos, antropológicos e psicológicos têm sido fecundas para a arquitetura em particular. Os diálogos mantidos recentemente, tendo como *pano-de-fundo* os lugares de convergência social a que Held (2009), orientada por De Angelis, denomina de *teoria dos lugares*, funcionam como um instrumento de interdisciplinaridade entre a Arquitetura e a Geografia.

## CAPÍTULO II

### A CARNE ESTÁ ALEM DA PEDRA



Cotidiano na praça. Fonte autora (2009)

## CAPÍTULO II – A CARNE ESTÁ ALÉM DA PEDRA

### PARTE I - A INTERLIGAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ENTRE A MORFOLOGIA URBANA E A GEOGRAFIA DA CIVILIZAÇÃO

#### 2.1 A construção de uma paisagem humana

Ninguém pensa a cidade em isolamento hermético. Forma-se uma linguagem dela por meio de um filtro de percepção derivado da cultura herdada e transformado pela experiência pessoal (SCHORSKE, 2000, p. 53).

Na estrutura hierárquica entre os espaços privados, semipúblico e público, a paisagem é geometrizada. A ciência que estuda as conformações físicas é denominada morfologia no urbanismo (do grego *morphé* + *lógos* + *ía*), e na geografia humana esses estudos assumem a relevância do espaço vivenciado. No discurso teórico, é uma ciência cambiante entre a percepção dos espaços singulares de vivência e as teorias abstratas, tal como o mais amplo significado ontológico (RAPOPORT, 1978).

A geograficidade é a existência em sua expressão espacial. O ponto ôntico-ontológico de tradução do metabolismo homem-meio no metabolismo homem-espaço. E a geograficidade é em si a síntese da relação entre essência e a existência e assim a própria totalidade concreta do ser. [...] A geograficidade é, assim, o ser-estar espacial do ente. É o estado ontológico do ser no tempo espaço (MOREIRA, 2004, p. 34).

O espaço é condição psíquica e material de existência humana, na somatória dos tempos vividos. No encontro desses fundamentos, Moreira (2006, p. 37) definiu “[...] uma combinação da geografia física com a geografia humana” e a denominou de *Geografia da Civilização*.

Essa estrutura possui raízes no processo de formação e desenvolvimento sociocultural, na consolidação identitária, na singularidade patrimonial, nas genealogias e as memórias sociais. Assim, a geografia da civilização pesquisa territórios, lugares e identidades de forma irrestrita, faz a análise do traçado geométrico, ou sua evolução física, e põe em jogo conceitos e valores que examinam o homem, a sociedade, a cultura e, dessa forma, seus mapas simbólicos (SCHORSKE, 2000).

O interesse sobre a paisagem humana surgiu dos estudos sobre as estruturas morfológicas de três das cidades polares, Londrina, Maringá e Umuarama, inseridas no plano de intensificação da ocupação das regiões Norte e Noroeste do Estado do Paraná, traçado em

1925 (POR/ CTNP-1925). A vida nômade permitiu traçar mediações identitárias entre as três cidades e identificar um ponto nessa geografia humana que permite discorrer sobre valores civilizatórios na ordem da cumplicidade social.

A partir da Praça Arthur Thomas, e compartilhando as imagens mentais dos seus usuários, veem-se as paisagens em construção da região que seguem a se modificar no tempo heterogêneo, sem negar as raízes morfológicas do modelo de planejamento colonial britânico da CTNP e CMNP para a constituição de uma segunda-natureza<sup>42</sup>.

Percebe-se que a identidade regional foi construída em diferentes escalas de influência da cultura europeia e sobre as bases morfológicas idealizadas, entre o traçado rodoferroviário e o sistema de parcelamento rural, que configurou a paisagem geometrizada das zonas rural e periurbana (cinturão verde não preservado). Na zona urbana, destacam-se as relações hierárquicas entre os espaços públicos e privados e as setorizações funcionais com o objetivo de atender ao sistema produtivo extrativista.

A poesia paisagística é própria no solo de Terra Vermelha e do Arenito Caiá, onde se realizou o ideário colonizador ao modo das possibilidades, nem tão próximo dos ideais planejados. Inseridas nessas estruturas históricas, surgem as “Cidades Plantadas”, denominação poética adotada por Rego (2009) para esse fazer urbano na perspectiva morfológica.

Nas paisagens urbanas, as praças assumiram a máxima hierarquia, são definidoras dos centros comerciais, religiosos e institucionais – entre os quais se destaca o centro político-administrativo. Como produto sociocultural, tais ambientes se reterritorializam no tempo. A interpretação genealógica foi organizada em cinco praças e apresentada no Capítulo IV, Parte II. Este capítulo aborda no universal de praças os modelos conceituais e as estruturas hermenêuticas que contribuam para a compreensão de que praças não são ilhas, nem obras do acaso, são territórios eidéticos.

### 2.1.1 A geografia da civilização e a morfologia urbana

A Geografia da Civilização de Moreira (2006) possui raízes no processo de formação e desenvolvimento sociocultural, na consolidação identitária, na singularidade patrimonial e nas genealogias sociais. No exposto, conhecer os lugares não se resume a analisar seu traçado geométrico ou sua evolução física. Schorske (2000) indica a realização do jogo de conceitos e valores que examinam o homem, a sociedade, a cultura e, dessa forma, seus mapas

---

<sup>42</sup> “Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma segunda Natureza, como Marx a chamou” (SANTOS, 1980, p. 10).

simbólicos, ou mapas mentais, fruto do envolvimento perceptivo e topoafetivo, bem como das configurações tipo-morfológicas.

Uma genealogia socioespacial não poderia deixar de incluir as reflexões sobre o meio técnico-científico informacional globalizado e os mecanismos dos fluxos entre a escala local e global, diante da teoria do espaço híbrido na qual cada lugar contém todos os lugares.

O espaço híbrido dominante, conforme Santos (1996), em *A natureza do espaço*, aproxima-se do conceito de espaço liso, no qual não se apresenta muita resistência à incorporação da lógica de acumulação do capital e do desdobramento de ideologias. Assim, as práticas espaciais de outros lugares se interligam em padrões de consumo e redes de fluxos.

O conceito de rugosidade socioespacial se refere ao acúmulo das camadas sobrepostas, produto das realizações humanas. O movimento das forças sociais gera energias atritantes nas conformações e nos rearranjos espaciais. O território rugoso se apresenta como um conjunto de sobreposições de *layers*, na difusão e continuidade de fenômenos de tempos diversos, alguns sobrepostos no devir dos eventos. Nessa perspectiva, existe a aproximação entre Schorske (2000) e Santos (1980, 1987 e 2002), no que tange à ontologia da produção do espaço com a desconstrução do sujeito em devir.

Na visão antropológica heideggeriana, compreender os espaços requer compreender a diversidade dos sujeitos que relativizam o espaço na busca da verdade, da gênese do sentido e na genealogia de uma história pluralizada no tempo e fundamentalmente heterogênea. Esse pensamento é oriundo das contribuições de Rousseau (1999, 2001), Saussure (2002), Lévi-Strauss (1987), Santos (2002, 1996) e Derrida (2001, 2008), aplicáveis ao sentido de desconstrução socioespacial, sob novas formas de ocultação ou supressão das rugosidades.

Nessa nova modalidade, descentralizada e descontínua, de sobreposição sígnicas, os rearranjos espaciais produzem finas, mas inúmeras camadas onde o processo de reprodução e acumulação do capital assume uma capacidade seletiva. Resumidamente a concepção da desconstrução do espaço parte do conhecimento das realidades locais na observação das diferentes formas de envolvimento, interação e articulação combinada com outras escalas de tempo e de espaço.

Todavia, segundo Schorske (2000, p. 54), sobre as ruínas da organização do espaço anterior, finas camadas se acumulam. Dessa forma: “Nenhuma fase nova destruiu sua predecessora”. Estudar a mudança, na mudança, sem a acomodação dos fenômenos no tempo exige novas reflexões ontológicas daquilo que expressa as múltiplas existências sobrepostas do espaço ultramoderno, complexo e incompleto.

No olhar de Sevcenko (1998), cultural e técnico-científico têm como desdobramento a

ampliação do espaço privado para o interior do âmbito público, no qual são assumidos os planos reguladores privados decorrentes do desinvestimento, não acidental, dos setores públicos, em favor do privado, que assume o papel normalizador do universo coletivo. “Essa antítese caracteriza a condição por excelência do homem moderno” (SEVCENKO, 1998, p. 551).

Em *A arquitetura da cidade*, Rossi (2001) destaca três escalas fundamentais na construção da paisagem urbana, instrumento de análise do processo de formação socioespacial. A primeira escala é a da rua ou aquela que corresponde à escala do observador; a escala do bairro, entendido como um conjunto de quarteirões de características comuns, e a escala da cidade, considerada pelo agrupamento de todo o ambiente urbano. Estas escalas nos ajudam a compreender a dimensão do desenho urbano, quando aplicado à produção e organização do território e à consequente transformação da cidade.

As estruturas hierárquicas morfológicas possuem raízes nos processos históricos de formação e evolução dos lugares urbanos, que, em conjunto, foram um mosaico de tipologias, entre a arquitetura dos edifícios e os padrões de parcelamento urbano. As formas de parcelamento urbano, a organização e o pretense controle espacial são estudos realizados em duas ordens, a do Desenho e a do Planejamento Urbano. A segunda está mais próxima do controle sociopolítico.

#### *2.1.1.2 Desenho, tipologia e morfologia urbana*

Uma análise tipológica parte da escolha dos elementos subtraídos do espaço construído e considera os tipos de edificações e os elementos arquitetônicos e decorativos avaliados pelas características técnico-construtivas, a linguagem artística, os aspectos funcionais e os períodos históricos em que foram construídos. Compreendê-los contextualmente significa conhecer suas variações, relações hierárquicas e historiografias. Esses são estudos restritivos a determinados lugares e necessitam de recorte físico no tecido urbano. Portanto, requerem a definição da área e da escala de abrangência com a qual se trabalha. Na definição de Rossi (2001), a análise tipológica é a menor entre as escalas dos estudos urbanos.

As análises morfológicas estudam o próprio tecido e seus componentes a definir prioritariamente as relações hierárquicas e organizacionais desses tecidos. Uma terceira corrente analítica, a tipo-morfológica, propõe os dois estudos realizados simultaneamente. Nesse estudo, o espaço urbano é um produto socialmente construído, em que as somatórias

das arquiteturas são sucessivamente (re)construídas sobre um desenho morfológico, planejado ou não, com determinadas características tangíveis e intangíveis, capazes de distinguir e hierarquizar os espaços públicos (praças, parques, logradouros, lotes públicos) e espaço privado (lotes, quadras).

Os estudos de natureza tipo-morfológica de De Angelis (2000) e De Angelis e De Angelis Neto (1999, 2000) teorizam a forma de inserção das praças no tecido urbano. O estudo partiu da análise morfológica do tecido urbano central da cidade de Maringá-PR. Outros estudos também relevantes sobre os sistemas de relações espaciais e geométricas, e das transformações tempo/espaço com especial atenção nos espaços de encontro social, são de Sitte (1992), Rossi (2001), Merleau-Ponty (2000), Krier (1975) e Hillier e Hanson (1984). Esses estudos se referem aos tecidos de cidades europeias. As análises se interligam aos estudos de identidade do ambiente construído, tal como o *genius loci* de Norberg-Schulz (1996), do envolvimento topoafetivo de Tuan (1983), de legibilidade urbana de Lynch (1997) e Cullen (1971), entre outros.

Em *A natureza do espaço*, Santos (1996, p. 21) afirma que o espaço é o “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações”. No mundo contemporâneo, a relação entre os sistemas de objetos e ações compreende as espacialidades urbanas e requer novas bases analíticas, mediante a acentuada privatização do espaço público.

Compreender os novos arranjos espaciais na topologia fenomenológica, ou na morfologia e planejamento urbano, exige considerar as análises preconizadas por Santos (1980, 1996) sobre o meio técnico-científico informacional globalizado e sobre os mecanismos dos fluxos<sup>43</sup> nas estruturas sociais dominantes. Há ainda o aspecto associado ao conceito de espaço híbrido<sup>44</sup>, conforme o qual cada lugar contém todos os lugares e as pessoas e suas vivências pertencem aos lugares, principalmente aqueles inseridos na memória compartilhada.

Esses vínculos encontram maior risco de rompimento nos pontos nodais, ou seja, nas cidades metropolitanas, território do poder global, em virtude do aumento da velocidade do

---

<sup>43</sup> O suporte material dos espaços dos fluxos foi definido por Santos (1986, 1996) e Castells (2002) a partir das tecnologias digitais de comunicação, das logísticas de transportes (entrepósitos de carga, aeroportos, sistema rodoferroviários, portos etc.) e dos pontos nodais. Esses pontos possuem características sociais, físicas e funcionais representadas pelas cidades, principalmente as globais. Entre os nós, estão articuladas as organizações das elites que coordenam as funções de domínio. Estas organizações atuam na desorganização e segmentação das massas. Sob tal prisma, essa é a forma contemporânea de controle social.

<sup>44</sup> O conceito de espaço híbrido dominante definido por Santos (1996), em *A natureza do espaço*, parte da capacidade de união das práticas espaciais de outros lugares em um espaço liso mesclando padrões de consumo e redes de fluxos.

capital e da expansão do consumismo e da efemeridade massificada. Nesse cenário, os lugares tornar-se-iam a condição e o resultado da mundialização da economia e da cultura técnica.

Cabe questionar: como a globalização afeta a configuração e o pertencimento social dos espaços livres públicos?

Processos técnicos contextualizam e descontextualizam as conformações geográficas na pós-modernidade, segundo a compreensão do espaço híbrido proposta por Moreira (2004) e Santos (1996), contudo não é determinante. Essa teoria afasta o fantasma do determinismo tecnológico.

A concepção de Moreira (2004) contraria a de Sevchenko (1998). Para Moreira (2004), a globalização reforça o sentido do pertencimento sociocultural na criação e preservação do espaço vivido. O pesquisador explica que a constante renovação e troca de objeto e coisas que compõem as ambiências forçam o homem a buscar novos sentidos de pertencimento, em que “[...] a história dos homens e das coisas que formam o novo espaço vivido não contam uma mesma história, o que força o homem a reconstruir a cada instante uma nova ambiência que restabeleça o sentido de pertencimento” (MOREIRA, 2004, n. p.). Este processo ocorre em menor incidência nas cidades menores devido à possibilidade de ampliação dos vínculos socioafetivos.

As estruturas hierárquicas morfológicas possuem raízes nos processos históricos de formação e evolução dos lugares urbanos, que, em conjunto, foram um mosaico de tipologias e significações. Por essa razão, como postula Carl Schorske (2000), investigar as cidades não se resume a analisar seu traçado morfológico ou sua evolução física, pois neste caso, o estudo estaria restrito e seria um estudo gráfico. Uma morfologia exige examinar as relações humanas, a sociedade, a cultura e as significações coletivas.

Os métodos analíticos e as teorias críticas sobre a adoção de modelos conceituais no desenho de cidade assumiram maior relevância no país no começo do século XX, devido aos Planos de Melhoramentos, na provisão das infraestruturas urbanas implantadas nas principais capitais.

Num breve panorama sobre os estudos da forma urbana no Brasil, são indicados como precursores, na ênfase dos processos de formação sociocultural de cunho antropológico, Holanda (2002) e Freire (1933). Inseridos nas pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com ênfase analítica no desenho urbano nas cidades coloniais mineiras, destacam-se Vasconcellos (1956), Costa (1995) segundo Pereira Costa, (2004, 2006).



### 2.1.2 A geografia humana e o desenho urbano

O desenho urbano não é apenas a arte de projetar cidades; consiste no estudo da produção e das transformações dos tecidos urbanos na realidade físico-ambiental. São objeto e produto dos processos sociais que dão forma física e transformam o tecido no tempo. Portanto, o desenho urbano é uma expressão social inserida no processo civilizatório, tal qual a evolução da cultura ou a linguagem de um povo (SCHORSKE, 2000).

As transformações espaciais ocorrem segundo a intenção e as ações dos agentes sociais, em processos descontínuos e híbridos, na mediação entre o capital e as ideologias. Portanto, tornam-se instrumentos ideológicos, simbólicos e semióticos das iniciativas públicas e privadas a serviço da (re)produção capital para codificar as necessidades ideológicas e reforçar o modo de produção *financeira/informacional*.

A abordagem teórico-crítica do desenho urbano de Cuthbert (2006), em *The form of cities: political economy and urban design*, atesta a tese de que as transformações da forma urbana ocorrem independentemente da ideia de planejamento urbano. Na sociedade ultramoderna do consumo, a perspectiva do materialismo histórico do autor apresenta importante aproximação aos princípios conceituais dos “sistemas temporais”, na produção do espaço ultramoderno globalizado e dos sucessivos *sistemas de modernização* de Santos (1996), em *A natureza do espaço*, e Santos (1998), em *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*.

O espaço ultramoderno globalizado é produto do meio técnico-científico informacional de *sistemas temporais* e coincide com a sucessão dos *sistemas de modernização*. Tais sistemas passaram por mudanças sucessivas após a segunda guerra mundial, instituídas pelas inovações do meio tecnológico a prescindir o período industrial da era moderna (1870-1945) e constituir um espaço completamente diferente do período anterior, segundo Santos (1996) em *A natureza do espaço*.

As mudanças tecnológicas desencadeiam mudanças sociocomportamentais e imprimem os tempos acelerados e descontínuos. Nos anos 1970, Santos (1997a, p. 27) preconizou esse novo período do desenvolvimento histórico da sociedade ultracapitalista, na qual: “A tecnologia da comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto”.

Assim, surge *uma época nova* (SANTOS, 1997a), inserida numa nova concepção espacial, construída sobre as ruínas da organização do espaço anterior. Trata-se de sobreposições de camadas em acúmulo, pois: “Nenhuma fase nova destruiu sua predecessora”

(SCHORSKE, 2000, p. 54). Essa nova época é propagada pela *massmidia* e solicita novas reflexões ontológicas acerca daquilo que possa expressar as múltiplas existências do espaço ultramoderno, complexo e incompleto.

A ontologia espacial de Santos (1996) parte da discussão sobre a técnica, o espaço e o tempo. A técnica é “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 25). Assim, o espaço geográfico é produto da técnica. Santos (1996, p. 40), complementa: “[...] toda técnica é história embutida [...] e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas[...]. A técnica é tempo congelado e revela uma história”, ou a *empiricização do tempo*.

Para Santos (1996, p. 51), o espaço geográfico “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Um cenário de ação intencional, onde os objetos se inserem para dar conformidade ao quadro social e configurar o espaço histórico na paisagem que se constitui.

O olhar crítico-interpretativo para a produção artística, científica e tecnológica que envolve o fazer urbanístico exige o envolvimento epistemológico sobre os parâmetros das mudanças sociais e científicas na ultramodernidade, configurada pela aceleração das mudanças estruturais no meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1986).

Historicamente, a interpretação do espaço socialmente produzido partiu da superação dos fundamentos positivistas do trinômio N-H-E (natureza-homem-economia), no qual se equiparou a natureza à máquina. O homem foi resumido ao ser quantificável e estatístico, e os valores sociais foram compreendidos como produto restrito da produção econômica.

Na busca pela aproximação nos campos epistemológicos da geografia humana<sup>45</sup> e do desenho urbano, assumindo o olhar crítico sobre os parâmetros das mudanças sociais e científicas no meio *técnico-científico-informacional* para a interpretação do espaço social,

<sup>45</sup> Importantes contribuições, segundo Moreira (2006), para o surgimento da geografia como ciência indutiva e dedutiva são de Kant (2004), que construiu teorias elementares filosóficas de “[...] região-parte e espaço-todo [...]”. A dimensão dimensões orgânica, inorgânica e humana, na individualidade regional é uma das contribuições de Humboldt, no recorte da formação vegetal ao todo, o planeta terra, partindo de [...] métodos comparativos e do princípio da corologia [...] inserido nas geografias sistemáticas ao surgimento da geografia humana, geografia física e geografia regional. A perspectiva de produção geográfica de [...] síntese regional de Vidal de La Blache, [...] divide em quatro categorias analíticas: a central região (geografia regional), a geografia da civilização da geografia humana, donde deriva o gênero de vida; a geografia política e da junção **entre** Ratzel e La Blache” (MOREIRA, 2006, p. 20-37) encontra os fundamentos de uma geografia da civilização.

Santos (2006) define o bioespaço<sup>46</sup>.

No que se refere aos conteúdos técnicos, ontológicos e discursivos do espaço<sup>47</sup>, somam-se às de Santos (2006) as considerações de Moreira (2006) sobre uma nova era técnica a introduzir a fenomenologia husserliana, a filosofia existencial de Heidegger e o desconstrutivismo de Derrida.

## PARTE II – A LIÇÃO

### 2.2 O *Arqué* das praças

Espaço público seria então o lugar ou horizonte onde se vive, produz, reproduz e transcende, colectivamente, a presença, a experiência e a partilha de uma actividade/identidade comum (ABREU, 2003, p. 2).

Em *arqué* reside o sentido de espaço público transcendente de Abreu (2003), aquele lugar ou horizonte onde se vive, produz, reproduz e recria o cotidiano urbano. Lugar de presença, da experiência e da partilha na *vida ativa*<sup>48</sup>, no qual se estrutura a cumplicidade entre a psique e a identidade urbana, uma via de mão dupla. Esse é o espaço público que se busca desarquivar ao desocultar as estruturas veladas das relações topológicas e socioafetivas.

O esvaziamento de sentido da vida pública norteia a obra de Sennett (1997), em *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. O futuro de incerteza sobre a visibilidade das relações sociais ocupava os pesadelos de Sitte (1992), em 1889, ano de publicação de *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Sitte (1992) indicava, naquele século, a possibilidade do desaparecimento das praças europeias diante do esvaziamento do

<sup>46</sup> No último capítulo da obra *De volta ao futuro*, Moreira (2006) referencia as reflexões de Milton Santos na existência do modelo mecânico de reprodução social, tal como o mecanicismo na interpretação do espaço social indicando a necessidade renovação categórica e teórica.

<sup>47</sup> Entre os principais eixos temáticos, Moreira (2006, p. 21-31) destaca: “[...] o humanismo societário de Pierre George; o espaço vital de Friedrich Ratzel; a afirmação da essência-existência teológica de Carl Ritter, grafia espacial de Carlos Walter Porto Gonçalves; contingência humana no gênero de vida de Paul Vidal La Blache e o impasse gnoseológico de Edward Soja”.

<sup>48</sup> Uma grande contribuição de Arendt (1997) é a análise sobre a *vita-activa* na distinção entre o labor e o trabalho, distanciamento acentuado na era moderna. O labor é uma atividade mais privada, na produção de bens menos duráveis, consumáveis. O trabalho é o oposto, visto que os bens devem ser duráveis e para isso precisam da visibilidade pública e exigem o discurso (lexis) e a ação (práxis). Na *vita-activa*, a atividade política é hierarquicamente superior, equiparada aos filósofos, depende dos espectadores e do tempo livre na vida contemplativa (bíos theoretikós). Bíos theoretikós, lexis e práxis só eram permitidas ao cidadão livre (homens com mais de 18 anos, com pais atenienses), para isso, o trabalho era realizado por metecos e o labor pelos escravos (ktema), subordinados ao “déspota doméstico” (cidadão livre). Assim, a estrutura econômica e a vida pública, ou publicidade, era realizada em espaço livre à luz do sol, enquanto a privacidade se dava em lugar onde as pessoas se protegem da luz, no ambiente doméstico (oikos). A liberdade estava no equilíbrio das duas esferas, em interdependência.

significado público às praças atribuído, quando a burguesa estivesse plenamente atendida entre quatro paredes. Essa ideia de plenitude do mundo existencial, no âmbito privado, acompanhou o homem moderno e provocou o mau arquivamento das relações sociais, agravado na pós-modernidade.

O mau arquivado é uma expressão textual de Derrida (2001), empregada em *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana. O termo se refere aos assuntos mal traduzidos pela modernidade e, assim, ocultados. Trata-se de uma discussão psicanalítica no início, mas que assumiu todas as formas de pensar o universo das relações sociais. Segundo o filósofo, vivencia-se a perturbação do *mal d'archive* na incessante busca do incompreendido “procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele [...], um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto” (DERRIDA, 2001, p. 118).

É preciso desarquivar o símbolo universal<sup>49</sup> de praça. As profecias de Sitte (1992) sobre a ausência de função cívica das praças foram sucessivamente confirmadas, desde o final do século XIX, no velho mundo. Atender ao objetivo de desmantelá-la para reinscrevê-la, requer desconstruí-la e, para isso, destituí-la de qualquer valor existencial. Esse é o meio previsto para que seja possível a reconstrução sgnica no mundo contemporâneo, sob novos valores e usos.

A ação solicitada por Derrida (1973), em *Gramatologia*, título original *De la gramatologie*, escrita em 1967, obriga a resignificar, dar nova estrutura ao que era pretensamente conhecido e desocultar os valores. A obra de Derrida (1973) foi construída a partir da linguística de Saussure (2002, p. 30), que esclarece o sentido dos valores linguísticos na análise sgnica: “É preciso reconhecer que valor exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não significa, mas vale: esse ponto é cardeal. Ela vale, por conseguinte ela implica a existência de outros valores”.

Além da linguística, a proposta analítica de Derrida (2008) teve origem nos conceitos arquitetônicos de estruturas construtivas para teorizar a desconstrução analítica do mundo por meio da produção textual. Os filósofos europeus dos anos 1980 se dispuseram à discussão arquitetônica de Bernard Tschumi e Peter Eisenman. Derrida (2008) deu continuidade ao

<sup>49</sup> Para Berger e Luckmann (1966, p.124-132) os universos simbólicos são passíveis de cristalização segundo processos de “[...] objetivação, sedimentação e acumulação do conhecimento”. Esses processos de cristalização levam a um mundo de produtos teóricos que, porém, não perde suas raízes no mundo humano de tal sorte que os universos simbólicos se definem como “[...] produtos sociais que têm uma história [...]”.

projeto niilista de Nietzsche: “De fato a desconstrução formula a ideia radical de que não existe uma realidade permanente a ser conhecida” (TSCHUMI, 2008b, p. 200).

O conceito de desconstrução induz ao resgate daquilo que está mal arquivado e discursivamente merece reconstrução na ideia originária. Nesse cenário, e assumida a necessidade de desconstrução sígnica do universal de praça, qual raiz há de adotar-se para recuperar-se o valor original desse universal?

A ágora foi o coração e o cérebro da *polis*; a praça de mercado *o corpo* da cidadela no medievo renascentista e a praça moderna na cidade/organismo da representação do CsO (corpo sem órgão) tornou-se vazia de sentido e pertencimento identitário, um modelo agorafóbico.

Na pós-modernidade, a diversidade de modelos representa o sentido do indefinido e transitório, em busca do reencontro conceitual e de novas utopias urbanas. As reflexões a serem apresentadas adotam a ágora como referencial vivencial, e a transição formal arquitetônica entre o moderno, o pós-moderno e o desconstrutivismo como referencial formal, sem nenhuma pretensão em esgotar o assunto. O desarquivo assume a forma discursiva das lições, nas quais alguns aspectos das praças são textualizados.

### 2.2.1 As lições de uma praça: uma hermenêutica da praça na interpretação dos signos

Os *imago mundi* preservam os sentidos de construção coletiva na espontaneidade do tecido natural e são espaços *unos*. Desconstruí-los analiticamente seria a primeira Aula de Barthes (1987a), obrigatória para conhecer uma urbanidade.

O estudo consiste na busca pela compressão da essência do significado da praça no mundo contemporâneo e das possíveis heranças na ágora, entre o calor dos corpos e a frieza da pedra, inserida no berço da civilização antiga por Sennett (1997). Ao redor dessa um círculo mágico de proteção tribal, o *imago mundi* ou *genius loci* do período arcaico peninsular grego foi preservado na vitalidade da praça de mercado medievo europeu analisado por Lewis Mumford (1998) e na monumentalidade da praça cívica renascentista, pictórica na espontaneidade do tecido natural europeu ou no átrio fronteiriço (largo), discutido por Sitte (1992).

A *ágora-polis* serve ao analogismo do *devir-urbes*, assim como a carne e a pedra de Sennett (1997). Essas são construções teóricas necessárias à contextualização e busca pela preservação identitária e reterritorialização de uma praça interiorana.

Uma lição vista pelo viés do ensino inclui o conhecimento proferido por alguém que possua o notório saber e, nesse caso, é apresentada sob a forma de conferência e

contextualizada. Isso ocorreu em *A aula*, de Roland Barthes (1987a), ou quando Secchi (2007) atendeu à solicitação para uma edição intitulada *lição*, em *Primeira lição de urbanismo*. As duas lições são obras célebres que relatam novos horizontes sobre a forma de interpretar o mundo urbano, guardado o caráter de cada obra.

Na epistemologia da palavra *lição* encontra-se a *filologia* (HOUAISS, 2002), ou estudo das sociedades e civilizações antigas através da decodificação paleográfica e da interpretação de documentos (textos, mapas, representações gráficas etc.) que confirmam análises críticas sobre os valores da cultura pesquisada.

Uma filologia permite o exercício da *ecdótica*, uma hermenêutica sobre a redação inicial que confira uma crítica textual. Como hermenêutica, a decodificação e reconstrução das palavras assumem o valor analítico do *metatexto* de conteúdo interpretativo comum à semiologia, na interpretação dos signos de Barthes (2004). Estas são análise em profundidade sobre os valores socialmente construídos, uma genealogia.

O último sentido possível e figurado da palavra *lição* assume a conotação de repressão, uma penalidade imposta à lição não aprendida, ensinada ou cumprida. Talvez implícito a essa *lição* esteja um *diálogo afônico* entre as ciências sociais e as técnicas de planejamento ou de (re)desenho de cidades. A denotação prevista nessa pesquisa à palavra *lição* é o sentido hermenêutico dos valores socialmente compartilhados na formação do *ethos* e dos *eidós* na genealogia do cotidiano, uma tentativa de descodificação.

No cenário construído, a palavra *lição* assumiu o ensinamento de vivência sociais equiparada na formação social do *ethos* e do *eidós*. Entre as lições/mundos, partiu-se da ideia de sobreposição temporal, ao lembrar que as praças são cenográficas do heterogêneo, do fluir dos corpos, dos tempos tematizados em eventos que colocam em devir as noções de espaço-tempo. As praças se especializam em guardar traços dessas representações no tempo e, portanto, preservam consigo relações temporais diversas e proporcionais ao poder de representação socioespacial a elas conotado.

São os mesmos valores simbólicos que as especializam e nos permitem dizer qual a sua identidade. Portanto, uma praça pode comportar vários mundos e nos ensinar suas lições de urbanidade, mesmo que não sejam as indesejadas como a segregação e o abandono humano e espacial.

Assim, afirma-se que possuem o acúmulo temporal, dos tempos sobrepostos no palco do devir sociais e, entre as lições, está compreender como algumas praças se tornam palco da segregação e do abandono humano e espacial. Trata-se de uma dicotomia, visto que a praça deveria atender o oposto, mas consiste num quadro esperado, já que dentre as funções

públicas assumidas pela praça a principal é dar visibilidade às ações sociais.

Entre os embates em visibilidade social encontram-se as dicotomias entre a tradição e a modernidade; o local e o global; a diversidade e a universalidade e a identidade individual e a coletiva. O papel hierárquico das praças nos tecidos urbanos está subordinado ao devir, pertence ao mundo indefinido da *transvaloziração* à espera da reconstrução de valor cultural de escala local. As correntes fatalistas do mundo niilistas indicam que no contemporâneo as praças pertencem ao *afásico*, o silêncio filosófico sobre aquilo que se pode denominar (FREUD, 1972).

As teorias do conhecimento que visam a explicar a ontologia prevista na pós-modernidade encontraram os subsídios conceituais no período pré-socrático. Por essa razão, o presente capítulo é construído a partir da abordagem sobre as relações entre a praça contemporânea e as ágoras arcaica e helênica sem que o constructo atenda ao objetivo de *revivalismo* das ágoras.

A pesquisa indica que não existe generalização sógnica ou espacial para praças. São produtos culturais especializados nas historiografias e cuja *desterritorialização* é um processo transitório. Na aparência do mundo global, cria-se a ideia de unicidade sociocomportamental do processo pela ocultação das culturas locais. Mais importante do que mostrar esse período transitório, a tese apresenta que reterritorializá-las partirá das leituras contextuais dos processos culturais e sociocomportamentais.

### 2.2.2 A primeira lição: ágora *isegoria* e a ágora *nomós*

Surge aqui um questionamento: os referenciais qualitativos de vivência social estariam na ágora arcaica? Entre as possibilidades, poder-se-ia partir da praça da baixa idade média, defendida por Mumford (1998), tendo-a como o período de ápice de vivências comunais na praça, um caldeirão de eventos sobrepostos: do burburinho corriqueiro, dos conflitos sociais e das festividades, um ponto convergente do anel invisível de proteção mútua intramuros.

Como segunda opção, a partir de Sennett (1997, p. 214), adotar-se-iam os “[...] novos arquétipos de felicidade humana” das cidades europeias, sanadas e multiculturais, entre os séculos XVIII e XIX. Na terceira opção, conforme Robba e Macedo (2003), figuram as praças ajardinadas de Paris ou Veneza, entre o final do século XIX e o início do século XX, compondo espaços ricos em referenciais estéticos e intensidade de apropriações, inseridos na era da razão e do romantismo artístico do multiculturalismo parisiense, defendidos por La Blache (1899). Qual poderia ser, então, o marco analítico?

A ágora arcaica foi capaz de concentrar a magia ritualística do espaço sagrado de livre

devoção, o espaço festivo sagrado e profano e representar o berço democrático da civilização ocidental. Trata-se de um período único na trajetória civilizatória da humanidade.

A cultura grega, entre o período homérico e arcaico, organizou-se social e politicamente, alcançando o bem-viver na construção de um círculo invisível de proteção que chamou de *polis*. Segundo Sennett (1997), os gregos tinham como o coração e o cérebro desse corpo a ágora e no calor do corpo a mediação e o poder da *polis*.

Estabeleciam-se analogias entre o corpo humano e as funções urbanas, nas quais os templos da Acrópole (a cidade alta) e os ginásios eram os membros, voltados à devoção às divindades e à preparação do corpo (a carne) dos soldados e atletas. Nessa análise, a cabeça e o coração concentram a imaterialidade em valores universais na filosofia e na política, que em ações são visíveis na ágora, na *Pnice*, no *bouleuterion*, no liceu e nas *stoas*<sup>50</sup>.

O período clássico da civilização grega, entre os séculos V a.C. e IV a.C.<sup>51</sup>, representa a fase terminal de plenitude em *télos* da sociabilidade (SAMARANCH, 1991). O período é lembrado pela busca da autossuficiência (*autarkéia*), na qual a cidade é uma realidade natural e o homem um animal político, *ser-de-razão*, inserido no fórum privilegiado da sociedade aberta. Esses conceitos são equivocadamente associados ao período clássico. A essência da ágora foi restrita ao período arcaico (séculos VIII e VI a.C.), na era tribal de colonização e formação urbana, apogeu da doutrina helênica, o mais longo e qualificado em sínteses sócio-democráticas (MUMFORD, 1998). Em alusão a essa era, adotou-se o termo *praça isegoria* e a síntese do encontro social e festivo é a *praça nomós*.

Os dois termos criados podem traduzir uma ideia de ágora. *Isegoria* deriva da palavra formada pelos radicais *isos* (igualdade de direitos) e *ág* (conduzir, governar); assim, é o lugar de política comunal, ou seja, o lugar de participação pública no encontro político democrático.

A ideia de *praça nomós* fundamenta-se em Atenas após o século V a.C., quando a estrutura do pensamento passou a basear-se em pares binários e na antítese de *phýsis*. Formada do verbo *phýo* e do sufixo-*sis*, a palavra *phýsis* significa aquilo que brota espontaneamente, interpretado como natural. Portanto, *nomós* é tudo aquilo que parte do homem, como explica Lévi-Strauss (1987), e pertence à natureza e à cultura. *Isegória* pode

<sup>50</sup> O *Pnice* era o local de assembleia popular municipal, de debate livre, em que todos tinham direito à palavra. O *bouleuterion* consistia no local onde ocorriam as reuniões do Conselho dos Quinhentos. Já o *Bulé* acumulava as funções de conselho de Estado e de comissão executiva. O liceu era o lugar de atividade filosófica. Por fim, as *stoas* consistiam nas áreas de circulação cobertas, para transição entre a área edificada e a ágora, normalmente de uso comercial, mas sediavam o debate político tal como na *Pnice*.

<sup>51</sup> O período clássico (entre os séculos VI a.C. e IV a.C.) versa sobre as ordens estéticas e o poder tirânico e dominante sobre si e sobre as outras sociedades. Ele foi sucedido pelo período helenístico e o seu declínio da civilização grega.



ser compreendida como *phýsis*, seguindo as leis e os códigos de convivência humana, na formação cultural, onde não existem hierarquias, apenas diferenças culturais, mas será regida por códigos e normas, é apolínea.

A alteração do natural sob a forma de artifício está inserida na ideia de *nomós*, transferida ao espaço, criando tensão, mas ao mesmo tempo fascínio coletivo e sedução. *Nomós* é a reinterpretação da realidade vivida, dando origem a uma segunda natureza, em *mimesis*. Desse modo, *nomós* está inserida na atividade mítica, na criação artística, na vida mágico-religiosa e a ágora assume o cenário mitológico da tragédia ática, com os novos valores cívicos, novas “verdades” sob outra dimensão e outro significado. Essa é a ideia comum de ágora trazida na historicidade: é o lugar de festividade, do evento que propicia a diversidade social e o convívio comunal, muito próximo à praça de mercado medieval.

O arcaico é período de amadurecimento do tribalismo clássico (MAFFESOLI, 1987). Nesse período, a ágora assumiu a visibilidade social necessária à perpetuação do encontro cotidiano, com uso político, nos discursos (*lexis-lógos*) e nas ações (*praxis*). A práxis, de envolvimento social e proteção mútua, esteve presente nas *polis* de formação, ou aldeias-*kóme* (associação de diversas famílias para suprir necessidades que não se limitam à vida cotidiana), uma comunidade política.

Em *A cidade na história*, Lewis Mumford (1998) apresenta diversas ressalvas sobre a sociodemocracia do século V a.C., sob o controle de Péricles, referenciado por Arendt (1979, 1997 e 2004) e Foucault (1999), embora haja importantes contribuições nas contraposições e reflexões sobre a sociedade grega e a moderna<sup>52</sup>.

No sentido etimológico, o binômio *polis (Civita)/urbes* foi inserido por Santo Isidoro de Sevilha (século VI), reincorporado pelo espanhol Ildefonso Cerdá (1971) em *Teoría general de la urbanización*. O termo assume um século depois maior rigor filosófico a partir da abordagem de Sennett (1997), em *Carne e pedra*, para quem *polis*, palavra de origem grega, e *civitas* designam a pluralidade social (civis) em espaço físico dos cidadãos/civitas.

O sentido atribuído à *urbe*, do latim, é de organização dos valores acima nos territórios intramuros, ou seja, fora do círculo sagrado de Roma. Nesse contexto, *urbe* representa a estrutura material da cidade, a pedra (SENNETT, 1997)<sup>53</sup>, diferente de *civitas*, que se refere

<sup>52</sup> No aspecto historiográfico e antropológico, o referencial de *polis* democrática é compreendido por um período de pouco mais de dois séculos, nas cidades de Olímpia, Delfos e Cós e Atenas (MUMFORD, 1998).

<sup>53</sup> O recorte temporal da era do ouro de Péricles (444 a 429 a.C.) corresponde ao poder imperialista, no qual prevaleceu a busca por riqueza e dominação, em detrimento dos valores sociais, fato comum a toda a trajetória civilizatória. O período define a transição da *flexível desordem urbana* à arregimentada elegância, segundo Mumford (1998), em que pesa o legado cultural e artístico do patrimônio edificado, visível na exuberância do

aos cidadãos, a carne.

Contextualizadas as duas ágoras, a *isegoria* e a *nomós*, o referencial de bem-viver e visibilidade democrática está na ágora arcaica, não na clássica, pois o suporte imaterial ou anel psíquico, sobreposto ao espaço material, já estaria rompido. O anel psíquico simboliza o valor da natureza e do instinto acima da razão. As teorias sociais críticas de Rousseau (1999), em *Do contrato social*, abordam a existência de um contrato no qual cada contratante condiciona sua liberdade ao bem da comunidade, procurando proceder de acordo com as aspirações da maioria.

### 2.2.2.1 *Pégaso: o conceito de liberdade e democracia na praça isegoria*

Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão (ARENDR, 1997, p. 41).

O cavalo alado Pégaso (*Πήγασος*) nasceu do sangue da Medusa após esta ser decapitada por Perseu. Dos gregos, o mito é trazido como símbolo de liberdade e a criatividade das utopias. Existe um dito popular de afirmação que a liberdade de um acaba quando começa a do outro. Essa ideia contraria o real sentido de liberdade, que é uma construção social, só existe no contexto coletivo, ou *co-liberdade*, calcada na cooperação, na reciprocidade e no compromisso com o outro. Nesse sentido, o outro não é o limite de nossa liberdade, mas o meio para que seja alcançada.

No mundo antigo, as qualificações em estruturas sociais inexistiam, todos os povos dependiam da dominação do outro. Os gregos, no período helênico, diferem-se apenas na estrutura política. Trata-se de uma sociedade que se institui livre, organizando-se politicamente (SOUZA, 2006), deu origem aos princípios democráticos e a hierarquização dos espaços públicos, mas isso não significa que tenha alcançado a democracia e igualdade social<sup>54</sup>.

---

conjunto arquitetônico e urbanístico, em harmonia com a paisagem natural, e nas obras ímpares de referência histórica da cultura helênica e clássica grega. O conceito de urbanidade e o construir artístico, desse período, são fruto do amadurecimento cultural e remanescente da fase tardia do período arcaico, de relativa paz entre guerras, com forte vínculo social tribal na cidadela protegida pelos deuses e pelos homens. Tal organização ocultava o que Platão defendeu como a cidade ideal: “[...] servidão, segregação, monopólio da religião, da ciência e do poder militar amparado pelo sigilo e pela prevaricação [...]” (MUMFORD, 1998, p. 202). A transição do período arcaico para o clássico define o controle pela “ordem” urbanística e social, com ideia democrática e ação imperialista. Se analisadas as formas de controle sociopolítico, a partir do início do século V a.C., é possível avaliar que o domínio tirânico foi oscilante, mas sempre presente até o declínio civilizatório.

<sup>54</sup> A polis grega não era uma cidade-estado da forma como é concebida no mundo hodierno, “era uma cidade-comunidade, uma koikonia. Tucídides definiu-a com três palavras: Andrés gar polis, os homens é que são as cidades” (SARTORI, 1994 apud SOUZA, 2006, p. 394). Na estrutura sociocultural grega, a existência feminina

Para Arendt (1997), em *A condição humana*, o centro analítico está na interpretação da *vita-ativa*, entre as esferas da vida pública e privada. A autora retoma o conceito de liberdade da filosofia cristã, do republicanismo e do liberalismo e delega a liberdade ao universo das possibilidades, diante do poder do diálogo e de participação política, seriam esses os meios de expansão do *direito a ter direito*, pois “[...] não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força de nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais” (ARENDR, 1997, p. 200). A pesquisadora indica, ainda, a condicionante à existência da democracia e à visibilidade pública: “Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e, portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir” (ARENDR, 1997, p. 61).

No pensamento ético-político de Arendt (1997 e 2004), os principais atributos da *polis* são a capacidade de recriar-se e a busca pela liberdade, compreendendo que a liberdade não está no livre arbítrio, *liberum arbitrium*, relativo às duas esferas. Arendt (1997, 2004) define a esfera privada no interesse pessoal de sobrevivência da família, e a pública em dois termos complementares, um é a ideia de *publicidade* dos atos visíveis ao coletivo e o outro é o próprio termo *público* como coisa comum. Arantes (1995, p. 122) complementa ao afirmar que o público requer o território onde compartilhem-se ações e palavras na igualdade pública e na pluralidade dos indivíduos<sup>55</sup>, “[...] onde os cidadãos eram ao mesmo tempo atores e espectadores”.

Na perspectiva filosófica, a *polis* tinha os espaços livres como espaço político e não um espaço social. Desse modo, Arantes (1995) questiona o modelo de referência de ideal democrático para a modernidade na ágora, indicando que o ideal de espaço de convivência e troca cultural deveria ser recriado.

#### 2.2.2.2 A ágora nomós

O surgimento do cidadão é atribuído aos gregos, segundo Chauí (2000), embora não se

---

está subordinada a compor a família, inexistente socioespacialmente fora do ambiente doméstico (*oikos*), não havendo relato da permanência feminina na ágora, sem a presença do marido Sennett (1997). A exceção são as atividades místicas regulares de culto às divindades, ou as festividades anuais à Adonia, nos templos ou sob a forma pagã nos campos e nas habitações. “Aproveitando buracos naturais e erguendo abrigos atrás dos assentos que os homens ocupavam na Eclésia, as mulheres estabeleceram um espaço cívico para elas, na própria Pnice perto do espaço de poder ocupado pelos homens” (SENNETT, 1997, p. 65).

<sup>55</sup> Os gregos usavam a teoria do calor corporal para ditar regras de dominação e submissão. Assim, a mulher era uma versão mais fria dos homens e não expunha seu corpo. A nudez era uma forma de demonstração de força e determinação “[...] dos corpos nus, tal como a nudez interior necessária a formação do bom caráter” (SENNETT, 1997, p. 31).

ressalte que as leis eram excludentes em possibilidades de participação da maioria da população grega. Tal como Apolo e Dionísio, deuses irmãos em uma conjugação de oposição, para Aristóteles, a palavra *politikon*, a organização política da polis, tem o objetivo de proteger os interesses da polis, que não era abrangente a todos os homens que nela viviam. Os não gregos (todos que não descendiam de um cidadão) representavam os meios materiais de sobrevivência da polis, não participavam dos fins democráticos. O conflito parece ser a separação entre a esfera política e a esfera social.

A compreensão de democracia do mundo antigo nunca foi plena de direitos para todas as pessoas que viviam nas cidades gregas, tal como em todas as organizações socioculturais da antiguidade, a exclusão estava intrínseca. A presença de *xenos* e bárbaros mercadores na ágora era compreendida como cerceamento da *liberdade pública*. Assim, Aristóteles recomenda ( SENNETT, 1997, p. 50) que “a praça do mercado deveria ser separada da praça pública, situando-se a alguma distância”.

Do século IV a.C. ao século VI a.C., a ágora se especializou, separando as atividades de comércio e culto da ágora principal. A ágora era o lugar do calor dos corpos e das palavras, esse sempre foi seu principal uso. Mesmo quando servia ao culto e ao comércio as legislações restringiam as ações (SOUZA, 2006).

A democracia grega é uma oligarquia liberal (SOUZA, 2006), um governo composto de 5% a 10% de todos os cidadãos. Somente os que possuíam fortuna equivalente a 17 anos de rendimentos de um trabalhador especializado poderiam participar da vida política (SENNETT, 1997). Conclui-se que o *condito per quam* (plena manifestação da ação) política de longe seja um democracia direta ou mesmo representativa, não atendendo à democracia autêntica, pois uma elite financeira de pares<sup>56</sup>, embora de tribos diferentes, não é trazida como modelo democrático e social.

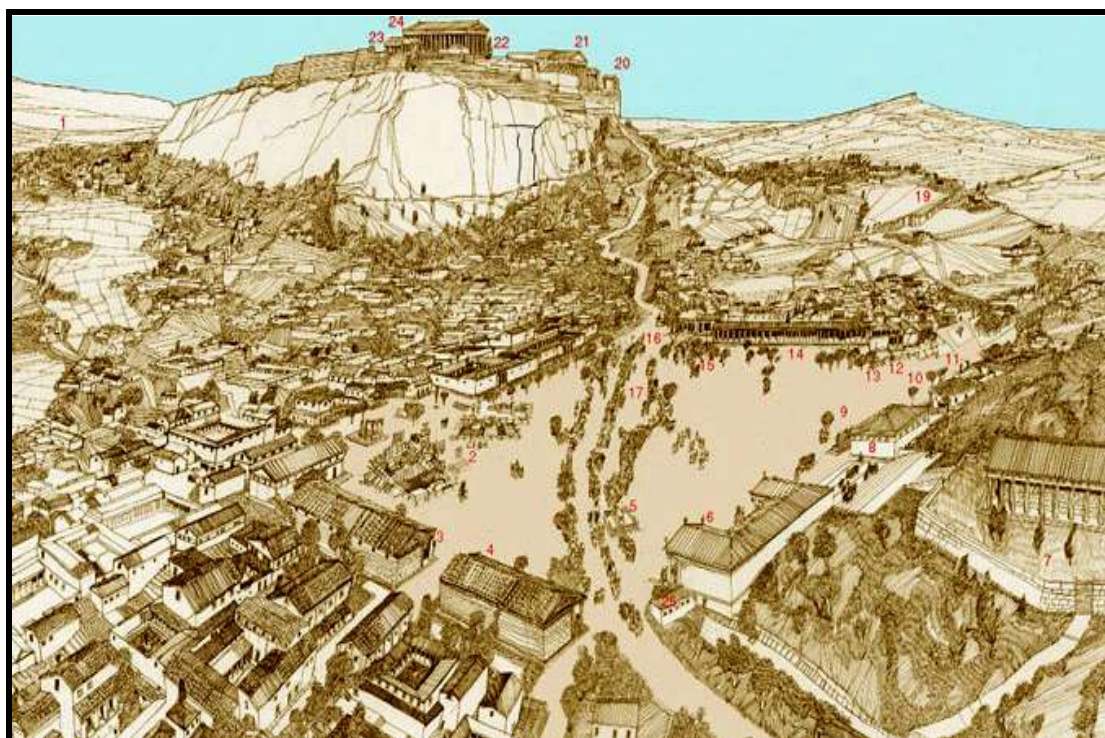
O papel da ágora clássica era atender aos interesses imperialistas que levaram à implantação de um suposto regime democrático para o controle sociopolítico isonômico e, para isso, a preservação dos espaços públicos como suporte existencial à “democracia”. No mesmo período, a organização setorial de Atenas e a qualificação estética dos tempos e edifícios públicos chegaram ao apogeu, dando origem às ordens clássicas na arquitetura e nos traçados urbanos. O referencial de potencial da ágora como lugar democrático está restrito ao período homérico e arcaico, no qual as estruturas sociais estavam próximas dos aldeamentos

<sup>56</sup> A *boulé* (*bouleuterion*=lugar) ateniense era composta pelo “Conselho dos Quinhentos”, formado por cinquenta membros de cada uma das dez tribos. As reuniões preparatórias eram realizadas na *boulé* e tinham um caráter oligárquico. As reuniões deliberativas ocorriam na *ekklésia*.

tribais, e não corresponde às ágoras dos períodos helenísticos de grandes dimensões e imponência no tecido urbano.

A ágora de Atenas tinha como espaço livre aproximadamente 40.000 m<sup>257</sup> (SENNETT, 1997), mas foi perdendo área livre ao receber edifícios. No século V a.C. (Figura 5) apresentou em torno de 26.000 m<sup>2</sup> livres (área equivalente a mais de dois campos de futebol). Segundo Sitte (1992), os edifícios eram ordenados por requisitos formais, tais como proporção, visualização externa e interna e valorização da implantação dos prédios que geraram um espaço aprazível com domínio visual, dando ao homem uma sensação segura.

Figura 5 – Esquema de organização físico-espacial de Atenas em V a.C.



Fonte Castellan (2006, s.p.)

Legenda da Figura 5

Cidade alta - 20. Atenea Nike - 21. Propileos - 22. Atenea Promacos - 23. Erecteion- 24. Partenon. Ambientes e edifícios Inseridos na Ágora - 5. Altar dos 12 heróis - 15. Fonte sudeste - 16. Mint. - 17. Trajeto das panateneas. Edifícios e ambientes dispostos emoldurando a ágora - 2. Edifício inacabado - 3. Stoa pintada - 4. Stoa de Hermes - 6. Stoa de Zeus- 14. Stoa sul- 9. Monumento aos heróis epônimos - 10. Tholos - 8. Bouleteyon - 11. Strategeion - 12. Fonte sudoeste - 13. Heliáia - 25. Stoa de Atalo. Distanciados da relação cidade alta e baixa- 1. Templo inacabado de Zeus - 7. Teseion - 18. Pnyx - 19. Areópag.

<sup>57</sup> Conforme Sennett (1997, p. 34) “a praça central de Atenas, a ágora [era] [...] onde os atenienses praticavam as atividades financeiras e comerciais, faziam política e homenageavam os deuses”. Ela “[...] não obedecia a qualquer plano geral urbanístico e à exceção de ‘uma área aberta e despavimentada, medindo cerca de 40 Km<sup>2</sup>’ (FINLEY, p. 134)”. Nas cidades menos habitadas, a ágora comportava vários usos “[...] em espaços simultâneos e favorecia uma participação mais intensa. Transmitindo entre diversos grupos, podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar idéias sobre os mais variados assuntos. O espaço aberto era um convite, inclusive, a que se tomasse parte, mesmo que eventualmente, em questões jurídicas” (SENNETT, 1997, p. 48).

O apogeu desse período ocorreu no século VIII a.C., quando surgiram as Olimpíadas, o que configurou a identidade grega, com mitos, cultos e jogos comuns. Apenas os edifícios públicos possuíam elaboração arquitetônica, os templos e teatros recebiam estudos compositivos e de proporções, o que referencia toda a história da arquitetura na máxima segundo a qual o homem é a medida de todas as coisas.

As dimensões físicas das ágoras não foram preservadas no tecido urbano europeu, embora a ideia de espaço aberto público e convergente esteja na *piazza e a grand-place*<sup>58</sup>, com maior requinte e ornamentação a partir do século XIII, mas sem a visibilidade da ação política no livre debate da ágora arcaica. O período arcaico é um caso único em toda história do processo civilizatório, em que pese a intensificação da segregação social dos séculos seguintes.

Em *nómos* reside a possibilidade de recriar-se no imaginário criativo, esse é o referencial Apolíneo. A ágora representava o espaço da festividade, dos rituais nos quais eram construídas inúmeras estátuas e esculturas que os atenienses inseriam nas ágoras no período de conquistas marítimas. Essas mesmas festividades representavam uma forma de controle social, possuíam o poder de atração de outras cidades-estados gregas e atendiam a um calendário cultural e ritualista.

A ação política presenciada nas grandes praças mundiais está voltada às manifestações sociais e aos conflitos. Isso não a destituiu do exercício cotidiano de mediação de ideias e debates, mas a incidência é inexpressiva, visto que o *niilismo* destituiu o homem contemporâneo de assumir-se um ser político. Dessa forma, a simbolização de lugar de ação política na busca por valores democráticos e de liberdade em coletividade pertenceu à ágora, não à praça do século XXI, embora a filósofa Marilena Chauí (2000) defina que os termos espaço público e democracia sejam indissociáveis.

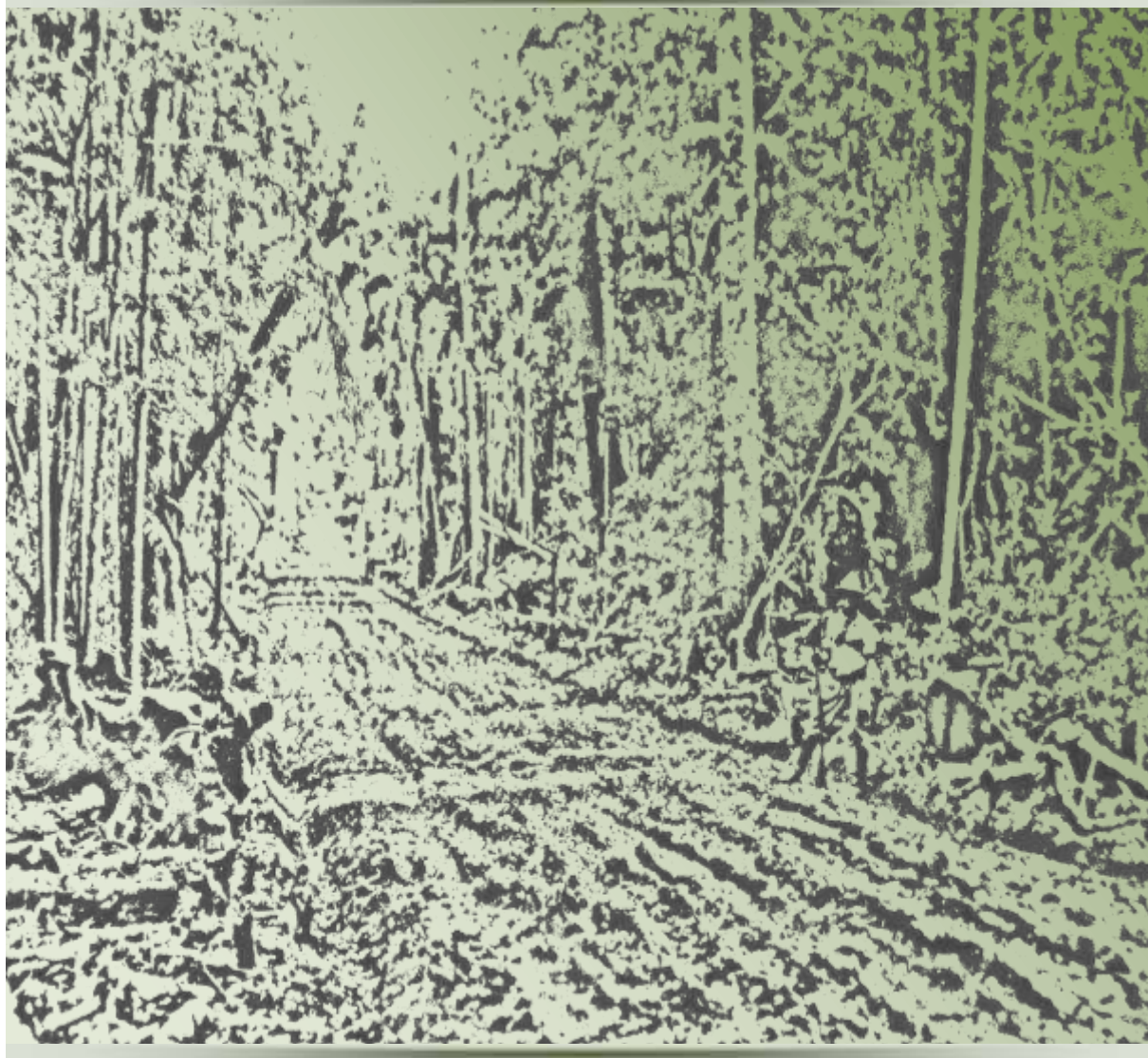
---

<sup>58</sup> Segundo De Angelis (2000), a praça maior teve sua origem a partir do século XIII nos mercados que se realizavam em espaço fora dos muros, junto a um dos portões dos castelos. Ao seu redor surgiam diversas construções. No século XV, tal ambiente tornou-se cenário de espetáculos profanos e na renascença passou a inserir-se na unidade formal urbana com traçado regular e simétrico.



### CAPÍTULO III

## AS FUNDAMENTAÇÕES E PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS



Abertura da mata para os primeiros assentamentos urbanos (1954): Acervo familiar autora

## CAPÍTULO III – AS FUNDAMENTAÇÕES E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### PARTE I – ENTRE A DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MÉTODO ANALÍTICO DA PRAÇA

#### 3.1 Do MEGA para o MISP

Neste capítulo, serão abordados os fundamentos teóricos da adaptação metodológica, bem como os argumentos que justificam a alternância entre o Método da Grade de Atributos (MEGA) (BINS ELY, 1997) e o Método analítico das Inter-relações e do envolvimento Socioespacial em Praças (MISP), a ser apresentado.

A estrutura investigativa não parte das teorias antecipatórias, visa a uma narrativa aberta, locada na inter e transdisciplinaridade, comum às raízes do método filosófico de Edmund Husserl (2001) entre outras obras, e na hermenêutica, de Heidegger (2002). Com base na ontologia hermenêutica, pretende-se analisar fenômenos transcendentais. A busca conduziu à desconstrução do MEGA, um método inserido nas doutrinas estruturalistas, para a reconstrução no MISP, no pós-estruturalismo – ou, na definição de Derrida (2008), numa ultraestruturidade.

Os procedimentos de desconstrução do MEGA partem da origem do método desenvolvido por Vera Moro Bins Ely (1997)<sup>59</sup> na Avaliação Pós Ocupação (APO) de pontos de ônibus, em Florianópolis-SC. Em 2003, tal método foi adaptado por Carla F. Macedo (2003), para a análise dos espaços de permanência da Praça Vidal Ramos, no Município de Itajaí-SC.

A reformulação do MEGA partiu da síntese fenomenológica da Praça Arthur Thomas, em 2007, na dissertação (HELD SILVA, 2009)<sup>60</sup>. Tal método foi reestruturado em

<sup>59</sup> O MEGA é um instrumento metodológico desenvolvido por Bins Ely (1997) para avaliação de fatores determinantes no posicionamento de usuários em abrigos de ônibus, a partir do método da grade de atributos. O mesmo instrumento foi adaptado por Macedo (2003), sob a orientação da autora, para avaliar os fatores determinantes aos usuários de permanência no ambiente, através da identificação de “atributos prioritários associados que possam contribuir para aperfeiçoar a ocupação desses lugares e desenvolvimento de princípios conservacionais” (BINS ELY, 1997, p. 19).

<sup>60</sup> A praça: identidade e apropriação pública. Avaliação pós-ocupação da Praça Arthur Thomas no município de Umuarama-PR. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PGE) da UEM-PR, defendida em 2009. Os achados foram adotados como premissa para o desenvolvimento da tese de mesma autoria, um estudo das Relação Comportamento Humano e Ambiente Construído (RAC). A dissertação pode ser consultada na íntegra em <<http://www.peu.uem.br/Discertacoes/Regina.pdf>>.



procedimentos de levantamentos físicos, preservando as análises estatísticas multivariadas, em respeito à base conceitual de Space Syntax de Hillier e Hanson (1984).

A desconstrução conceitual do MEGA ocorreu em 2011. Conhecidas as variáveis que alteraram o comportamento social, ocorridas entre 2009 e 2011, verificou-se que as bases conceituais do MEGA não atendiam mais a pesquisa. Desse modo, o MISP preservou apenas os procedimentos de levantamento físico na composição das grades de atributos para permitir os comparativos quantitativos e locacionais, e apenas a segunda fase da investigação do MISP preserva as origens do MEGA. Os argumentos preservacionistas desse patrimônio cultural imaterial são referentes aos fenômenos revelados em 2009 e confirmados segundo as variáveis ocorridas.

A adaptação de um método prático é uma premissa para os estudos fenomenológicos que adotam o método filosófico de Husserl (2001), conforme assunto abordado no capítulo I. As praças são fenômenos *uno*, não existem praças iguais, mas na diversidade existe a unidade de fenômenos recorrentes que ampliam as compreensões dos contextos socioculturais e morfológicos das urbanidades.

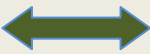
A primeira fase do MISP suspende todas as possibilidades de verdade e está distante das posturas deterministas. A reformulação partiu da necessidade de incluir o homem na essência analítica existencial da praça, e para isso, compreender a desconstrução do sujeito cartesiano. Reconstruir o sentido da praça no pós-estruturalismo coloca-nos diante dos fenômenos existenciais da praça em *Arqué*<sup>61</sup>, ou essência universal, processo realizado em duas etapas. A primeira, realizada em 2009, teve alterações no ferramental das grades de atributos e a segunda, realizada em 2011, ocorreu de forma conceitual e analítica.

Revelar a *teia correlacional sîgnica* da praça requer a desconstrução dos binários linguísticos e signos na ótica pós-moderna, ou *estruturalidade* da estrutura semântica. Desse modo, a ênfase do processo analítico estará na mediação, não nos binários. No Quadro 4, são apresentadas algumas mediações analíticas da pesquisa, com o objetivo de exemplificar o processo. Apresentar a reconstrução do método parte da necessidade de explicar os contextos que levaram à desconstrução do método anterior, o MEGA.

---

<sup>61</sup> Nessa reflexão, retorna-se ao universal de praça no mundo contemporâneo, assunto introduzindo no capítulo I. Na etimologia, *arqué* tem origem e evolução do grego *arkhéês*, *arqué* ou *arqui* (HOUAISS, 2002) e remete à filosofia pré-socrática. *Arqué* significa o poder de alcançar o que está à frente, um princípio de constituição da natureza, ou forma natural de ser, um princípio elementar da natureza. Algo com natureza própria e implícita na sua essência original.

Quadro 4 – Binários analíticos mediadores

MEGA	MEDIAÇÃO ANALÍTICA  MOVIMENTO DE MUDANÇA	MISP
HISTÓRIA – CRIAÇÕES		MEMÓRIA-VIVÊNCIA
INOVAÇÃO-MODERNO		TRADIÇÃO-PATRIMÔNIO
MODERNISMO-PROGRESSISTA		CULTURALISMO-HUMANISTA
ESTRUTURALISMO		PÓS-ESTRUTURALISMO
REALISMO		IDEALISMO
IMAGINÁRIO REPRODUTOR		IMAGINÁRIO CRIATIVO
IDEOLOGIAS/ALIENAÇÃO		MITOLOGIAS/INSURREIÇÃO
COMPORTAMENTO SOCIAL		AÇÃO SOCIAL
ESTUDOS URBANOS-SINTAXE		ESTUDOS URBANOS-JARDIM
DO TODO → AS REDES → OS NÓS		FRAGMENTO ANALÍTICO → TODO
OBJETO		SUJEITO

Fonte: autora

### 3.1.1 A estrutura do MISP

Conotar significado a uma construção coletiva requer um processo de *desmanche reflexivo* na ontologia hermenêutica. A praça é representativa da cultura local, um objeto sógnico de representação socioespacial. As mudanças no contexto da praça reduziram a incidência do fenômeno que infere seu principal atributo, o lugar da *prosa*.

Na etimologia, segundo o dicionário Houaiss (2002, p.n), em 1720, a palavra *prosa* assumiu a “expressão natural da linguagem escrita ou falada”. No contexto contemporâneo, o termo indica possui o mesmo sentido, acrescido da seguinte definição: “sem metrificacão intencional e não sujeita a ritmos regulares”. E, ainda, como derivação: “Aquilo que é material, cotidiano”.

O signo *prosa* resume a praça. Esta sedia o cotidiano popular, é lugar de confronto social, da mudança em *devir*, como um devaneio, o movimento das mudanças tem *ritmos irregulares*, território do incerto. Ela apresenta uma expressão poética no seu modo de ser plural e singular; sem *metrificacão intencional* de valoraçã social, é um bem coletivo.

Por *desmanche* compreende-se a fração analítica entre palavra e contexto: da palavra falada, da palavra escrita e da palavra que se transformou em ação. A ação originou o espaço construído, um lugar que tem o poder de conotar sentido às palavras contextualizadas em seu tempo vivido e ao sentido de lugar, relativo àquele tempo passado. Esse contexto ainda comporta a ideia de lugar futuro recriado na imaginação.

A tese nasceu do imaginário coletivo, das narrativas ou memória mítica dos usuários da praça, se aproxima da praça real nas contextualizações necessárias e concluirá retornando à utopia, na defesa do ideal inclusivo preservacionista da cultura popular.

Nas discussões sobre as essências da praça, em 2009, um dos fatores que conduziram à

necessidade de abrir o leque investigativo foi a necessidade de reincorporar análises antes descartadas para exemplificar as sensações afásicas dos transeuntes e refutar a hipótese de que a praça fosse o suporte físico das relações humanas. A síntese do ferramental metodológico reconstruído se apresenta em quatro fases (Quadro 5).

#### Quadro 5 – Síntese processual do MISP

<p><b>1ª Fase – A semiológica:</b> visa ao reconhecimento das cadeias sógnicas da praça presentes no imaginário coletivo, o que possibilita a sucessiva reconstrução da praça em valor e uso social. Dos usuários e dos transeuntes, surgiu a construção hipotética dos possíveis fenômenos socioespaciais na busca pela expressão natural do <i>ethos</i> nas ações: ouvir, interpretar e registrar. Foram realizadas entrevistas não estruturadas buscando a historicidade e a contextualização dos fenômenos transcendentais.</p>
<p><b>2ª Fase – A composição das Grades de Atributos:</b> o ambiente gráfico é composto por três grades de atributos: a Grade Comportamental de Posicionamento, a Grade Comportamental de Deslocamentos e a Grade Bioclimática. Tal como o MEGA, proposto por Bins Ely (1997), os atributos são fundamentados na interligação de dados analíticos organizados por grades. Nessa fase, não foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Síntese da fase: observar, quantificar e qualificar.</p>
<p><b>3ª Fase – De produção dos metatextos:</b> o processo consiste na descrição dos fenômenos e na intensificação reflexiva e resultou na produção textual, ou seja, nos metatextos. Nessa fase, as fundamentações doutrinárias são apresentadas nos processos de desconstrução e reconstrução analítica dos fenômenos existentes. Os dados das análises visuais das grades de atributos (MISP) e as sínteses das entrevistas semiestruturadas são interligados, utilizando a teoria da intertextualidade analítica descritiva dos fenômenos. Síntese da fase: a construção teórica a partir das mediações hipotéticas.</p>
<p><b>4ª Fase – A redução transcendental:</b> síntese fenomenológica e na decodificação sógnica, que permitem o reducionismo fenomenológico. Síntese da fase: reconstrução da <i>praceidade</i>.</p>

Fonte: autora.

#### 3.1.1.1 A origem do MEGA no estruturalismo

O MEGA (BINS ELY, 1997) possui raízes processuais e analíticas nos estudos urbanos do final dos anos 1970 difundidos Bill Hillier e Julienne Hanson (1984), em *A lógica social do espaço* (tradução nossa), ou teoria da Sintaxe Espacial (gramática das formas). A tese tinha como pressuposto que os fluxos urbanos obedecem a uma lógica racional na ordem do menor percurso<sup>62</sup>, em primazia dos aspectos físicos funcionais e condicionantes para a *copresença*. Os métodos vinculados à sintaxe analisam as estruturas urbanas que dão origem aos *NÓS* urbanos, na lógica sistêmica dos fluxos e dos pontos convergentes, ou centralidades.

Quando os fluxos entre pessoas/matérias, que definem pontos convergentes no tecido

<sup>62</sup> As artérias deste modelo configuracional são classificadas pelas distâncias topológicas e dentre os arranjos espaciais hierarquizados avaliam-se as condições de acessibilidade e diferenciação espacial, integração e segregação, surgem pontos convergentes nodais, raios, eixos. O elemento configurador nesse sistema analítico são os fluxos, a disposição física das artérias assume a primeira ordem, seguida dos pontos dos elementos construídos e seu arranjo (configuração) sobre o território. São fatores que interferem na copresença somados aos fatores bioclimáticos (dos controles térmico, acústico, luminoso, de qualidade do ar etc.). Os aspectos socioeconômicos (todo e qualquer lugar) implicam consumo de algum tipo de trabalho e/ou energia para sua existência e manutenção. Essa teoria é apresentada por Hillier e Hanson (1984), na obra *The social logic of space* (A lógica social do espaço), e sintetizada no termo *Space Syntax* (Sintaxe Espacial).

urbano, assumem analiticamente a mesma hierarquia com o uso do rigor estatístico, as simbolizações públicas perdem relevância. Essa era uma característica do MEGA (BINS ELY, 1997), definida como ambiente gráfico (Sistema Físico Real). Como tal característica é incompatível com esta pesquisa, deu-se início à readequação do método, principalmente no aspecto analítico. Assim, deixou-se de dar ênfase às dinâmicas analíticas da sintaxe para assumir a análise da intencionalidade da permanência, por meio do MISP.

Os achados da pesquisa, em 2009, indicavam a transitoriedade da intersubjetividade humana, na qual os espaços urbanos assumem existência. Nessa reflexão, o espaço não é mais suporte à copresença, é a própria copresença em constante construção. O empenho em demonstrar as diferenças entre os métodos atende ao interesse de indicar a ponte entre as raízes do conhecimento no estruturalismo do MEGA e no pós-estruturalismo e no desconstrutivismo como suporte analítico do MISP.

O MEGA parte da representação da planta baixa da praça configurada em ambiente CAD (*Computer Aided Design*) e, após a observação não estruturada e participativa, são definidas as células, a menor unidade que compõe a malha. A partir das análises dos dados tabulados, é possível definir as grades: Grade Comportamental de Posicionamento; Grade Comportamental de Deslocamentos e Grade Bioclimática. O MISP difere na relevância atribuída às grades do MEGA (BINS ELY, 1997; MACEDO, 2003), visto que no caso deste último o interesse está na grade de deslocamento e no primeiro tal interesse reside na grade comportamental de posicionamento. Outro diferencial a citar foi a inserção da análise de ruído global à Grade Bioclimática no MEGA por Held Silva (2009).

Os estudos de Bins Ely (1997) e Macedo (2003) partem da pretensa transferência dos atributos espaciais para um modelo gráfico definido como Sistema Físico Real (BINS ELY, 1997, n. p.):

Primeiramente, criou-se **um modelo icônico**. Sua característica básica é o alto grau de semelhança com o SFR [...]. Logo, a ferramenta evoluiu para um modelo analógico [...]. Neste ambiente gráfico está representado bidimensionalmente o desenho do objeto [...] mais fiel possível, a aparência física do objeto representado (grifo nosso)

Todo modelo icônico está relacionado à capacidade de associação e representação da imagem sígnicas e não de uma representação gráfica bidimensional. No MISP, essa fase é restrita e compreendida como modelo físico<sup>63</sup>. Atribuem-se ao modelo icônico (signos

<sup>63</sup> O modelo físico reproduz a geometria e as proporções do objeto de estudo original em escalas adequadas à representação do objeto. Pode ser bidimensional (plantas, cartas) ou tridimensional (maquetes, sistemas de

iconográficos, ícones) as imagens contidas no imaginário coletivo. Sobre a definição de um modelo icônico, Nöth (2003) afirma que se trata do *signo mais desenvolvido* na esfera pública.

A intencionalidade da permanência está na primeira ordem de investigação no MISP, visto que se tem a finalidade de conhecer as imagens simbólicas introduzidas desde a primeira fase do MISP nos diálogos e nas entrevistas abertas na praça para a construção do modelo icônico. O modelo físico bidimensional é definido como malha e representado em CAD; portanto, refere-se a uma imagem física. No MISP, ele é definido como modelo físico ou malha (segunda fase do método) e, desse modo, difere do modelo icônico.

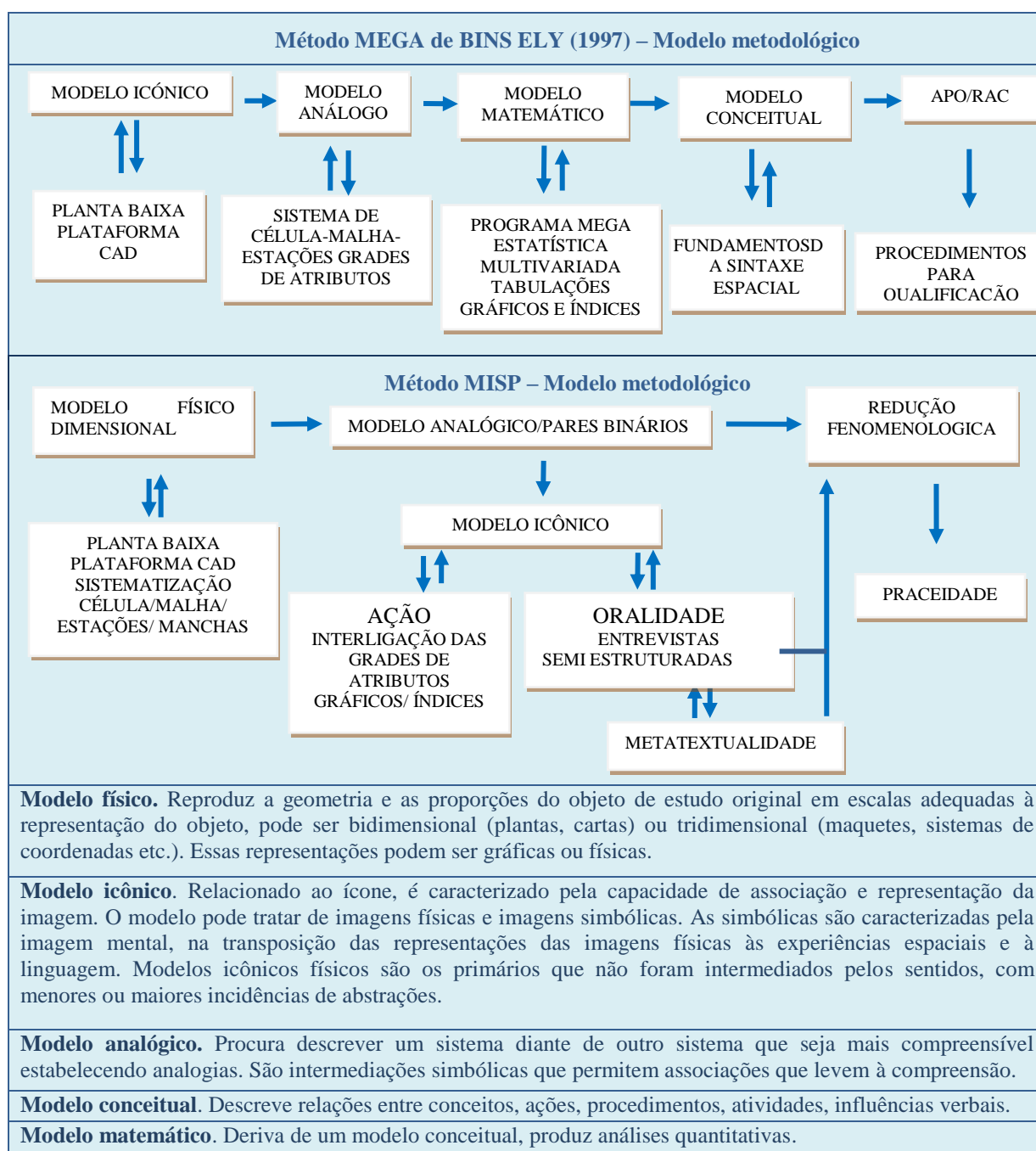
É compreensível a ausência dessa busca na pesquisa de Bins Ely (1997), pois não existe intencionalidade para a apropriação de um ponto de ônibus, a permanência é funcional, a intenção está no meio de transporte para o deslocamento. O signo ponto de ônibus tem como correlato mediador a espera de elevada recusa aos usuários do transporte público. O erro processual do método está no fato de que Macedo (2003) não considerou essa diferença entre os objetos de investigação ao adaptar o método.

A sintaxe é aplicada ao movimento. Trata-se de um modelo sistêmico matemático cuja finalidade é aferir e intervir na cidade do homem universal; portanto, parte de um modelo totalizante e positivista. Contrariando essa postura, deu-se início à reformulação do MEGA, conforme a Figura 6. Conclui-se que a compreensão da *praxeidade* parte da interligação da análise da ação no espaço (sistematização visual MEGA=MISP) e de entrevistas livres e semiestruturadas MISP, buscando a representação da praça no imaginário coletivo a fim de saber como essas representações individuais lhe dão existência.

---

coordenadas etc.). Essas representações podem ser gráficas ou físicas. O modelo icônico é caracterizado pela capacidade de associação e representação da imagem. O MEGA não se utiliza da compreensão das simbolizações coletivas por meio dos estudos da semiótica propostos por Peirce (2000), tampouco da leitura introdutória de Santaella (2007) e Nöth (2003). As simbólicas são caracterizadas pela imagem mental, na transposição das representações das imagens físicas às experiências espaciais e à linguagem.

Figura 6 – Síntese comparativa dos modelos metodológicos MEGA e MISP



Fonte: Santaella (2007).

## PARTE II – O MÉTODO ANALÍTICO DAS INTER-RELAÇÕES E DO ENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL EM PRAÇAS

### 3.2 As fases do MISP

A construção metodológica parte dos valores sígnicos da praça; portanto, é subjetiva e intuitiva, compreende os olhares sobre a construção do imaginário coletivo, irá aferir capacidade de formação da cultura espontânea embrionária ou a sua *psyché*. Nessa construção teórica, a *psyché* é a alma naturalmente expressiva do *ethos*, ou seja, uma forma de dizer identidade. Essa fase considera os fundamentos semiológicos, antropológicos e filosóficos apresentados no capítulo I.

Objetiva-se reconhecer a estrutura das possibilidades e não das *verdades positivistas*. Até 2009, o método buscava dados comprovados estatisticamente, descartando os transeuntes que se recusaram a participar da pesquisa qualitativa. Tal postura é criticada por Popper<sup>64</sup> (1989, p. 18), pois ao desconsiderar variáveis e refutar-se o falível a “[...] serviço da busca da verdade”, os estudos acabam por distorcer e ocultar os fenômenos. No âmbito da vida pública, se as palavras mentem é preciso interpretar a mentira e se o silêncio oculta é preciso desvendar o silêncio, como ensina Derrida (2001). Assim, a afasia semântica foi introduzida na pesquisa.

A *afasia* foi analisada na terceira e na quarta fases do MISP. O fenômeno apresenta maior incidência no público jovem que passa pela praça e compreende a faixa etária abaixo de 30 anos. Tal grupo é seguido pelo de homens entre 35 e 55 anos, que permanecem algum tempo na praça e representam a possibilidade de reconstituição parcial do grupo Picaretas. O silêncio semântico deste grupo foi considerado como afasia temporária. Tal sintoma é observado também no grupo de idosos que frequenta diariamente a praça.

#### 3.2.1 Primeira fase: a semiologia na intertextualidade analítica

A primeira etapa do MISP busca a aproximação às simbolizações da praça, parte das observações comportamentais e das entrevistas não sistematizadas por período de 30 dias. O método foi incorporado aos valores analíticos da semiótica. Essa foi a fase mais intuitiva da

<sup>64</sup> Entre os três mundos de Popper (1989), encontra-se a existência humana. O mundo um é compreendido entre os campos de forças materiais e as leis naturais, entre o orgânico e os inorgânicos. No mundo dois, está o psíquico das subjetivações, da forças místicas da mola investigativa que move a humanidade. O mundo três consiste no “Mundo dos produtos intelectuais, a que os antropólogos chamam cultura” (ibidem, p. 22), “[...] através da linguagem humana, é um produto da nossa consciência, do nosso espírito. Ele é, à semelhança da linguagem humana, uma invenção nossa” (ibidem, p. 35).

pesquisa e permitiu reafirmar e refutar hipóteses formuladas entre 2007 e 2009. Para Triviños (1995, p. 152), as entrevistas são “[...] teoria em ação, que apóia a visão do pesquisador” e contribui para a narrativa dos fenômenos observáveis, sem direcionar o entrevistado, uma fala livre.

Na análise semiológica, a praça é entendida como um feixe de inúmeros significados coletivos à espera de estruturação, embora nem todos os fenômenos sejam passíveis de análise semântica. O estudo da semiótica conduz a uma investigação hipotética do conjunto significativo no qual se acredita possuir uma organização hierárquica própria, com estrutura paradigmática ou sintagmática, sem poder explicar a existência e o funcionamento de todas as semióticas particulares, conforme afirmam Greimas e Courtés (1984).

A aproximação da primeira fase não permite que toda a pesquisa seja enquadrada na análise semiológica pierciana, pois a diversidade<sup>65</sup> de fenômenos relatados e a abertura das cadeias tornariam as análises inconclusivas. O contato com a semiótica é restrito aos signos discursivos das semióticas narratológicas e culturais, com maior aproximação à corrente greimasiana e semiológica de Barthes (1987b), conforme os estudos de Barros<sup>66</sup> (1988) sobre a teoria do discurso.

O principal aspecto que diferencia o MEGA do MISP é a intertextualidade analítica no MISP. A teoria da intertextualidade, ou literatura comparada, se insere numa teoria totalizante do texto. Engloba as relações com o sujeito, o inconsciente e a ideologia, numa perspectiva semiótica. Surge como um instrumento para reconhecer traços analíticos literários. Da intermediação de dois textos, resulta um metatexto “[...] que se constitui a partir das coerções que as relações de comunicação impõem aos agentes da comunicação genericamente denominados enunciador e enunciatário têm acesso ao texto apresentado no ato de comunicação, ou seja, mensagem” (NASCIMENTO, 2006, p. 148).

O metatexto é um método prático e adotado para estruturar a tese. Ele tem aplicação irrestrita à forma de decompor analiticamente as teorias enunciadas, permite intermediá-las com os contextos conformadores do objeto de análise e, ainda, com os discursos e as

---

<sup>65</sup> A essência original em *arqué* é o meio a alcançar a compreensão identitária de um lugar. No mundo hodierno, os contextos sociais são formados por redes de diferentes níveis de complexidade, teores específicos locais e discursivos homogeneizadores globais. Os vínculos sociais acabam por possuírem duas ordens de intensidades, as mais amplas, nas escalas locais, e as com menores vínculos, ou seja, as redes globais.

<sup>66</sup> Para Barros (1988), a semiótica greimasiana tem como características: a proposição de uma análise imanente para buscar as leis que regem o discurso sob a máscara que é o objeto textual; permitir a construção do sentido dos fenômenos compreendidos da imanência à aparência, estabelecendo percursos de relações mais simples às mais abstratas, independentemente da forma de manifestação do fenômeno, dos linguísticos ou não, e anterior a esses.



vivências dos usuários da praça. Os NÓS são figuras de mediação linguística compreendidas no método de Barthes (1997)<sup>67</sup> e interligadas à rede hermenêutica de Foucault (2000a), em *Arqueologia do saber*. Os dois autores afirmam que as fronteiras interpretativas de um texto não são claramente traçadas e indicam a existência de uma rede de referências sistêmicas ao colocar uma obra dentro da outra e um signo dentro do outro.

### 3.2.2 A segunda fase: entre o potencial discurso e as espacialidades na movimentação dos corpos

Essa fase consiste no método prático de análise visual do MISP compatível ao MEGA. As vivências socioespaciais apresentam características únicas, o que exige instrumentos metodológicos propícios ao universo investigativo. O MISP permite recortes analíticos com amostragens sociais. A sobreposição das grades parte do conhecimento prévio dos contextos urbanos, considerando-se os múltiplos aspectos físicos, ambientais e sociocomportamentais.

Trata-se de um ferramental para o conhecimento das cadeias fenomenológicas com foco nas permanências. As circulações em praças são condicionadas pela estrutura urbana, portanto, externa ao estudo proposto, uma segunda ordem inserida na intertextualidade processual e analítica para alcançar a redução fenomenológica.

Toda consciência é consciência de algo. Toda materialidade é nomeada no pressuposto de que tudo é objetivado e vira objeto de representação à consciência<sup>68</sup>, mas Eco (1991, p. 4) alerta: “Um signo pode dizer a verdade, também pode mentir”. Todo signo é linguístico, mas nem todas as relações sociais são restritas à fala, as palavras não podem substituir um símbolo, pois não permitem expressar todo o seu valor.

Os valores sociais são intrínsecos às simbolizações compartilhadas para dar sentido à vida pública. Revelar esses valores significa não estar restrito à oralidade. A vida é movimento nas ações exercidas nos espaços livres públicos e nos movimentos desses corpos

<sup>67</sup> Roland Barthes (1972b), em *Mitologias*, utiliza a abordagem semiótica para produzir uma *leitura* sobre cultura midiática, tratando os objetos como signos, numa linguagem na qual o sentido é comunicado. Nesse contexto um NÓ é uma unidade mínima de significação (uma ideia ou conceito) e integrável no sistema significante, mais vasto, que o texto. O NÓ permite a leitura hipertextual eminentemente individual e irreproduzível, é um acontecimento efêmero que estabelece relações contingentes entre cada unidade significante que constitui o texto. Na sua análise pós-estruturalista a interpretação de textos deriva de múltiplas redes e estruturas de significados e a textualidade está aproximada ao hipertexto informatizado. Na analogia entre o mundo físico e o mundo das representações textuais, a rede de interligações é aberta, plástica e infinita, descrita por termos como NÓ, rede e teia.

<sup>68</sup> O método da redução *eidética* de Husserl (2006), que formaliza um instrumento teórico descritivo sobre as experiências humanas no mundo das significações, buscou a essência dos fenômenos numa experiência transcendental “das coisas em si mesmas” ou *epoché*. Consiste, sem dúvida, em uma teoria filosófica que abrange as dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas.

sociais são definidas as espacialidades. Existe intencionalidade nessas ações (HALL, 2006).

Quantificar e tipificar as ações humanas no espaço, mediante o desenvolvimento de um modelo sistematizado de investigação, distancia a pesquisa de uma classificação essencialmente semiológica. Esse procedimento compreende a segunda fase do MISP, com amostragem por recorte temporal cuja finalidade é aferir os deslocamentos e posicionamentos dos usuários da praça, sem contato verbal. Barthes (1987b) defende a adoção da figura de linguagem para exemplificação de algo, no caso os NÓS<sup>69</sup>, uma expressividade corpórea, ou melhor, a fala dos corpos em movimento.

### 3.2.3 O método da grade de atributos, MEGA/MISP

Na primeira fase, foi definido o recorte temporal da pesquisa, os horários de maior intensidade de permanências, os locais de observação e quais fatores interferem nas circulações e permanências dos usuários. Assim, a praça foi decomposta em 23 ambientes prioritários de permanência, denominados estações (comportam as células fixas), e cinco manchas (estação amorfa devido à intensa movimentação dos usuários, células em movimento).

O ambiente gráfico permite compor três grades de atributos: a grade comportamental de posicionamento, a grade comportamental de deslocamentos e a grade bioclimática, tal como o MEGA (BINS ELY, 1997). A síntese dos procedimentos metodológicos e das nomenclaturas está apresentada no Quadro 6 e na Figura 7.

Quadro 6 – Nomenclatura do MISP para a definição das grades de atributos comportamental e físico-ambiental

<b>Malha:</b> Consiste na representação sobreposta ao desenho da praça em que as informações físicas existentes e ambientais serão repassadas para uma matriz de tabulação de dados (Excel). Seguindo o mesmo conceito, foi definida uma segunda malha para o mapeamento das projeções de sombra das árvores sobre as estações.
<b>Célula:</b> É a menor unidade da malha e foi dimensionada com base no espaço pessoal (HALL, 2006). A localização da célula se refere à disposição dos bancos da praça. As células compõem as estações que são resultantes dos arranjos espaciais da praça. São definidas 126 células.
<b>Estações:</b> São 23 ambientes, contendo todas as células fixas. As análises comportamentais indicaram a existência de cinco estações sob outra configuração, em forma de mancha. As manchas diferem pela intensa movimentação dos usuários.
<b>Manchas:</b> São recintos de intensa permanência em constante circulação de indivíduos. São estações de desenho amorfo, referentes à apropriação do espaço periférico da praça, em frente ao Bar Carioca e imediações

<sup>69</sup> A palavra NÓ poderá impor sobre a figura o conjunto complexo de significados culturais; refere-se à forma como a sociedade usa aquele(s) signo(s), uma conotação ou sentido de interpretação de um fato lido dependente do contexto em que se enquadra e permite que se estabeleçam padrões para que sejam absorvidos de forma percebida. Aqui existe o deslocamento do signo ao campo restrito do subjetivo.

### Continuação do Quadro 6 - Nomenclatura do MISP para a definição das grades de atributos comportamental e físico-ambiental

**Fluxos:** Definem os principais eixos de circulação interna e as periféricas, restritas às análises das inter-relações entre as manchas; são denominadas conforme o primeiro quadro abaixo. No mesmo quadro, observam-se as principais atividades exercidas na praça e as classificações de faixa etária.

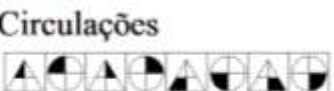
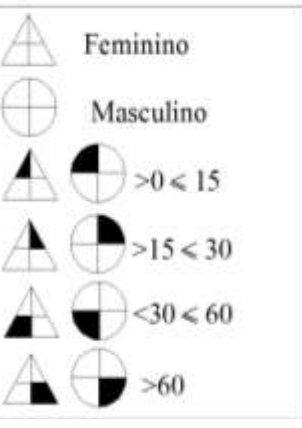
**Períodos de observação sistematizada:** matutino 10h30min às 12h30min e vespertino 16h30min às 18h30min, em boas condições atmosféricas, dias úteis, duas vezes por semana, preferencialmente às terças e quintas-feiras, totalizando 76 horas de observação.

totalizando 5 manchas. À sombra das árvores, homens adultos e/ou idosos conversam em pé ou sentados em bancos individuais móveis e se deslocam sucessivamente entre as manchas, fatores que alteram as características conceituais de estação.,

**Observador:** As características físicas dos arranjos espaciais da praça conduziram à adoção de dois pontos fixos de observação que podem ser verificados na Figura 8. Os dados coletados foram anotados nas planilhas e transportados para a matriz de tabulação de dados numéricos.

Fonte: autora

Figura 7 – Síntese analítica de identificação do perfil dos usuários que permanecem ou passam pela praça

<p><b>7a - Quadro de circulações referente à grade comportamental de deslocamento</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Circulações</b></p>  <table border="1" data-bbox="247 1019 694 1355"> <tr><td>FA - FD</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FA - FB</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FA - FF</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FA - FH</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FA - FI</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FB - FD</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FB - FF</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FB - FI</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FD - FF</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FD - FI</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FF - FI</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FH - FG</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>FG - FI</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>	FA - FD										FA - FB										FA - FF										FA - FH										FA - FI										FB - FD										FB - FF										FB - FI										FD - FF										FD - FI										FF - FI										FH - FG										FG - FI										<p><b>7b - Classificação por gênero e faixa etária</b></p>  <p>Feminino</p> <p>Masculino</p> <p>&gt;0 &lt; 15</p> <p>&gt;15 &lt; 30</p> <p>&lt;30 &lt; 60</p> <p>&gt;60</p>	<p><b>7.c - Grupo de atividades exercidas na praça referente à grade comportamental de posicionamento</b></p> <p><b>Atividades</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>01 - Conversar</li> <li>02 - Ôcio (não fazer nada)</li> <li>03 - Ler/escrever/ouvir Música</li> <li>04 - Lanchar</li> <li>05 - Caminhar</li> <li>06 - Esperar táxi</li> <li>07 - Trabalhos manuais</li> <li>08 - Namorar</li> <li>09 - Lazer crianças</li> <li>10 - Engraxar sapatos</li> <li>11 - Ir ao WC</li> <li>12 - Trabalhar</li> <li>13 - Beber água</li> <li>14 - Jogar baralho</li> <li>15 - Estacionar motocicleta</li> </ol>
FA - FD																																																																																																																																				
FA - FB																																																																																																																																				
FA - FF																																																																																																																																				
FA - FH																																																																																																																																				
FA - FI																																																																																																																																				
FB - FD																																																																																																																																				
FB - FF																																																																																																																																				
FB - FI																																																																																																																																				
FD - FF																																																																																																																																				
FD - FI																																																																																																																																				
FF - FI																																																																																																																																				
FH - FG																																																																																																																																				
FG - FI																																																																																																																																				
<p>Quadro dos dados referentes à grade bioclimática</p> <table border="1" data-bbox="263 1411 1013 1545"> <tr> <td><b>1 - Ventilação</b></td> <td><b>2 - Temperatura</b></td> <td><b>3 - Condições atmosféricas</b></td> </tr> <tr> <td>1a - Agradável</td> <td>2a - Agradável</td> <td>3a - Dia nublado</td> </tr> <tr> <td>1b - Desagradável</td> <td>2b - Quente</td> <td>3b - Parcialmente nublado</td> </tr> <tr> <td>1c - Sem vento</td> <td>2c - Frio</td> <td>3c - Céu limpo</td> </tr> </table> <p>Os índices apresentados como parâmetros de conforto às sensações térmicas</p>			<b>1 - Ventilação</b>	<b>2 - Temperatura</b>	<b>3 - Condições atmosféricas</b>	1a - Agradável	2a - Agradável	3a - Dia nublado	1b - Desagradável	2b - Quente	3b - Parcialmente nublado	1c - Sem vento	2c - Frio	3c - Céu limpo																																																																																																																						
<b>1 - Ventilação</b>	<b>2 - Temperatura</b>	<b>3 - Condições atmosféricas</b>																																																																																																																																		
1a - Agradável	2a - Agradável	3a - Dia nublado																																																																																																																																		
1b - Desagradável	2b - Quente	3b - Parcialmente nublado																																																																																																																																		
1c - Sem vento	2c - Frio	3c - Céu limpo																																																																																																																																		

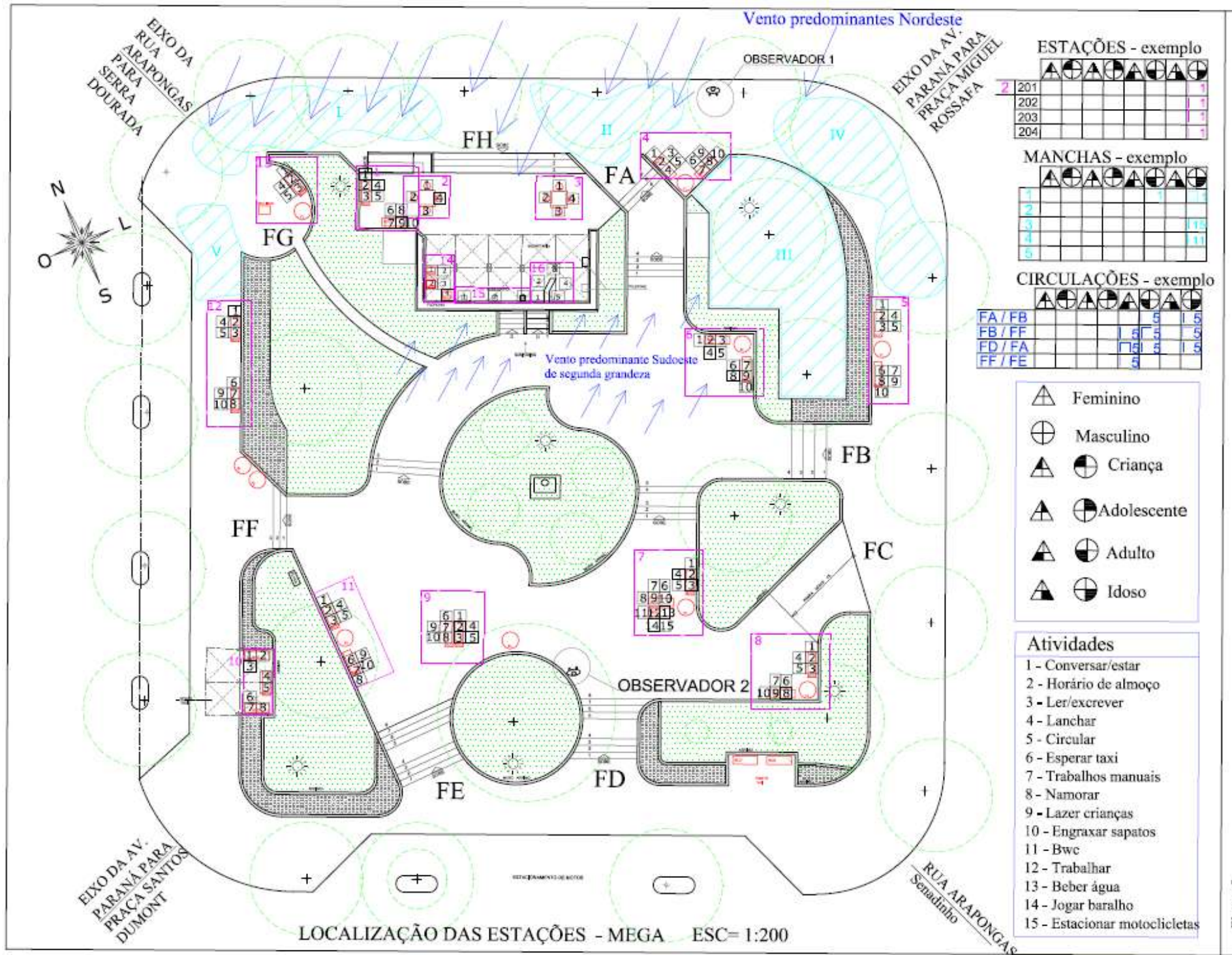
Fonte: autora

Na construção e análise bioclimática conforme o método de Bins Ely (1997), foram comparadas as grades de inverno e verão aplicadas a Florianópolis-SC. Macedo (2003, p. 127) conclui não haver diferenciação significativa do número de usuários entre as estações: “[...] percebe-se que a ocupação da praça no inverno e no verão se dá de forma igual”. Assim, não foi indicada a necessidade de levantamento nas duas estações, adotando-se o período de agosto a outubro para as análises de 2008, 2011 e 2012.

A pesquisa contou com o Grupo de Pesquisa PIC do Curso de Arquitetura e

Urbanismo da UNIPAR, coordenado pela pesquisadora, para a realização das pesquisas nos intervalos das: 10h30min às 12h30min e das 16h30min às 18h30min em dois dias semanais (entre segunda-feira e sexta-feira) e aos sábados, no período entre 11h e 12h. Não foram previstos levantamentos aos domingos devido à escassa presença de usuários. Em 2011 e 2012, foram excluídos os sábados, pois sem a Boca-Maldita não existe permanência significativa de usuários. A representação da malha que compreende a base analítica do processo indica a localização dos observadores, das estações e das manchas (Figura 8).

No período entre outubro e dezembro de 2008, foram realizadas 165 entrevistas e, em 2012, 106 entrevistas em horários diferenciados das análises visuais para não interferir nos dados. O questionário semiestruturado sofreu alterações, com vistas abranger dois objetivos: traçar o perfil sociocultural e econômico dos usuários e conhecer as simbolizações da praça, mediante a oralidade desses usuários. Aproximadamente 70% das entrevistas foram gravadas e os dados foram transpostos às fichas.



LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES - MEGA ESC= 1:200

Figura 8  
Representação da Malha MEGA/MISP  
Fonte: autora



### 3.2.4 A definição das células MEGA/MISP

O primeiro limite entre as pessoas é a pele. Segundo Hall (2006)<sup>70</sup> os demais limites são sócio-culturalmente determinados. Assim, na observação das relações interpessoais, buscou-se aferir relações corpóreas com o ambiente para o envolvimento humano e os distanciamentos físicos, recorrentes entre os indivíduos, nas dimensões ocultas às distâncias, ou seja, dentre os corpos. Foram avaliadas as distâncias íntima, pessoal e a social pública na definição de Hall (2006).

O estudo<sup>71</sup> está em consonância com Sommer (1973), Goldstein (1983), Weil e Tompakow (1986) e Boueri Filho (1991), no que se refere ao entendimento de que a violação do espaço pessoal, por outra pessoa, produz amplo desconforto ou mal-estar. Para os autores, na distância íntima, inferior a 0,45 metros, predominam os sentidos visual, olfativo e auditivo. Como distância pessoal entende-se a distância habitual da conversação pessoal (0,45 - 1,20 metros), definida prioritariamente pelo olhar. Conforme a pesquisa, este tipo de distância tem maior incidência nos casos de inter-relação entre pessoas conhecidas (encontro entre amigos).

Como essa distância está relacionada a fatores culturais, não existem definições precisas a respeito dela. Para uma definição, deve-se partir da observação continuada dos comportamentos sociais *in loco*. Assim, a distância avaliada nas inter-relações pessoais equivale ao afastamento do braço de um dos indivíduos (Figura 9c), em torno de 0,85 m (HELD SILVA, 2009).

A distância social está referencialmente entre a distância pessoal e a distância pública (entre 1,20 m e 3,60 m), conforme Boueri Filho (1991), baseado nos estudos de Hall (2003). No caso pesquisado, a distância social está nas inter-relações com menores vínculos socioafetivos comuns às atividades de comércio informal que ocorrem na praça, com distanciamento médio de 1,20 m.

As duas distâncias, a pessoal e a pública, foram utilizadas para definir a célula dos métodos MEGA e MISP (Figura 9). A célula é a menor unidade da malha no modelo

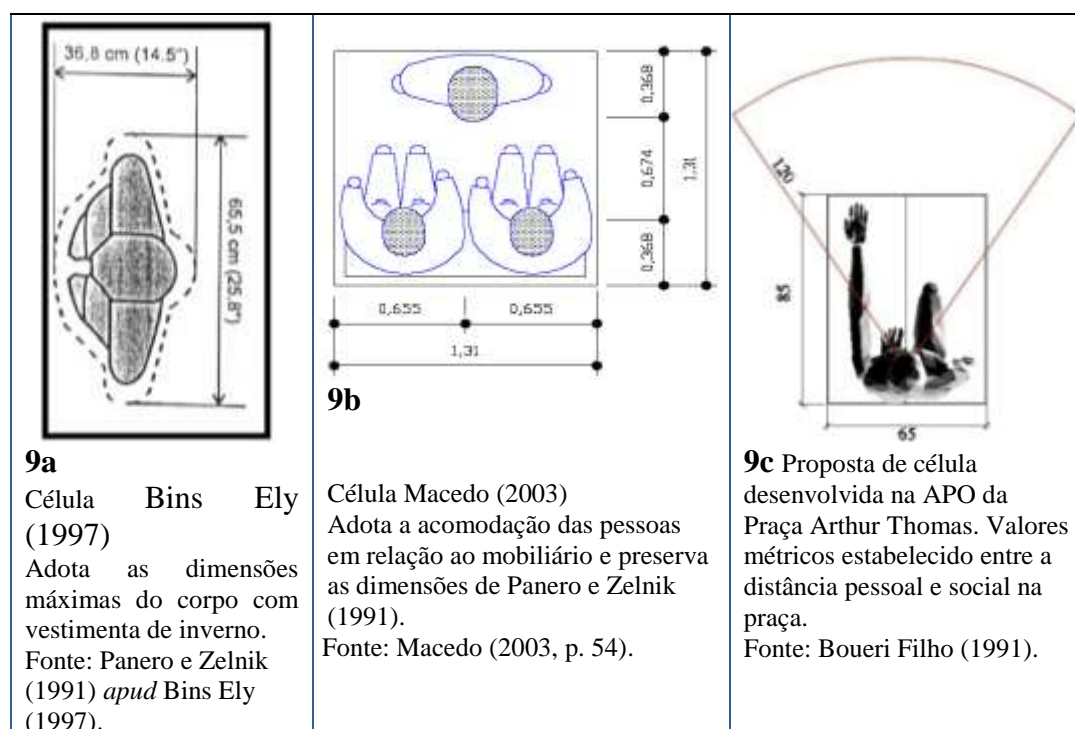
<sup>70</sup> O envolvimento físico não pode ser restrito às medidas em distância, no sentido absoluto e relacional do significado dos termos. Além dos valores culturais, ele se refere aos valores afetivos e às preferências individuais, segundo os estudos de Hall (2006). A relação espacial é um dado culturalmente determinado. (ididem, 2006) compara os povos do mundo ocidental e oriental para investigar o modo como o homem utiliza o espaço, para comprovar as relações acerca dos panoramas sensoriais. Ele exemplifica a partir das relações táteis e visuais de proximidade entre pessoas nas ruas de mercado árabe e as diferentes relações de distanciamento físico entre povos europeus em ambientes públicos.

<sup>71</sup> O autor conceitua o espaço pessoal como o equivalente à área próxima de cada pessoa, uma espécie de bolha, sem fronteiras ou barreiras definidas, sendo a sua dimensão e forma variáveis de acordo com o tipo de relação estabelecida entre indivíduos. Ele afirma também que as pessoas suportam a presença próxima de um estranho ao seu lado, mas não à sua frente (id, 2003).

configuracional (Grade de posicionamento e deslocamento). Para Bins Ely (1997) (Figura 9a), ela é definida pela padronização das dimensões do corpo. Para Macedo (2003), a dimensão da célula foi base no mobiliário da Praça Vidal Ramos em Florianópolis-SC, sem partir da análise comportamental das relações interpessoais (Figura 9b). Na Praça Arthur Thomas, as observações não sistematizadas permitiram definir uma nova célula para compor as estações aplicadas à malha, com base no comportamento humano. A análise prévia indicou intensa inter-relação entre pessoas conversando em pé, sentadas em bancos móveis ou em sucessivos deslocamentos, prioritariamente entre as cinco estações sobre a forma de manchas (ambientes de permanência amórficas) e os bancos fixos das estações próximas.

Portanto, existe diferença na definição das células que compõem as grades nas três versões do método adaptadas aos universos analíticos (Figuras 9a, 9b, 9c) respectivamente. A célula de Bins Ely (1997) está fundamentada na padronização das dimensões corpóreas, Macedo (2003) se baseia na dimensão dos bancos e Held Silva (2009) toma como orientação a forma de interação pessoal.

Figura 9– As três células do MEGA (BINS ELY, 1997), Macedo (2003) e Held Silva (2009)



Fonte: Autora

Os estudos de Bins Ely (1997) e Macedo (2003) não apresentam resultados sobre os estudos de distância íntima, pessoal e social pública, indicadas por Hall (2003), desconsiderando os fatores socioculturais existentes. “A distância social se dará não só pelo

grau variável do estado emocional que modifica a reserva, mas também conforme a tradição cultural na qual cada sociedade fixou seus hábitos de comportamento em grupo” (WEIL; TOMPAKOW, 1986, p. 233).

No MEGA, os dados de campo são transpostos das fichas de anotação do observador para uma planilha numérica (matriz de tabulação de dados), em ambiente digital (Microsoft Excel) para que os dados sejam tabulados (Figura 10). Dessa forma, são compostas as três grades de atributos simultaneamente. A recomposição consiste na sobreposição delas, o que permitirá avaliar os atributos em diferentes combinações.

A malha é uma base analítica de posicionamento/deslocamentos. A espacialidade é resultante da soma desses dados às simbolizações dos usuários; portanto, o espaço é resultado. Entende-se que a ação exercida no espaço (movimento dos corpos) é observada de forma sistemática no MEGA e será igual no MISP, sem excluir as condicionantes de *intencionalidade* da ação dos usuários, comprovando as teorias de que não existe fixidez na definição espacial.



Figura 10 - Matriz de tabulação de dados

N. de observações	Período	Nº da Estação	Nº da Célula	Tipo de Banco	RELAÇÕES VISUAIS		DESLOCAMENTOS		IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO			CONDICIONANTES AMBIENTAIS		CONTROLE		
					Localização	Visão	Fluxo	Ventilação	Temperatura	Condição atmosférica	Gênero	Faixa etária	Atividade	Interação	Nº	
01	A	1	102	B2	L1	V1, V2			1a	2b	3a	M	Idoso	A1	I1	1
31	A	Mancha	I		L1	V1, V2, V3			1a	2b	3a	F	Idoso	A1	I1	1
63	A				L1-L2	V1, V2, V3	FA-FB	1a	2b	3a			Adulto			1
				<p>Número do formulário e a data</p> <p>I1 – Com interação verbal I2 – Sem interação verbal</p> <p>A1 - conversar/estar – A2- descansar no horário de almoço – A3- ler/escrever –A4 - Lanchar – A5- Circular – A6- Esperar o Taxi – A7- Efetuar trabalhos manuais – A8 - Namorar – A9 -Acompanhar o lazer infantil – A10 - Engraxar sapato– A11- Utilizar-se do BWC – A12- Trabalhar - A13- Beber água- A14- Jogar baralho - A15-Estacionar a motocicleta .</p> <p>Fará efeito de compatibilização com os dados de caracterização de usuários com os questionários, adotaram-se as faixas etárias <math>\geq 0 \leq 15</math> – criança <math>&gt; 15 \leq 30</math> adolescente - <math>&gt;30 \leq 45</math> jovem – <math>&gt; 45 \leq 60</math> adulto - <math>&gt; 60 \leq 75</math> idoso <math>&gt; 75</math> idoso</p> <p>M – Masculino F- Feminino</p> <p>3a - Dia nublado 3b - Parcialmente nublado 3c - Céu Limpo</p> <p>2 a – Agradável 2 b – Desconforto térmico sensação de calor 2 c - Desconforto térmico sensação de frio</p> <p>1 a – Agradável 1b – Desagradável 1 c – Sem vento</p> <p>Fluxos atendem as principais circulações internas da praça, sendo de definida a simbologia do ponto de chegada e saída entre FA a FH</p> <p>V1 – Localização e ângulos de visão privilegiada a vista externa da praça com relação a rua V2 – Localização e ângulos de visão privilegiam a vista interna da praça V3 – O edifício Pedra representa obstáculo visual em relação ao interior da praça</p> <p>L1 – Localização do usuário é periférica L2 – Localização do usuário é interna na praça</p> <p>B1 - Banco individual fixo em granito B2 -Banco coletivo fixo ferro/madeira simples B3 - Banco coletivo fixo ferro/madeira duplo B4 - Banco coletivo móvel em madeira B5 - Banco individual móvel trazido pelo usuário B6 – Indivíduo em pé posicionado em frente ao banco</p> <p>Número da célula define a localização na estação</p> <p>Número da estação a define localização praça,</p> <p>A= Período matutino B= Período vespertino</p> <p>Permite avaliar o nr. de usuários por período de análise</p>												

### 3.2.5 A redução transcendental

A heterogeneidade semântica reforça os vínculos de identidade cultural. A forma de análise desses contextos socioculturais requer o envolvimento com teorias transversais inseridas no pós-estruturalismo, de *estruturalidades abertas* ou, como define Derrida (2002a), de estruturas dentro de estruturas, na nova forma de textualizar o mundo diante da sua *gênese ou arquê, das estruturidades e das fenomenologias*.

As interligações que permitem manter as estruturas abertas estão na origem fenomenológica de Husserl (2001), que por sua vez está presente nas discussões entre o estruturalismo, o *pós* e o ultraestruturalismo e em todas as *epistemes e sociologias*. Analiticamente, tais interligações se aproximam da legibilidade dos signos linguísticos da semiótica, mas não se restringem a estes. Derrida (2002a) indica que os pensamentos husserlianos são mais abrangentes, o método é “mais atento à historicidade do sentido, à possibilidade do seu devir, mais respeitador daquilo que, na estrutura permanece aberto” (DERRIDA, 2002a, p. 84) e tem convergência analítica no sujeito, ou naquele que está sujeito ao meio.

A mediação entre as estruturas abertas admite a redução fenomenológica centrada no sujeito. Segundo Bello (2000), toda redução implica numa análise descritiva sobre o mundo-vivido. Esse mundo vivido está passivo a intermediações entre as expressões narrativas, no corpo em movimento, no ambiente edificado, abrange tudo aquilo que pode ser (*des*) codificado em signos e apresentado às reflexões humanas. Desse modo, a percepção fenomenológica está entre as substâncias, coisas, palavras e ações.

A intensificação reflexiva e a produção dos metatextos dependem da contextualização sociocultural e genealógica: “O comportamento do público é orientado por fatores estruturais e culturais” (WOLF, 2003, p. 104). Os objetos contextualizados na narrativa sobre a arqueologia sociocultural da praça são resultantes das interligações textuais que formam um hipertexto, ou seja, uma rede de informações e construções teóricas sobre o universo da pesquisa. Um instrumento válido para pesquisas qualitativas, o metatexto, ou análises textuais, é utilizado para buscar os sentidos na mediação entre textos, ou intertextualidade dos signos ou “ciência geral de todas as linguagens” (SANTAELLA, 2007, p. 7).

A tese partiu da existência de dois textos. Um deles consiste em descrição sobre o legado da praça na trajetória histórica, uma expressão do tempo lento de vivências e daquilo que a denomina *Praça dos Picaretas*. O outro texto descreve a praça hodierna, que convive com os atritos do mundo de valores bruscamente alterados. A teoria da intertextualidade é o

meio previsto de intermediação contextual entre os dois mundos sobrepostos na praça e as relações simbólicas derivada desse encontro.

A semiologia visa ao reconhecimento das cadeias sígnicas da praça presentes no imaginário coletivo, o que possibilita a sucessiva reconstrução da praça em valor e uso social. Sobre a cientificidade do processo semiológico, Santaella (2001, p. 31) afirma que “[...] basta substituir a noção de evidência”, ou cogito-universo/objetivo, pelo análogo numa concepção de representação mais ampla (universo/sujeito), ou seja, os signos em análise que compreendem sua praxeidade.

A pesquisa busca o valor do signo. Consiste numa ação interpretativa porque o valor é sempre forma sociocultural implícita nas narrativas linguísticas. As palavras possuem significados que não são valores meramente linguísticos. “Opor o signo ao signo é a função semiológica. Representar o real por signo é a função semântica” (RICOEUR, 1997, p. 247). A amplitude de um valor do signo semântico foi descrita por Saussure (2002, p. 30) nos seguintes termos: “É preciso reconhecer que o valor exprime, melhor que a palavra, a essência do fenômeno, que é também a essência da língua, a saber, uma forma não significa, mas vale: esse ponto é *cardinal*. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros valores”.

## PARTE III – ANÁLISE AMBIENTAL

### 3.3 Os aspectos ambientais: parâmetros de avaliação e sensações de conforto dos usuários da praça

Os dados são referentes a sobreposições das grades de posicionamento e bioclimática, com dados coletados em campo/parâmetros/tabulação/análise relativos ao conforto bioclimático. A pesquisa comprovou que as escolhas do local de permanência (estação) está condicionada aos atributos bioclimáticos, além dos socioculturais. A análise avalia algumas condicionantes de propagação de ruído (incômodo, nocivo), ventos predominantes (incidência, campo livre e obstáculos) e sombreamento das árvores. Esses são alguns dos fenômenos ambientais que interferem nas sensações de conforto térmico e acústico dos usuários da praça.

A avaliação do desempenho em conforto térmico conta com a aferição do sombreamento das árvores, segundo método Held Silva (2009, p. 168-173). O conforto ergonômico do mobiliário da praça, entre outras questões referentes aos atributos físico-espaciais, foi relatado na mesma pesquisa (HELD SILVA, 2009, p.174-179).

#### 3.3.1 Parâmetros e avaliação do ruído na praça

A elevada concentração de atividades socioculturais e econômicas nos centros urbanos amplia a exposição da população ao ruído. Os sistemas de transportes atuam como agentes determinantes de aumento dos impactos provocados por excessiva exposição ao ruído, reduzindo a qualidade de vida urbana e a saúde pública. O objetivo foi dimensionar os impactos do ruído global sobre as sensações sonoras provenientes da densidade de tráfego de veículos e demais fontes.

O ruído global consiste na somatória de diversas fontes de emissão sonora, interna ou externa. Nesse aspecto, os ambientes livres públicos tornam-se vulneráveis ao ruído global, que prejudica a interação social para o lazer, o descanso, a contemplação e as práticas esportivas. No caso da praça, bem como nos demais ambientes livres, os maiores impactos acústicos são provenientes da densidade de tráfego no período diurno, ampliada no período entre 17h30min e 19h, devido ao acesso à UNIPAR, embora nesse horário a permanência dos usuários seja reduzida.

Segundo Iida (2005), a definição mais simples é a de que ruído é qualquer som indesejado. Na prática, chama-se *som* quando não é desagradável e *ruído* quando perturba. Geralmente, mas não sempre, ruído é alto, ou seja, de alto nível de pressão sonora. Segundo

Rodriguez e Delgado (1998), o ruído de até 50 dB (A) pode perturbar, mas é suportável pelo homem (Tabela 1). A partir de 55 dB (A), ele provoca leve estresse e, se continuado, gera desconforto. O estresse derivado da exposição ao ruído no organismo é provocado por valores compreendidos entre 65 dB (A) e 80 dB (A).

A aferição por amostragem do ruído foi registrada por decibelímetro nos dias 28, 29 e 30 de outubro, 17, 18 e 20 de novembro e 16, 18 e 19 de dezembro de 2008, nos intervalos das 10h30min às 12h30min e das 16h30min às 18h30min em horário de verão. Essa amostragem é referencial na pesquisa, pois atua como parâmetro analítico, sendo os dados intercalados à sensação sonora dos usuários por abordagem no mesmo período. Em 2012, a pesquisa foi realizada nos dias 29, 30 e 31 de outubro e 19, 20 e 21 de novembro, nos mesmos horários.

Tabela 1 – Parâmetros de ruído proveniente da densidade de tráfego

DENSIDADE DE TRÁFEGO	dB(A)	
	Dia	Noite
Intenso (rua principal, com cruzamentos)	65-75	55-65
Médio	60-65	50-55
Fraco (rua de bairro)	50-55	40-45

Fonte: Iida (2005)

O ruído global diurno da Praça Arthur Thomas é o resultado da somatória das fontes de ruído interno e externo: veículos, pessoas falando, anúncios do comércio ao redor e ambulantes, carros de som etc., embora a fonte de maior impacto seja a densidade do tráfego ao redor da praça. A aferição por amostragem do ruído foi registrada por decibelímetro<sup>72</sup>.

Os dados da pesquisa (2008) apresentam valores médios, entre  $\geq 75,5$  dB (A) e  $\leq 82$  dB (A), aferidos em frente ao Edifício Pedra e na calçada em frente ao Bar Carioca, portanto, próximo ao posto de observação 1 (Figura 8). No mesmo período, foi aferido o posto de observação 2 (no interior da praça, perto do Busto de Arthur Thomas). Em 2012, os valores médios foram  $\geq 71,3$  dB (A) e  $\leq 79$  dB (A) sob as mesmas condicionantes de investigação.

No posto 2 (Figura 8), a média apresentada, em 2008, ficou entre  $\geq 75$  dB (A) e  $\leq 79$  dB (A), portanto, inferior aos dados observados nas proximidades da Avenida Paraná (observador 1), em 2012, entre  $\geq 71$  dB (A) e  $\leq 78$  dB (A). Os valores continuam acima dos parâmetros para o ruído proveniente da densidade de tráfego apresentados por Iida (2005),

<sup>72</sup> Os medidores de nível de pressão sonora são conhecidos como decibelímetros e são compostos de: microfone, atenuador, circuitos de equalização, circuitos integradores e mostrador graduado em dB. A faixa de operação destes equipamentos está entre 30 e 140 dB. São caracteristicamente instrumentos de medição instantânea.

entre  $\geq 65$  dB (A) e  $\leq 75$  dB (A), para rua principal de tráfego intenso durante o dia. Ao considerar-se que o nível máximo aceitável é  $\leq 55$  dB (A), pode-se afirmar que os usuários recebem mais energia sonora que a devida, isto é, o valor está acima do máximo aceitável pelo organismo.

Os dados relativos às fontes emissoras de ruído são compatíveis aos dados de 2007 e 2009. Em 2011, os grupos permanentes na praça são os mesmos da pesquisa anterior, embora em menor número, e os índices aferidos por instrumentos não apresentaram variações significativas, os níveis de ruído existentes no espaço são incômodos para 67,26 % dos usuários. Assim, não foi reaplicada a pesquisa *survey*.

Com base na aferição por instrumento, percebe-se que os níveis estão acima dos aceitáveis ao considerar-se os longos intervalos de exposição dos usuários, devido à atividade de comércio informal que se desenvolve prioritariamente nas manchas II, IV e V, muito próximas às principais fontes emissoras de ruído.

As variações ocorridas são decorrentes da ampliação do trânsito de veículos ao redor da praça e da redução de usuários na praça. Os veículos de propaganda apresentam a mesma intensidade de ruído incômodo e não foi observada nenhuma fonte de ruídos provenientes das atividades comerciais ao redor das praças.

A sobreposição das grades bioclimática e comportamental de deslocamento fornece os dados sobre o conforto térmico relacionado à projeção de sombra nas células. As técnicas de aferição das preferências de células e manchas têm com base as observações comportamentais do MISP.

O mapeamento da relação dos fatores físico-ambientais que interferem nas formas de apropriação da praça foi conclusivo em 2009. Entre junho e outubro de 2011, mesmo período de 2009, foi realizado o mesmo levantamento de campo e foram avaliadas as emissões de ruído e a temperatura local. Os achados não apresentaram índices médios com diferenciais significativos com relação à pesquisa de 2009.

Quanto às diretrizes que indicam a importância dos atributos ambientais, físicos e comportamentais das áreas verdes, a pesquisa abriu caminhos para outras investigações, tais como a realizada por Marques (2010) na indicação de procedimentos metodológicos, em acústica, para reurbanização, aplicáveis ao estudo de caso no mesmo município. O fato comprova o *continuum* científico estabelecido no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UEM, comum aos demais programas.

### 3.3.2 O sombreamento das árvores

A relevância dos aspectos ambientais, em relação ao comportamento humano em ambiente livre público, assumiu ordem de valor inesperada na pesquisa entre 2007 e 2009. O sombreamento das sibipirunas é definidor dos lugares de permanência (estações e manchas). Segundo os dados da mesma pesquisa, existe contribuição direta do sombreamento para o microclima, conhecido nos parâmetros de sensações dos usuários e da inter-relação com a grade de comportamental (MISP).

Do total de 2.116,34 m<sup>2</sup>, apenas 535,92 m<sup>2</sup> da praça apresentam cobertura vegetal, ou seja, 25,32% da área total. A área percentualmente mais pavimentada é a área central, justamente a que não possui árvores, o que amplia as baixas condições de conforto térmico provocadas pela incidência direta de radiação e resulta em ganhos térmicos, principalmente nos períodos de céu claro, entre 10h e 16h. Entre 2007 e 2009, 88,02% das permanências dos usuários ocorreram no hemisfério Nordeste; desse total, as manchas representam 46,85 % das frequências no hemisfério. Entre 2011 e 2012, a permanência foi de 76,2%; desse total, 23,3% ocorreram nas manchas.

As projeções do sombreamento das sibipirunas favorecem as permanências ao reduzirem a temperatura nas células e manchas. O fato contribuiu para a apropriação periférica da praça, o que continua a ocorrer. O hemisfério de maior intensidade de apropriação foi alterado para o leste devido ao deslocamento ao Bar Senadinho, na Rua Arapongas. Em 2012, a intensidade de apropriações no hemisfério leste era de 75,2% e, em 2008, representava 47,2% do total de ocupação entre células e manchas.

A projeção de sombreamento das árvores favorece a permanência no hemisfério leste, no período matutino, sendo que a maior permanência ocorre na Estação 5 e na Mancha IV, (Figuras 12 e 13) conforme dados analisados na simulação de projeção de sombra na maquete eletrônica. Essa alteração impossibilita a comparação entre a apropriação e sombreamento, já que parte significativa dos usuários está em deslocamento ao Bar Senadinho (Figura 11). Tal variável desabilita a comparação entre as projeções de sombra em maquete eletrônica<sup>73</sup>

<sup>73</sup> As maquetes eletrônicas: as análises são formuladas sobre duas imagens eletrônicas, programadas para o dia 17 de novembro de 2008, nos horários de 11h30min e 15h30min (em horário de verão). A data foi escolhida por representar a mediatriz do período de realização da pesquisa, entre outubro e dezembro de 2008. Essa simulação em ambiente digital só permite avaliar as correlações entre o sombreamento, a localização e a utilização dos bancos fixos contidos nas estações. A representação das projeções de sombra sobre as estações é resultado da simulação digital por meio do programa HELIOS – *SOLAR SHADING AND PENETRATION V2. 04*, no qual foram armazenados os dados acima para a definição das projeções. O referido programa foi desenvolvido em tese de doutorado na University of Western Australia por Andrew John Marsh, em 1994. O dimensionamento da copa das árvores foi baseado nas imagens satélite do Google Earth – Image@2009.TerraMetrics e reprodução

(Figuras 12, 13 e 14).

Figura 11 – Localização do Bar Senadinho, Umuarama-PR



Fonte: autora.

Figura 12 – Projeção de sombra período matutino – elevação



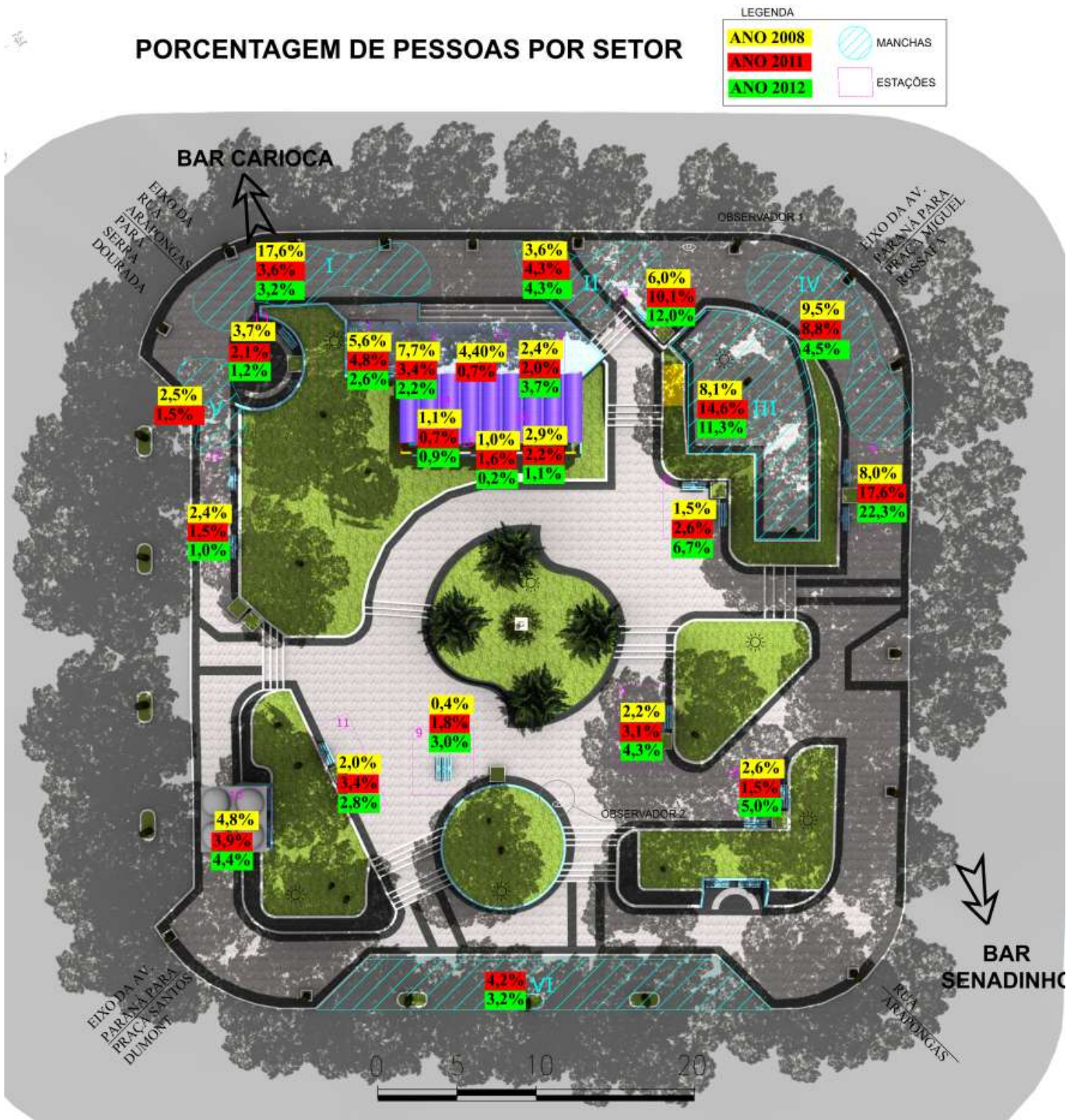
Fonte: Interligação de dados HELIOS – *Solar Shading and Penetration V2*. Google Earth – Image@2009.TerraMetrics e aferição *in loco*.

das copas em CAD 2007, com renderização das imagens através dos programas Blender e Índigo. A aferição da imagem contou com reprodução do desenho das projeções das sombras no piso com uso de giz, em uma segunda-feira de sol pleno, dia 17 de novembro de 2008.



Figura 13 – Projeção de sombra no período matutino, dados percentuais das permanências dos usuários da praça em 2008/2011/2012

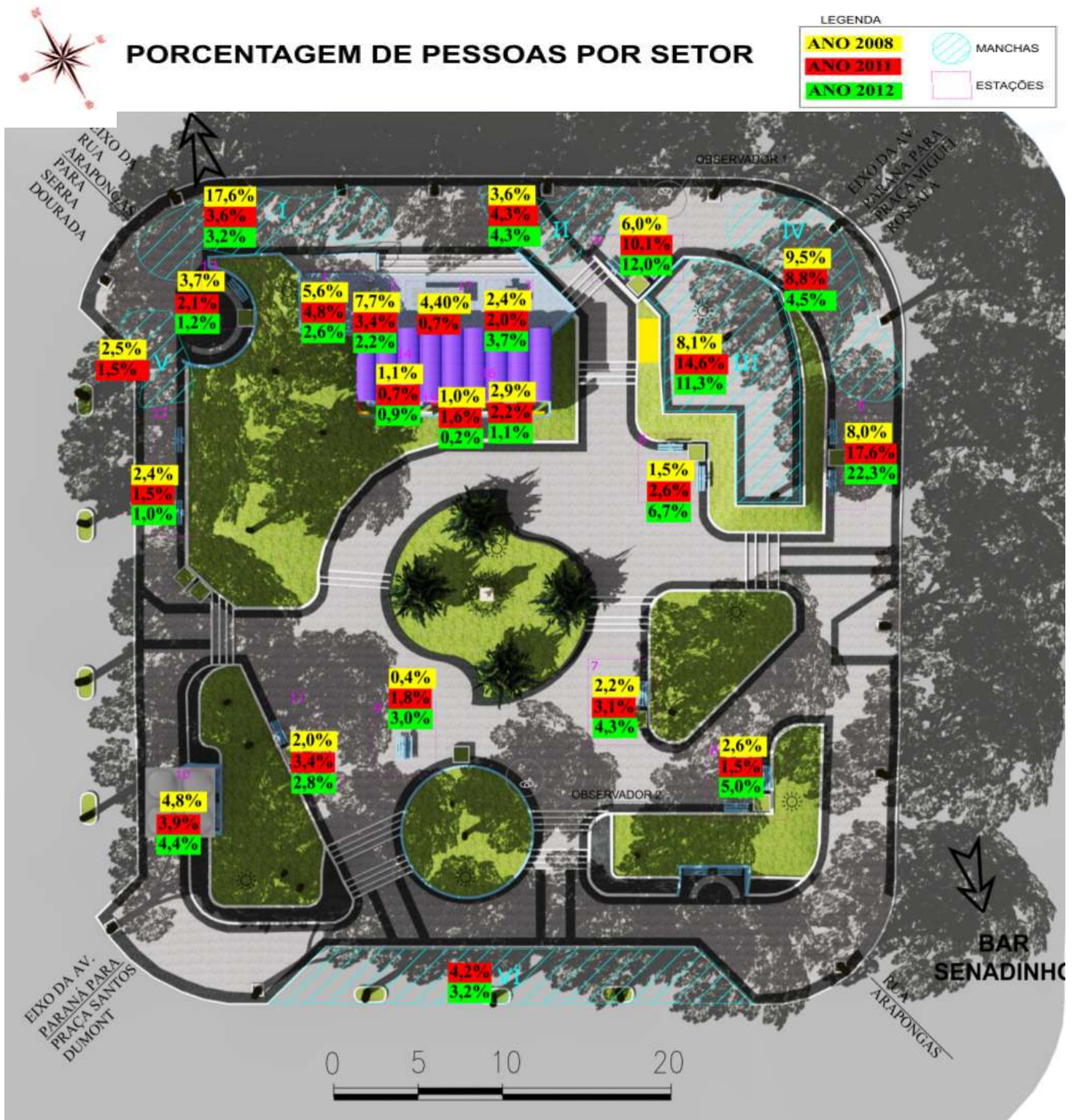
Fonte: Interligação de dados HELIOS – Solar Shading and Penetration V2. Google Earth –



Image@2009.TerraMetrics e aferição in loco.



Figura 14 — Projeção de sombra no período vespertino, dados percentuais das permanências dos usuários da praça em 2008/2011/2012



Fonte: Interligação de dados HELIOS – Solar Shading and Penetration V2. Google Earth – Image@2009.TerraMetrics e aferição in loco.

As condições de insolação na fachada do Bar Senadinho não são favoráveis à permanência no período vespertino (Figura 15), sendo maior a permanência nesse local no período matutino.

Figura 15 – Fachada do Bar Senadinho, Umuarama-PR, ao entardecer



Fonte: Google mapas 2012

Para a análise da grade bioclimática, consideram-se as características climáticas do clima subtropical (Úmido Mesotérmico)<sup>74</sup> em que o município de Umuarama-PR está localizado. Entre outras condicionantes, na direção de ventos predominantes (Tabela 2), isto é, nordeste/sudoeste/sul, basicamente não existem edifícios com mais de dois pavimentos e que possam estabelecer zonas protegidas, segundo Givoni (1998), ou alterar significativamente as direções e velocidades dos ventos. O edifício Pedra não chega a estabelecer obstáculo às renovações nas manchas I e II, embora as condições de conforto térmico<sup>75</sup> do edifício sejam desfavoráveis às permanências.

<sup>74</sup> A síntese das médias de temperatura municipal (SANEPAR, 2005): a média das máximas é 28,2°C e a média das mínimas é 18,40 °C. Umidade relativa do ar: 64%.

<sup>75</sup> O corpo responde às variáveis ambientais numa dinâmica de interação sob dois conceitos em que “conforto térmico é a condição da mente que expressa satisfação com o ambiente térmico” (ASHRAE, 2001, p. 81) e “Conforto térmico é um fenômeno psicológico, não relacionado diretamente ao ambiente físico ou estado físico lógico” (PARSONS, 2003, p. 196). Na condição de homeotérmico, o ser humano mantém a temperatura interna

Tabela 2 – Síntese da direção dos ventos predominantes para o Município de Umuarama-PR

V. média m/s 2,0 <sup>76</sup>	PERCENTUAIS DE HORAS NAS DIREÇÕES							
	N	NE	E	SE	S	SW	W	NW
	7,12%	33,22%	8,36%	3,10%	8,92%	10,68%	2,44%	2,70%

Fonte: SANEPAR (2005). Memorial descritivo: Estudo de concepção e projeto de engenharia de esgotos sanitários de Umuarama-PR. Dalcon Engenharia e Consultoria Ltda. (1998) apud. Ferreira (2005).

A praça apresenta 4,00 metros em declive, entre o extremo nordeste (1º nível, onde se encontra o Edifício da Pedra) e o extremo sudeste (4º nível, passeio). Dessa forma, a praça é compartimentada em quatro níveis, o que favorece a circulação dos ventos noroeste/sudoeste por toda a praça. Diante do exposto, o único obstáculo (parcial) às renovações por ventos predominantes, para o interior da praça, é o Edifício Pedra, construído acima do 1º nível (Figura 16).

(temperatura basal) próxima a 36,8°C quando há produção de calor e troca de calor com o ambiente (ASHRAE, 2001). Para Parsons (2003), a sensação térmica está relacionada ao modo “como a pessoa sente” e é, então, uma experiência sensorial e um fenômeno psicológico. Também segundo a Psicologia, o processo de julgamento do conforto térmico é elucidado pelos conceitos de sensação e percepção (RODRIGUEZ; DELGADO, 1998). Segundo Kroemer e Grandjean (2005), a temperatura do ar enquadrada na zona de conforto pode ser considerada entre 18 e 24°C, e a umidade do ar dentro da faixa de 30% e 70% tem pouca influência na temperatura efetiva. Fanger (1972) mostrou que os movimentos do ar de mais de 0,5m/s são desagradáveis, mesmo quando o ar é quente, e que o desconforto depende da direção e das partes do corpo expostas.

<sup>76</sup> V é a velocidade do vento (m/s) em uma determinada altura z (m). Os valores referenciais para estimar as condições de ventos médios são de 400 V<sub>z</sub> segundo Givoni (1998).



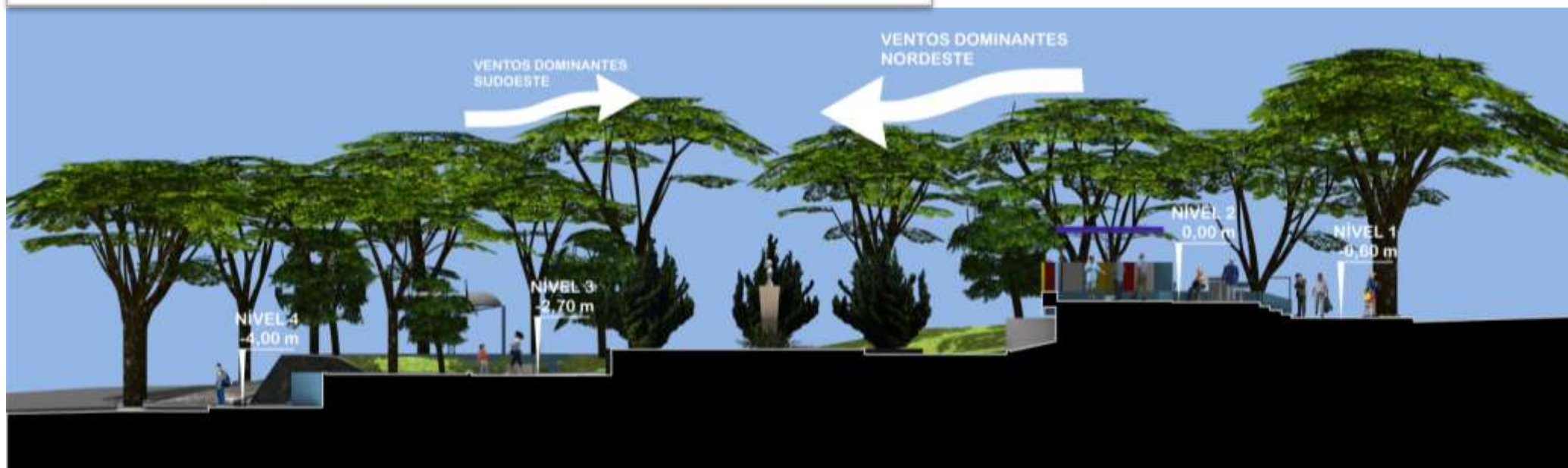


Programas utilizados AutoCad com interligação de dados HELIOS - *Solar Shading and Penetration V2*. Google Earth – [Image@2009.TerraMetrics](http://Image@2009.TerraMetrics). Sombreamentos com aferição *in loco*.

16 a – Período matutino 10h ago.2012

16b – Período vespertino 15h30min ago.2012

16c – Período matutino 10 h ago.2012





## CAPÍTULO IV – A PAISAGEM HUMANA



A cidade é o lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente porque se perde nas formas sempre tão fluídas e móveis. (CARLOS, 2007, p. 83)

## CAPÍTULO IV – A PAISAGEM HUMANA

### PARTE I – O CENÁRIO DAS PRAÇAS DAS COMPANHIAS CTNP E CMNP

#### 4.1 As origens do *genius loci* da Praça Arthur Thomas

Na genealogia das paisagens cênicas da Praça Arthur Thomas, encontra-se o seu *genius loci*. A praça, concebida entre a aproximação e o distanciamento dos princípios urbanísticos britânicos, da primeira metade do século XX, implantados pelas companhias CTNP e CMNP nas regiões Norte e Noroeste paranaense, ainda preserva essa leitura.

O processo de reterritorialização de uma praça parte da necessidade de conhecer a formação do *eidós* e do *ethos*, na historicidade, inseridos no questionamento sobre quando e como foi definido seu *genius loci*. A escavação semântica, definida por Foucault (2004), em *A ordem do discurso*, conduz a análise descritiva e interpretativa. Assim, a praça foi interpretada e cinco configurações espelham valores contextuais e configuram os eventos e as identidades na somatória e sobreposição temporal. Neste capítulo, serão apresentados os princípios de planejamento urbano regional contextual para a análise genealógica da praça.

##### 4.1.1 Entre a localidade urbana e a paisagens cênicas das praças planejadas pela CTNP e CMNP

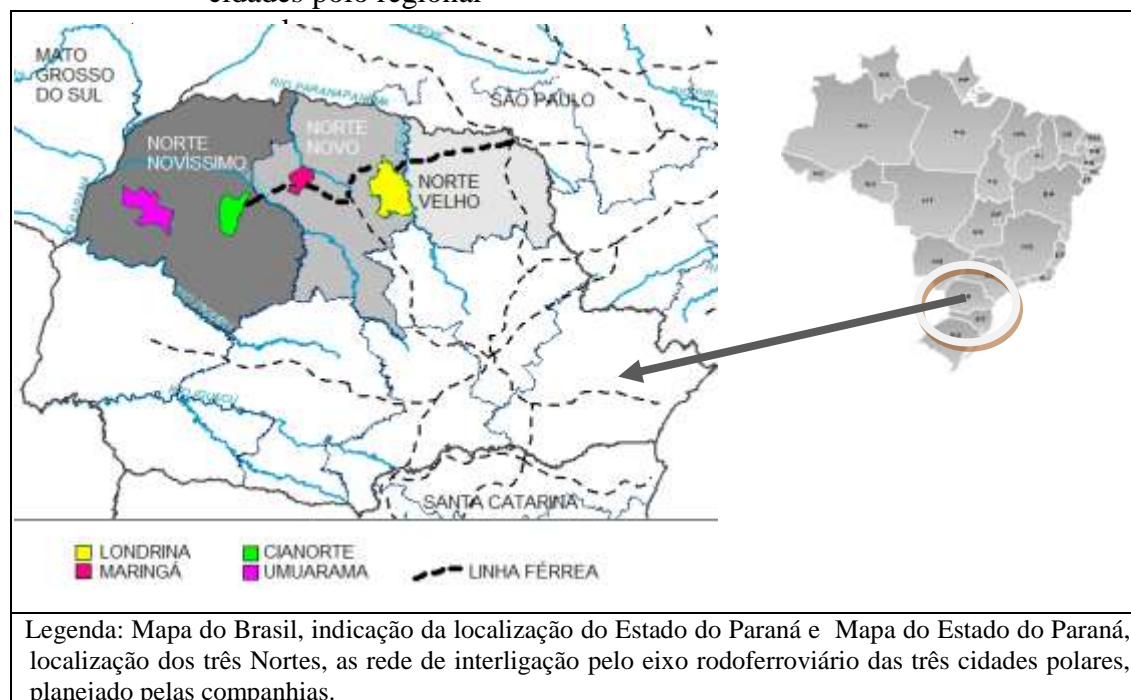
Praças não são ilhas. Segundo Robba e Macedo (2003, p. 55): “Não é possível falar sobre praças sem analisar o contexto urbano no qual está inserida”. A abordagem quer reafirmar a hipótese sobre o planejamento urbano definido pela hierarquia dos centros funcionais (institucional, comércio, serviços e industrial) irradiados pelo *lócus* das praças. A CTNP e a CMNP planejavam tais cenários para hierarquizar os ambientes livres públicos em relação ao edificado e configurar os cenários. Os princípios estéticos são observados em três escalas: a regional, a do território urbano e a do contexto definido a partir dos arranjos espaciais nela contidos.

Na escala regional, e no aspecto situacional, o Município de Umuarama-PR está a 23°47'S de latitude e a 53°18'W de longitude, na mesorregião Noroeste e inserido no terceiro Planalto Paranaense (Figura 17), abrange 2,5 milhões de hectares e compreende 61 municípios. A população estimada municipal é de 102.184 habitantes, a taxa de crescimento geométrico domiciliar é de 1,24%, na área urbana, e -1,10%, na área rural (IBGE, 2013).

De acordo com Padis (1981, p. 93), “[...] a ocupação regional foi desencadeada, a partir dos anos 1950, em função da expansão da fronteira agrícola no Estado pelo avanço da

cafeicultura em toda a região Norte rumo a Noroeste”. Assim, foi constituída a rede de cidades ao longo do binário rodoferroviário<sup>77</sup>, traçado pela CTNP (1924-1925), para o escoamento da produção e a ocupação regional. O intenso e extensivo adensamento populacional ocorreu prioritariamente na década de 1970 e na primeira metade da década seguinte.

Figura 17 – Esquema de localização do Estado do Paraná, os três Nortes e as quatro cidades polo regional



Fonte: <http://mapas.ibge.gov.br/>

A agricultura era o fundamento da riqueza, que se media em cafeeiros conforme os relatos de Monbeig (1953). Posteriormente, a direção dos negócios diversificou-se e as atividades agrícolas, separadas por ramo, e as cidades especializadas funcionalmente deixaram de restringirem-se ao suporte logístico emergencial do campo

A partir dessa década, a crise cafeeira afetou a dinâmica demográfica regional. Somou-se aos fatores limitantes de uso do solo, o Arenito Caiuá<sup>78</sup>, suscetível de forte erosão.

<sup>77</sup> Após a nacionalização da CTNP, em 1939, a ferrovia São Paulo-Paraná foi incorporada à Rede Viação Paraná-Santa Catarina e seus trilhos chegaram a Maringá, em 1954, e Terra Boa, em 1973. Até a cidade de Umuarama foi definida a abertura do eixo, ainda no período da colonização, mas sem nenhum outro investimento. As áreas são de propriedade da União e vários trechos estão em demanda judicial.

<sup>78</sup> O tipo de solo predominante é o Arenito Caiuá, e os sítios são caracterizados pela presença de extensas chapadas e platôs suavemente ondulados (Plano Diretor Municipal de Umuarama, PDMU/2004). O parcelamento foi implantado entre os divisores de águas dos dois principais rios e seus afluentes: ao Norte, o Ribeirão do Veado e, ao Sul, o Ribeirão Pinhalzinho. O atual Parque Municipal dos Xetá (antigo Bosque do Índio), revisto pela CMNP, atende parcialmente a proteção da cabeceira do Córrego Mimosa, afluente do Pinhalzinho.



Acentuou-se a evasão populacional. Diante da transição produtiva, entre a cafeeira decadente, a mecanização agrícola e a pecuária extensiva, os centros urbanos com mais de 50 mil habitantes receberam o contingente populacional intermunicipal (IPARDES, 2003).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o cenário era de crise e intensa mobilidade, o município já havia se tornado polo regional. A ausência de políticas públicas e de estruturas econômicas diversificadas, entre os setores produtivos, e a baixa capacidade de empregabilidade e geração de renda permitiram que a crise se estendesse por uma década. As ações não conseguiram impedir a evasão populacional no campo e mantê-los na área urbana. Entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu a inversão de proporcionalidade campo/cidade

(Tabela 3). A evasão populacional total foi acentuada na década seguinte.

População do Município de Umuarama-PR					
Censo	Número de habitantes área urbana	Em percentual	Número de habitantes área rural	Em percentual	População Total
1970	33.280	29.3	80.417	70.7	113.697
1980	59.879	59.5	40.676	40.5	100.555
1990	77.541	77.3	22.708	22.7	100.249
2000	82.625	91.1	8.065	8.9	90.690
2010	93.455	91.6	7.221	8.4	100.676

Fonte: Censo 2010 (IBGE 2013)

A prestação de serviços regionais nas áreas de saúde (pública e privada) e educação, nível médio e superior, teve projeção no cenário econômico a partir da década de 1980, reafirmando a conformação de polo regional. Na década de 2010, as participações no PIB municipal, por ramo de atividade, eram de 75,49%, no setor de serviços (funcionalismo público, educação e saúde privada). Com 19,58%, a industrialização, nos seguimentos de alimentos e moveleira, e o setor comercial atacadista e varejista, de abrangência regional, são relevantes na economia local. O setor da agropecuária representa apenas 4,92% (IBGE, 2010; IPARDES, 2004) na participação do PIB municipal.

A aplicação dos conceitos de cidade-jardim de Howard (1996), contidos no POR se somam à intensificação populacional do *Eldorado de Terras Férteis* (BARNABÉ, 1989), na constituição do território de modernidade e prosperidade do “Ouro Verde”, tratado ideológico vigente na primeira metade do século XX. A pesquisa teve continuidade nos estudos da urbanística inglesa por Rego (2009), em *As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná*.

Estes são alguns traços da estrutura socioeconômica local que impactam na estrutura morfológica e de planejamento urbano das cidades planejadas por companhia de colonização, sob princípios que contribuíram para a formação identitária das regiões Norte e Noroeste do

Estado do Paraná.

#### 4.1.2 A herança hierárquica dos ambientes livres públicos nos traçados urbanos das Companhias CTNP e CMNP

No delinear de Yamaki (2003a), as análises morfológicas partem da recuperação da história, na busca da consolidação de tênues marcas identitárias preexistentes construídas no espaço/tempo. Conhecer uma praça requer a decodificação e a reincorporação dos signos ou elementos significantes de uma determinada cultura.

A recuperação histórica partirá do Plano de Ocupação Regional (POR), idealizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), entre 1924-1925. Das pranchetas para o ambiente natural, surgiram as conformações morfológicas urbanas, sob a influência da urbanística inglesa. Os princípios de parcelamento da CTNP (1924-1943) serviram de modelo para a subsidiária, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), a partir de 1943, e das outras companhias colonizadoras. Uma dessas empresas é a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL), que adquiriu fração de glebas do CTNP para aberturas de novas cidades e contratou técnicos e engenheiros das duas companhias entre 1943 e 1984 (Figuras 18 e 19).

Figura 18 – Escritório sede da CODAL (1953)<sup>79</sup>



Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 19 – Recepção da imigração oriental, Cidade de Alto Paraná-PR (1953)<sup>80</sup>



Fonte: Acervo familiar da autora.

A aplicação dos conceitos de cidade-jardim de Howard (1996), contidos no POR se somam à intensificação populacional do “Eldorado de Terras Férteis” (BARNABÉ, 1989), na

<sup>79</sup> Mosart Oubert, engenheiro civil da Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL).

<sup>80</sup> Chegada de imigrantes japoneses a Alto Paraná-PR. Equipe de engenheiros e Gerente da Cia. Paulo da Costa Eduardo.

constituição do território de modernidade e prosperidade do “Ouro Verde”, tratado ideológico vigente na primeira metade do século XX. A pesquisa teve continuidade nos estudos da urbanística inglesa por Rego (2009), em *As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná*.

Na década de fundação do Município de Umuarama (1956), a CMNP (1943-1944) encerrou as atividades de colonização no desmembramento de glebas e na abertura de cidades, sendo este o último planejamento urbano e o mais eclético, ou *rebuscado* no parecer de Rego et al. (2004, p. 94): “[...] a últimas delas, Umuarama, projetada pelos próprios engenheiros da Companhia, experientes com a construção das cidades anteriores, tem um desenho mais rebuscado”

O planejamento dos centros comercial, religioso e cívico/administrativo apresenta as praças ajardinadas como ordenadoras da paisagem. Tal prática, segundo Tângari (2005), consiste no espelhamento do conceito de modernidade da primeira metade do século XX. No período, o urbanismo no Brasil era marcado pelas influências externas, sendo que o momento máximo do ecletismo historicista foi a *Belle Époque* brasileira, na expressão dos Planos de Melhoramentos, implantados nas principais capitais, e nos modelos de cidades-jardins.

O modelo foi adotado pelos planejadores da CTNP<sup>81</sup> e CMNP na configuração urbana, e as praças foram emolduradas pelos edifícios de fachada *Art Deco*<sup>82</sup>, alguns construídos pelas companhias. Assim, surgiu a Praça Arthur Thomas, uma “pequena grande” praça: possui 2.116,34 m<sup>2</sup> e pode ser considerada como de pequenas dimensões espaciais em relação às outras praças centrais do Município de Umuarama-PR.

As pesquisas sobre as estruturas espaciais das cidades de colonização planejadas pelas companhias CTNP e CMNP, realizadas por Razente (1984), Barnabé (1989), Costa (2001),

<sup>81</sup> As resultantes desta influência podem ser observadas em duas fases distintas. A primeira fase é a de hegemonia socioeconômica e político-administrativa dos ingleses, com influências culturais europeias diretas sobre processo de colonização das companhias, conduzidas pelos interesses de exploração extrativista mercantil da CTNP, subsidiária da empresa britânica Paraná Plantation Company, voltada à produção cafeeira, e da CMNP, com atividades econômicas diversificadas. Esta hegemonia, intitulada “Fase do Pioneirismo” (NAKAGAWARA, 1981), sofre algumas oscilações favoráveis aos interesses econômicos das companhias, provenientes das relações de políticas estaduais e federais e das revoluções no país. São fatores desfavoráveis a ela as crises econômicas internacionais e Segunda Guerra Mundial, mas o grande marco do término da hegemonia político-econômica da CMNP foram os fatores físico-ambientais (as geadas e as características do solo para o cultivo), que conduziram à erradicação cafeeira e ao término da primeira fase. A segunda é marcada pela atração de fluxo migratório com crescimento espacial (FERREIRA, 1987).

<sup>82</sup> “O *Art Deco* foi um estilo decorativo que recebeu influências variadas, do cubismo à arte egípcia e à valorização do maquinário moderno” (CASTELNOU, 2003, p. 55). As fachadas dos edifícios, tendo como referência o *Art Deco*, especialmente os contornos geometrizados da platibanda e dos balcões, foram adotadas como referência arquitetônica, atribuída ao conjunto de diversos edifícios construídos em alvenaria entre as décadas de 1930 e 1950, na cidade de Londrina-PR, segundo o mesmo autor, resultando em um importante conjunto volumétrico.

Suzuki (2002b) e Yamaki (2003a, 2003b, 2006), atestaram a qualidade dos planejamentos urbanos. Os estudos indicam as referências aos discursos da urbanística europeia do final do século XIX e início do XX. Segundo a ótica de Rego e Meneguetti (2006, p. 101), trata-se de “[...] uma estrutura com claras definições ideológicas e conceituais, às vezes perseguindo modelos europeus do início do século, como os de cidade jardim”, embora com certo distanciamento devido à restrição dos empreendimentos aos objetivos extrativistas, declara Barnabé (1989).

O processo de imigração europeia promovido pela companhia contou com o contingente de técnicos e administradores, sem atender aos mesmos moldes das colônias africanas e asiáticas, para as quais havia indução migratória com incentivo financeiro do governo da Inglaterra (REGO, 2009). Os valores herdados são restritos às contribuições de organização territorial e desenho urbano. Sem contingente populacional britânico nas cidades planejadas, não houve influência etnogênica e cultural direta promovida pela CTNP<sup>83</sup>.

Como organismo vivo, a cidade transcende no tempo e a qualquer forma de planejamento. A importância desses estudos está no fato de que a estrutura hierárquica prevista no desenho ordenador, entre os espaços públicos e privados, terá sempre a mesma base, sobre a qual a cidade se reconstrói sucessivamente e preserva a herança da urbanística inglesa, por meio do desenho morfológico das cidades de colonização<sup>84</sup>. Os referências são classificados em três fases distintas. A primeira delas é a de desenho clássico, a exemplo do traçado da cidade de Londrina-PR (1929-1934) pelo engenheiro Geodésico Alexandre Rasgulaeff (CTNP).

A segunda fase diz respeito aos projetos contratados do engenheiro civil Jorge Macedo Vieira para as cidades de Maringá-PR (1947-1951) e Cianorte-PR (1953-1955), com referências nas soluções formais de desenho das cidades-jardins, bairros-jardins e nos parques urbanos de Olmsted nos EUA, embora adaptados em menor escala<sup>85</sup>.

A última, a fase eclética, é resultante da somatória de duas fases anteriores e originou

---

<sup>83</sup> Para a logística de produção extrativista mercantil de exportação cafeeira, o POR previa assentamentos urbanos planejados equidistantes e inseridos no binário rodoferroviário. A cada 100 km, foi implantada uma cidade com função de polo regional de abastecimento e serviços (CARVALHO, 2000).

<sup>84</sup> No que diz respeito à influência teórica e morfológica, o desenho das cidades de colonização guarda relativo distanciamento em relação aos princípios que regem o desenho de cidade jardim, vinculados às teorias de gestão urbana cooperativista e socioparticipativa de Howard (1996), em *Cidades jardins do amanhã*.

<sup>85</sup> Na configuração das paisagens urbanas das três fases analisadas, as contribuições das ambientações e paisagens urbanas são oriundas dos traçados contratados de Vieira, entre cidade-jardim e parques urbanos, para o traçado das cidades paranaenses de Maringá-PR e Cianorte-PR, e permitiram a aproximação do conceito de pictórico, descrito por Sitte (1992).

o desenho da cidade de Umuarama-PR (1956), projetada pelo engenheiro Geodésico Wladimir Babkov (CMNP) sob a supervisão de Hermann Moraes de Barros (CMNP, 1975). O ecletismo do traçado pode ter raízes nas referências tipológicas e consiste em uma espécie de releitura, mais próxima à “colagem” gráfica das experiências anteriores da companhia. Dessa forma, são resgatados alguns dos princípios clássicos da primeira e da segunda fase das companhias, comuns à urbanística brasileira, conforme Tângari (2005).

A fase não apresenta o mesmo rigor técnico de adaptação do traçado ao relevo e à escolha do sítio para implantar a cidade de Umuarama-PR. O relevo é o mais ondulado, se comparado ao das três cidades polares (Tabela 4). No planejamento das cidades, a média de área destinada à praça era de 1,50%. Para a cidade de Umuarama, o percentual foi de 1,75%. No aspecto pictórico, a resultante paisagística difere em padrão tipológico, o que não significa redução na qualificação estética da paisagem.

Tabela 4 – Síntese dos percentuais em áreas de praças previstos nos traçados iniciais das cidades polo e dos níveis médios altimétricos

Cidade	Área em m <sup>2</sup>	Total de praças em m <sup>2</sup>	Percentual de área em praças	Nível médio máximo em metros	Nível médio mínimo em metros	Diferença Média em metros
Londrina (1930-1934)	3.250.196,43	58.380,58	1,79%	605 m	565 m	40 m
Maringá (1947-1951)	14.750.000,00	137.476,21	0,93%	595 m	545 m	50 m
Cianorte (1953-1955)	9.646.925,56	237.727,63	2,46%	550 m	500 m	50 m
Umuarama (1955-1960)	7.981.791,00	140.381,49	1,75%	500 m	425 m	75 m

Fonte: Carvalho, 2000.

Como todo organismo vivo, em resposta às novas necessidades, as quatro cidades sofreram alterações na organização espacial, sob os aspectos funcionais e simbólicos, principalmente nas centralidades. Os marcos referenciais das alterações da estrutura espacial urbana foram as mudanças socioeconômicas mundiais e os impactos provocados pela erradicação cafeeira na década de 1970, que resultaram no crescimento espacial acelerado e desordenado.

Tais mudanças refletem novos valores funcionais e simbólicos dessas centralidades, embora a essência dos cenários previstos para as praças ainda exista. Os cenários eram definidos desde as primeiras cartas, e hierarquicamente as praças configuravam a paisagem e ordenavam os núcleos funcionais, segundo critérios de zoneamentos, além de atender aos conceitos de desenho *pictórico* (SITTE, 1992).

Nesse período, os desenhos de algumas praças encontram referenciais nas praças clássicas francesas e inglesas do final do século XIX, modelos típicos da *Belle Époque* aplicados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (TÂNGARI, 2005). Os desenhos apresentavam linhas geométricas convergentes a um elemento focal central, geralmente elemento vertical (monumento, fonte, busto etc.), respeitando os princípios aplicáveis a esse padrão e inspirados nos jardins palacianos de Vaux-le-Vicomte (1661) e Versailles (1624-1700), de André Le Nôtre, definidos por Robba e Macedo (2003).

O estudo das praças em Maringá-PR, realizado por De Angelis (2000), divide o período de implantação destas, no tecido urbano, em quatro fases distintas: a primeira refere-se ao período compreendido entre 1947 e 1959; a segunda está relacionada à migração do campo para a cidade (1960-1973); a terceira diz respeito ao crescimento periférico; e a quarta compreende a cidade vertical (1984-1997). O recorte analítico proposto refere-se à primeira fase, quando foram implantadas 22 praças, sendo apenas cinco na área central. “A influência da igreja católica sobre a organização sociopolítica desse período pode ser observada pelo nome dado a quatro dessas praças, nomes de santos” (DE ANGELIS, 2000, p. 28).

Dos traçados das quatro cidades, o desenho urbano de Cianorte-PR apresenta maior área destinada a praças por habitante, 5,41 m<sup>2</sup>/hab. (Tabela 5). O de Maringá-PR apresenta o menor percentual, provavelmente devido à presença dos parques. Já no de Umuarama-PR<sup>86</sup>, a CMNP retornou à proporcionalidade área de praça por habitante (m<sup>2</sup>/hab.) definida para a primeira cidade planejada, Londrina, segundo os levantamentos de Carvalho (2000).

Tabela 5 – Síntese das áreas de praças em m<sup>2</sup>/hab. previstas originalmente para os núcleos polares urbanos da CTNP e CMNP

Município	Número de lotes urbanos	Habitantes	Área das praças m <sup>2</sup>	Área de praças /habitante m <sup>2</sup> /hab.
Londrina	3.840	19.200	58.384,58	3,04
Maringá	11.718	58.590	137.473,21	2,35
Cianorte	8.795	43.975	237.727,63	5,41
Umuarama	8.268	41.340	140.381,49	3,40

Fonte: Tabela estatística dos mapas das companhias CTNP e CMNP apresentada por Carvalho (2000).

<sup>86</sup> Os projetos urbanos da CMNP, nesse período, eram supervisionados pelo engenheiro Manoel Mendes Mesquita Vidigal (CMNP, 1975). O referido projeto foi aprovado, em 1956, pelo prefeito de Cruzeiro do Oeste-PR e foi também assinado por Alfredo Gonevino da Costa, engenheiro topógrafo da seção de topografia de Cianorte –PR. O original faz parte do acervo da companhia e encontra-se arquivado em Jussara-PR. A data de aprovação é posterior à data de autoria, pois a fundação do município ocorreu em junho de 1955. O projeto apresenta a mesma estrutura urbana implantada, salvo algumas alterações no traçado próximo à extensão da linha férrea, devido ao fato de não ter sido implantada. Embora a zona de armazéns do pátio de manobras (área destinada ao embarque e desembarque de café) tenha sido ocupada posteriormente, atendendo a mesma função nos dois ciclos, o cafeeiro e o algodoeiro, as zonas industriais são parceladas pela companhia para fins residenciais.

#### 4.1.3 O estudo tipo-morfológico da Praça Arthur Thomas

A primeira carta<sup>87</sup> (Figura 20) da cidade de Umuarama/PR foi implantada sem alterações significativas. A organização das praças no tecido pode ser definida nas quatro categorias funcionais (MATAS COLOM et al., 1983 *apud* DE ANGELIS, 2000): função de significação simbólica visual, função de significação visual, função de circulação e função recreativa, embora nos parcelamentos da CMNP essas categorias se tornem mais precisas a partir dos traçados contratados de Vieira. O traçado de Umuarama-PR foi implantado sobre o eixo sudeste/noroeste da linha férrea, um eixo pré-definido em relação ao traçado, e rompe com a tradição de precisão na adaptação do traçado ao relevo, uma premissa projetual da CTNP e da CMNP.

---

<sup>87</sup> As análises das cartas de Umuarama-PR foram fundamentadas nos estudos morfológicos das principais cidades planejadas pelas companhias, conforme Razente (1984), Barnabé (1989), Yamaki (2003a, 2003b e 2006), De Angelis (2000), Carvalho (2000), Costa (2001), Suzuki (2002a, 2002b), Rego e Meneguetti (2006) e Held Silva (2009). Os projetos urbanos da CMNP nesse período eram supervisionados pelo engenheiro Manoel Mendes Mesquita Vidigal (CMNP, 1975).



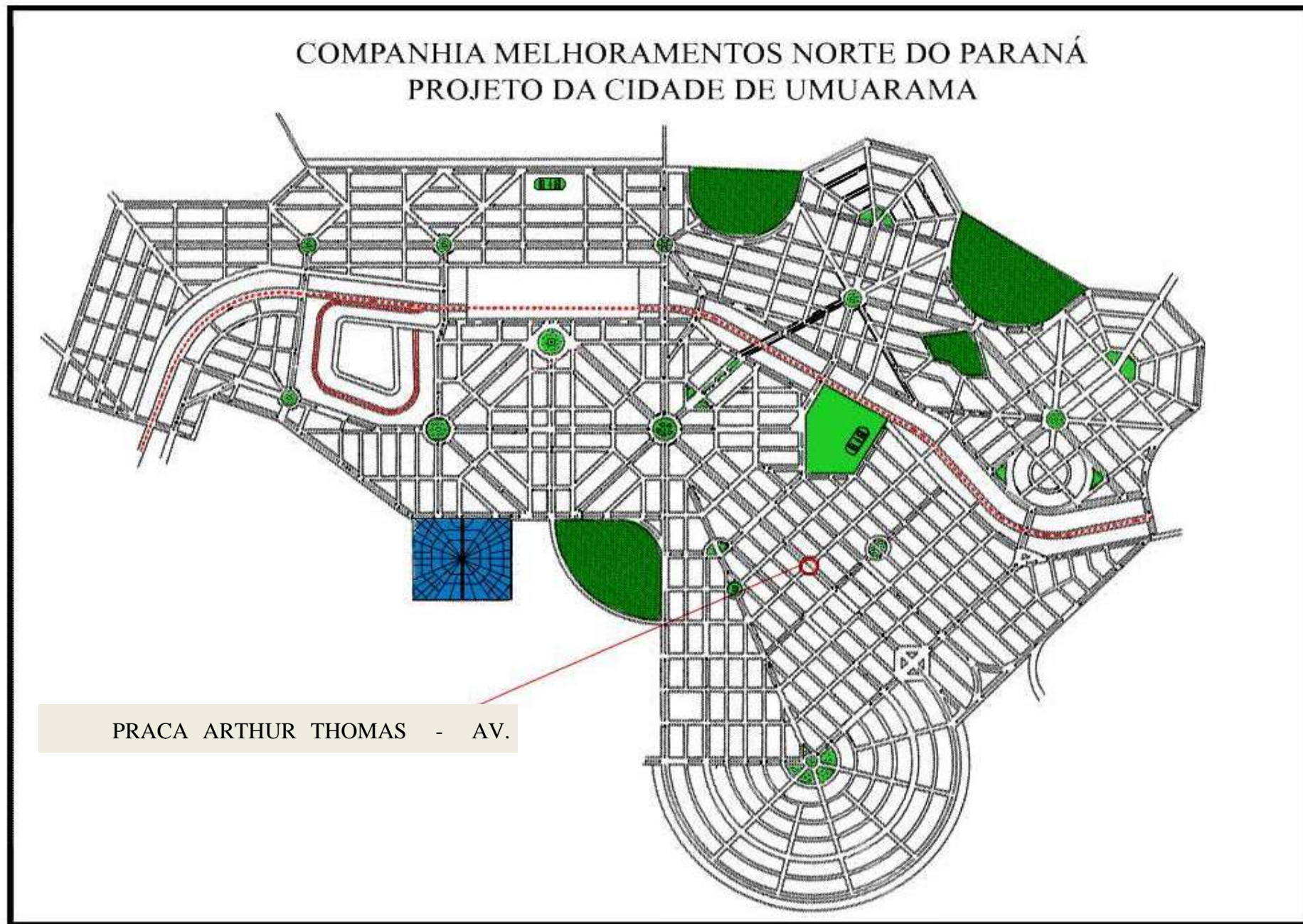
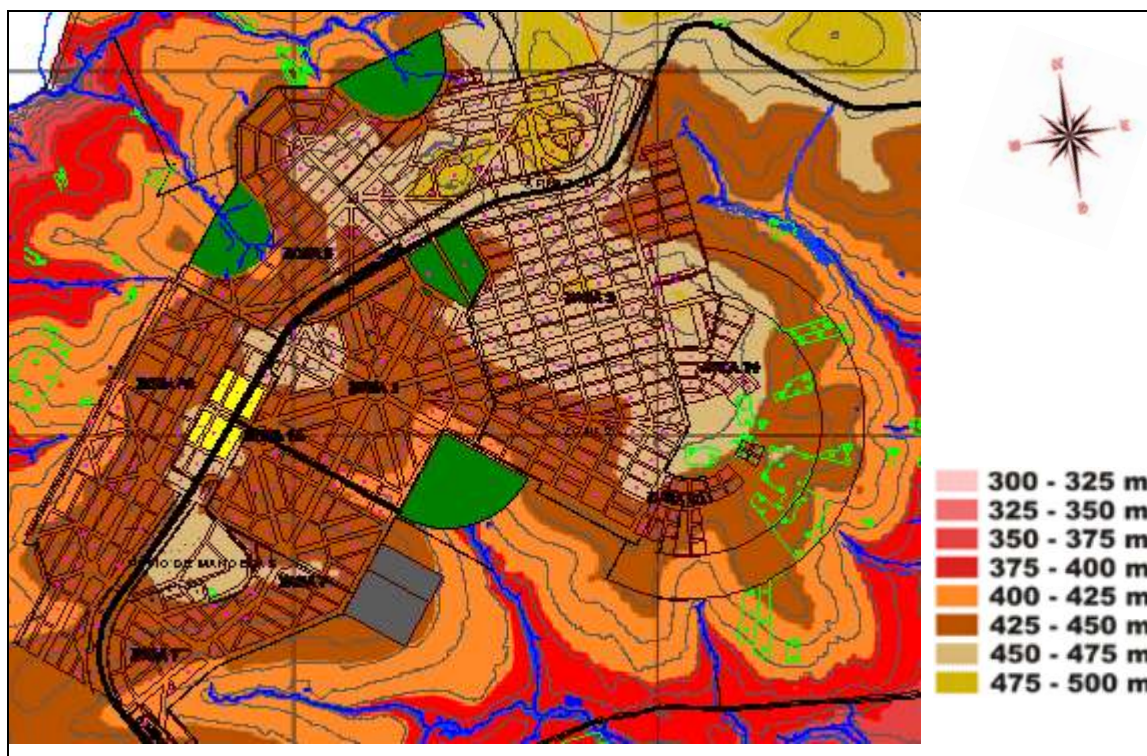


Figura 20 – Carta inicial do Município de Umuarama (1959)



A carta de hipsometria indica que a apropriação dos níveis mais elevados (475-500) não priorizou espaços de uso funcional, coletivo ou simbólico. A principal via definida desde o início da ocupação (Av. Paraná) não está devidamente acomodada às curvas, com 50 metros de desnível entre os extremos (Figura 21).

Figura 21 – Mapa Hipsométrico de Umuarama-PR



Fonte: Held Silva; Hülsmeier; Purificação, 2007, p. 10.

A característica dessa acomodação topo-morfológica confere às praças variação de níveis acentuados, a destacar a Praça Santos Dumont, com 8,5 metros de desnível, a Praça Arthur Thomas, com 5 metros, e a Praça da Bíblia, com 11 metros. Os projetos atribuídos para essas praças são fragmentados em platôs cuja integração é reduzida, o que prejudica a apropriação.

Seguindo o padrão de análise morfológica das praças proposta por De Angelis (2000), o traçado de Babkov, em 1956, compreende vinte e oito praças e dessas: doze praças têm forma triangular, onze praças são circulares, três são quadradas e uma tem forma semicircular. A hierarquia de vias não apresenta a mesma organização e composição adotada por Vieira no uso de *Patte D'Oie* e semicírculos (YAMAKI, 2003a). A predominância no traçado é de praças triangulares, embora dentre as praças previstas as que assumiram a função de praça são prioritariamente circulares (Figura 22).

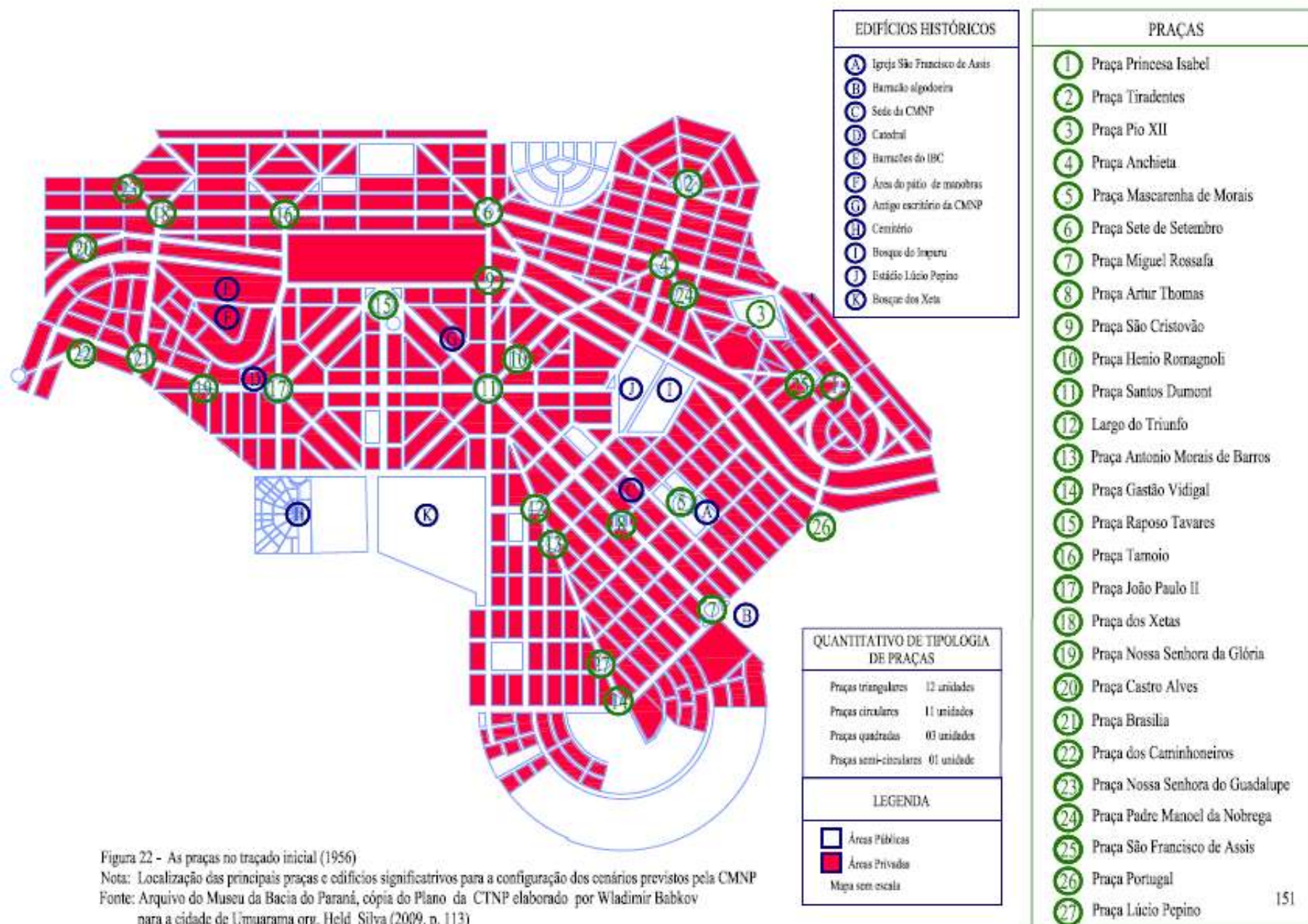


Figura 22 - As praças no traçado inicial (1956)

Nota: Localização das principais praças e edifícios significativos para a configuração dos cenários previstos pela CMNP  
 Fonte: Arquivo do Museu da Bacia do Paraná, cópia do Plano da CTNP elaborado por Wladimir Babkov para a cidade de Umuarama org. Held Silva (2009, p. 113)



No estudo teórico e analítico tipo-morfológico de De Angelis e De Angelis Neto (2000), é abordada a inserção do desenho das praças nos traçados urbanos, tendo como objetivo investigar o traçado idealizado por Vieira para a cidade de Maringá-PR. Nele são indicadas cinco tipologias classificadas em dez subclasses analíticas (Figura 23).

Nas tipologias classificadas por De Angelis e De Angelis Neto (2000), não foi contemplada a tipologia da Praça Arthur Thomas, quadrada em diagonal inserida em uma única via (Figura 24). O padrão mais comum de desenho de praça, idealizado por Vieira, para a cidade de Maringá-PR, é o redondo e por Babkov, para Umuarama-PR, é o triangular.

No aspecto perceptivo, sob a ótica dos usuários, afirma-se que a Praça Arthur Thomas se enquadre na classificação de subtipo 1a – redonda, com vias convergentes (Figura 24). A perspectiva da praça provoca a ideia de conformação redonda<sup>88</sup> para os usuários e transeuntes abordados nessa investigação. Desse modo, é assumido o parâmetro de envolvimento humano com o espaço, a praça é redonda (Figura 25). sentido Av. Paraná, Praça Santos Dumont

Figura 23 – Estudo tipo-morfológico de praças, T1 redonda conformada por uma única via – subtipo 1a



Fonte: De Angelis e De Angelis Neto, 2000, p. 148.

Figura 24 – Estudo tipo-morfológico da Praça Arthur Thomas, quadrada conformada por uma única via



Fonte: De Angelis e De Angelis Neto (2000).

Figura 25 – Vista da Praça Arthur Thomas



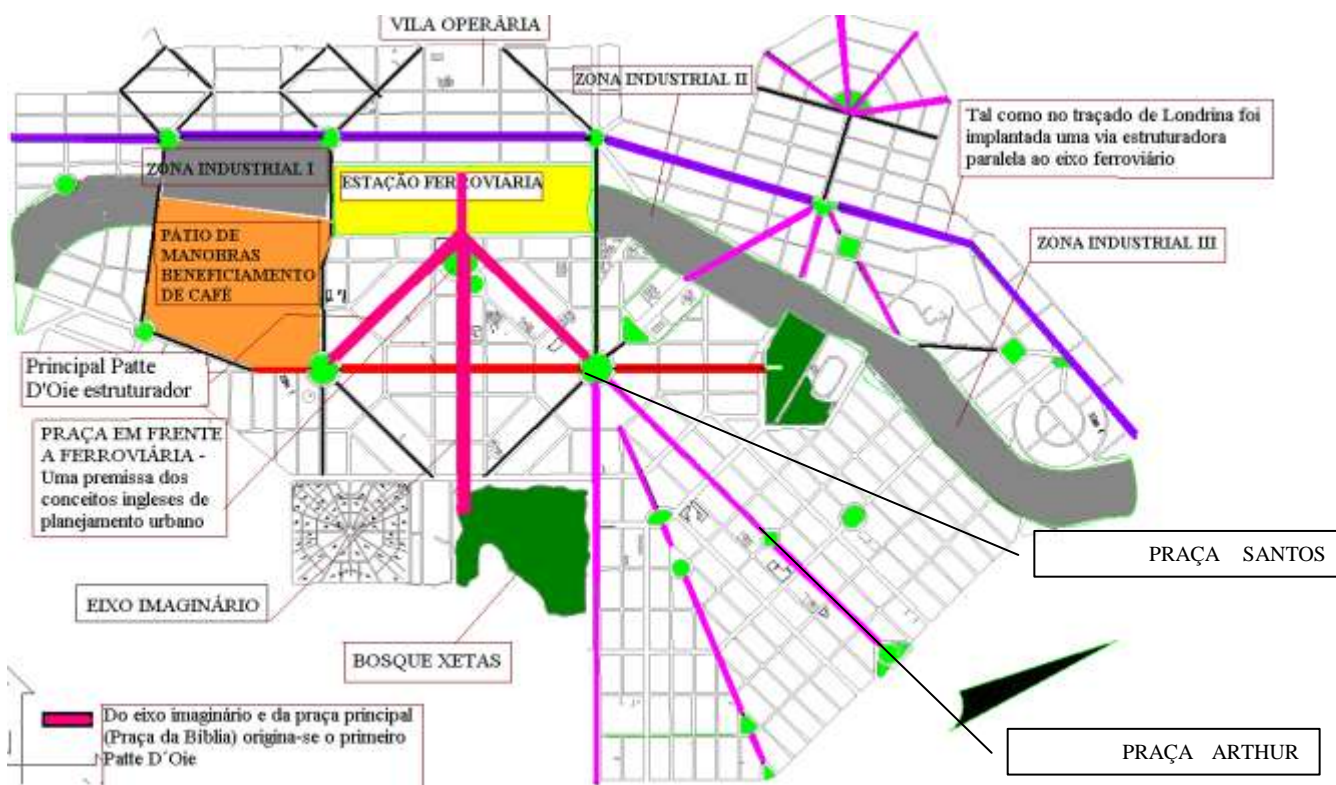
Fonte: autora

<sup>88</sup> Na primeira fase do MISP, quando questionados sobre a forma da praça em entrevista não estruturada, os usuários afirmavam ser circular o desenho da praça.

Nos estudos etimológicos e históricos sobre os topônimos, origem dos nomes geográficos atribuídos às praças (DE ANGELIS, 2000), os nomes atribuídos às vinte e oito praças do traçado foram: oito nomes com referência às personalidades históricas nacionais; sete de ícones católicos; sete de personalidades locais e representantes da CMNP; quatro de lugares e funções atribuídas ao lugar e dois nomes de tribos indígenas. As praças inseridas nas primeiras áreas ocupadas receberam os nomes dos diretores e gerentes da CMNP, pela empresa definidos. A administração pública nomeou-as com referência a personalidade e ícones católicos, a partir da segunda metade da década de 1970.

A população prevista pela CMNP era superior a 41.000 hab., próxima à prevista para a cidade polo de Cianorte-PR. As áreas destinadas às zonas industriais I, II, I2 (ao longo da linha férrea), o pátio de manobras e a estação ferroviária/praçã, são as maiores traçados das companhias CTNP e CMNP. Esse é um indicativo da expectativa produtiva da região (Figura 26). A Praça Santos Dumont foi prevista para o centro financeiro. A concentração dessas empresas contribuiu diretamente para a consolidação do município como polo regional. A praça ainda é conhecida como a *Praça dos Bancos*.

Figura 26 – Síntese do diagnóstico de traçado do Município de Umuarama-PR



Fonte: autora

A complexidade analítica do traçado está na forma com que Babkov compôs hierarquicamente os elementos morfológicos no espaço, sem apresentar a mesma clareza compositiva dos traçados anteriores nos projetos pertencentes à companhia. A análise comparativa permite afirmar que:

✓ No macro-parcelamento, as dimensões e proporções adotadas para as quadras aproximam-se do modelo adotado por Vieira para Maringá-PR e Cianorte-PR. O zoneamento apresenta número de zonas compatíveis com os apresentados por Vieira. Babkov define sete zonas residenciais, uma zona de armazém e zonas industriais I, II e I2.

✓ O *Patte D'Oie*<sup>89</sup>, ou pé-de-galinha, é aplicado como estruturador do traçado, no qual as praças contribuem para a orientação urbana e configuram os centros funcionais.

✓ As praças Santos Dumont, da Bíblia e João Paulo II são elementos morfológicos irradiadores do traçado, hierarquizadas para atenderem função de rótulas do sistema viário. O acesso a elas passou a apresentar restrições após a década de 1980, em resposta à intensificação das circulações viárias. Embora qualificadas esteticamente, as praças não atendem a função de praça.

Tal como as demais cidades de colonização da região Norte e Noroeste do Estado do Paraná, o Município de Umuarama sofreu várias alterações na paisagem, principalmente devido à expansão territorial e à verticalização, num cenário de precariedade ou omissão de planejamento, principalmente após a década de 1980. Os novos parcelamentos planejados ocuparam o cinturão verde e não apresentam traçados morfológicos qualificados.

Nos novos parcelamentos, os espaços destinados às praças são as frações menos valorizadas dos parcelamentos e, frequentemente, configuram lotes de meio ou extremidade de quadra, fatores restritivos à configuração de uma praça. Na trajetória de ocupação dos bairros e diante da valorização imobiliária, tais espaços são leiloados pelo poder público. Neste quadro, a área de praças por habitante no município foi reduzida de 3,4 m<sup>2</sup>/hab. para 1,65 m<sup>2</sup>/hab. (Tabela 6).

---

<sup>89</sup> O *Patte D'Oie* é um instrumento de desenho urbano utilizado nos traçados das companhias, embora dele não resulte a mesma conformação entre Vieira e Babkov e a evolução civilizatória dos municípios analisados. Segundo Yamaki (2003a), a análise da configuração dos traçados, a partir desse elemento tipológico, envolve questões simbólicas e funcionais do espaço relacionados aos usos e à história de consolidação das paisagens urbanas. Portanto, somente o desenho não garante que os aspectos simbólicos dos ambientes construídos livres públicos reforcem a presença dos edificados significativos na configuração de paisagens pregnantes.

Tabela 6 – Análise comparativa das áreas de praças por hab. previsto na colonização pelas CTNP e CMNP no Município de Umuarama-PR

Município de Umuarama	Número de lotes urbanos *	Habitantes	Área das praças em m <sup>2</sup>	Área de praças habitante m <sup>2</sup> /hab. (%)
Na década de 1960	8.268	41.340	140.381,49	3,40
Em 2007	29.557	95.135	157.381,49	1,65

Fonte: IBGE (2007) e SANEPAR (2005).

Os fatores impulsores do crescimento produtivo agrícola e adensamento populacional, entre as décadas de 1960 e 1970, são decorrentes dos agentes facilitadores de aquisição e financiamento dos lotes. No período, foram estimulados os fluxos migratórios de paulistas, mineiros, catarinenses e nordestinos, além dos grupos imigrantes da Europa, da Ásia e do Oriente Médio.

A projeção de crescimento populacional e expansão territorial urbana de Umuarama-PR foi avaliada a partir dos dados cadastrais da SANEPAR (2005). Em 2005, a área parcelada, em atendimento aos usos urbanos, totalizava 22.969,73 km<sup>2</sup>. Desse total, 45% da área compreendia o traçado inicial. O restante foi ocupado após 1990, período no qual a polaridade regional foi definida na consolidação dos setores de prestação de serviços (educação e saúde) e industrialização (alimento, movelaria) (Tabela 7).

Tabela 7 – Crescimento populacional e espacial do Município de Umuarama-PR por década<sup>90</sup>

Período analisado	Populações			Crescimento Espacial (%)	Área inicial e de Crescimento Urbano de Área por Km <sup>2</sup>
	Urbana	Rural	Total		
1953 a 1960	5.829	50.065	55.894	45	10.336,39 *
1961 a 1970	33.774	79.923	113.697	17	3.904,85
1971 a 1980	54.517	35.544	90.061	9	2.067,27
1981 a 1990	72.780	21.115	93.895	20	4.593,95
1991 a 2000	82.538	8.083	90.626	6	1.378,18
2000 a 2005	91.278	3.136	94.914	3	689,09
Somatória (2005)				100	22.969,73

Fonte: IBGE (2007) e SANEPAR (2005)

No processo histórico, entre as variáveis ambientais são somadas: a escassez de diversidade econômica produtiva nos meios rural e urbano, a ausência de dinâmicas necessárias à concentração de renda e as carências de políticas públicas. Tais fatores culminaram na evasão populacional acentuada (Tabela 4). No meio rural, tal evasão foi de

<sup>90</sup> Área contida no traçado inicial previsto pela CMNP. Dados acessados em 2005.

40,1% entre as décadas de 1980<sup>91</sup> e 1990 e de 61,72% entre as décadas de 1990 e 2000. Nos período compreendido entre 1990 e 2005, a projeção de crescimento territorial, devido aos novos parcelamentos, foi 90% inferior aos períodos anteriores.

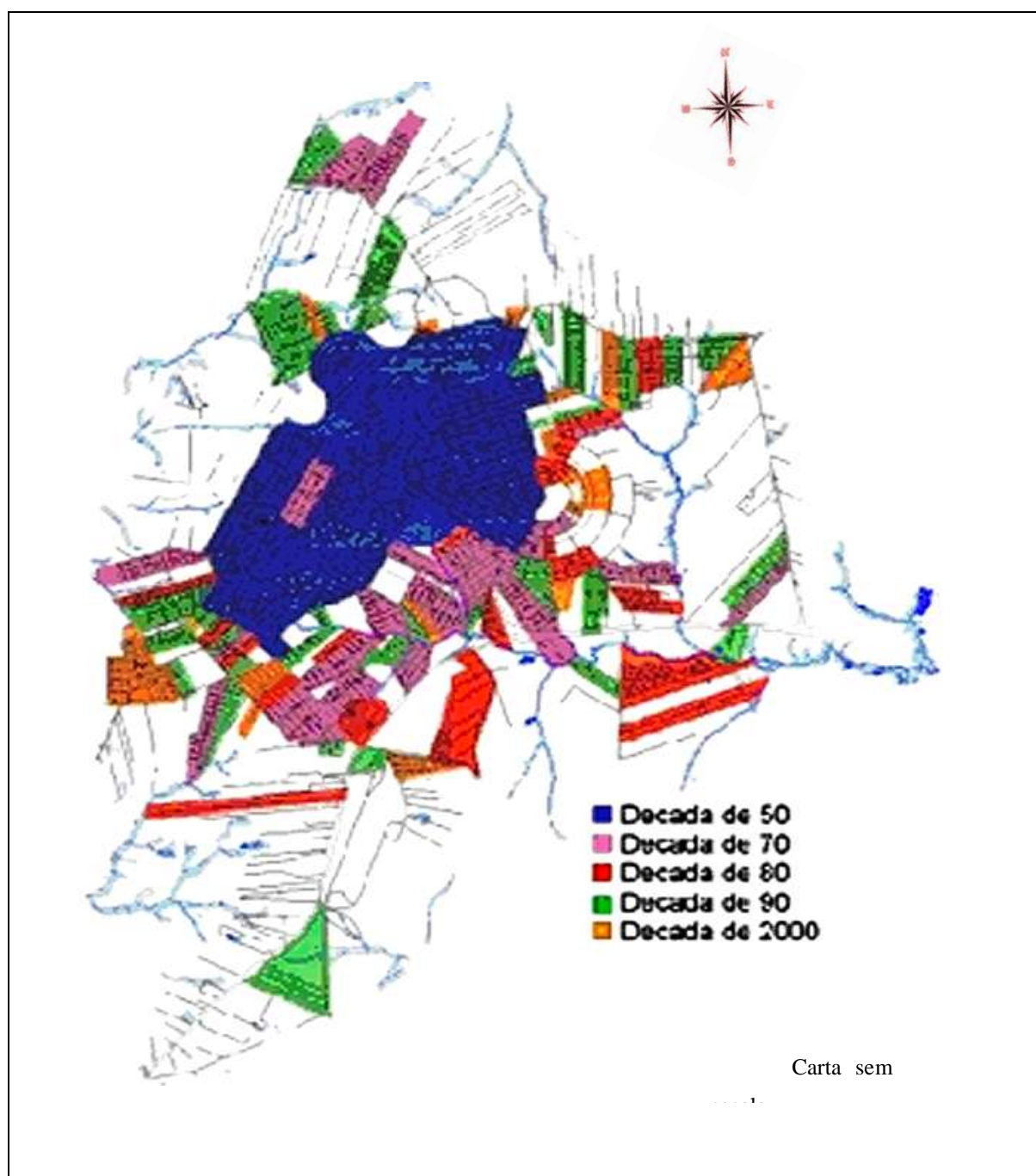
Entre 1970 e 1980, a erradicação cafeeira e a atração populacional de migrantes, oriundos dos pequenos municípios circundantes, resultaram na maior contagem populacional do município, até hoje. A partir dessa década, surgiu o novo padrão de desenho urbano para atender às novas demandas habitacionais. Na área central, houve adensamento e verticalização. O processo evidencia o desrespeito às condicionantes ambientais, a ausência de distribuição adequada de infraestrutura e supraestruturas urbanas e de qualificação dos traçados morfológicos. Nesse cenário, foi comprometida a legibilidade, a orientabilidade e a qualificação paisagística urbana.

Isso ocorreu porque o novo padrão de parcelamento está condicionado às conformidades da divisão fundiária do parcelamento rural (CMNP), em fita (Figura 27). A divisão dos lotes em pequenas propriedades rurais (entre 2 e 5 alqueires) que compunham o cinturão verde (limítrofes às áreas urbanas e inseridas no perímetro) define esses novos padrões de urbanização. A incidência de vazios urbanos é proposital, para atender à especulação imobiliária, e afeta qualitativamente a logística e a paisagem urbana do município.

---

<sup>91</sup> Na década de 1980, as expansões territoriais continuaram a ocorrer estimuladas pelas políticas públicas para habitação popular e deram origem ao surgimento de conjuntos habitacionais com baixa qualidade de infraestrutura. Entre 1978 e 1988, construíram-se nove conjuntos habitacionais, com 1.362 unidades, e entre 1990 e 2000, implantaram-se sete conjuntos com o total de 598 unidades habitacionais (COHAPAR, 2005). Contudo, diante do quadro de crise econômica nacional e do fracasso de três planos econômicos, a década de 80 foi determinante para a consolidação da vocação regional do município em comércio e prestação de serviços. No perímetro central analisado, não são apresentadas variações no processo de ocupação em relação à década anterior.

Figura 27 – Mapa de expansão urbana por década do Município de Umuarama-PR



Fonte: Ferreira (2005).



## PARTE II – AS CINCO PRAÇAS E O BAR CARIOCA

### 4.2 A narrativa genealógica da praça a partir dos cinco desenhos

A expressão gráfica, ou fazer artístico da praça, representa a mistura de estilos artísticos inseridos nos modelos de praça associados às épocas. No aspecto antropológico, os eventos, ou tempo vivido tematizado por época, passam a representar a “mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social”. A genealogia da praça descreve a trajetória da paisagem humana, entre o “[...] fluir de eventos [...] e na interpretação sociológica” (GEERTZ, 2008a, p. 50-51), sempre diante da descontinuidade temporal e da capacidade humana de reconstruir sua própria cultura.

Assim, cultura é movimento descontínuo de reconstrução que guarda especificidades e as experiências vividas. Essa tese não tem a pretensão de ser um documentário historiográfico da cultura local. O objetivo é apresentar inter-relações que possam contextualizar a praça nas sínteses sîgnicas das épocas, trazidas ao presente, na memória coletiva, e questionar quais expressões arquitetônicas se inserem nessa trajetória.

Procura-se aqui permitir uma leitura etnográfica local ou da paisagem humana. O processo parte do registro material da cultura na experiência estética de desenho arquitetônico na trajetória civilizatória local, o que resulta na expressão fisionômica dessa fração urbana. Portanto, esse método parte da reconstituição e descrição de valores culturais e de vivências relatadas por pioneiros. Somam-se resgates fotográficos e dados historiográficos locais e regionais para uma interpretação hermenêutica.

As discussões de Geertz (2008a), em *O saber local*, sobre as possibilidades interpretativas da produção estética, no conhecimento da formação cultural de um grupo social, foram adotadas como subsídio interpretativo dos desenhos da praça, na trajetória civilizatória e como elemento de cultura. Desse modo, surgiu uma ordem superior aos quesitos de organização espacial e de vivências de época.

Nesses desenhos, estão guardados traços da formação sociocultural, presentes na memória coletiva e resgatados nos depoimentos. São observados nos depoimentos dos pioneiros e Picaretas os registros de “[...] uma sensibilidade comunitária [...] uma disposição de espírito comum” (GEERTZ, 2008a, p. 23), compartilhada nas sínteses culturais e inserida nas mudanças históricas simbolizadas no tempo, o que constitui a memória coletiva.

A expressão *mimética* da praça parte da leitura interpretativa dos projetos a serem apresentados neste capítulo. São os projetos do engenheiro Geodésico Wladimir Babkov, do

engenheiro civil Lúcio Antonio Thomaz e do arquiteto e urbanista José Carlos Spagnuolo. Esta análise permite “[...] buscar um lugar para arte no contexto das demais expressões dos objetivos humanos, e dos modelos de vida a que essas expressões, em seu conjunto, dão sustentação” (GEERTZ, 2008b, p. 145).

A interpretação genealógica no estudo da formas físicas que a praça assumiu permitirá leituras contextuais de cultura, segundo Geertz (2008a), mediante a compreensão das características de conexão semiótica internas (fenômenos específicos de vivência da praça) e externas (os correlacionados). As essências internas da praça são trazidas do passado e colidem com os valores comportamentais do presente. Tal relação define a principal dialética dos fenômenos existenciais da praça.

Na ordem externa à praça, são apresentadas as cinco fases analíticas na abordagem sobre os contextos culturais, socioeconômicos, políticos e ideológicos (regional, nacional ou global) que possuíram relações com os fenômenos da praça. A análise, também conhecida como análise de metaníveis, aborda a interpretação de signos nos relatos etnográficos que foram capazes de permanecer na memória coletiva após os fatos sociais mudarem, portanto, trata dos valores iconográficos de ordem elevada.

Preservar a memória, entre o patrimônio edificado e o vivencial da praça, exige revelar as estruturas que conferem as sínteses simbólicas do lugar. Como lembra Lefebvre (1986, p. 112), compreender a morfologia social é compreender o vivido: “o espaço é a morfologia social; é então o ‘vivido’ o que é para o organismo vivo sua própria forma, intimamente ligada às funções e estruturas”.

Quais foram as formas assumidas por esse organismo vivo? Estudá-las na trajetória histórica das vivências que deram identidade a esses espaços seria uma forma de analisar quais atributos caracterizam as relações socioespaciais em questão?

A Praça Arthur Thomas é um ícone urbano, um produto cultural, transformado no tempo e no espaço. A sua trajetória preservou o palco das mudanças socioculturais das manifestações dos valores históricos, simbólicos e míticos, por mais de meio século de existência. Apenas esse fato já seria o suficiente para indicar a existência do poder representativo dessa cultura local inserido nos valores iconográficos da praça.

A hierarquização dos ambientes construídos públicos sobre os privados conta com a elaboração de paisagens cênicas planejadas pela CMNP para os principais centros urbanos contidos na malha, de modo que as praças são as geratrizes do conjunto. Esses conceitos atendem aos princípios estéticos compositivos da forma, aplicáveis aos estudos urbanos, os quais já eram defendidos pelo arquiteto e teórico romano Marcus Vitruvius Pollio (2007),

entre os anos 40 e 27 a.C., em *Os dez livros da arquitetura*. Segundo Zevi (1978), a Tríade Vitruviana permite a reflexão crítica para interpretar e planejar o ambiente físico e, dessa forma, entender o significado dos elementos arquitetônicos isolados ou em conjunto. O estudo consiste em três categorias básicas, relacionadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Síntese da Tríade Vitruviana aplicada à escala analítica dos tecidos e lugares urbanos

Utilitas: são os valores funcionais atribuídos aos espaços em referência às funções previstas para as praças e os edifícios que as circundam compondo os cenários, divididos em três categorias indissociáveis: função simbólica e temporal, função utilitária e função psicoperceptiva. Deve-se, segundo Zucker (1959), destacar a função simbólica da praça independente de seu tamanho ou escala, assim como as paisagens urbanas por elas configuradas. A importância dessas é percebida em toda a história urbana.

Firmitas: são os sistemas estruturais, entendidos na escala urbana, pelas estruturas físico-ambientais na composição dos elementos morfológicos primários (ruas, quadra, parque e praça) que constituem o traçado sobre o ambiente natural (condições climáticas, relevo, vegetação) em observação às qualidades estéticas do sítio. Cada sociedade recebe influências culturais que ordenam os arranjos espaciais sobre o meio natural. Assim surgem características únicas capazes de expressar, em conjunto com o patrimônio construído, sua identidade urbana.

Venustas: são os valores estéticos visuais que caracterizam os cenários urbanos baseados nas composições artísticas, proporções e ordenações, obtidas por meio das relações volumétricas nos espaços físicos (quantificáveis) e perceptíveis (qualificáveis).

Fonte: Zucker (1959), Zevi (1978) e Vitruvius (2007).

A primeira abordagem está nas estruturas morfológicas urbanas, em *firmitas (pedra)*. A segunda, fundada nos aspectos socioespaciais da praça (*carne*), indica a intensidade de trocas e vivências no ambiente associados à *utilita* (valores funcionais atribuídos às praças). Desse encontro, tem-se a relevância do envolvimento humano com o ambiente, principalmente nas funções simbólica e temporal, em face dos aspectos perceptivos e cognitivos dos indivíduos.

Ao avaliar-se o quadro evolutivo das alterações morfológicas descritas por década num raio de 300m ao redor da praça (HELD SILVA, 2009), observou-se que a genealogia hermenêutica da praça pode ser realizada pelas alterações dos desenhos atribuídos a ela (*Venustas*). Nesse aspecto, a Tríade Vitruviana é um instrumento analítico útil para a análise com vistas a realizar a ponte entre as análises morfológicas e a hermenêutica interpretativa da paisagem vivida na geografia humanista.

Vale destacar que o processo parte da cognição, da percepção e da afetividade da memória construtiva dessa paisagem e não seria possível conhecê-las sem a oralidade discursiva dos grupos envolvidos com a estrutura espacial, ecológica e cultural da praça. O conjunto, irrestrito aos bens materiais que os constituem monumentos patrimoniais, gera espaços “[...] que se prolongam em sua própria existência às dimensões do imaginário, do mítico, do simbólico porque são delineados e coloridos pelos sentimentos” (GUIMARÃES,

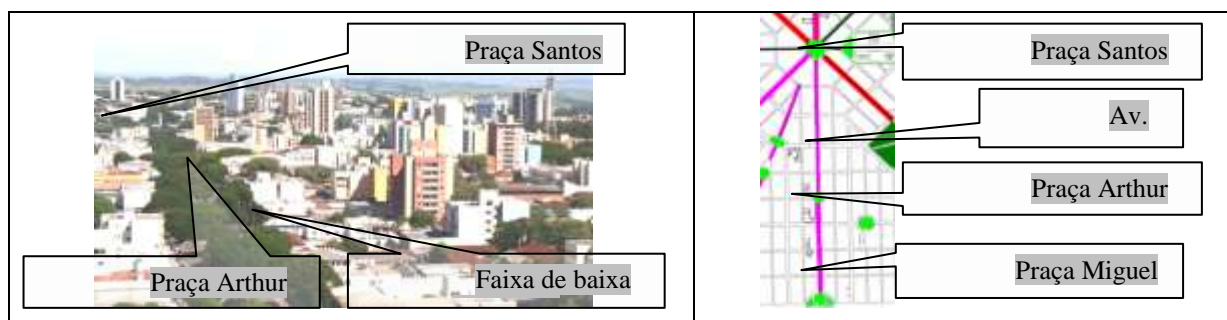
2002, p. 125) dos indivíduos daquele grupo social.

Nesse contexto, as fachadas emolduram o cenário que pertence visualmente ao espaço. “O espaço da rua ‘rouba’ as fachadas das paredes em volta para construir seus contornos. Essa condição paradoxal cria a impressão de que as fachadas dos prédios são paredes interiores de uma sala ao ar livre” (HOLSTON, 1993, p. 129), onde a praça está inserida e os edifícios comerciais assobradados preservados.

O entorno da Praça Arthur Thomas e a extensão da Avenida Paraná (principal eixo comercial) até a Praça Santos Dumont (Figura 28) apresentam menor incidência de alteração da paisagem. A preservação dos valores tipo-morfológicos e da paisagem urbana nas imediações da praça ocorreu naturalmente, sem que houvesse legislações urbanísticas em defesa desses interesses.

Os edifícios comerciais abrem-se generosamente ao passeio (Figuras 29 e 30). As portas abertas são extensões da ideia de trocas tangíveis e intangíveis da cidade. Na área foi preservado o gabarito baixo (Figura 28) e alguns dos traços fisionômicos arquitetônicos e comportamentais da colonização. Trata-se de valores preservados principalmente entre os Picaretas e as pessoas que os procuram para intermediar o comércio de terrenos, de mobílias, de locações, de gado, de produtos e de subprodutos agrícolas na diversidade de práticas comerciais e escambos ali realizados.

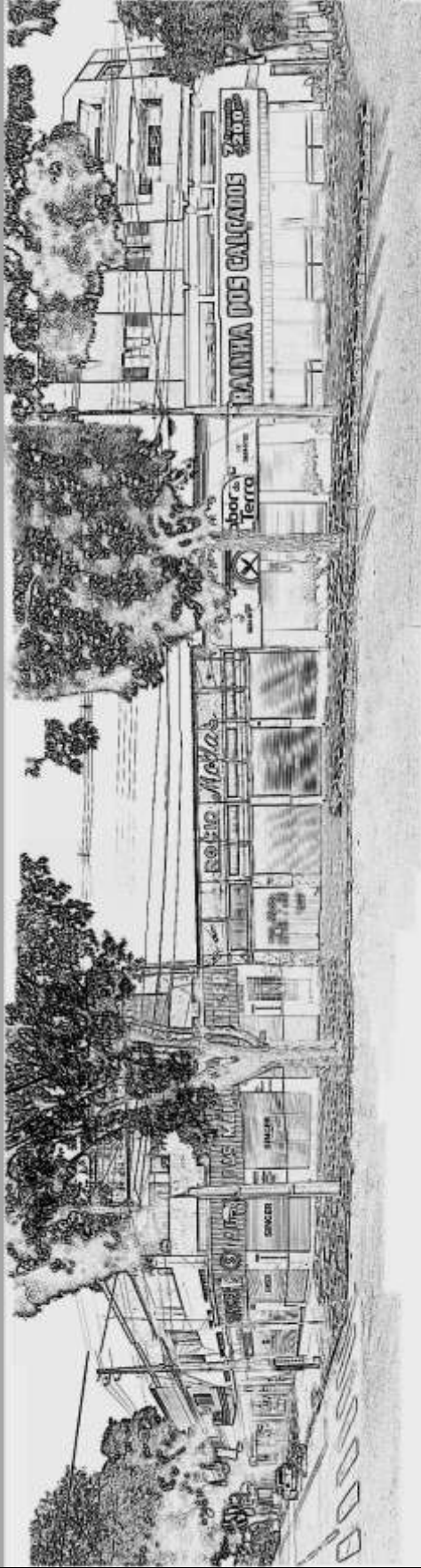
Figura 28 – Faixa de baixa densidade a partir da Praça Miguel Rossafa, da Av. Paraná<sup>92</sup>



Fonte: Acervo fotográfico de Igor Corrêa (2007).

<sup>92</sup> Nota: Faixa de baixa densidade com predominância de edifícios comerciais construídos entre as décadas de 1970 e 1980, sem alterações no gabarito entre 2007 e 2013.

Figura 29 – Conjunto edificado – paisagem vista da Av. Paraná e Rua Arapongas



Fonte: Held Silva (2009)

Figura 30 – Conjunto edificado – paisagem vista da Av. Paraná



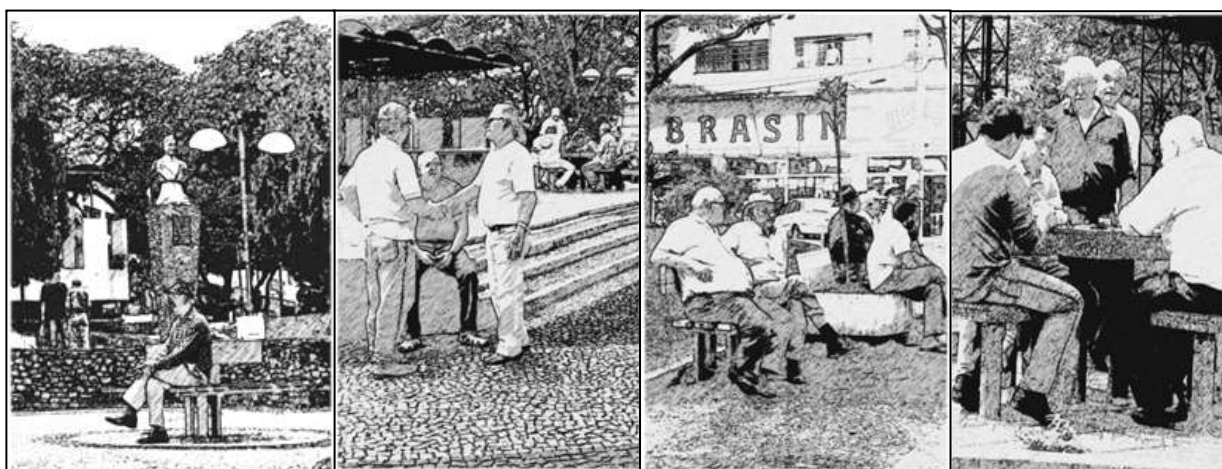
Fonte: Held Silva (2009)

É possível associar o embate ideológico entre os pares tribais Pedra/Boca às escalas local/global. O poder representativo das entidades de classe, que compõem a Boca-MalditaBoca-Maldita, é composto por empresários, prestadores de serviços e intelectuais inseridos na era digital e no universo informacional global. Os Picaretas da Pedra são incapazes de se inserirem nessa escala. Possuem raízes no campo, baixa escolaridade, predomínio da faixa etária acima de 60 anos, sendo que muitos deles são pioneiros e condicionados às trocas com Boca-Maldita, em que pese o processo de autossegregação da recusa pela denominação Picareta.

Tais ambiguidades representam uma tensão interna, no conflito entre classes sociais, entre ideias, entre gerações. Na teatralidade da praça, o embate na rotina do convívio diário soa como uma cumplicidade própria entre os dois grupos em defesa dos interesses comuns. Sobre a forma de valorização social desse convívio, a pesquisa apropriou-se das contribuições de Derrida (1970) na nova forma de olhar para os sujeitos que dão identidade à praça. Sobre a importância do olhar transdisciplinar, esta estrutura permite interpretar o vivido a partir do jogo de forças, segundo Foucault (1979).

O sentido de pertencimento social e cumplicidade do grupo Pedra é hoje um fenômeno intensamente fragilizado, mas ainda é capaz de expressar a estrutura do *ethos* e consiste em um referencial para a preservação das manifestações culturais populares (NORA, 1993). A ausência do grupo Boca-Maldita é um dos fenômenos que coloca em risco a preservação da coesão social descrita necessária à ressignificação da praça, um processo de *découpage* (LA BLACHE, 1899), entre o velho e novo, sendo que as cenas do cotidiano (Figura 31) podem coexistir com novos comportamentos sociais.

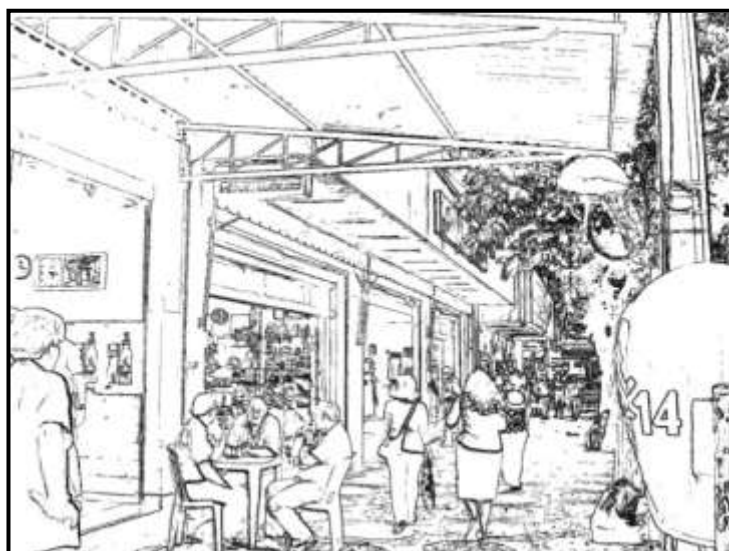
Figura 31 – Cenas do cotidiano da Praça Arthur Thomas



Fonte: Held Silva (2009)

A praça foi apresentada no início da pesquisa, em 2007, pelo arquiteto e urbanista José Carlos Spagnuolo, autor do atual projeto arquitetônico da praça, como “*O lugar onde se elege ou destitui um prefeito*”. A ideia indica o potencial de encontro político do lugar, em referência à ágora, próximo ao fenômeno de livre encontro da Boca-Maldita, que ocorria na calçada do Bar Carioca (Figura 32), em frente à praça, desde os anos 1980.

Figura 32 – Boca-Maldita: Vista da calçada em frente ao Bar Carioca (2009)



Fonte: Held Silva (2009).

#### 4.2.1 Uma a praça, uma sala de estar

As principais analogias relacionadas às estruturas urbanas são o *corpo humano* e a *casa*. Quanto ao corpo humano, Le Corbusier relaciona o sistema ósseo aos sistemas estruturais, o sistema circulatório (artérias) às hierarquias de vias e aos órgãos, um conjunto de vitalidade urbana. Choay (2001) complementa com a relação entre o coração e o átrio central urbano<sup>93</sup>.

Com relação à escala urbana, Krüger (1986, p. 31) cita Alberti: “[...] a cidade é uma grande casa e, inversamente, uma casa é uma pequena cidade, sugerindo que esta se organize em torno de um grande órgão central, o fórum”.

O átrio é um ponto de interligação entre a cultura e a arquitetura oriental e ocidental, representa o elo entre vida privada e pública, é o lugar de convívio familiar e o mesmo que se abre para receber o *chegante*. Na cultura oriental, o átrio assume as dimensões funcionais de

<sup>93</sup> A discussão parte do conceito de cidade no ideal clássico do aristotelismo, com população inferior a 30.000 habitantes, que preserve a compreensão social sobre as partes e permita a identificação dos órgãos funcionais (corpo). Essa análise assumira elevada ordem de complexidade para as cidades multinucleadas e/ou na escala metropolitana.

pátio central, entre sala e praça interna, representa a extensão dos átrios das lojas, do mercado e da sinagoga.

Os pioneiros integrantes do fenômeno tribal da Pedra, entrevistados em 2011, estabeleceram a seguinte analogia: “*essa praça é como a sala de casa*”. Trata-se de uma essência de lugar presente na oralidade dos grupos que comprova os vínculos afetivos e o território de domínio e pertencimento, principalmente dos membros do grupo.

Um pioneiro conheceu sua esposa na praça, há mais de quatro décadas, intermediou negócios que permitiram prover recursos para criar os filhos e seguir a vida. A praça não foi somente suporte físico: *localidade*. As relações socioespaciais conferem o desdobramento de relações sociais. A praça é o espaço de trocas entre o individual e o coletivo, entre a subjetividade e a razão, delimita os conflitos e a complexidade, sem romper os paradigmas da modernidade. Nesse aspecto, a praça preserva outro tempo, lento, colonial.

Para o pioneiro, a praça é espaço existencial. Na maturidade humana, a cumplicidade e as afinidades sociais na praça estabelecem vínculos tribais, e o domínio do território passou a ser socialmente representativos (MAFFESOLI, 1987). Por mais de três décadas, a praça é denominada pela comunidade como *A Praça do Picaretas*. Na reflexão ontológico-existencial hermenêutica, *Picaretas* é sua essência, compreendida na dimensão do espírito, nos atos dos usuários e nas vivências cotidianas, um sentido de unicidade diante da diversidade que lhe atribui essa identidade.

No fenômeno Pedra, a coesão social do grupo permitia a alusão a um monólito, um monumento feito de uma só pedra, até 2008. As fissuras provocadas pelas mudanças dos três últimos anos colocaram as estruturas em colapso. A ausência da Boca-Maldita e de dois terços do grupo, que praticavam o comércio informal diariamente, enfraqueceu as estruturas tribais coesivas na preservação territorial.

Na poesia do homem que habita, conforme os olhares de Heidegger (2002, 2006 e 2008) e Bachelard (1993), este é o lugar do ser, ou o ser como lugar, para assumir dimensões próximas à da casa. Esse é o lugar que expressa o sentido de habitar e produzir espaços, ou melhor, *especializar* uma sala de estar. Na casa, a sala de estar é lugar especializado em receber o visitante, que transita entre o íntimo e o privado, é o espaço que se abre para além da discussão dimensional cartesiana de *localidade*. A interpretação de lugar, Heidegger (1991) conclui que o espaço está poeticamente sob a égide da palavra, daquilo que dá sentido à existência humana:



A palavra nomeia o âmbito aberto onde o homem habita. O aberto de sua morada torna manifesto aquilo que vem de encontro à essência do homem, e assim, aproximando-se, demora-se em sua proximidade. A morada do homem contém e conserva o advento daquilo a que o homem pertence em sua essência (HEIDEGGER, 1991, p. 37).

A palavra nomeia a existência humana e o espaço o aproxima daquilo que confere a síntese. Assim, Heidegger (1991), em *Carta sobre o humanismo*, traduz Heráclito para expressar o significado de *ethos*. O sentido usual do termo *Genius Loci* também está fundamentado no olhar filosófico de Heidegger (2006) em *Construir, habitar, pensar*, como lugar de habitação na concepção unitária de “quadratura” (terra e céu, mortais e imortais). Em *A coisa* (2002a, p.159), Heidegger anuncia o mundo como o “[...] jogo em espelho onde se apropria a simplicidade de terra e céu, de mortais e imortais”. Na apropriação de Heidegger, existe a renovação do sentido de habitar, os mortais habitam o mundo<sup>94</sup>, já numa relação de proximidade, a partir da relação das coisas e do próprio lugar com a quadratura.

#### 4.2.2 O *Genius Loci* no ideário colonizador

Entre as simbolizações (*noemas*) e os atos intencionais de consciência (*noesis*), avaliam-se os vínculos afetivos e a apropriação física da praça. Lembra-se que a conotação da praça como lugar de referencialidade urbana está associada à somatória de eventos semânticos (tematizações temporais). Nesse sentido, a praça simboliza a primeira intenção de urbanidade que surge no ato de abertura na mata para implantar o aglomerado urbano, por volta de 1950 (Figuras 33 e 34). É o lugar escolhido pela CMNP para dar início à construção da cidade com o intuito de preservar a espiritualidade do lugar, ou o *genius loci* (NORBERG-SCHULZ, 1996). O processo também foi realizado por outras empresas que abriram novas cidades no mesmo período.

O poder centralizador da Praça Arthur Thomas entre campo/cidade e cidade/região é um desdobramento de tipicidade de ocupação regional. O processo civilizatório e de intensificação populacional do Noroeste Paranaense está compreendido na última fronteira cafeeira do país. A região foi definida como frente pioneira para expansão agrícola no Norte e

<sup>94</sup> Norberg-Schulz (1996) busca, na filosofia grega, uma reflexão sobre o conceito de lugar. Para os gregos, cada lugar era regido por um deus, *genius loci*, ou o espírito do lugar. Os povos se fixam ao lugar a partir de vínculos religiosos sob a proteção territorial dos deuses. Para o autor, habitar significa mais que abrigar-se, pois habitar é sinônimo do que ele chama de suporte existencial. O suporte existencial é conferido por meio da percepção do meio e do simbolismo, dividindo-se dessa forma o termo *genius loci* em dois elementos complementares: o espaço (ou seja, a terra) e o caráter (ou seja, o céu), o que o autor entende, respectivamente, como a orientação e a identificação. Somente por meio desses dois elementos é que o homem terá o seu “suporte existencial”, ou seja, o seu lugar sobre a terra será construído, o caos será transformado em cosmos.

Noroeste do Estado do Paraná por Nilo Bernardes, em 1952, na *Revista Brasileira de Geografia*<sup>95</sup> (ROSANELI, 2009).

Figura 33 – Abertura na Mata. CODAL (1953)



Fonte: Acervo familiar autora

Figura 34 - Assentamento provisório CODAL (1953)



Fonte: Acervo familiar autora

Além dos padrões de planejamento dos empreendimentos imobiliários rurais e urbanos, as companhias CTNP e CMNP eram modelos de estrutura empresarial no ramo, incluindo o padrão publicitário, reproduzido por outras empresas. O desdobramento do ideário colonizador tem a propaganda como principal instrumento atrativo no processo migratório de ocupação regional, intensificado entre 1945 e 1953, período de abertura da cidade de Umuarama-PR. Com o processo houve a exploração da realização pessoal do colono no ideal de conquista da propriedade privada, destacando a facilidade de venda, de condições de pagamento e a segurança dos títulos (ibidem).

[...] No fundo a propaganda realizada pelos vendedores de lotes explicitava o reconhecimento da precariedade institucional da cidadania no país. Contudo, disso não decorria um compromisso desses agentes da grande burguesia fundiária com a ampliação substantiva da condição cidadã dos brasileiros, mas a simples conclusão de que as empresas particulares seriam mais capazes de assegurar direitos do que o próprio Estado (GONÇALVES, 2007, p. 26 *apud* ROSANELI, 2009, p. 112).

O poder hegemônico constituído pelas empresas foi atestado pelo estado, com poder econômico, civil, político e religioso imposto aos colonos. As cidades que se tornaram centros de referência regional foram as que possuíam sede de empresas imobiliárias, agências

<sup>95</sup> A acepção do território de fronteira agrícola e os contornos limítrofes dessa geografia têm como base o critério de densidade demográfica de Bernardes, adotado como parâmetro resultante das pesquisas *in loco* e dados oficiais governamentais (ROSANELI, 2009).

bancárias e cartórios de registro de imóveis. A atração funcional e outros serviços e atividades comerciais se desenvolveram rapidamente; assim, a cidade tornou-se um polo de visitação regional desde a fundação, e a Praça Arthur Thomas funcionava como um ponto de encontro entre campo, cidade e região.

[...] expressão das contradições históricas em torno do acesso à propriedade no país, encontrou no Estado do Paraná as condições para que se retalhasse comercialmente o território através de empreendedores privados e da iniciativa governamental (ROSANELI, 2009, p. 74).

Desde o surgimento, a praça é palco do encontro festivo e político que atendia às trocas sociopolíticas e culturais. Sedia o debate de ideias transitórias entre idealizações, fantasias e realidades, entre assuntos corriqueiros e ideais políticos em defesa dos interesses das elites locais e dos interesses comunitários. Esse papel social sempre esteve associado ao Bar Carioca (em frente à praça), pois o encontro para o livre debate político é uma ação intrínseca ao homem segundo Platão, em *Diálogos III: a república* (s/d).

As intermediações comerciais, que já ocorriam na praça, desde início do processo de colonização, assumiram destaque e imprimiram a identidade da *Praça dos Picaretas*, fenômeno evidenciado após 1980, assumindo maior visibilidade devido à redução do aspecto de encontro festivo. O encontro político denominado Boca Maldita surgiu nessa mesma década e também passou por alterações devido ao fechamento e à reestruturação do Bar Carioca, ocorrida entre 2010 e 2012.

#### 4.2.3 As contrariedades entre o aspecto festivo e a exclusão socioespacial na praça

[...] as festividades têm sempre uma relação forte com o tempo. Encontramos sempre na sua base uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico. Mais ainda, as festividades, em todas as suas fases históricas, têm-se ligado a períodos *de crise*, de agitação, na vida da natureza, da sociedade e do homem. A morte e a ressurreição, a alternância e a renovação sempre constituiram os aspectos marcantes da festa (BAKHTINE, 1970, p. 17).

Os festejos comemorativos, os encontros sociais cotidianos, o passeio das famílias nos finais de semana, o dia das compras na cidade, essa memória esteve articulada ao espaço e tempo da praça e fazia dela o espaço inclusivo em diversidade, intensidade e integração social. Como coisa humana, ela também se fez palco dos conflitos, das contrariedades e das indefinições. Todas essas características de afetos e desencontros são dionisíacas, definidas por Nietzsche e relatadas por Fonseca (1998, p. 45):

[...] o sentido do trágico – a priorização da afirmação de uma vida espontânea, contingente, factual, *Dasein*, que se entende inocente, mesmo contra os sofrimentos de seus limites e de seu caráter irrecorrivelmente precível –, permeia, de modo mais

ou menos subterrâneo e intenso, as várias tradições da Cultura Ocidental.

No palco das contradições, em *Dionísio*, a função excludente exercida pela tribo dos Picaretas encontra refúgio após 1980. Na historicidade, o fenômeno de encontro desse grupo está enraizado na cultura popular, o que poderia justificar a involuntariedade e a espontaneidade do encontro grupal e a aceitação velada da prática excludente dos demais grupos, principalmente do gênero feminino, uma aparente tendência cultural predominante (FONSECA, 1998).

O sentido do trágico é associado ao dionisíaco e fundamenta o viés nietzschiano na raiz filosófica pré-socrática, uma herança de tradição cultural civilizatória ocidental (FONSECA, 1998). A tradição dionisíaca tem corrente subterrâneas na tradição social mítica, religiosa, política, entre outras manifestações sociais que eventualmente emergem, no âmbito da normalidade e funcionalidade desta cultura, assim se explica a exclusão involuntária na praça.

Os membros desse grupo assumem rotinas de comercialização informal na praça com jornadas variadas. Os usuários que não residem na cidade permanecem de 8 a 10 horas diárias e os que residem ficam ali em média 6 horas. Estar na atividade de comércio informal representa uma saída quase “religiosa” no cotidiano dos Picaretas, sempre à espera de uma boa intermediação.

Nesse cenário, o *constructo* teórico sobre a genealogia da praça permite diversas formas de intertextualidades na narrativa dos tempos passados, nem tão passados assim, porque os traços desses se projetam no presente e remetem ao presente-futuro, sob uma visão sartriana, dentro da narrativa de vivências nesse ícone urbano, a que se pretende preservar.

A intertextualidade estrutura-se nos parâmetros dos estudos clássicos sobre as formas e os lugares de Vitruvius Polo (ZEVI, 1978), sendo considerados os valores funcionais *utilitas* e contextuais da praça, com base nos atribuídos que compõem o *ethos*. Por apresentar condicionantes específicas que interferem no cenário vivencial, *utilitas* é dividida em três categorias indissociáveis: a função icônica, vinculada aos eventos; a função utilitária (usos – funções públicas); e a função psicoperceptiva ou topoceptivas, compreendida entre os vínculos espaciais (afetivos, afasias, fóbicos etc.). A praça em *utilitas* equivale à denominação *Praça Carne*, em Sennett (1997), numa visão humanística.

Analisar quantitativamente a praça na categoria de *firmitas* indica a existência de duas estruturais investigativas, no desenho urbano e na estrutura físico-ambiental, compostas pelos elementos morfológicos primários que constituem o traçado sobre o ambiente natural, o que

em Sennett (1997) equivale a *Pedra*.

Vinculada a *firmitas*, mas em outro parâmetro, surge a praça *poiésis*, em *venustas*, princípio no qual os atributos estéticos e compositivos (*décor*) caracterizam os cenários urbanos. Esses são os parâmetros usados para conhecê-la na sua genealogia, uma historicidade identitária de *genius loci* que se confunde com a do município.

#### 4.2.4 O *Genius Loci* da Praça na origem do Largo ou Terreirão (1951/1960)

Nas estruturas urbanas de cultura latina, a *piazza e a grand-place*<sup>96</sup> possuem raízes referenciais diretas na antiguidade, tendo como antecessora a ágora ateniense e o fórum romano, conforme Mumford (1998), e atuam como elemento estruturador do tecido urbano. Diferentes desse princípio, no mundo islâmico de acordo com Benevolo (1993), as trocas socioculturais ocorrem nas ruas e no bazar (*majdan*). Nesse caso, o elemento morfológico estruturador da vida urbana são as artérias (ruas, avenidas e *boulevards*). No mundo ocidental, elas são secundárias, atuam prioritariamente como delimitadoras dos espaços privados.

Segundo Kohlsdorf (1996), na trajetória de alteração das estruturas urbanas no país, com a exclusão de casos pontuais, o conceito de praça medieval europeia não foi alterado. Ela permanece funcionando como lugar de síntese, apto à convergência social, às festividades e manifestações populares. Trata-se de ambientes de significativas dimensões, livres de obstáculos físicos e visuais, denominados largos ou terreirões.

As características e transformação dos espaços livres da praça colonial luso-brasileiro, ou terreirão, foram relacionadas ao cadeirão de vivências na definição de Robba e Macedo (2003), ou mesmo ao *genius loci*, conforme Norberg-Schutz (1996), isto é, um símbolo máximo de lugar de trocas equivalente à ágora arcaica.

Fundamentado em Heidegger (2006), o *genius loci* versa sobre o ato de demarcar o lugar originário da segunda natureza, para o habitat humano por excelência. O termo ressurgiu da antiguidade, resgatado pelo Norberg-Schulz (1996), é aplicado aos estudos sobre a identidade dos lugares de formação espontânea carregados de valores socioculturais e sintetiza a importância dessa praça na formação da identidade local. Portanto, a pesquisa parte da hipótese de que o *genius loci* está associado a dois fenômenos representativos sociopolíticos locais que surgiram juntos: o ideário colonizador e o Bar Carioca, em frente à

<sup>96</sup> Segundo De Angelis (2000), a praça maior tem sua origem a partir do século XIII nos mercados que se realizavam em espaço fora dos muros, junto a um dos portões dos castelos. Ao seu redor surgiram diversas construções, sendo que no século XV tornou-se cenário de espetáculos profanos e na renascença inseriu-se na unidade formal urbana com traçado regular e simétrico.

praça.

Essa é a única fase analítica da praça que foge aos padrões de urbanização da CTNP/CMNP. As companhias não instalavam os edifícios provisórios sobre o tecido planejado, escolhiam uma área externa para dar início aos trabalhos fora dos centros funcionais, uma atipicidade ao planejamento da companhia.

A escolha do local de implantação do embrião de urbanização parte do encontro de dois eixos, o definido pelo POR (1924-1925) para a implantação do eixo ferroviário e a via preexistente de interligação entre a cidade recém fundada de Cruzeiro do Oeste e a Serra dos Dourados, território da Tribo Xeta.

A Serra dos Dourados, hoje distrito de Umuarama, teve a colonização iniciada pela Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda. A empresa realizou o desmatamento e as primeiras instalações urbanas, entre 1949-1951. Nos anos seguintes, foi vendida para a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO), que intensificou as atividades de desmatamento e aniquilação da população Xeta (SILVA, 1998). Oficialmente, nenhuma das empresas assumiu as práticas de extermínio indígena, respaldada na realização de uma reforma agrária, em terras devolutas, ou seja, na inexistência de qualquer forma de ocupação humana preexistente, o que consiste em uma farsa encoberta pelo estado.

A via onde foi implantada a praça foi aberta pela Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda., em 1949. A CMNP adotou um ponto intermediário entre o cruzamento com o eixo previsto pra a linha férrea e a estrada de acesso entre Cruzeiro do Oeste-PR e Guaíra-PR, em 1950, e a partir dela procedeu-se ao traçado urbano, realizado por Wladimir Babkov, conforme croqui (Figura 35) fornecido pela CMNP.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Trecho do Eixo rodoferroviário Cambará-PR – Guaíra-PR contido no Plano de Ocupação Regional (POR), não implantado integralmente, sendo interrompido a 93 km do município (1952). Avenida paralela ao eixo rodoferroviário traçada pelo engenheiro Geodésico Wladimir Babkov (1956), interligando o primeiro núcleo de formação ao novo centro administrativo e financeiro (oeste) e industrial (leste), com acesso à cidade de Maria Helena-PR. Eixo implantado pela Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda. (1949-1951). Praça Arthur Thomas. Lugar elevado a marco, lugar festivo, centro embrionário de colonização (1954), recebeu a conotação de praça ajardinada, em 1961. Centro financeiro e administrativo, Praça Santos Dumont, implantada na década de 1970. Centro industrial de beneficiamento cafeeiro. Praça Miguel Rossafa, implantada na década 1970.

Figura 35 – Croqui da implantação do traçado da cidade de Umuarama-PR (1953)



Fonte: Acervo Umuarama Ilustrado de 12.05.2005, consultado em 05.10.2008.

Portanto, o recorte desse período analítico data do marco inicial (1951-1955) anterior ao primeiro desenho de praça ajardinada, implantado em 1961, ano de transposição do terminal de transportes intraurbano para a Praça Santos Dumont. Nesse período, a praça era ponto de parada obrigatório para os colonos (38 e 39) em deslocamento intermunicipal ou compras e atividades cívicas (Figuras 36, 37 e 38).

Figura 36 – Hasteamento da Bandeira (1955)<sup>98</sup>



Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Leski.

Figura 37 – Entrepósito de transporte (1954-1956)<sup>99</sup>



Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Leski

<sup>98</sup> Primeiro ato solene: Bandeira do Paraná hasteada na praça.

<sup>99</sup> À esquerda, a farmácia/residência edifício assobradado em madeira e, à direita, o entreposto de transporte.



Figura 38 – Entrada aberta pela Cia. de Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda.



Fonte: Óleo sobre tela, autor Abraan Harachicho. Imagem com direito autoral do autor. Essa estrada intermunicipal é a atual Rua Arapongas.

Nesse período, o limite visual da praça, ou as paredes da sala de estar, era definido pelas construções em madeira de um pavimento ou assobradadas, de uso misto (comercial/residencial). Algumas dessas construções receberam fachada de alvenaria mantendo o corpo em madeira. Essa tipologia deu origem à expressão colonial “para inglês ver” (Figura 39), referente ao controle dos ingleses sobre os avanços técnicos construtivos e de desenvolvimento econômico das colônias. Na Figura 40, está retratado o entreposto de transporte na praça.

Figura 39 – Padrão construtivo no período de colonização regional<sup>100</sup>



Fonte: Acervo familiar, autora

Figura 40 – As construções ao redor da Praça Arthur Thomas (1952)<sup>101</sup>



Fonte: Acervo Arquiteta e Urbanista Susette Romagnolli Leski

Nas cidades coloniais, a identidade eclesiástica estabeleceu a hierarquia entre o ambiente urbano e a igreja. Esta, sempre interligada à praça, atuava como uma identidade

<sup>100</sup> Edifícios em madeira e alvenaria na fachada. O termo *para inglês ver* é regional.

<sup>101</sup> À esquerda, Farmácia de Ricardo André e, à direita, o entreposto de transporte padrão CMNP de instalação provisória.



partilhada, entendida como objeto-monumento. O espaço-praça, segundo Marx (1980), equivale a um estatuto simbólico de agregação da urbe. Inserida em uma cidade planejada, a praça em estudo teve esse sentido de agregador, mas nunca associado ao clero, tal como as cidades coloniais brasileiras, na relação entre o largo e adro fronteiro da igreja, comumente implantada em um ponto elevado na paisagem. A escolha do sítio não apresenta essa característica no traçado de Babkov, em 1956.

Com referência às cidades medievo-renascentistas, Reis Filho<sup>102</sup> (2000) indica a destinação dos melhores lugares na paisagem para implantarem-se os lugares de interesse da comunidade. A postura preserva a hierarquia da urbanística grega, na qual o lugar de reunião pública era priorizado.

Para Kohlsdorf (1996), esse arranjo espacial ao redor de um grande espaço livre tem origem no marco religioso preservado da cidadela medieval, porém pode ter raízes na organização espacial das aldeias indígenas da América Latina, em cujo centro estava a oca maior. Tal organização foi adotada pelos jesuítas e espanhóis na catequese cristã.

Na urbanização missionária jesuítica, a igreja era diretamente abertura ao adro fronteiro, circundado pelas unidades habitacionais alinhadas definindo o seu limite. No adro era implantado o cruzeiro ou pelourinho. Na organização espacial indígena, não havia hierarquia rígida entre espaços internos e externos às ocas.

Ambos os autores concordam que o principal conceito de praça luso-brasileira, o terreiro ou largo, supera as atribuições simbólicas de espaço religioso de dominação católica. Nesse quadro, são somadas todas as funções exercidas nas praças europeias em um único espaço de trocas culturais cotidianas e festividades cívicas, onde a valorização depende diretamente das relações funcionais com as atividades do entorno e rituais festivos constituídos culturalmente.

O conceito de largo é amplamente referido pelo arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer para tratar do complexo Memorial da América Latina (1989), embora o discurso do autor se torne vago, sem qualquer aproximação com o real sentido de largo, pois se refere apenas às dimensões que acabam por conferir o grande vazio funcional. Nessa concepção, a praça torna-se espaço cego, não estabelece diálogo e acesso direto dos edifícios a ela e, ainda, os espaços são incompatíveis com o conforto ambiental. Tudo isso em defesa do espaço sublime e

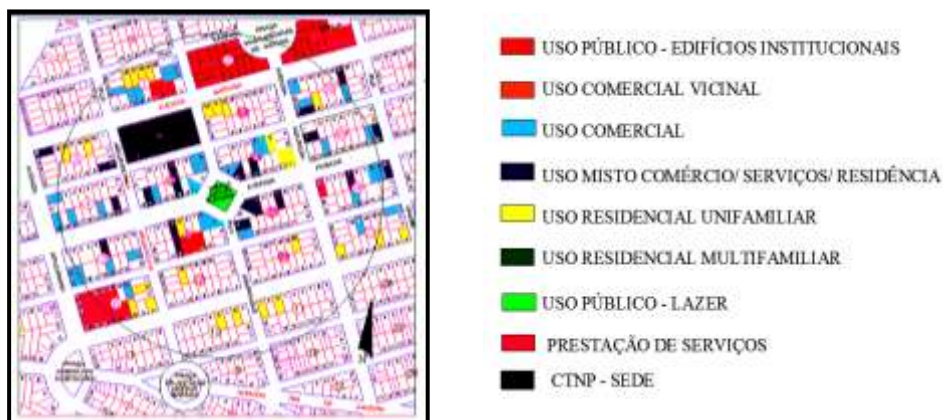
---

<sup>102</sup> As cidades colônias de interesse da Coroa possuíam tendências à ordenação urbanística dos traçados medievos-renascentistas, sendo que os núcleos de uso coletivo eram implantados no topo das colinas. Esses traçados podem ser observados em planta que compõe o códice de 1605, “Razão do Estado do Brasil”, do acervo da Biblioteca do Porto, Reis Filho (2000, p. 130).

monumental<sup>103</sup>. Da mesma forma o arquiteto e urbanista Lúcio Costa define esse espaço ao tratar da Praça dos Três Poderes em Brasília-DF.

A conformação e o crescimento físico-espacial e populacional do Município de Umuarama-PR partiram dos fluxos migratórios do próprio estado e de São Paulo, prioritariamente, e demais estados do país, além dos processos de imigração proveniente da Europa, da Ásia e do Oriente Médio para a região. O processo de ocupação inserido no raio de 300 metros (Figura 41) foi avaliado a partir do cadastro municipal, por lotes, referente ao período entre 1953/1960. Conforme o depoimento dos pioneiros, o centro comercial já estava configurado ao redor da praça.

Figura 41 – Mapa de avaliação da evolução urbana no perímetro ao redor da Praça Arthur Thomas (1953 /1960)



Fontes: Cadastro Municipal Prefeitura de Umuarama.

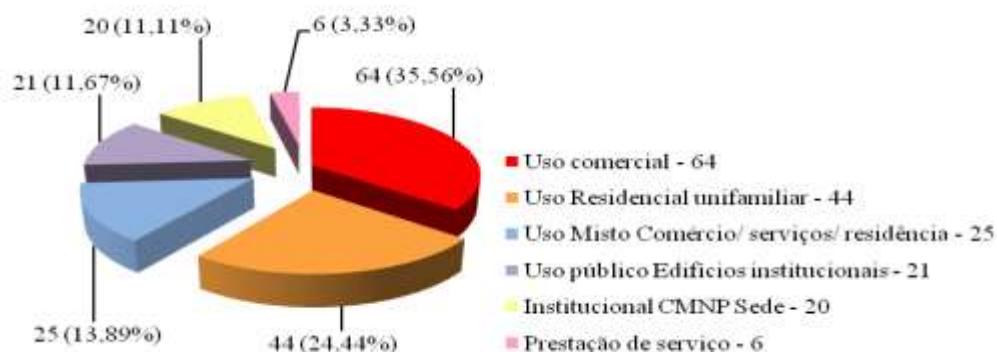
#### 4.2.5 A praça ajardinada de romantismo eclético projetada por Wladimir Babkov (1961/1964)

A crise econômica devido à geada de 1963 e um intenso período de secas e vastas queimadas resultaram em graves problemas de produção e abastecimento de alimentos e produtos. Nesse período, a cidade já era um polo regional, confirmando as expectativas de crescimento da CMNP. Entre 1953 e 1970, a área ao redor da praça foi caracterizada pelas

<sup>103</sup> O cenário da estrutura morfológica resultante dos zoneamentos rígidos, matriz conceitual modernista, resulta na implantação de praças vinculadas a conjuntos de edifícios monofuncionais, distantes da diversidade urbana defendida por Jacobs (2000), para produzirem as paisagens anônimas das cidades dos automóveis. A autora defende a cidade histórica, central, de espaços efetivamente públicos, consolidada e adensada. Defende a necessidade de diversidades urbanas: pelo resgate da menor escala do macro-parcelamento na conservação das relações de trocas socioculturais cotidianas; na preservação dos edifícios antigos do patrimônio edificado e na diversidade funcional urbana pela correlação de usos comercial, residencial e prestação de serviços.

funções de comércio varejista, prestação de serviços e uso institucional (Figura 42), o que representou 75,82% dos lotes ocupados, prevalecendo o uso comercial (35,56%) e residencial (24,44%).

Figura 42 – Evolução do processo de ocupação por lote (1953/1970), dos 182 lotes no raio de 300m ao redor da Praça Arthur Thomas



Fontes: Dados do Cadastro Municipal Prefeitura de Umuarama.

Esse traçado estava contido na primeira carta realizada pelo engenheiro Geodésico Wladimir Babkov, em 1956, seguindo os mesmos princípios do planejamento da companhia, que continha o desenho das praças como referenciais de urbanidade.

A representação não foi concretizada. O desenho previa a área densamente ajardinada, basicamente sem pavimentação, impróprio para o uso de entreposto de transporte. O paisagismo nesses princípios foi realizado na Praça Miguel Rossafa, na década de 1960. A organicidade do desenho, com curvas inspiradas no barroco e atmosfera romântica, acentuou a função de espaço contemplativo. A inspiração de desenho orgânico das praças por Babkov apresenta influência da cultura urbanística inglesa e francesa das praças e *boulevards* ajardinados, construídos no país no final do século XX<sup>104</sup>. Esse desenho foi aplicado na Praça Miguel Rossafa, em 1961 (Figura 43).

Nas cidades coloniais brasileiras, esse padrão de praça alterou os antigos largos e terreiros a partir de 1930, para atender prioritariamente o lazer contemplativo. As manifestações festivas (civis ou religiosas, militares ou políticas e a praça de mercado) não são as principais funções dessa tipologia, segundo Robba e Macedo (2003).

A tipologia, no âmbito nacional, tem o Passeio Público do Rio de Janeiro como marco

<sup>104</sup> A transição das praças coloniais brasileiras para praças ajardinadas pode ser avaliada a partir das mudanças na Praça Tiradentes e Praça da Aclamação, entre 1889 e 1930, quando a cidade foi palco dos acontecimentos da *Belle Époque* brasileira, tal como a reforma (arrasa quarteirão) de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro.

referencial. Criado em 1783, e projetado pelo mestre Valentim, ele foi inspirado nas formas geométricas dos jardins franceses. Foi remodelado pelo paisagista francês Auguste F. M. Glaziou, em 1861. A importância dessas obras para a história do paisagismo no Brasil corresponde às iniciativas de Olmsted, quando incorporou a visão europeia de paisagem urbana nos EUA no final do século XIX, na busca por reintroduzir a natureza na cidade, uma proposta idealista para solução dos problemas urbanos.

A mudança de função da praça nessas cidades foi brusca e passou a atender aos interesses de modernização, impostos pelas elites, tal como as demais transformações ocorridas no contexto urbano, que incidem diretamente sobre a praça. Tângari (2005) atribui essas mudanças nas áreas livres públicas às formas de compreensão sobre o fenômeno urbano resultante de influências externas, tais como: a Missão Francesa, o ecletismo<sup>105</sup>, a cidade-jardim, o *Art Deco*, o protomodernismo e o modernismo.

O principal legado da análise genealógica da Praça Arthur Thomas no período são os eventos cívicos comemorativos dos aniversários do município, na gestão do primeiro Prefeito eleito Hênio Romagnolli (Gestão de 1961/1965, PMU, 2008). Nessa época eram usuais os desfiles com carros alegóricos. O acervo fotográfico da família do então prefeito relata a organização dos carros pelas entidades locais, dentre elas os grupos de imigrantes japoneses (Figura 44), sírio-libaneses e portugueses, data em que o busto de Arthur Thomas foi doado pela CMNP.

Na teatralidade dos carros alegóricos (Figura 44) das fanfarras, do discurso político à organização do desfile, estava explicitado o ideal cívico. O evento permite analisar o surgimento do regionalismo cultural embrionário, na diversidade cultural de migrantes e imigrantes para criar uma nova cultura local.

---

<sup>105</sup> O ecletismo historicista, segundo Tângari (2005), é uma corrente arquitetônica europeia amplamente adotada nas cidades brasileiras ao longo do século XIX e no início do século XX. As fontes referenciais são diversas correntes estilísticas como: o classicismo, o barroco, a arquitetura islâmica, a gótica e até a egípcia. O protomodernismo é catalogado no Brasil como um estilo híbrido que se apropria de formas modernas, revestindo espaços de composição tradicional. Sua fase vai desde a década de 20 do século XX até os anos 1950 do mesmo século. Usa linhas puras, coberturas planas e, algumas vezes, formas expressionistas. O modernismo aparece nos exemplares racionalistas da segunda metade do século XX.

Figura 43 – Padrão de desenho previsto para as praças por Wladimir Babkov (1956)



Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Leski.

Figura 44 – Homenagem dos imigrantes japoneses ao 7º aniversário do Município (1962)



Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Leski.

Inseridas na narrativa festiva, existem duas abordagens sobre a ação social na expressão cultural, como descreve Geertz (1993), uma simbólica e outra política. A primeira, a ação simbólica dos grupos, se expressa na imaginação criadora, festiva e dionisíaca que tematiza o evento. Assim, compreendem-se os valores artísticos alegóricos e festivos na teatralidade como poder mimético. A segunda consiste na manifestação do poder hegemônico, que nesses eventos assume visibilidade pública e cria o círculo hermenêutico na dialética do poder sobre as partes dominadas.

A diversidade dos grupos sociais se apresenta no Estado-teatro às autoridades, um desfile cívico é um padrão irrefutável de ideologia política na dramaturgia do poder (GEERTZ, 1993). Esses eventos, ocorridos entre 1950 e 1980, são relevantes na essência significativa de formação cultural local, equivalentes ao carnaval, as festas de reis, as procissões, as cavalhadas dentre outras tantas manifestações culturais no território nacional.

#### 4.2.6 A praça ajardinada do engenheiro civil Lúcio Antonio Thomaz (1965/1987)

Para os autores que admitem a relevância estética acima das relações sociais, essa seria a primeira configuração de praça:

[...] aquelas estruturas – o largo do mercado, o adro fronteiro à igreja [...] na cidade medieval não são ainda verdadeiras praças [...]. Enquanto espaço físico, [...] resulta mais de um vazio aberto na estrutura urbana do que de um desenho prévio (LAMAS, 1993 *apud* DE ANGELIS, 2000).

Na diferenciação conceitual, essa postura teórica tem o renascimento europeu como origem das praças. A ênfase das qualidades estéticas do espaço sublime (pedra) no tecido morfológico é encontrada nas obras de Cullen (1971), Gregotti (1975), Krier (1975), Alberti

(1989), Sitte (1992), Kohlsdorf (1996, 2002), Vitruvius (2007), Reis Filho (2000), De Angelis (2000), Robba e Macedo (2003), Yamaki (2003<sup>a</sup>, 2003b), Tângari (2005), entre outros, fundamentados nas correntes artísticas renascentistas e pós-renascentistas<sup>106</sup>.

Contrários a tal posição, Marx (1980), Rossi (2001), Mumford (1998), entre outros, adotam as praças da baixa idade média como referência conceitual, considerando a forma mais ampla de comunicação fenomenológica, que conduz à legibilidade, em carne, na definição de Sennett (1997). No primeiro plano, abordam-se valores antropológicos, com ênfase na diversidade de uso e nos valores sociais da praça e seu contexto urbano (JACOBS, 2000). Assim, as questões estéticas de configuração do espaço ficam em segundo plano.

O projeto de “remodelação da praça”, de autoria do engenheiro civil Lúcio Antonio Thomaz (Figuras 45 e 46), tem como geratriz da composição o busto de Arthur Thomas. A partir deste ponto, há uma linha em espiral estruturadora que sugere uma espécie de força centrípeta.

Figura 45 – Vista aérea da Praça Arthur Thomas (1965)



A  
implantação do  
busto de Arthur  
Thomas, doado  
pela CMNP, em  
1965.

Fonte: Acervo do professor Fernando da Conceição Barradas.

A disposição dos elementos formais – jardins, áreas de circulação e bancos – propicia a fragmentação do espaço em nichos menores de permanência, que, segundo os depoimentos

<sup>106</sup> A partir da retirada da função de mercado, a centralidade das praças recebe ajardinamento, mobiliários urbanos e obras de arte, encontrando o requinte ornamental na arquitetura entres correntes artísticas como o Barroco, o Rococó, o Classicismo, o Maneirismo e o Neoclassicismo. O monumentalismo se faz presente, para expressar o poder entre governantes, nobreza ou clero, com o uso da expressão artística. Nesse contexto, as praças renascentistas foram uma expressão de poder. Calcagno (1983 *apud* De Angelis (2000) dá ênfase aos atributos artísticos de tais praças, entre os séculos XVIII e XIX. Vale destacar que muitas dessas praças não eram públicas e assumiam a escala de aproximação aos parques privados.



dos fundadores, recebiam denso sombreamento das seringueiras e favoreciam o encontro social. Destacam-se as tardes de domingo e as saídas das sessões do Cine Guarani para a contemplação da revoada dos pássaros, que diariamente se abrigavam nas árvores.

Figura 46 – Mobiliário urbano da praça em 1965



Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Leski

A década de 1980 foi definida pelo impacto da erradicação cafeeira e pelas crises financeiras resultante do fracasso de três planos econômicos. Diante da crise nacional, foi consolidada a vocação do município nas atividades de industrialização, setor alimentício/movelaria e prestação de serviços. A cidade passou a ser conhecida como cidade universitária e polo de serviços na área de educação, saúde pública e privada.

O crescimento populacional e territorial urbano estimulou o setor de construção civil e comércio varejista. A ausência de políticas públicas para habitação de interesse social, com padrões mínimos de infraestrutura nos novos parcelamentos e de planejamento na supraestrutura urbana, resultou no crescimento desordenado e na baixa qualidade de vida à fração socioeconomicamente mais vulnerável (COHAPAR, 2005).

Nas imediações da praça, as atividades terciárias de comércio, serviços e afins foram intensificadas, voltadas ao consumo do público jovem universitário, prioritariamente na Avenida Maringá e na Rua Apucarana (Figura 47), área próxima ao Campus Sede da Universidade Paranaense. Entre as avenidas Londrina e Paraná, basicamente não existem unidades habitacionais autônomas. Essa praça central não possui apropriação comunal de vizinhança, típica de praças de bairro.

As alterações imprimiram maior valorização imobiliária aos edifícios de uso comercial, um dos fatores que contribuiu para a preservação do gabarito baixo, sem verticalização acentuada na Avenida Paraná. O comércio de vestuário de valor agregado às

marcas e grifes ainda não havia alterado as atividades comerciais tradicionais ao redor da praça, como ocorreu na década seguinte, mantendo o perfil fisionômico do período da colonização, assim como o perfil funcional e a paisagem urbana.

Figura 47 – Mapa de avaliação da evolução urbana no perímetro ao redor da Praça Arthur Thomas (1953/1989)



Fontes: Cadastro Municipal Prefeitura de Umuarama.

A síntese das entrevistas com o grupo de 45 integrantes do grupo Picaretas, em 2008, contém relatos de vínculos espaciais de atividades cotidianas na praça. As vivências apresentavam maior apropriação física no hemisfério noroeste da praça e nas imediações do Bar Carioca. Na lentidão do tempo, na rotina de observação dos indivíduos que passam e dos que ficam na praça (Figura 48), há um pacto de cumplicidade, na contrariedade e no debate de ideias políticas e das oportunidades de negócios. Os discursos relatam os vínculos afetivos, nessa forma lenta de passar os dias e ver a vida passar. A vivência dos integrantes do grupo Picaretas na praça é de 20 anos a mais de 40 anos.

Figura 48 – Cena urbana na Praça Arthur Thomas (1968)



Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Leski

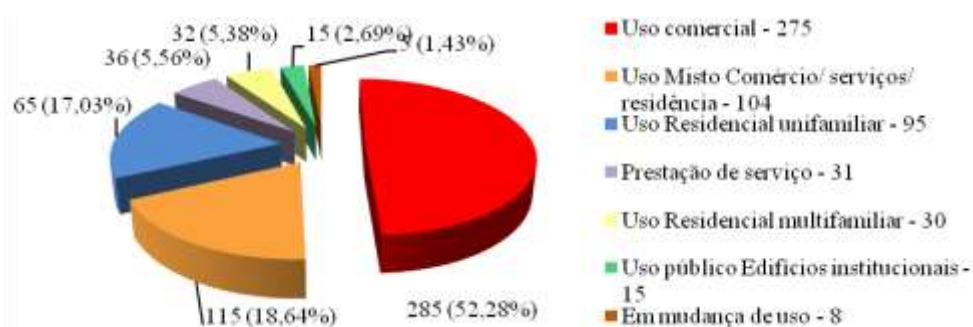


#### 4.2.7 A praça pós-moderna na releitura dos padrões de modernidade do projeto de José Carlos Spagnuolo (1988)

O período a partir da segunda metade da década de 2000 foi marcado pelo intenso processo de verticalização e adensamento populacional na área central (Figuras 49 e 50). A expansão territorial urbana ocorreu com a abertura de condomínios residenciais de padrão médio e novos parcelamentos no mesmo padrão em fita das décadas anteriores. Desse modo, a expansão territorial urbana foi a maior, após a ocupação do traçado inicial, e equivale a 20% do total de áreas urbana até 2005.

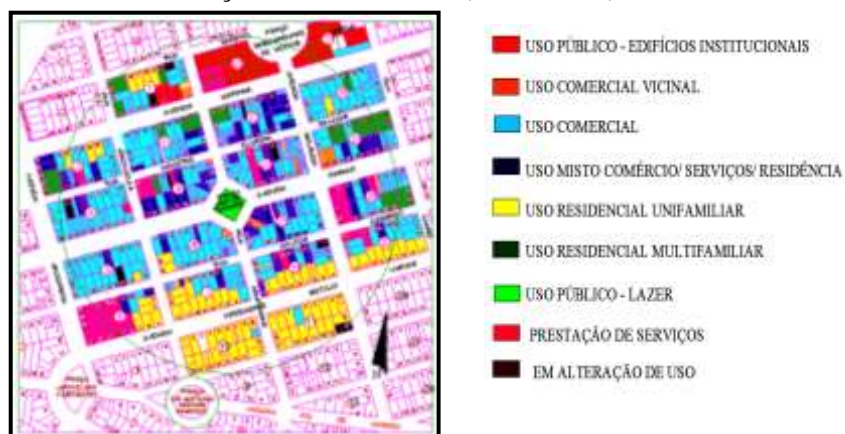
A ampliação da oferta de cursos universitários da Universidade Paranaense e a abertura da extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM) induziram a diversificação dos usos urbanos na área, ampliando as prestações de serviços, o uso residencial coletivo e o uso misto.

Figura 49 – Evolução do processo de ocupação por lote (1953/2013)



Fontes: Cadastro Municipal Prefeitura de Umuarama.

Figura 50 – Mapa de avaliação da evolução urbana no perímetro ao redor da Praça Arthur Thomas (1953/2013)



Fontes: Cadastro Municipal Prefeitura de Umuarama.

As alterações morfológicas no tecido urbano, entre 2007 e 2013, não levaram a outros usos urbanos no perímetro estudado. O perfil comercial do lugar foi reafirmado. O comércio local visa a atender o público de maior poder aquisitivo. A alteração se refere à substituição do comércio tradicional de antigos estabelecimentos de varejo (bazar, confecções artesanais, empórios etc.) e serviços por franquias de lojas de roupas e acessórios, rede de farmácias, telefonia móvel etc., extinguindo o comércio tradicional.

O projeto de autoria do arquiteto e urbanista José Carlos Spagnuolo apresenta claras relações projetuais com a intervenção urbana da Rua XV, Curitiba-PR, projeto do arquiteto e urbanista Abraão Assad e dos calçadões da equipe do engenheiro, arquiteto e urbanista Jaime Lerner (1977), implantados em Londrina-PR e Fortaleza-CE.

Na ocasião da contratação do projeto, em 1988, foi realizado um projeto, não executado, preservando as 32 seringueiras, espécies adultas com mais de 23 anos, abatidas naquele ano. O desenho da praça apresenta composição arquitetônica de estrutura geométrica, em dois níveis internos, destacando o desenho de pisos em pedra portuguesa.

Na elaboração do projeto, segundo o autor, foi preservado o centro ajardinado com o busto, na intenção de preservar a memória do projeto anterior. As áreas destinadas ao Edifício Pedra e banheiro atenderam aos planos pré-projetuais, ou diretrizes projetuais, conforme solicitação da Prefeitura Municipal. O desenho dos bancos da praça, das floreiras e do sistema construtivo do edifício Pedra mantém os padrões mencionados.

A síntese conceitual da praça está associada ao encontro da Boca Maldita, na calçada em frente à praça. Por mais de três décadas, ali ocorreu o desenrolar da opinião pública, entre os assuntos polêmicos alheios aos padrões e às normas culturais, na diversidade de abordagens da vida privada, cívica e política. Ali os assuntos eram debatidos livremente por indivíduos com relativa diversidade informacional, qualidade de opinião pública e liberdade discursiva. Embora o grupo Boca tenha o predomínio das elites culturais, não perdia a capacidade de comunicação com os demais.

[...] opinião pública é a expressão verbal da atitude comum de um determinado público diante das controvérsias. A qualidade de opinião pública está na liberdade de discussão pública que oportuna a delimitação objetiva da controvérsia, garantida na mistura heterogênea de opiniões individuais e/ou dos grupos presentes, podendo ou não alcançar um consenso (ANDRADE, 1989, p. 57).

No encontro dos grupos Pedra/Boca, o acirramento do embate de ideias era mais acentuado no período matutino, no rito do café com pão de queijo. Os assuntos giravam em torno da política local, do mercado imobiliário, dos assuntos reproduzidos nos meios de comunicação de massa (ordem do dia), evidenciando o debate, nem sempre o consenso, sem

perder o caráter festivo desses encontros diários.

No paradoxo excludente, o gênero feminino, mesmo com a existência da Confraria Boca Rouge, uma forma de introduzir a presença feminina na Boca, sofreu intensa pressão dos grupos. Nesse mesmo paradoxo, se enquadram os Picaretas, indivíduos fora do sistema produtivo do tardo-capitalismo, com baixo nível de escolaridade, faixa etária elevada e a ausência de capacitação funcional para as novas atividades profissionais. Nesse padrão, são tidos como seres *improdutivos*. Entre os entrevistados que não utilizam a praça, 10% os classificam pejorativamente como *desocupados*.

Para os Picaretas e idosos, o ar festivos do encontro grupal é existencial, conforme relatam. Ir diariamente à praça é acima de tudo o ritual da troca, do diálogo na cumplicidade social. Nas duas pesquisas de campo, 95% dos entrevistados pertencentes a faixa etária, acima de 60 anos, disseram ir à praça para *rever os amigos*. Nessa fase da pesquisa, foi identificado um contraponto, ou NÓ analítico, entre o poder ideológico do *slogan* e a necessidade existencial de contato social dos idosos. Na aparência do fenômeno, o contato social está em primeira ordem, para esse grupo, em relação aos demais, o poder do *slogan*.

Para o grupo, a função da praça está na possibilidade de acesso aos recursos que complementem a renda familiar. Seus integrantes indicam que o volume de intermediações informais (entre veículos, solo, gado e generalidades) foi reduzido em 40% nos últimos dois anos. O fato está associado a três condicionantes, segundo eles: o estacionamento rotativo, o processo de falência do Bar Carioca e a formalização dos negócios imobiliários e de veículos em corretoras, algumas delas abertas por *ex-picateras*.

Aparentemente, estar ali diariamente apresenta um valor próprio e intrínseco de afirmação vivencial. A expectativa de um novo negócio é relatada por apenas 25% dos entrevistados nas duas pesquisas (2007/2009 e 2011/2012). Do total de entrevistados, 70% são oriundos do grupo de Pedra e apresentam recusa ou restrições quanto a abordar as práticas comerciais. A identificação da atividade de intermediação comercial dos usuários da praça é feita por meio da dedução analítica dos dados do MISP (análise visual comportamental).

Quanto à possibilidade de comunicação, o simples *passar o tempo* é uma via para a potencialização criadora e da sensação de liberdade. A reflexão está na filosofia de Nietzsche, para brotar o espírito empreendedor, para fazer de cada dia um novo dia no cotidiano desse grupo. Do espírito empreendedor, espelha a busca por libertar-se da moralidade social, do olhar dos que passam e não os percebem na praça.

O ato de desejar um bom dia está inserido na aproximação afetiva, uma prática social distanciada no tempo das relações de cordialidade da cidade colonial, raramente evidenciadas

hoje nas cenas do cotidiano. “A figura do espírito livre distancia-se cada vez mais da imagem do desmascarador gélido e crítico e surgem mais fortes os traços do tipo humano ousado e experimentador que faz experiências com a vida” (NIETZSCHE, 1984, p. 57).

A prática de intermediação comercial surgiu junto com a praça no período em que esta era a porta de entrada na cidade ou na região. O primeiro entreposto de transporte intermunicipal recebia toda ordem de transporte: *paus-de-arara*, jipes, ônibus e carroças que transportavam os sonhos de realização, fomentado nas campanhas publicitárias das companhias e ideologia estatal para a ocupação regional, delegando à iniciativa privada a tarefa do estado de prover a reforma agrária emergencial. Entre alienação e empreendedorismo colonizador, a ocupação se intensificou.

#### 4.2.8 O *slogan*: terra de prosperidade, a cidade onde os amigos se encontram

A tipicidade das relações de vivência (SCHUTZ, 2003) data a formalização do ideário colonizador, síntese no *slogan* “*Umuarama, a cidade onde os amigos se encontram*”. O *lugar de encontro* é a forma como 45% dos usuários a simboliza (HELD SILVA, 2009) e permite a analogia entre os sentidos das palavras *amigo* e *munícipe*. Gradualmente, a disparidade e o embate entre os poderes constituídos foram tomando visibilidade entre os frequentadores da Boca Maldita, em busca da hegemonia, e os trabalhadores da Pedra, em resistência à dominação, foram buscando a sobrevivência.

O *slogan* foi consolidado entre o período de abertura das vias de acesso e extração madeireira, mesmo período no qual a Tribo Xeta (SILVA, 1998) foi dizimada (1945 e 1951), e a década de 1970. Nessa década, ocorreu a maior contagem populacional por década no município, sendo a proporcionalidade entre campo/cidade de 70,7% rural e 29,3% urbana.

Entre as promessas políticas e o *slogan*, o discurso preserva a comercialização de ilusões, distante de políticas públicas participativas e inclusivas. O *slogan lugar onde os amigos se encontram* indicou a cumplicidade e a cooperação dos colonos, indispensáveis à atividade produtiva, em defesa dos interesses mercantilistas extrativistas da CMNP, para quem a colonização foi o meio, não o objetivo.

O *slogan* está associado à narrativa do paraíso tropical ocupado pelos índios Xeta, compartilhado passivamente com o *colonizador*. A ocultação dos atos de crueldade, a expulsão e o genocídio ocorrido na cumplicidade dos sistemas governamentais resultaram na impossibilidade de participação étnica e cultural com os nativos no processo de adensamento populacional. Completa o quadro de distorções no referencial *de convívio amigável* a

exploração da imagem personificada no Curumim da Tribo Xeta, Símbolo Oficial de Umuarama (Figura 51). O mascote, criado em setembro de 2012, para uma campanha de educação ambiental, é acompanhado de duas lixeiras e foi implantado nas praças e vias de maior circulação. Frequentemente é alvo de ações de vândalos.

Propício aos interesses das elites, o *slogan* foi incorporado ao *marketing* urbano e reproduzido sucessivamente em campanhas políticas, com vistas à atração de investimentos privados, para o “bem viver social com paz e prosperidade”. Essa associação definida socialmente entre o *slogan* e o fenômeno praça poderia indicar que a praça ainda é símbolo máximo de urbanidade, ou seja, da existência urbana na construção da identidade coletiva, forma de ser-cidade. A forma de apropriação do *slogan*, no processo de dominação e controle social, impede tal conclusão pela associação contida na oralidade e memória coletiva.

Figura 51 – O Ícone Curumim nos programas municipais de preservação ambiental<sup>107</sup>



Fonte: blog do Cartunista Marco Vaz (<http://marcosvaz.com.br>).

#### 4.2.9 A historicidade do bar e o surgimento do fenômeno Boca-Maldita

A história da praça está intrinsecamente associada àquilo que o Bar Carioca representou. O marco conceitual parte do que é justificado na história como trágico, isto é, a crise econômica decorrente da erradicação cafeeira, após 1975, com a geada negra. O empobrecimento dos produtores rurais e a ausência de medidas públicas para minimizar os impactos sociais da crise levaram à inversão populacional campo/cidade. Os fluxos migratórios rumaram prioritariamente para novas frentes agrícolas e regiões metropolitanas, processo que afetou bruscamente a economia local.

<sup>107</sup> O texto diz: “verás que o filho teu não foge a luta” (trecho do Hino Nacional).

Nesse período, o comércio ao redor da praça estava consolidado e o Bar Carioca, de propriedade do Sr. Antônio Barata, ganhou um novo prédio assobradado, em 1975, e incorporou a atividade de lanchonete, com clientela ampla e diversificada. Nesse período, surgiu o ponto de encontro para os livres debates de ideias, com referência ao mesmo fenômeno ocorrido na capital curitibana, na Rua XV, conhecido como Boca-Maldita.

Em 1988, além da remodelação da praça, várias intervenções urbanas foram realizadas, o parque industrial foi consolidado e houve a configuração de prestação de serviços regional. A população urbana passou a representar mais de 60% do total. A redução das atividades de lazer social na praça contribuiu para a maior visibilidade da atividade de comércio informal, na década de 1990.

O termo Boca Maldita surgiu em Curitiba-PR, capital do estado, por volta de 1970, como resultante do livre encontro de representantes de classes, profissionais liberais, principalmente comerciantes sírio-libaneses, que se encontram na Rua XV<sup>108</sup>, em frente aos cafés. Tal fenômeno ocorreu no calçadão de Londrina-PR e em Maringá-PR.

Poucas são as experiências urbanísticas na configuração de calçadão que assumem a forma de praça linear. O uso comum às vias de circulação exclusiva de pedestres é configurar um “corredor comercial”, acessíveis ao consumo de produtos e serviços sem o sentido de permanência e vivência comunal. Na proposta do arquiteto e urbanista João Assad, os recintos resultantes da disposição do mobiliário e dos equipamentos urbanos priorizam os pontos de encontro já consolidados, como a Confeitaria Schaffer.

A acentuada presença de imigrantes em Curitiba-PR potencializa o debate entre os patrícios das colônias ucranianas, italianas, sírio-libanesa, entre outras (LUZ, 1998), e atende às limitações linguísticas e de adaptação cultural. Esse novo traço multicultural fez nascerem outras formas de organização cultural fora das colônias e inseridas nos centros urbanos. O fenômeno deu procedência ao trocadilho linguístico<sup>109</sup> originário da expressão “*mas que*

<sup>108</sup> Na trajetória histórica da Rua XV de Novembro, os traçados fisionômicos remetem aos períodos de alargamento da via, na administração de Cândido de Abreu, em 1920, conforme a Fundação Cultural de Curitiba (1992), período no qual o conjunto arquitetônico assumiu monumentalidade e surgiu o ponto de encontro social, o *footing*, revelando o significado sociocultural do patrimônio edificado. No período entreguerras, e com as mudanças socioeconômicas mundiais e locais, o lugar ficou adormecido, em meio à degradação, até o tombamento pelo patrimônio histórico e cultural do Estado, em 1947. O espaço patrimonial vivencial foi integralmente resgatado com a devolução da primazia do pedestre, em 1966, na versão calçadão, uma espécie de praça linear, emoldurada pela fachada dos casarões de arquitetura com predomínio arquitetônico eclético.

<sup>109</sup> Sobre o termo Boca Maldita, a lenda urbana traz o seguinte cenário: nos anos 1980, um grupo de sírio-libaneses discutia a vida cotidiana, em frente a um café, na Rua XV, e, ao observar uma bela mulher, a galanteou na língua natal. Como a moça era da mesma nacionalidade, considerou sua ação um insulto e os repreendeu com a expressão: *mas que Boca-Maldita*. Assim, foi nomeado o fenômeno. Na cidade de Londrina-PR, entre as décadas de 1930 e 1950, o conjunto arquitetônico da Avenida Paraná, entre a Avenida Senador

*Boca-Maldita*” em repúdio a um “galanteio masculino”.

#### 4.2.10 A analogia entre o Bar Carioca e o Bar Vesúvio, de Jorge Amado

O fenômeno Boca Maldita pode ser entendido como o lugar de revoluções invisíveis. No devir de ideologias e mitos, é constituído um território sem fronteiras, onde a diversidade discursiva é mediada entre ideias impróprias, permissivas, impositivas e reveladoras daqueles valores que se tornam comuns aos homens. O lugar permite a amostragem do domínio transitório, local para o embate dos poderes hegemônicos e a formação de ideais revolucionários, na mediação de ideias e valores de acesso livre quase democrático. Quase porque não é plenamente inclusivo, devido à imposição de barreiras veladas de gênero e classe.

Tomar por empréstimo o mosaico sociopolítico no realismo documental da “civilização ilheense” dos anos de 1925, na narrativa descritiva e revolucionária de Jorge Amado, foi o meio encontrado para apresentar o legado historiográfico do Bar Carioca em *poiésis*. Os dois bares, o Vesúvio e o Carioca, consistem no mesmo tipo de território apolíneo e metamórfico do deus romano Baco, sentido mítico associado à palavra *bar*.

Na encenação do cotidiano urbano no ritual de encontro comunal no Bar Vesúvio, encontra-se a *poiésis* de Jorge Amado (1958), ao descrever o cenário pan-óptico dos frequentadores do bar, entre os políticos, os intelectuais, os comerciantes e os fazendeiros sentados em frente à praça. Essa é uma figuração recorrente aos dois universos, o da Praça Arthur Thomas e o da Praça da Catedral de São Sebastião, cenário ricamente detalhado no romance *Gabriela cravo e canela: crônica de uma cidade do interior*, escrito em 1958.

A obra épica da literatura brasileira retrata o lugar de embate das forças políticas locais; dos poderes dionisíacos e afrodisíacos das paixões; das transgressões morais; dos prazeres gastronômicos e da atmosfera de prosperidade do cacau. Guardadas as contextualizações necessárias das realidades regionais, e de época, é possível realizar no referencial poético as aproximações.

O ideal de prosperidade surgiu devido à geração de recursos a partir da exploração extrativista mercantil na exportação cafeeira (norte o noroeste paranaense, entre as décadas de

---

Souza Naves e Rua Prefeito Hugo Cabral, representava o referencial de modernidade da região norte do estado. O *footing* permitia o encontro local e atraía a população dos pequenos municípios regionais (YAMAKI, 2006). Em 1977, o trecho foi transformado em calçada por meio de um projeto da equipe do arquiteto e urbanista Jaime Lerner (1977) e foi feita a remodelação das praças pelo arquiteto grego Panayote Saridakis (JANUZZI, 2006). Assim, surgiu a Boca Maldita dos Pés-Vermelhos, na Praça Gabriel Martins, entre os cafés e a Lanchonete Grill, fechada após intervenção, em 2012.

1930 e 1970) ou cacaeira (sul da Bahia, 2º ciclo, entre as décadas 1920 e 1990). Ambos os ciclos econômicos geraram transformações regionais com conquista e ampliação do território, resultantes da criação dos elementos temáticos de cultura. Desse modo, descompromissadamente os bares permitiam a aproximação à cultura popular na narrativa do cotidiano.

O romance regionalista transita entre o real e o imaginado e partirá do encontro entre o campo e a cidade, do lugar de visibilidade das lideranças políticas entre os conservadores personificados em Tônico Bastos e os progressistas em Mundinho Falcão. Entre afetos e desencontros são desvendados “[...] os costumes sociais locais, o machismo, a submissão das mulheres” (ARAÚJO, 2012, p. 156) e a tensão entre o passado e o futuro, a comunidade agrária e a vida urbana.

Ao sintetizar a obra literária, Araújo (2012, p. 160) categoriza a narrativa de Jorge Amado como “[...] romance de temas sociais e dimensões universalizantes, refletindo um mundo em transformação, num centro propulsor de mutações da realidade exterior, com alterações sensíveis de comportamentos”. Tal cenário é comum aos dois contextos de relações socioculturais nos bares das praças.

Esse modelo atemporal expressa fielmente o quando social que os entrevistados remetem ao período de surgimento da Boca Maldita no Bar Carioca. Seu *genius loci* está relacionado à circularidade dos poderes e da cultura, diante do progresso econômico e social, da crise cafeeira ao surgimento de outros ciclos econômicos, mas sempre palco das “mesmas e permanentes condições de desigualdade de classes” (ARAÚJO, 2012, p. 160).



CAPÍTULO V –

A GENEALOGIA PRESERVACIONISTA  
DA PRAÇA ARTHUR THOMAS



Baile na Roça (1968). Fonte Freitas, Reginaldo Lopes

## CAPÍTULO V – A GENEALOGIA PRESERVACIONISTA DA PRAÇA ARTHUR THOMAS

### PARTE I – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SOCIAL

#### 5.1 As análises interpretativas

Os parâmetros analíticos do sistema de estrutura em *firmitas*, da Tríade Vitruviana (ZEVI, 1978), referem-se aos atributos físicos quantificáveis da praça. Essa construção tem como base os dados de campo do MEGA (2008-2009) e do MISP (2011-2012). As duas fases incluem entrevistas não estruturadas com pioneiros que frequentam ou já frequentaram e pessoas que passaram pela praça no período entre 2 de fevereiro e 20 de março de 2011. Na primeira aproximação, as abordagens eram abertas a partir da indagação: o que a praça significa para você?

Nomear é conhecer. Os estudos partem da tradição semiológica, que busca revelar o oculto que se encontra entre os fenômenos de formação de cultura e influenciou na construção e acumulação do conhecimento. As pesquisas sobre as significações visam a conhecer a intencionalidade dos usuários, são pesquisas essencialistas do universo de Barthes (1972a) na *ideologia do signo* no campo das ciências semiológicas.

As conversas informais na praça e na residência de pioneiros, motoristas de taxi, pessoas que passaram significativa parte da vida trabalhando na praça, somam 115 horas de gravações/voz e 20 horas de filmagem (TV UP – UNIPAR/2012). Esse processo está inserido na primeira fase do MISP, referente à aproximação ao universo pesquisado com vistas a confirmar/refutar as hipóteses formuladas entre 2007 e 2009. Essas entrevistas forneceram o material de pesquisa para a genealogia da praça.

A fase da pesquisa que apresenta maior aproximação aos princípios semiológicos e concentra os valores intuitivos do pesquisador refere-se aos procedimentos práticos de definição do recorte temporal, da indicação dos períodos de observação sistematizada dos usuários e da elaboração do questionário semiestruturado (Figura 53).

Como a pesquisa busca apreender os fenômenos de cultura, parte da comunicação, seguida da análise visual sobre as ações desse corpo social, que se comunica no espaço, para assim alcançar o conhecimento das camadas mais profundas. Santaella (2007) alerta que fenômenos de alta complexidade, como esse, não podem ser analisados como fenômeno de comunicação.

Hilbert (2009), em *Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras*, também

apresenta ressalvas quanto às investigações sobre a cultura material. Nas abordagens arqueológicas, há limitações no uso de *objetos sígnicos* da oralidade, por isso são realizadas as análises visuais sistematizadas do MISP, a partir das grades de atributos de deslocamentos e de permanências, apresentadas na segunda parte do terceiro capítulo.

O questionário semiaberto (Figura 52) está estruturado em três partes. A primeira consiste na caracterização dos entrevistados, considerando-se o seu endereço residencial, no objetivo de avaliar o raio de influência da praça no tecido urbano e o nível de polaridade da Pedra. A segunda avalia a intensidade de frequências e atividades exercidas. A terceira foca nos vínculos socioafetivos, na ordem de valores ligados à memorização (simbolização), legibilidade interligadas aos fatores histórico-culturais e estéticos, na busca por aferir os vínculos topolíficos do usuário com a praça.

Figura 52 – Questionário semiaberto aplicado em 2011 e 2012<sup>110</sup>

<b>PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A PRAÇA ARTHUR THOMAS, Umuarama-PR.</b> Gravação _____ - _____ - _____ (número- hora-data) ex: 01-15:30-120113. Sem gravação <input type="checkbox"/>	
<b>1 - DADOS DOS USUÁRIOS:</b> 1.1 - Idade <input type="checkbox"/> anos    1.2 - Gênero (Sexo): F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> 1.3 - Nível de instrução: Sem instrução <input type="checkbox"/> Ensino fundamental: completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio: Completo <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Superior: completo <input type="checkbox"/> incompleto <input type="checkbox"/> Pós-Graduado <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto <input type="checkbox"/> 1.4 - Renda familiar média em R\$: _____. 1.5 - Atividade ocupacional: trabalhador (a) formal <input type="checkbox"/> trabalhador(a) informal <input type="checkbox"/> estudante <input type="checkbox"/> não exerce atividade profissional (ex: do lar) <input type="checkbox"/> aposentado(a) <input type="checkbox"/> desempregado(a) <input type="checkbox"/> 1.6 - Bairro onde reside: _____ Município/Distrito _____	
<b>2 – INDICATIVOS DE FREQUÊNCIA E ATIVIDADE NA PRAÇA</b> Com que frequência vem à praça? Diariamente <input type="checkbox"/> 2 ou 3 vezes por semana <input type="checkbox"/> 1 vez por semana <input type="checkbox"/> Quinzenalmente <input type="checkbox"/> Mensalmente <input type="checkbox"/> Eventualmente <input type="checkbox"/> Passo pela praça <input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Eventualmente <input type="checkbox"/> 2.1 - Quanto tempo permanece na praça: _____	
Anotação do entrevistador - Identificação do grupo a que pertence o entrevistado Freqüentador Grupo Pedra <input type="checkbox"/> Boca-Maldita <input type="checkbox"/> lazer extragrupo <input type="checkbox"/> Caminho, rota <input type="checkbox"/> descanso diário <input type="checkbox"/> Ex: lazer extragrupo – jogar baralho. Caminho, rota - ao trabalho/escola. Descanso diário - horário de almoço	
<b>3- O que a praça significa para você?</b> Caso haja recusa. Você desenvolveria alguma atividade na praça? A frequentaria?	
<b>5 – Caso haja simbolização resposta 3. Quais informações possui sobre a história da praça?</b>	
Entrevistador: _____ Célula ou mancha nr. _____ Externo a praça local _____	

Fonte: Held (2013).

A pesquisa, de 2007 a 2009, descartou o percentual de indivíduos que se recusavam a responder, por isso não foram tecidos comparativos sobre a recusa especial. O silêncio, ou afasia, do entrevistado é classificado de duas formas, entre usuários e não usuários da praça mediante a pergunta: o que a praça significa para você?

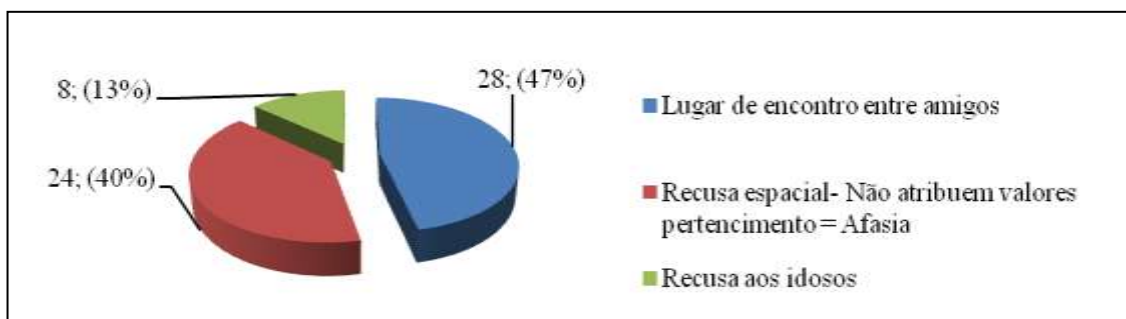
<sup>110</sup> Reprodução fora do padrão gráfico aplicado, em formato A4.

A afasia social ou recusa de simbolização da praça consiste na dificuldade de encontrar palavras que nomeiem os fenômenos e desautoriza a fala. Também é compreendida como um sintoma patológico de comunicação. A descrição clássica do sintoma afásico é a dificuldade de acesso semântico-lexical. Tal sintoma está associado aos estudos linguísticos, à neurolinguística, à neuropsicologia, à psicanálise da semiologia e à semiótica (LANTÉRI, 1989).

Todo sintoma é um signo para Foucault<sup>111</sup> (2000a). Na indagação da pesquisa sobre a simbolização da praça, a recusa dos jovens em verbalizar o significado próprio da praça e a demora dos usuários em responder a questão foram duas variáveis de pesquisa que consistem em um sintoma social.

O silêncio filosófico sobre as simbolizações da praça corresponde a 40% dos entrevistados que passam pela (ou ao redor da) praça, sem a intenção de permanência. Os entrevistados que justificam a recusa socioespacial devido à presença de idosos, ou Picaretas, representam 13% dos entrevistados. Entre esses entrevistados, 73% possuem menos de 30 anos (Figura 53). O número elevado de jovens está relacionado à aproximação ao *Campus I* da Universidade Paranaense.

Figura 53 – Síntese das simbolizações da entrevistas não estruturadas 1ª Fase do MISP



Fonte: Held (2013).

O *slogan* surgiu entre diferentes faixas etárias dos entrevistados. Em vários casos, essa afirmação foi automática, sem esboçar reflexão sobre o assunto. Em alguns casos, a resposta foi seguida de recusa espacial justificada pela presença de idosos e/ou Picaretas. Essa constatação apresenta complexidade analítica e envolve condicionantes subjetivas, vivenciais, psicossociais e emocionais.

<sup>111</sup> São estruturas ideológicas e práticas de institucionalização de ciências sociais, tematizadas por Michel Foucault, em *O sujeito e o poder*. In *trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, 1990; *As palavras e as coisas*, 2000b; *A ordem do discurso*, 2004; *Arqueologia do Saber*, 2000a.

A ausência consciente de representação da praça pode ser decorrente da ausência de vivências memoráveis na praça ou em qualquer outra praça que permita analogias. Essa é uma premissa lógico-referencial (NÖTH, 2003), ao considerar que a linguagem carrega, mas não porta o sentido. A referencialidade pode não existir para os jovens, mas existe para os usuários da praça, que dias após a entrevista retornavam com diversas elaborações. Sobre a ausência de referências dos jovens, adotaram-se duas hipóteses.

A primeira está relacionada aos processos circunstanciais e contextuais que bloqueiam a fala. São valores contextuais (físicos, historiográficos e os pressupostos socioculturais que presidem nas realidades semiológicas) corresponsáveis pela construção e identificação do sentido de lugar, com significativas referentes às análises topológicas e cognitivas do espaço. Referem-se aos processos mentais de percepção, memória e representação sensível contextuais. Nessa análise, predominam os sentidos sensoriais, principalmente a imagem de representação do lugar, para numa segunda ordem das correlações discursivas sobre o tema praça serem possíveis as analogias que expunham o repertório conceitual (nomeativo).

São correlações intersubjetivas sobre os vários papéis enunciativos assumidos pelos entrevistados. Essa sintomática é intensamente explorada nos estudos de ordem comportamental em outro universo de pesquisa semiológica. A afasia não pressupõe fatores topofóbicos, a recusa se refere à fala. O fato de o jovem não passar pela praça também não permite essa associação, pois ele não externa impressão espacial alguma. O entrevistado não passou naquele momento pela praça, portanto, o dado é inconclusivo.

A segunda premissa sobre a afasia seria a ausência de significante linguístico-discursivo. O jovem não formulou significado quanto à palavra praça, em oportunidade anterior ou naquele momento, que permita analogias e interpretações sígnicas sobre o que se apresenta. Sem a intenção de elaborar uma teoria *stricto sensu* da semiologia da linguagem, num sentido amplo e doutrinário que a abordagem requer, alguns aspectos dos estudos de Barthes (1972a e 1987b) e Nöth (2003) são aplicáveis para compreender as estruturas do funcionamento linguístico e interpretar os signos.

A afasia juvenil pode estar relacionada ao significado da palavra *praça*. Nas últimas décadas, a pobreza do contexto vivencial em praças pode ter restringido o sentido da palavra à praça de pedágio (portal de cobrança de impostos) ou à praça de alimentação (1ª intenção consumo, espaço mercadológico padronizado para *fast-food*). Esses são usos linguísticos que não possuem associações reais à praça.

Na pesquisa, os jovens se referiam à praça como extensão da calçada, identificando-a como lugar de circulação. Diante do exposto, não existe ferramental analítico que depure a

*semiologia das afasias do fenômeno praça*. Como saldo residual, fica o não respondido. Quais seriam as idealizações de praça no imaginário juvenil? E quais configurações assumiriam? Possivelmente estão distantes das imagens arquetípicas de paraísos, jardins de verdejantes imagens bucólicas em alusão às pinturas campestres de Monet. Seriam as alusões do inferno de Fausto, de Goethe<sup>112</sup>, na era do capital, discutidas por Berman (1986), entre a comédia e a tragédia cotidiana? Com certeza, a praça contemporânea faz alusão ao limbo de Fausto e reflete o espaço da contrariedade e da mudança.

### 5.1.1 As simbolizações dos usuários da praça

A análise que considere a historicidade e o contexto meiose o meio previsto para alcançar a redução fenomenológica na análise semântica. Em Nöth (2003), são encontrados estudos de Peirce (2000) sobre as três categorias universais que explicam como os fenômenos chegam à nossa consciência.

As respostas ao questionário aberto (1ª fase) e semiestruturado (2ª fase) exigem a mediação analítica do entrevistado, configurando, assim, a síntese do pensamento na categoria de terceiridade. No caso dos usuários da praça, existe a relação de pertencimento, ou seja, do *eu-praça*, daquele que se apropria e faz dela seu lugar de vivência, trabalho, de comunicação com o outro, portanto, de identificação pessoal com o lugar. Em 2008-2009, foram entrevistados 165 usuários da praça. Entre 2011 e 2012, os usuários entrevistados somaram 124. Houve uma redução de 25% do número de usuários entre os dois períodos.

A pesquisa comprova esse sentido topofílico (TUAN, 1983). Nas respostas obtidas, 79,41 % indicam ações favoráveis ao convívio social. As relações de indiferença ou recusa ao

<sup>112</sup> Fausto, de Goethe, por Berman, e *Phármakon*, por Derrida. Nessa construção analítica intertextual elaborada, Fausto é uma das obras literárias mais citadas na contextualização dos conflitos do homem contemporâneo. O texto *Deus e o diabo no Fausto de Goethe* foi escrito por Johann Wolfgang no final do século XVIII e citado por Berman (1986) para elaborar a análise crítica do cotidiano vivencial entre o dilema dos sujeitos, entre a subjetividade da revolução cultural e o capitalismo fordista: “Duas almas coexistem em meu peito” (WOLFGANG *apud* BERMAN, 1986, p. 37). No primeiro plano, a crítica marxista está na narrativa sobre os danos do capitalismo ostensivo americano, paralelo aos capitalisms globais. Formulando as devidas proporções analíticas sobre os danos psicossociais (na massificação e opressão do sujeito), o autor desenquadra poeticamente o personagem para enquadrá-lo dramaticamente no vivido contemporâneo. Esse foi o exercício analítico de Berman (1986), adotado para exemplificar a prática do encurtamento analítico a que os leitores de Derrida (2002a), sobre *A escritura e a diferença*, definem como metatextualidade. Na análise literária de Berman (1986), o sujeito capitalista ultramoderno (Faustos), revela a exposição à compulsão (tendência de inovar para consumir) e a aceitação social pela capacidade de permanecer no jogo. Inovar faculta o desafio de inserir-se ou não no jogo, exige o espírito aventureiro de Fausto na contínua expansão e no crescimento dos desejos insaciáveis e dos conflitos. Interligar Berman (1986) a Derrida (2002a) aproxima dois mitos resgatados pelos autores: Fausto, da renasça europeia, e *Thot e Theuth*, da antiguidade egípcia, os deuses da escrita e da morte na imagem do *phármakon*, em *A farmácia de Platão* (DERRIDA, 2006). Entre os personagens, existe a mediação dos binários morte/vida e modernidade/pós-modernidade.



espaço representam 20,59% das respostas e trazem dados que podem relacionar ou conduzir ao despertencimento social à praça. O despertencimento está relacionado à ausência de afinidade com os grupos predominantes, sendo que, em outras investigações, poderia relacionar-se também aos atributos espaciais ou funcionais da praça.

A comparação dos dados relativos aos grupos de usuários requer considerar as condicionantes que alteram o perfil dos usuários relatados. Entre eles, há que destacar que a implantação do estacionamento rotativo tarifado reduziu 70% do grupo Picaretas, cuja permanência média diária é de 8 horas. Além disso, o processo de falência, em 2010, e a reabertura do Bar Carioca, em 2012, sem restabelecer o encontro do grupo Boca Maldita e o deslocamento ao Bar Senadinho, reduziram a visibilidade do grupo, em constante deslocamento.

Para 21% dos entrevistados em 2008-2009, a praça simbolizava o Bar Carioca (Figura 54). Três simbolizações são sombreadas ao signo-bar sem possibilidade de desmembramento analítico e inseridos no mesmo ícone discursivo (FOUCAULT, 2004): o encontro entre amigos nas relações festivas (24%), as relações sociopolíticas do Bar Carioca (21%) e o lugar de trabalho grupo Picaretas (14%), o que totaliza 59% das significações. Esse fator comprova que havia vínculo indissociável transcendente entre os dois fenômenos (trabalho e política).

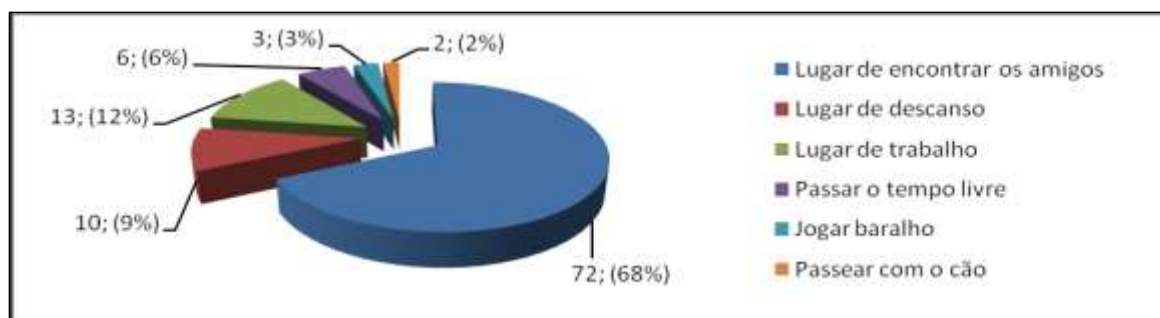
Figura 54 – Síntese das significações dos usuários entrevistados na Praça Arthur Thomas (2007-2008)



Fonte: Held Silva (2009).

Na mesma estrutura analítica, entre 2011 e 2012 (Figura 55), 68% dos entrevistados simbolizam a praça como o lugar de encontro entre amigos e 12% a definiram como lugar de trabalho (grupo Picaretas). Destaca-se que 80% dos Picaretas não se assumem intermediadores informais. Existem barreiras psicossociais de ordem moral relacionadas a essa função que impedem assumir-se. Desse modo, os indivíduos se apropriam do *slogan* encontro entre amigos. Esse fato impede a precisão sobre o número de Picaretas na praça.

Figura 55– Síntese da questão número três da pesquisa de opinião sobre a praça. O que a praça significa para você? (2011-2012)



Fonte: Held (2013).

Desse modo, *o encontro entre amigos* é utilizado para ocultar diversas formas de intermediação sígnica. O *slogan* foi utilizado na pesquisa de 2008 para ocultar os ativistas políticos implantados entre os integrantes da Boca Maldita e a atividade de informalidade profissional dos Picaretas. Portanto, na pesquisa o *slogan o encontro entre amigos* consiste no instrumento de ocultação de intermediações semânticas mais amplas.

A resposta a essa ocultação está na definição de *eidolon Motor*<sup>113</sup> (DELEUZE, 1976), com base na análise semiótica pragmática de Charles S. Peirce. Na definição de Peirce, a *praça-eidolon* estaria inserida no imaginário coletivo como uma imagem mental (*eikon*) iconológica. O ícone atua como um feixe de fenômenos, relatado como teia, e possui dinâmica e hierarquia própria nas múltiplas dimensões sígnicas.

Em *eidolon*, as mediações sígnicas ocorrem em sucessivos autoquestionamentos para identificarem-se as diferenças e as semelhanças, na elaboração de imagens complexas. Nessa ordem, o *slogan* representa um signo verbal análogo, um atalho temporário até que esteja elaborado o *eidolon*, que na classificação de Peirce de tricotomia do signo seria de terceiridade, nem sempre elaborável no período temporal da entrevista, o que ocorreu nas duas fases da pesquisa, em 2007-2008 e 2011-2012.

Na ótica de Deleuze (1976, p. 2), em *Nietzsche e a filosofia*, isso seria o esperado, pois: “Perguntar pelo sentido de alguma coisa, é perguntar pelas forças em relação ao mesmo

<sup>113</sup> Para compreender o sentido do termo *eidolon*, é necessário compreender o termo na noção de verdade dos gregos pré-socráticos em *aletheia*, ou desvelamento, desocultação, passagem ao visível daquilo que está invisível ou oculto. Nesse período, o mundo sensível é a aparência que participa da *verdade-aletheia*, portanto, a verdade estaria implicada em uma visibilidade do mundo. O desdobramento do visível gera no mundo sensível uma reprodução mental (mundo imaginário) que parte do *phantasma* (entidade que não está nem num estado material nem ideal, mas virtual), em constante recriação de uma entidade originária ao conceito de *eidolon*, um ícone – ídolo criado pelo homem e diferente do *eikon* (caminho a *aletheia*) na reprodução de verdade criada por Platão inserindo o princípio de moral da imagem, rompida por Nietzsche, conforme Deleuze (1976).



tempo em que o valor de alguma coisa, ou fenômeno complexo, já é expressão de uma hierarquia das forças em presença”. Elaborações complexas ocorrem ao seu tempo, isso conduziu a obter os achados mais significativos fora das entrevistas semiestruturadas, no livre retorno dos entrevistados à equipe: *Pensando melhor sobre o que você me perguntou acredito que...*

Na segunda ordem analítica, o fenômeno *Pedra-Bar-Boca* possui a imagem icônica de um simulacro. Trata-se de uma imagem em opacidade ou reflexividade, onde os signatários socioespaciais são postos em quadro, escolhida a imagem analítica no campo de visão através de vidro turvo, em que a moldura delimita as representações possíveis. O processo tira o fenômeno da transparência e o conduz à opacidade. Esse processo foi historicamente realizado pelos poderes hegemônicos que deram origem e preservaram o *slogan*. Enquadrar o fenômeno o obscura, mas não impede a desocultação dos feixes sógnicos (*aletheia*) no imaginário criativo.

### 5.1.2 As variáveis da grade de deslocamento

Os levantamentos de campo foram realizados em parceria com o grupo de pesquisa Programa de Iniciação Científica (PIC) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPAR, coordenado pela pesquisadora, em 2011-2012, e com o auxílio de voluntários alunos do curso, em 2007-2008. Após o fechamento e a reabertura do bar, os deslocamentos tornaram-se circunvizinhos até o Bar Senadinho, variável que interfere na contagem e observação comportamental dos usuários em deslocamento na praça devido ao distanciamento ao bar <sup>114</sup>.

A redução de usuários da praça foi de 19,82% entre 2008 e 2011 e 29,66% entre 2012 e 2008. Considera-se uma variação de 10% (abaixo ou acima) devido à condicionante de distanciamento da circulação até o Bar Senadinho em substituição ao Bar Carioca, desde 2010. A mudança de interligação entre bares reduziu bruscamente a permanências das manchas mais próximas ao Bar Carioca (manchas I e II) e alterou a permanência em manchas de 30,07% (2008) para 12,51% (2012). A dispersão dos Picaretas amplia a ideia de redução do grupo (Tabela 8).

As permanências convertidas em circulações entre a praça e o Bar Senadinho ampliam em 120% as circulações na praça, uma variação de fenômeno interno. Na classificação de

<sup>114</sup> A copa das árvores impede o levantamento visual a partir de edifício vertical nas imediações e inviabiliza essa possibilidade de levantamento. Das janelas dos edifícios assobradados existentes ao redor não é possível ampliar a visualização da praça ao Bar Senadinho. Essa é uma variável que impede a precisão da contagem de usuários em deslocamento da pesquisa em APO, após 2010.

Robba e Macedo (2003), a praça passaria a ser definida como praça de passagem, denominação imprópria ao fenômeno universal de praça.

O patrimônio vivencial da praça está em processo de reformulação. A redução dos encontros informais que configuram as manchas, fenômeno característico dos dois grupos, foi de 35,9%, entre 2008 e 2011, e 60,5%, entre 2008 e 2012 (Tabela 8).

Tabela 8 – Relação de permanências e fluxos na Praça Arthur Thomas

Anos de realização da pesquisa	Nº de usuários observados	Permanência Estações (%)	Permanência Manchas (%)	Fluxo de pessoas (%)
2008	3405	42,85	30,07	27,08
2011	2730	33,36	19,67	46,96
2012	2395	28,24	12,51	59,26

Fonte: autora.

A ampliação das circulações está associada ao deslocamento das manchas I e II para o Bar Senadinho e à alteração de maior intensidade de permanência em manchas para estações. Trata-se de aspectos transitórios decorrentes do aparente despertencimento dos grupos ao Bar Carioca após a *reinauguração*, ou melhor, da descaracterização funcional (deforma) e estética da atual Choperia, Lanchonete e Bar Carioca.

A informalidade profissional é um indicador de baixa oferta ou inaptidão para o trabalho formal. A renovação do grupo Picaretas, feita por homens na faixa etária entre 30 e 50 anos (Tabela 9), com nível de escolaridade entre ensino fundamental e médio, foi comprovada. Esse renovar ocorre com intensidade reduzida na praça, visto que 35,45% (2008) do total de 45 integrantes e 52,48% (2012) do total de 14 usuários da praça pertencem a essa faixa etária. Embora exista a possibilidade de renovação, esta é inexpressiva. A introdução de indivíduos tem permitido a troca cultural entre gerações.

As mulheres representam 4,09% (2009), 4,43% (2011) e 5,62% (2012) do total de usuários com permanências na praça, percentual inexpressivo. O fenômeno de exclusão ofusca o brilho democrático, definido pelo livre encontro social. Entre 2008 e 2012, houve a ampliação de 13,18% nas permanências do gênero feminino (Tabela 9). A ampliação de permanência, em manchas, do gênero foi de 8,19 % (2008-2012); já nas estações, é de 59,53% (2008-2012). Existe relação direta entre a menor visibilidade do grupo Picaretas, em constante deslocamento, e a ampliação da presença feminina.

Tabela 9 – Perfil dos usuários da praça classificados por gênero e faixa etária abaixo de 30, entre 31 e 60, e com mais de 61 anos de idade<sup>115</sup>

Período de análise	Masculino < 30 anos (%) Estação	Feminino < 30 anos (%) Estação	Masculino > 30 à 60 (%) Mancha	Feminino 30 à 60 (%) Mancha	Masculino > 60 anos (%) Fluxo	Feminino > 60 anos (%) Fluxo
2008	3.00	0.85	35.45	5.78	49.28	5.64*
2011	4.8	3.38	50.69	3.59	36.19	1.38
2012	4.05	3.88	52.48	17.79	19.96	1.84

Fonte: autora.

A permanência feminina foi ampliada nas estações, o que configura uma nova forma de apropriação. Em 2009, a presença feminina era restrita à estação 7, denominada o Banco das Mulheres. Nessa amostragem, foram incluídas as estações 6, 8, 9 e 11. Nas circulações internas, a participação feminina foi de 30,95% (2008), 37,43% (2011) e 31,82% (2012). No comparativo com o percentual feminino entre 2008 e 2012, observa-se 224,0% de ampliação (Tabela 10).

Tabela 10 – Classificação das permanências e fluxos por gênero nos períodos de observação de 2008, 2011 e 2012<sup>116</sup>

Ano	Período	Recorte temporal de observação/horas.	Usuários que permanecem na praça						Usuários que circulam sem permanecer		Total de usuários por período de avaliação
			Estação Homens (%)	Estação Mulheres (%)	Redução dos % nas estações	Mancha Homens (%)	Mancha mulheres (%)	Redução dos % nas manchas	Fluxos homens (%)	Fluxo mulheres (%)	
2008	12 Out./16 Dez.	76h	40.29	2.56	0,0	29.16	1.53	0,0	18.27	8.19	3405
2011	04 Ago./16 Nov.	76h	30.62	2.75	-22,1	17.99	1.68	-35.9	29.38	17.58	2730
2012	08 Mai./25 Jul	76h	27.35	3.04	-29.0	9.56	2.57	-60,5	39.13	18.35	2395

Fonte: autora.

Todos os ambientes de permanência estão relacionados ao deslocamento dos Picaretas ao Bar Senadinho, localizado na Rua Arapongas, a 55 metros de distância da praça. A grade de deslocamentos internos na praça comprova o fenômeno. Os deslocamentos prioritários são

<sup>115</sup> No período matutino a limpeza e a conservação da praça eram realizadas por uma funcionária pública, computada contagem fato que alterou a análise quantitativa por gênero feminino nesse período.

<sup>116</sup> As 76 horas de observação sistematizada por observador foram cumpridas nos períodos matutinos e vespertinos, de 2 em 2, duas vezes por semana, o que totalizou 19 dias. O período de 30 dias de análise não sistematizada para realização da adaptação metodológica e da aproximação ao universo simbólico consiste no meio para aferir o valor icônico da primeira fase. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas na 2ª fase para aferir o perfil sociocultural e as simbolizações dos usuários e transeuntes. Esses processos não são computados no recorte temporal de observação do MEGA/MISP.

eixos de fluxos FA/FB, FA/DF, internos e externos (Figura 58), que dão acesso ao Bar Senadinho.

A síntese da grade comportamental comprova a relação de interdependência entre a praça e o bar. A mancha I, em frente ao bar, apresentava 17,6% (2008) das permanências na praça, reduzida para 3,2% (2012), e a IV teve sua permanência reduzida de 9,5% (2008) para 4,5% (2012). As manchas II e IV e as estações 4, 5, 6, 7, 8 tiveram as permanências ampliadas (Figura 57).

A sobreposição da grade comportamental de permanências e deslocamentos permitiu atestar a redução das permanências na praça (Figura 58). A redução de 60,5 % nas manchas comprova a alteração da forma de apropriação física na praça, sem que haja alteração no desenho. A nova forma de apropriação altera as espacialidades, o que permite afirmar que o movimento dos corpos confere ambiência ao lugar. A principal renovação está no hemisfério sul da praça em que são intensificadas as ocupações de todas as estações internas (Figuras 56 e 57). O fenômeno é resultante do fator atrativo do Bar Senadinho.

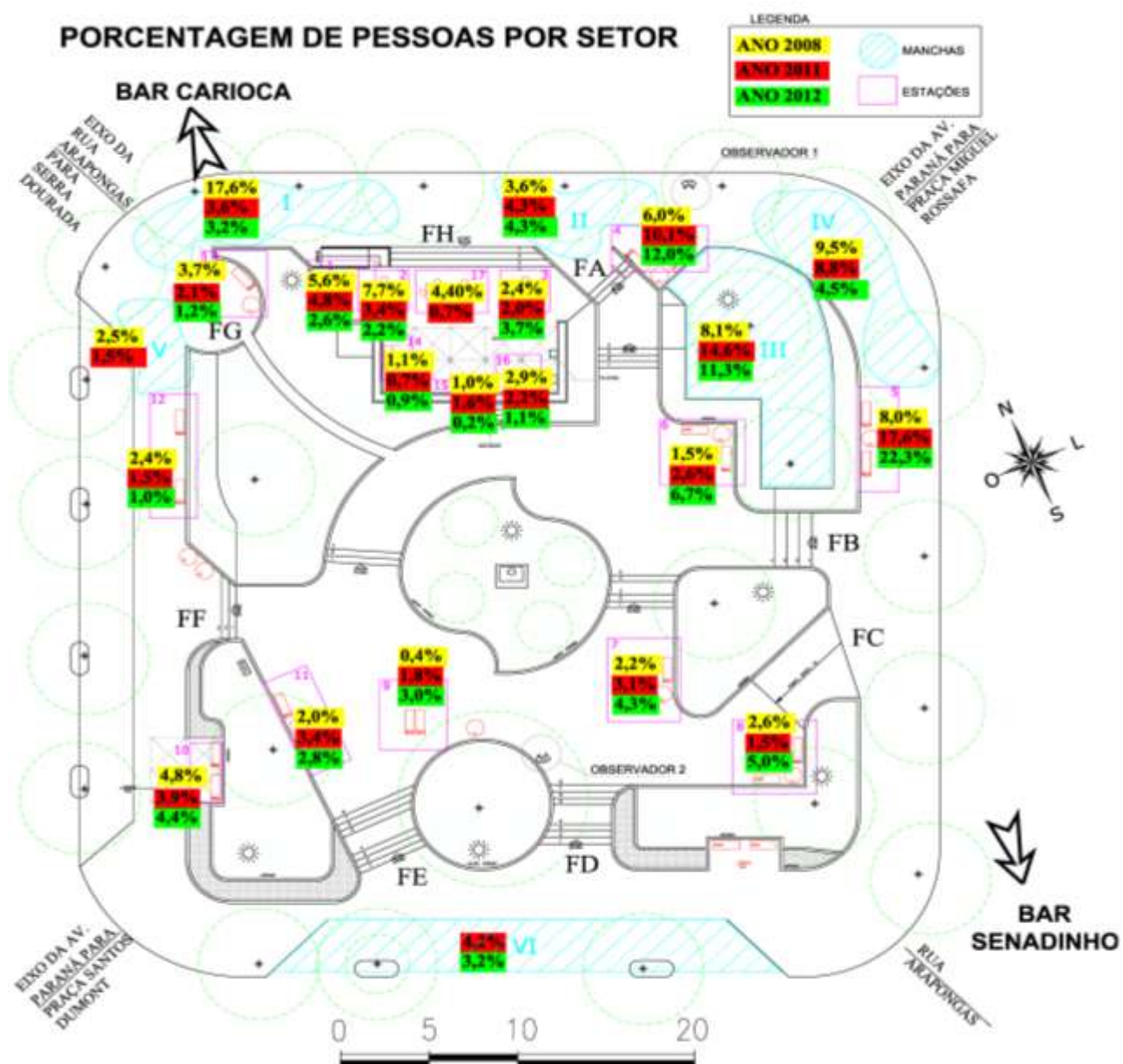
A redução do número de usuários do gênero masculino acima de 60 anos está relacionada à dissolução do grupo Pedra e das partidas de baralho, fato que atraía aposentados das imediações para jogar. As reduções foram de 19,83% entre 2007 e 2009 e de 29,66% entre 2010 e 2012. Somadas, tais reduções representam 42,18%, o que evidencia um ritmo alarmante<sup>117</sup> e o fim do fenômeno que nomeia a praça.

Segundo as análises dos dados de observação visual sistematizada do MISP, constatou-se que, entre as atividades exercidas, as dinâmicas voltadas à interação verbal e à visual no exterior da praça representam mais de 98% das ações. A análise da grade comportamental de localização (de 2012) indica que 12,13% do total de 2395 usuários permanecem nas manchas e 30,39% permanecem nas estações externas, ou periféricas, com relações visuais voltadas à observação do movimento da rua.

---

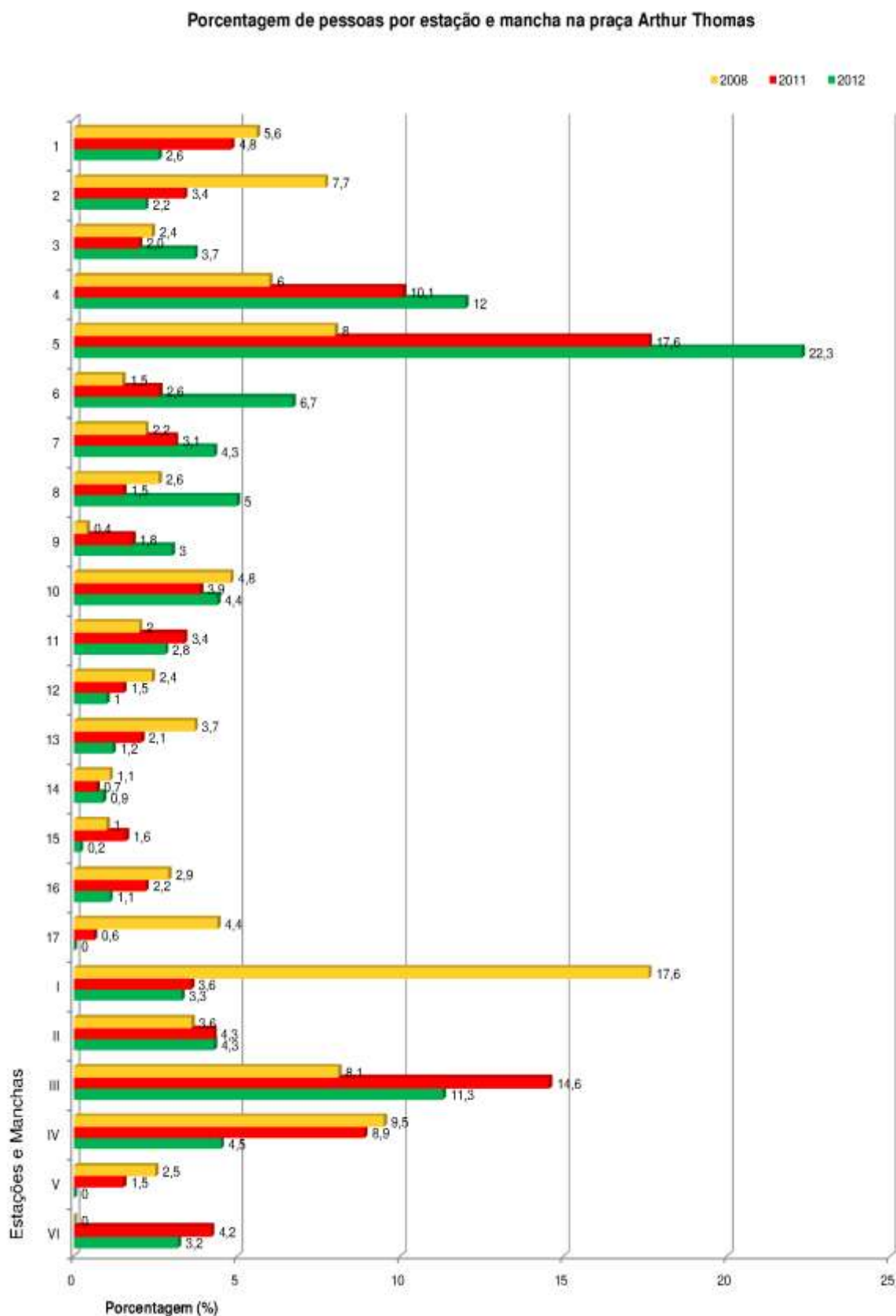
<sup>117</sup> Se os comportamentos humanos fossem analíticos e mensuráveis, nos desdobramentos rítmicos dos acontecimentos de evasão, com média anual de 11,92% de redução de permanências, em 16 anos e meio não haveria uma única pessoa na praça.

Figura 56 – Malha: indicação dos percentuais de usuários em permanência nas estações e manchas avaliados em 2008-2009 e 2011-2012



Fonte: autora.

Figura 57 – Gráfico da grade comportamental de permanência e percentagem de usuários, por período de observação, em 2008, 2011 e 2012



Fonte: autora.

### 5.1.3 A praxeidade entre os fenômenos identitários da Praça/Bar

Os estudos culturais tendem, segundo Wolf (2003, p. 102), “[...] a analisar uma forma específica de processo social, relativa à atribuição de sentido à realidade, ao desenvolvimento de uma cultura de práticas sociais compartilhadas”. Essas práticas determinam a capacidade de debate necessário à formação de níveis superiores de cultura. A Boca Maldita foi uma prática cultural que assumiu esse papel. O ritual de encontro, no aspecto de vitalidade e encenação do cotidiano, foi um fenômeno mítico de relevância, transformando o território em poesia.

Os mitos falam de suas sociedades, guardam valores e informações, narram histórias que não se devem perder no tempo da finitude humana; falam de origem, fundam povos, sociedades, práticas culturais (ritos, religiões, danças, jogos, vendetas, tabus etc.); falam da vida e revelam aspectos da condição humana. Assim como o mito, a vida (indivíduo/sociedade) tem sua própria poesia (MAFFESOLI, 1987).

O mito do bar é superior à função bar. Ele amplia a ideia de teatralização do cotidiano representado na pluralidade. O representativo desse plural está na oralidade dos senhores que se sentam ao redor das mesas. O ritual é rico em correspondência no imaginário coletivo, produz minúsculas utopias sociais e faz reviver os pactos éticos do viver social. Sobre a organização societal que dá relevância a essas figuras plurais, Gioseffi (1997, p. 50) afirma:

[...] na organização societal se aglutinam elementos de diversos caracteres, ou seja, figuras plurais. As forças plurais atentam para o conflito de valores existentes na socialidade. É preciso perceber a tensão das forças contraditórias, orgiásticas, que constroem esse “complexo arquitetônico das paixões e das situações que é próprio do social”.

Dentre as *minúsculas utopias* criadas no cotidiano entre a boca e a pedra, as dionisíacas reproduzem uma força “orgiástica”<sup>118</sup>, capaz de derivar um tabu social que a modernidade não foi capaz de romper, a exclusão da presença feminina. O fenômeno expressa a descontinuidade temporal, resgata os tabus comportamentais do interior *colonial-brasileiro* trazidos nas vivências rurais, dos mateiros, dos funcionários da companhia, comerciantes atraídos do interior paulista, mineiro e nordestino, das aldeias europeias e orientais, tabus dos séculos XVIII e XIX. Essa reprodução criou uma cultura embrionária e excludente.

Portanto, formas de relacionamentos excludentes foram inseridas na memória espacial.

<sup>118</sup> A temática dionisíaca assume destaque nos estudos de Maffesoli (1985), que dedica uma obra específica a essa temática *A sombra de Dionísio*: contribuição a uma sociologia da orgia. “Dionísio é de certo modo a interface entre a natureza e a cultura. Os períodos de grandes avanços da civilização tiveram sempre a marca do divino Brômio” (ibidem, p. 164). As ações dionisíacas são abrangentes aos diversos rituais, à vida banal, à dubiedade, aos jogos da aparência, à sensibilidade coletiva etc., que sempre manifestam um ar festivo, síntese de relações humanas mediadas nos dois universos (público e privado).

Perpetuadas pela tradição, elas mantêm uma relação orgânica entre díspares, conotações entre a morte e a vida, o sagrado e o profano, o céu e o inferno, o público e o privado, o homem e a mulher, entre outros pares.

O eufemismo dessa *energia ritualística* foi perpetuado na micro-história e nos conflitos de identidade narrados após os anos 1970, quando a crise cafeeira assolou o território. Paralelo ao impasse produtivo campo/cidade, produtor/desempregado, a crise de identidade atordoou os agricultores desprovidos de renda e posse, que precisam redescobrir-se como seres sociais e produtivos para resgatar a sua cidadania, conflitos originários dos Picaretas.

Em situação díspar, as mulheres ainda possuem a função dos cuidados com a prole. Inserir-se no mercado de trabalho surgia como traço da modernidade, uma contribuição. Elas não tinham o papel de gestoras do sustento familiar, atributo masculino nesse contexto patriarcal.

A encenação indica uma espécie de castigo socialmente imposto. Banir a presença feminina foi uma forma imperativa de demonstrar superioridade nessa teatralidade territorial Pedra. Esse fato é aceito como senso comum analisado nas *tipificações* sociocomportamentais *implícitas*, da teoria das estruturas pertinentes de Schutz (1979 e 2003). Frente à ausência de abertura social para a prática do debate político feminino, foi mantida a Boca Ruge, que não se reúne mais. Nas atividades da Pedra, não existe relato da presença feminina. Conclui-se que, nos traços culturais da colonização excludente, à mulher ainda não são permitidas atividades públicas (ARENDR, 1997) na praça.

Como bar e lugar dionisíaco, o profano é capaz de ocultar o núcleo de verdade (FOUCAULT, 2004). Esse discurso ocultou a dissociação da mulher das ações e dos debates sociopolíticos e até mesmo da possibilidade de fomento da cultura popular daquele cenário. O fenômeno comprova que a vida social é feita de contradição e descontinuidades, mola mestra da teatralidade.

A partir das formas díspares de comportamentos culturais, construídas em tempos e condições históricas singulares, porém remanescentes e intercambiantes, na pregnância de uma memória espacial, o século XIX é trazido ao presente. Findado o período de festividade que marca o período de formação (1950-1980), as últimas três décadas definem a exclusão feminina na praça.

O fenômeno Praça/Bar é compreendido na teoria social de Maffesoli (1987) como função sociocultural pública, um serviço essencial tal como todos os demais espaços culturais (museus, teatros, cinemas, bibliotecas etc.). O diferencial é a existência da teatralidade



urbana, uma manifestação de vitalidade social e necessita de preservação das ações e do lugar de visibilidade social.

É forçoso reconhecer-se que a existência social é, antes de mais nada, teatral, e à vista disso cada cena, por mínima e “séria” que seja, é importante [...]. Na teatralidade, nada é importante porque tudo é importante. E o que, de uma maneira “não-consciente”, preside o ordenamento é o sentimento de participar, quer se queira, quer não, de uma representação geral (MAFFESOLI, 1987, p. 18).

O poder está sempre presente, afirma Foucault (2004), e tal conceito é resgatado por Camargo (2006) para relatar sua presença em todas as esferas sociais, nas relações, nas quais sempre existem dois lados a propiciar o enfrentamento: a posição dominante e a posição dominada. O lugar de embate era a calçada em frente ao bar.

A interdependência entre a Boca e a Pedra não era fruto de relações homogêneas. A mediação de interesse entre os grupos era marcada pela busca de soberania ideológica dos representantes da Boca Maldita<sup>119</sup> sobre os Picaretas. Nos embates, as construções argumentativas e os conflitos apontavam para uma cumplicidade que mantinha a coesão. Alguns integrantes da Boca Maldita, em especial os ruralistas, visavam ao controle sociopolítico e ideológico.

O papel funcional implícito assumido pelos Picaretas era ampliar a rede na disseminação ideológica, devido à grande permeabilidade social do grupo. Desse modo, o bar representou o apoio logístico dos dois grupos, no fluxo de informações necessária às comercializações e à disseminação ideológica. A localização da praça no tecido urbano e a polaridade regional do município forneceram as condições ideais para que esse pacto social se perpetuasse.

#### 5.1.4 A Boca Maldita e a circulação dos poderes na linguagem habermasiana

Na linguagem habermasiana, a esfera pública faz a mediação entre o Estado, o sistema político e os setores privados sob todas as formas de organização e representação da sociedade. A esfera pública constitui uma estrutura comunicativa, que revela os raciocínios de natureza e vontade pública para a formação da opinião enraizada no universo social (HABERMAS, 1990).

A Boca Maldita na esfera pública configura o espaço social no qual pode emergir uma

<sup>119</sup> Os dominantes eram os frequentadores do bar (até o início da falência), latifundiários e/ou profissionais liberais imbuídos de certa “retórica intelectual”, que no bar compartilhavam ideias com os comerciantes formais, profissionais da mídia, educadores, funcionários públicos, políticos, entre outros.

formação discursiva da opinião e da vontade política. O bar e a praça configuravam um único território, ou melhor, o espaço social que se tornou o palco da colisão de ideias e embate político. A praça simboliza essa caixa de ressonância, dotada de um sistema de sensores sensíveis ao âmbito de toda sociedade, e tem a função de filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados.

Trata-se de um território onde surgem as resoluções e decisões capazes de influenciar indiretamente o sistema político, segundo Habermas (1990). Já na interpretação do arquiteto e urbanista José Carlos Spagnuolo, a praça assume fisicamente esse espaço: *é o lugar onde se elege ou destitui um prefeito*<sup>120</sup>.

Desse modo, a Praça e o Bar Carioca formaram um fenômeno social, sendo que o mito do Bar-Boca ainda existe e constitui um fenômeno elementar na ordem social. A Boca Maldita não pode ser entendida como uma instituição, ou organização, muito menos um sistema/função isolado do contexto urbano.

A esfera pública se reproduz no agir comunicativo dos grupos de usuários, uma prática cotidiana do universo popular. Nesse aspecto, o território da praça perde fronteiras, os contornos físicos findam, os horizontes se abrem e a palavra se encarrega de pulverizar posturas ideológicas e ações políticas para muito além da projeção espacial do lugar (HABERMAS, 1990). Por isso, na historiografia da praça, o controle sociopolítico, na expressão dos poderes hegemônicos, procede à relação entre a Boca Maldita e a praça.

Entre 2008 e 2009, foram realizadas 30 entrevistas não estruturadas para readequação do MEGA e 165 entrevistas semiestruturadas entre os usuários que permaneciam na praça e os que passavam por lá (HELD SILVA, 2009). Em 2011 e 2012, reproduziu-se o mesmo procedimento. Fez-se uma única questão aberta: o que a praça significa para você? O significado da praça surgiu como lugar de ação social com destaque às características funcionais.

Embora o Bar Carioca não possua mais relações com a Boca Maldita, ainda é referenciado pelos entrevistados munícipes que pertencem à faixa etária acima de 30 anos. O fato comprova que o Mito do Bar transcende a sua existência. Associada à Boca Maldita está a Pedra, sendo que os dois grupos possuem clara interdependência na historiografia da praça. Como em toda construção humana, existem polaridades, de modo que em um extremo os fenômenos dão existência e identidade à praça e no outro há uma recusa socioespacial.

A ausência de pertencimento foi encontrada em 48% dos entrevistados que passavam

---

<sup>120</sup> Afirmação verbal feita em 2007, por ocasião de entrevista desta pesquisa.

pela praça. Na oralidade, a recusa está vinculada ao fato de se tratar do território dos Picaretas/idosos. Vinculada à exclusão social externa (a sociedade), identificou-se a interna (entre os grupos e no indivíduo). A média de Picaretas na praça era de 45 homens, mas em 2012 restam entre 12 e 23 homens assumidamente Picaretas. A partir da análise comportamental do MISP, constatou-se a redução de dois terços do grupo em três anos.

Os níveis de densidade e complexidade organizacional dos fenômenos de comunicação foram categorizados por Habermas (1996) como esfera pública episódica, referente aos encontros intencionais rotineiros na praça. A esfera pública associa-se à organização das representações partidárias e eleitoreiras nos períodos de campanha pré-eleitorais e nas bocas de urna. A terceira categoria, e a mais abrangente, refere-se à esfera pública abstrata, produzida pela mídia no atendimento de toda ordem de comunicação de massa.

Sob a ótica de Habermas (1990), o encontro das três esferas públicas na praça consiste numa arena comunal de subculturas. Nessa estrutura, a Boca-Maldita representou a crítica política, com a função de pressionar o Estado. É a mesma a que Habermas (1990) chama de esfera pública burguesa. Portanto, trata-se de uma categoria representativa liberal da sociedade com o poder de interferir nas políticas públicas.

A intelectualidade burguesa é um legado classificado por conjunturas da era moderna a transitar do mundo da produção (público) para o mundo pós-moderno, voltado à individualidade (privado), à idolatria do consumo, à necessidade desnecessária, ou seja, o consumo pelo consumo, perdendo, assim, o poder revolucionário da era moderna.

A praça, como esfera pública popular e burguesa, permitiu que as características elementares da vida pública viessem à visibilidade social. A fragilidade dessas estruturas foi comprovada na pesquisa. São estruturas sociocomportamentais em *puro devir*, onde as estruturas abertas do âmbito social estão prestes a desarticular-se. Rearticulações sociais nessa esfera de coesão, quando ocorrem, não são eficientes.

Mesmo diante da transição sógnica, ainda é possível classificar a praça como lugar de conotação da ação política porque o Mito da Boca Maldita transcende ao Bar Carioca e ainda pertence à simbolização da Praça Arthur Thomas, mesmo não ocorrendo mais o fenômeno, o que atesta o calor iconográfico da Boca.

Na mesma perspectiva, o edifício Pedra não apresenta valor iconográfico algum. A pesquisa, em 2008-2009 e 2011-2012, comprovou que o grupo Picaretas não estabelece vínculo funcional ou simbólico com as instalações do edifício Pedra, fato evidenciado tanto nas entrevistas como nas análises da grade comportamental do MEGA (2008-2009) e do

MISP (2011-2012).

A característica de informalidade na intenção grupal de livre apropriação para discutir política indicou, na síntese conceitual da praça, o princípio da *soberania popular*<sup>121</sup>. A primeira evidência da soberania popular dentre os poderes representativos na praça foi aferida na eleição de 2008<sup>122</sup>. Na eleição de 2012, não houve disputa política acentuada para prefeito, apenas para vereadores. Com a dissolução da Boca Maldita, não se observaram concentrações públicas na praça. Nessa etapa de procedimento, o MEGA (2008) e o MISP (2012) não apresentam alterações metodológicas. Como resultante, a contagem de usuários (permanências) em 2012 apresentou apenas 13,5% de acréscimo em relação à média dos meses anterior. Em 2008, a ampliação da média de usuários que permaneceram na praça durante a primeira quinzena de outubro foi de 67,3%.

#### 5.1.5 A Praça Arthur Thomas hodierna sem a Boca Maldita

A pesquisa comprovou a interdependência entre os fenômenos Pedra e Boca, na vitalidade da praça. Alguns espaços são capazes de sediar fenômenos não históricos que os transcendem física e historicamente. A Boca Maldita assume relevância nessa ordem e o fim do fenômeno permitiu comprovar essa tese. A praça ainda é referenciada como a Praça do Bar Carioca, mesmo com a inexpressividade atual do bar.

Esse cenário teve início em 2010, com a implantação do estacionamento rotativo tarifado na área central do município, instituído em 2009, sob a forma de Lei Municipal nº 3.398/2009, denominado Zona Azul. Implantada em toda a região central, tal forma de estacionamento onera e inviabiliza a intermediação comercial de veículos. O fato ocasionou a redução de 2/3 do grupo Pedra, sendo que seus integrantes passaram a realizar tal atividade

<sup>121</sup> Soberania popular é a ideia-chave para entender a concepção deliberativa de esfera pública. No entanto, para prevenir circunstâncias de um alargamento de oportunidades formais que poderiam emergir de interesses especiais ou grupos específicos, perturbando ou controlando os fluxos de comunicação, Habermas (1990) sugere que a soberania popular seja dissolvida em procedimentos capazes de garantir que os processos de comunicação pública sejam conduzidos aos foros de deliberação. Nesse sentido, a soberania popular não pode manter-se apenas no nível dos discursos públicos informais. Para gerar poder político, sua influência tem de abranger também as deliberações de instituições democráticas de formação da opinião e da vontade.

<sup>122</sup> Na primeira quinzena de outubro de 2008, a campanha política para prefeito, vereador e deputados estaduais e federais definiu a transição política do Prefeito Luiz Renato de Azevedo (PT) para o prefeito eleito em 06/10/2008, Moacir Silva (PDT), e havia disputa acentuada e a rivalidade partidária entre os candidatos. A Boca Maldita e a Pedra foram utilizadas de forma planejada pelos candidatos para promoção eleitoral. O episódio eleitoral de 2012 apresentou características sociocomunicativas e de atividade política diferenciadas da eleição anterior. O candidato à reeleição não teve oponente com liderança definida que representasse disputa eleitoral. Outros fatores foram determinantes: o maior rigor no cumprimento da legislação eleitoral e a lei da Ficha Limpa alteraram as pesquisas de voto e opinião aos sites governamentais e redes de relacionamentos, reduzindo a visibilidade em locais públicos das ações de campanha.

em *garagens* próximas à rodoviária, a 2 km dali. O fato não representou expressiva mobilização dos Picaretas, que apresentaram a mesma passividade observada em 2009, quando realizada a poda predatória das sibipirunas.

Junto à redução dos Picaretas, deu-se início ao processo de falência do Bar Carioca, fundado em 1954 e reaberto em 2012, sob a forma de arrendamento, com ampliação das atividades (para bar, choperia e lanchonete) e inexpressiva frequência. O edifício necessitava de reformas, que resultaram na descaracterização dos principais atributos que lhe conferiam identidade.

Sem qualificação espacial e estética, a *modernização arquitetônica* resultou na (de)forma. Foram alteradas as características que compreendiam a historicidade do bar, ou seja, a conformação espacial do *botequim português*, livremente aberto à calçada. Desde os anos 1980, as mesas na calçada assumiram relevância superior ao interior do bar.

A existência do bar antecedeu o primeiro desenho de praça ajardinada, em 1961. O proprietário, o Sr. Antônio Barata, um português que migrou para o país a convite de um amigo, para com este administrar o bar, por mais de três décadas o gerenciou, afastando-se da gerência por motivos de saúde.

Diante dos rompimentos funcionais e da neutralização do fenômeno Boca Maldita, a praça ainda seria um ícone de *soberania popular*? Esse debate é fundamentado na teoria de Habermas (1990), em *Soberania popular como procedimento*, obra na qual os conceitos normativos de espaço e as ações públicas assumem visibilidade social, mediante o cenário de transformações do mundo contemporâneo.

A abordagem centra-se no dilema do sujeito pós-moderno, na ausência do ser coletivo, no niilismo, no deslocamento das ações sociais dos seres despolitizados que formam tecidos sociais de universo restrito aos interesses hedonistas. Assim, conclui que a esfera pública “não mais continua viva na figura de uma consciência revolucionária, tendo perdido tanto em poder utópico explosivo quanto em força expressiva” (HABERMAS, 1990, p. 100).

O texto guarda relativo distanciamento com relação às realidades histórico-culturais e contextuais do continente europeu e asiático ao latino-americano, devido às diferenças estruturais, que se aproximam de alguns aspectos culturais globais e evidenciam extrema desigualdade entre os três contextos socioeconômicos.

A reflexão de Habermas (1990), sobre as teorias revolucionárias, é válida na compreensão dos fenômenos da esfera política do lugar, entre duas realidades distintas (2008 e 2012). A aproximação ocorre porque implícita a toda teoria revolucionária existe a dissolução dos processos sociais alienatórios. Se a ação política é entendida como um

processo objetivo, existe uma prática de controle alienatário à espreita para que os interesses hegemônicos sejam respaldados.

O *slogan terra de prosperidade: o lugar onde os amigos se encontram* foi criado pela CMNP junto com a criação do nome da cidade. A pesquisa confirmou que o encontro entre amigos é uma figura arquetípica, representa o conjunto de simbólicos gravado no inconsciente como estrutura e manifesta-se como psiquismo universal (consciência coletiva) de urbanidade.

Na década de 1950, a propaganda para a atração populacional foi veículo ideológico dos interesses mercantis, compartilhados com o regime militar, e dos políticos paranaenses como Munhoz da Rocha Neto e Moisés Lupion. Tais valores permanecem implícitos no ideário colonizador. A atuação das empresas de empreendimentos imobiliários garantia que assuntos incômodos não ressurgissem, tais como a reforma agrária e a demarcação de terras e proteção indígena.

A política de comercialização de lotes de muitas dessas empresas partia de benefícios irreais, do genocídio indígena, no caso regional da Tribo Xeta, e do desaparecimento de posseiros. Tais episódios foram obscurecidos no ideário de prosperidade, que dizimou florestas num solo erosivo e causou os impactos de imediato entre voçorocas na área urbana e rural, queimadas e gradativa redução na produtividade. Como instrumento de ocultação, as políticas que deram origem ao *slogan*, inserido no imaginário reprodutor, cumpriram e ainda cumprem com eficácia do papel alienante previsto.

Nos dois módulos de entrevistas (2007 e 2012), questionou-se aos usuários e transeuntes: o que a praça significa para você? O encontro entre amigos surgiu prontamente para 68% dos entrevistados que ficam na praça e 47% dos transeuntes.

A análise da resposta identifica a função semântica metafórica do *slogan* sob dois contextos. Para os usuários que não se assumem Picaretas, ele representa uma saída aos possíveis questionamentos sobre as atividades exercidas na praça, ou uma real expressão da função socializadora da praça.

Aos transeuntes, o *slogan* é um signo pragmático e arquetípico embora guarde uma contradição intrínseca. Como considerar a resposta como um signo para esses jovens? Essa é uma ação receptiva e de reciprocidade. Em contrariedade a essa postura, quando indagados porque não exercem alguma atividade na praça, os jovens afirmam haver desinteresse em relação ao lugar devido à presença de idosos, *desocupados*, que ali permanecem. Essa ação excludente contraria a palavra *amigo*. O *slogan* apresenta múltiplas dimensões psíquicas na reprodução inconsciente e apresenta indícios de segregação socioespacial e alienação social.

A universalidade da alienação social é uma ideia abstrata, pois no concreto existem ideias particulares entre usuários e não usuários da praça. Inexiste totalidade do universo social. Ideologias são abstrações, alimentam-se das redes imaginárias embora possuam bases reais. Essas bases, segundo Chauí (1980, p. 43-44), visam a romper as diferenças entre as classes, criam um sentido de identidade social e, implicitamente, impõem a ideia de “[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações de normas [...] um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos)”.

#### 5.1.6 Alienação e a destituição do território de coesão da esfera pública da Boca/Pedra

A teoria revolucionária de Marx e Engels (1989) demonstra os mecanismos de controle quando existe ameaça de ação social para desestrutura do poder. A alienação pública surgirá em ações de controle subjetivo e objetivo das classes sociais.

A força revolucionária e a organização de classe inexistem entre os Picaretas. O grupo está desestabilizado e fragilizado devido à redução do número de membros e do falecimento de alguns companheiros e fundadores da Pedra. A baixa renovação dos membros, frente à elevada faixa etária dos remanescentes, não contribui para o fortalecimento dos pactos sociais entre eles. Aos poucos senhores remanescentes desse grupo, cabe o testemunho da crise cafeeira, de uma história passada na adaptação ao universo urbano. Trata-se de uma narrativa obscurecida frente à modernização do mundo.

O grupo aceitou passivamente a poda predatória das árvores que serviam de abrigo, em 2009; a retirada das *intervenções paisagísticas* que haviam realizado até 2009; os impactos da implantação do estacionamento tarifado nas atividades da Pedra, em 2010, e aceitarão o projeto de remodelação excludente previsto pela atual administração pública para 2013.

Os fatos permitem atestar a eficácia da ideologia modernizadora na capacidade de ocultar o poder representativo da classe. Ao não se compreenderem mais como classe, os Picaretas não identificam qualquer forma de manifestação ou ação coesiva na luta por seu território.

A sociedade pós-moderna conduz à alienação. Como lembra Carlos (2007), estar preso ao consumo programado separa os homens, encerrando-os em universos pessoais, ausentes de ideais coletivos. “Nesse quadro, o homem consumidor, por excelência, é parte integrante da massa – realidade opaca que aparece isenta de contradições – nem sujeito, nem objeto, mas sujeito e objeto de manipulação” (CARLOS, 2007, p. 80), destituído de iniciativa e de território.

### 5.1.7 A praça diante da transição de pertencimento e negação do território

A pesquisa defende a preservação do território de um grupo minoritário que não represente uma amostragem da diversidade social urbana na praça. Adota-se a premissa de que a diversidade deve partir do conjunto de lugares públicos em respeito às individualidades dos lugares. Desse modo, a diversidade social e a identidade socioespacial possuem a mesma relevância na paisagem cultural.

As teorias sociais sobre os espaços livres públicos continuam a indicar que a qualificação socioespacial está associada à diversidade social, caminho contrário ao comportamento social contemporâneo. Acontecimentos sociais programados podem atrair a diversidade, mas os vínculos socioafetivos e o pertencimento socioespacial são relações sociais de ordem elevada e condicionados à duração dos vínculos.

A identidade da praça está na ritualística do encontro tribal, o que permite classificá-la como um monumento vivencial. O atual processo de evasão da esfera pública, na extinção dos dois grupos, somado aos processos indutores do poder administrativo para que isso ocorra sem que haja qualquer forma de manifestação contrária, indica o processo de alienação social plena que compreende as esferas pública, episódica e abstrata (HABERMAS, 1990).

A teoria de Habermas (1990) indica os riscos de anulação do sujeito comunicante (*subjektlos*), na extinção territorial, ao promover o desconhecer do papel social e descumprir os pactos que preservavam a coesão social. A formação de opinião pública se estabelece mediante a vontade política na expressão da maioria, que deve ser o resultado da conciliação, no princípio da igual validade da vontade pessoal de todos. A conciliação requer o debate de ideias. Assim, a extinção do território seria um importante instrumento de alienação.

Entre a possibilidade do debate e da ação política, existe a mediação da esfera abstrata no seu poder persuasivo e decisório, atuante na comunicação de massa dessa esfera. Na percepção de Habermas (1990), cabe à ciência confrontar valores sociopolíticos e promover a análise crítica na esfera abstrata sobre os quadros de desigualdade e promover subsídios para que a esfera pública defenda os interesses sociais coletivos. Apresentada a necessidade de uma ação social que preserve os interesses dessa minoria, é preciso questionar quais são as possibilidades desses pequenos grupos comunitários, que não se identificam mais como classe, se tornarem conscientes de que as realidades vividas exercem influência na esfera governamental sem influências externas.

À Boca Maldita esse poder era inerente. Sem uma ação social que alcance a esfera abstrata convergente em relação à sociedade na ordem pública, qualquer ação isolada dos



Picaretas é nula.

Na cidade de Umuarama, a praça é a expressão cotidiana do *homo urbanus*, uma prática comunicativa que perdeu a autofunção de controle e tematização da vida política. Em Habermas (1990, p. 108), essa ação social poderia contribuir para “a organização soberana da sociedade”. Deixar de acreditar na capacidade de esses grupos se reterritorializarem significa perder a crença no refazer urbano, pois na cidade “[...] o *homo urbanus* pode tomar consciência da artificialidade do mundo [...]. O *homo urbanus* é um animal sábio, que sabe como daí se sair e de fazer do urbano o lugar propício à sua felicidade [...]. A cidade é uma conquista, um desenvolvimento dos sentidos” (THIERRY PAQUOT, 2004, p. 135-136 *apud* CARLOS, 2007, p. 73).

A “[...] soberania totalmente disseminada não se corporifica na mente dos membros associados [...]”, ou seja, quando inexistente a ideia de corpo social, “[...] não há formação racional de vontade política sem o auxílio de um mundo de vida racionalizado” (HABERMAS, 1990, p. 113). Ao perder os valores de corpo social, aluna-se o ser político. Reterritorializar a praça partirá de ações sociais que questionem os princípios de formação democrática local na esfera abstrata, uma insurreição anárquica propulsora e qualificadora do poder de argumentação da sociedade. Se cada ser tornar-se um todo, têm-se como resultantes ações de poder e, assim, haverá a possibilidade de exercer algum controle sobre a máquina estatal.

As coações como as insurreições estão no cotidiano e presentes na cidade. O cotidiano enquanto noção acentua o possível ao invés de orientar-se somente para o real e o terminado. Lefebvre nos lembra que é na vida cotidiana que ganha forma e se constitui o conjunto das relações humanas e, cada ser humano num todo (CARLOS, 2007, p. 73).

Deve-se esclarecer que a cadeia de fenômenos que levou à desterritorialização da praça está compreendida na escala local, impulsionada por ações administrativas públicas e socioeconômicas. Essas ações casuais, ou não, romperam uma estrutura vital representativa da cultura e soberania popular, que na praça sucessivamente se renovou autônoma e perdurou por mais de trinta anos.

As teorias anárquicas<sup>123</sup> idealizam uma sociedade autônoma, independente e antagonista em relação ao poder exercido pelo Estado. Essa é uma teoria de grande teor social e preserva a formação de uma estrutura utópica, mas com inegável potencial discursivo,

<sup>123</sup> A fundamentação dessa proposta está na história de formação política do mundo ocidental. A teoria social anarquista é um movimento político, com presença atuante durante o século XIX e na primeira metade do século XX.

distante das práticas sociais alienantes que ocultam o poder de resposta dessa sociedade – uma sociedade inserida no desencaixe temporal, na efemeridade das relações sociais engendradas no cotidiano pós-moderno e da ausência das ordens e valores sociais pelos quais queiram lutar.

Segundo Habermas (1990, p. 113), os “[...] espaços públicos autônomos só poderiam cristalizar-se em torno de associações livres à medida que se impusesse a tendência”. Essa tendência não surgirá livremente, terá que ser reincorporada em ação social de abrangência cidadina, portanto, externa à praça, com medidas sociais que regatem o ser político. Nos rumos da cultura de massa, não se vislumbra um cenário provável de conscientização inclusiva, de práticas educativas e discursivas, politicamente qualificadas. Reterritorializar a praça exigirá uma ação anárquica.

#### 5.1.8 A preservação do patrimônio humano da praça

A desterritorialização planejada se utiliza da alienação e do esquecimento social dos valores que compunham uma memória coletiva. Parece comum às pesquisas que defendem a preservação da memória coletiva possuir o aspecto nostálgico, valorizar o passado em detrimento do presente. Porém, preservar a memória é reinterpretar e significar o passado, não resgatá-lo.

A memória é tipológica<sup>124</sup>, não define modelos sociais. Apagar a memória coletiva é uma ação de alienação, necessária à ordem e ao policiamento dos processos segregacionistas. Permite que passivamente os cidadãos aceitem as imposições dos projetos (futuras). No planejamento dos espaços livres, o controle social é exercido tendo o progresso e a modernização como justificativa de controle da mudança. Mudar é o movimento natural do fluxo de vivência humana. O controle da mudança é uma prática de poder.

No aspecto acadêmico, propor um empreendimento investigativo sobre o cotidiano no patrimônio construído, com ênfase na defesa do território de uma minoria social, é colocar-se na contramão das ciências totalitaristas. Vale lembrar que no ambiente urbano nada é igual, indivisível ou completo. Por isso, a tese atesta que a praça é *devir*, fluxo de vivência, lugar de mediação em constante (re)significação. No fluxo de vida cotidiana, a praça é um CsO (Corpo se Órgão) na busca pelo prazer dionisíaco de preencher-se de sentido coletivo.

Os fenômenos Boca Maldita e Picaretas são ícone interdependentes e necessitam de

---

<sup>124</sup> Tipos são reconstruções sobre referenciais passados, permitem o reconhecimento do modo coletivamente vivido e também possibilitam projetar o futuro. O modelo define a reprodução sem julgo.

visibilidade para preservar o sentido existencial na forma como se apresentavam. A existência do grupo Picaretas não possui valor funcional, mercantil ou socioeconômico significativo na economia e renda familiar, mas atualmente representa a identidade dos próprios indivíduos.

A desterritorialização da Boca Maldita foi uma ação associada à ausência de ensino sociopolítico na educação pública. Os lugares de formação de opinião livre, mesmo após o término do regime militar, ainda são entendidos como subversivos da ordem pública. O populismo de base pode ser desmascarado em lugares assim.

Na genealogia da Pedra/Boca, a dimensão das forças sempre apresentará dominados e dominadores. Os dominados são reconhecidos no grupo Picaretas e os dominadores não se revelam com a mesma clareza. Eles necessitam do conflito para que assumam visibilidade numa ritualística de poder.

Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. Nem a relação de dominação é mais uma “relação”, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos (FOUCAULT, 1999, p. 24-25).

A lógica e ritualística de dominação requer controle territorial. Segundo Foucault (1999), entre os jogos de poderes, lugares são destituídos de identidade e se tornam aptos à *toporreabilitação*. Nos conceitos clássicos de Tuan (1983, p. 142), *toporreabilitar* parte do “resgate, reabilitação ou restauração de lugares, paisagens e conjuntos ambientais”, diz respeito ao retorno da identidade da praça para manter “sua memória coletiva ou individual e [para a] preservação de sua identidade cultural e seus valores”.

Toporreabilitar a praça é resgatar seu aspecto de ser sociedade, uma tipificação reconstrutiva da história nos homens da praça. O *revivalismo* identitário partirá de uma nova identidade que respeite as anteriores, renove e permita a continuidade de uma atmosfera ambiente própria regida pelo *seu fluxo próprio de vivência em devir*.

Essa ideia é ratificada por Carlos (2007, p. 48-49), ao evidenciar a importância da obra arquitetônica e/ou lugar de coletividade que preserve valores sociais compartilhados, no tempo de duração de um “conteúdo social que a memória ilumina, torna-o presente e com isso lhe dá espessura (conteúdo ao presente) [...] de uma experiência vivida num determinado lugar. [...]. A memória liga-se decididamente a um lugar”.

### 5.1.9 A fase pré-configuracional do projeto de remodelação da praça

Os termos (pré)figuração e (re)figuração são neologismos para expressar a ideia de significar, por meio de figuras ou símbolos. Reconstituir simbolismos na personificação espacial é uma prática comum quando se buscam meios forçosos de resgate identitário. A máscara, no sentido de *persona*<sup>125</sup>, assume relevância nos estudos de Jung (2000). Personificar é atribuir ao ambiente características estéticas emblemáticas ou apropriar-se da arte de compor espaços para representar uma intenção, seja estética, social ou política.

*Presentar* é tornar presente, trazer à matéria o que foi construído no imaginário coletivo e, desse modo, conotar alto poder de comunicação aos espaços públicos. Assim, toda requalificação espacial deveria partir da percepção pública, ou seja, daqueles que constroem esse imaginário coletivo: na vontade, na necessidade de expressão daquilo que se torna bem público. Portanto, planejar espaços livres públicos não é personificar ou aplicar máscaras e não deve partir da intenção de reproduzir aquilo que os poderes hegemônicos determinam.

A fase pré-configuracional, ou plano projetual, em que são indicadas as necessidades funcionais e estéticas de uma praça, deve partir da investigação técnica, comum aos estudos de Avaliação Pós-Ocupação (APO). Esse e nunca ideias visionárias de gabinete público – seria o primeiro indicador adequado a um plano de remodelação. As investigações das necessidades espaciais sociais, ambientais e simbólicas devem partir do conhecimento obtido no campo, entre os usuários. Esse saber técnico é premissa nos estudos comportamentais inseridos no desenho urbano.

Quando isenta desses princípios, a fase pré-configuracional condena todas as iniciativas futuras de qualificação espacial. A análise crítica dessa fase é um importante instrumento de compreensão da estrutura sociopolítica e social. Em 2011, foi traçado um plano de “revitalização” (aquilo que perdeu vitalidade), conforme termo adotado pela secretaria de planejamento municipal, para a requalificação da praça.

A remodelação da praça é necessária, mas os valores inseridos na proposta não são inclusivos para os grupos Picaretas e Boca Maldita, pois banem definitivamente os traços fisionômicos da paisagem da colonização. Nos termos apresentados para a *modernização e embelezamento* da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU), na administração do Prefeito Moacir Silva, foi prevista uma alteração que “rejuvenesça aquela área, com infraestrutura e outros equipamentos com essa finalidade” e confira “à população e aos visitantes

<sup>125</sup>A psicologia adota esse termo com referência à teoria de Jung (2000). A teoria indica como a personalidade que a pessoa apresenta pode não ser real em alusão à máscara para encenação pública.

um cartão-postal motivo de orgulho e admiração” (CASCIOLA, 2011, n.p.).

O programa projetual foi definido pela SMPU com referência aos equipamentos urbanos na Rua XV, adotada como ícone de modernidade e lugar de cidadania. Desse modo, foi formulado o plano pré-configuracional: “20 metros quadrados, floricultura e revistaria com 7,00m<sup>2</sup> cada. Uma cobertura metálica com 357,75 m<sup>2</sup> de arquitetura moderna” (CASCIOLA, 2012, p. 3).

O plano prevê 462 m<sup>2</sup> a construir e impermeabilizará 74,68% da área total da praça. Os equipamentos urbanos previstos atendem a um programa do século XVIII, pois propõem a remoção do busto em homenagem a Arthur Thomas e a inclusão de engraxataria, floricultura e revistaria. Seria possível engraxar tênis? Trata-se de resgatar hábitos banidos do cotidiano urbano para a reprodução de um modelo conceitual a partir de ações que impõem a descontextualização cultural do tempo e do lugar de vivência.

Revitalizar significa devolver a vitalidade. Para isso, seria necessária a morte simbólica do lugar. Embora a intensidade de permanências na praça esteja reduzida, existe vitalidade. Eliminar a atmosfera popular e o território dos Picaretas para reconfigurar a praça é a prática comum aos processos de *gentrificadores*.

O neologismo *gentrificar* parte da estratégia intencional da segregação socioespacial e vem sendo praticado, de forma mais visível, no país desde o início de século XX, na reprodução dos modelos europeus de intervenção urbana na política de *melhoramentos*. Consiste em uma prática resgatada na sociedade pós-moderna pelas políticas públicas para o *marketing* urbano. O termo é utilizado para expressar a desconsideração dos direitos à cidade e expulsar a população de baixa renda. Um banir abrange do direito de habitar ao direito de apropriar-se dos espaços com os demais usos e funções públicas.

O neologismo “gentrificação” foi proposto por Ruth Glass (1963) e desde então se propagou nas ciências sociais. Neil Smith (1987 e 1996) centrou suas pesquisas no processo de transformação e recuperação dos centros e bairros em declínio na Europa, e centros metropolitanos norte e latino-americanas por empreendedores imobiliários a classes médias, os *gentrificadores*, no embate com a população de baixa renda (MELÉ, 2006, p. 200).

O fenômeno *gentrificador* irá banir o sentido de lugar comum, ou *sala de estar* na tipicidade de apropriação tribal dos Picaretas, um habitat inserido no olhar fenomenológico de Heidegger (2002, 2006 e 2008).

A praça se tornará um conjunto intensamente edificado, isso a desqualifica. Segundo as condutas projetuais indicadas por Gelh e Gemzoe (2002), a tendência mundial desde o início do século XX é o resgate do domínio público dos espaços livres isentando-os de

excesso de equipamentos e ampliando o campo visual e a ambiência.

No exposto, o edifício Pedra deveria ser destruído e não substituído. A permeabilidade visual é premissa projetual para praças e contribui para a permeabilidade social e qualificação ambiental. Se a intenção de requalificação vivencial e patrimonial fosse real, o programa projetual estaria equivocado.

A Avaliação Pós-Ocupação da praça, realizada em 2008, comprova que a sua apropriação é periférica devido ao domínio visual dos fluxos externos a ela. O programa prevê 507,32 m<sup>2</sup> construídos e comprometerá esse legado existencial. Tal forma de apropriação preserva as *zonas de contato* (VELHO, 2002), como uma expressão do seu *genius loci*.

Nos parâmetros analíticos da Tríade Vitruviana, o projeto de remodelação previsto não está contextualizado nos valores socioculturais e comportamentais apresentados. Em *firmitas*, a área total edificada prevista ampliará a compartimentação da praça e reduzirá o acesso espacial, visual e a permeabilidade no envolvimento socioespacial.

Um ponto favorável do projeto é o centro da praça livre de obstáculos físicos ou visuais, um princípio para o bom desempenho comportamental do espaço, segundo Tuan (1980). Elementos de ordem elevada de decorativismo (*décor*) ou composição plástica, indicados por Sitte (1992) na elaboração de praça como arte urbana, não foram registrados no projeto. Destaca-se, ainda, que a área livre de edificações na praça irá apresentar reduzidas dimensões, restringidas devido à área edificada prevista no projeto.

Em *Venustas*, a proposta de remodelação prevê a instalação de totens:

[...] totens alusivos aos pioneiros, que serão instalados em um setor da praça com a aplicação de materiais de grande resistência e sofisticação. Estes painéis serão confeccionados com a gravura dos nomes de todos os desbravadores e pioneiros de nossa cidade, cravando assim de vez seus nomes na história de Umuarama (CASCIOLA, 2012, p. 3).

Nenhum painel seria capaz de comportar os nomes dos homens e mulheres que escrevem a história da colonização. O espírito pioneiro está no conjunto de pessoas anônimas. Na definição de Certeau (1994, p. 61-62), “[...] homem simples ou o homem ordinário, aquele que não apresenta nenhuma condição particular, esses são a base da sociabilidade moderna”.

Sobre a vida cotidiana, o autor apresenta o campo de atuação e exposição das vontades, das lutas, compartilhadas e experimentadas no convívio social das pessoas que escrevem essa história. As ações desse homem simples são silenciosas, explicitadas em “pequenos jogos” de astúcia para superar as adversidades diárias e construir um lugar.

Como selecionar, entre essa massa de anônimos, os homenageados? Sob que critérios

fazê-lo? O busto de Arthur Thomas não foi capaz de expressar o sentido de construção humana. Teriam esses painéis a capacidade de assumir tal expressão? Ou seria mais uma forma de massagear o ego das elites locais? Não seria algo similar ao nome das famílias abastadas nos bancos da Igreja Matriz? Novamente serão reproduzidos os padrões de hierarquização do século XIX.

A qualificação estética, ambiental e simbólica da praça está diretamente relacionada ao paisagismo. As árvores de acompanhamento viário e da praça filtram as fachadas dos edifícios. Para Kohlsdorf (1996) no método de análise visual da paisagem urbana *townscape* as árvores são classificadas na categoria de efeito visual topológico, favoráveis ao domínio, e contribuem ao efeito de “envolvimento” humano em relação ao espaço construído, promovendo o efeito de *fechamento superior ou teto*, que conota o conceito de abrigo.

Esse efeito de abrigo sob a copa das sibipirunas foi relatado pelos usuários da praça. As sibipirunas possuem como efeito a predominância na paisagem da praça. O projeto irá resultar no corte de algumas árvores e poderá estimular a realização de outra poda predatória, ações que representariam danos irreparáveis.

Quando o planejamento do bem público está restrito à expressão dos interesses governamentais, se encontrará fadado ao fracasso e à ingerência dos recursos. No que tange a qualificação dos espaços livres públicos de gabinete, o planejamento é cego e surdo e evoca as ausências de envolvimento. Entre as paredes, não são sentidas as mudanças da direção e intensidade dos ventos. Vale lembrar que o poder, segundo Foucault (1979), também é como o vento, isto é, passa pelos indivíduos e não se aplica a eles.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Os ventos das inovações sensíveis construídas no cotidiano são produtos da repetição, do fluir dos dias aparentemente iguais. As mudanças são resultantes do atrito das camadas sobrepostas de *geograficidade* que provocam fendas. Os ventos que passam pelas fendas elucidam as mudanças sociais, são movidos pelas ações inventivas e anárquicas (HABERMAS, 1990) originárias do território de conflito e renovação. Essa é a essência do imaginário transformador defendido por Lefebvre (1991). Partir dessas reflexões, é possível vislumbrar o pressuposto paradigmático da mudança, nos mais diversos aspectos da

organização política e social, diante da genealogia de uma pequena praça.

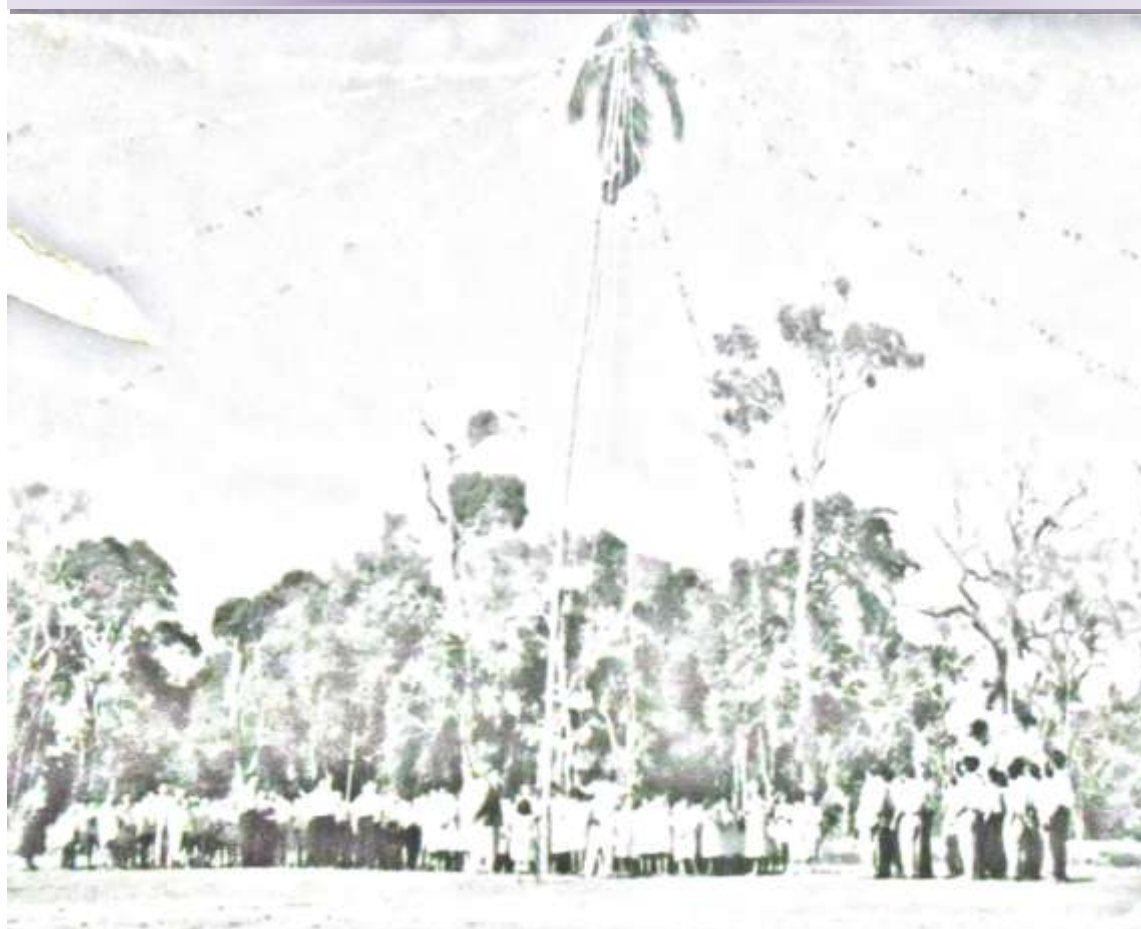
Quando o poder público espelha os interesses econômicos, assume o papel de ser a razão histórica desses interesses (FOUCAULT, 1979). Os efeitos colaterais estarão materializados no tecido urbano. Compreender o jogo de interesses é o primeiro passo para a não aceitação e para dar vazão às posturas revolucionárias.

Ter a praça como lugar de articulação social impõe repensar as estruturas clássicas da organização espacial urbana; dar acesso à educação patrimonial/direitos e deveres cívicos; democratizar as instâncias de participação decisória sobre o bem público; interligar os saberes científicos na produção do conhecimento para a qualificação espacial e promover o fomento sociocultural e patrimonial.

A qualidade físico-ambiental dos espaços livres públicos é uma responsabilidade cívica. O prazer do espaço qualificado e dos valores patrimoniais preservados é direito desconhecido, portanto, nulo, não pertence à esfera pública. Conhecer é vivenciar, já dizia Morin (1996a e 1996 b). E vivenciar é ter direito.



## CONCLUSÃO



Ato cívico de Hasteamento da Bandeira na Praça Arthur Thomas(1954). Fonte: Acervo da arquiteta e urbanista Susette Romagnolli Lesk

## CONCLUSÃO

O sentido de *urbe* como coisa humana em *civitas*, para proteção e preservação dos direitos, pertence ao *imago mundi*. O anel forjado no poder *societal*, território daquilo que um dia as praças/ágoras foram, representa no universo contemporâneo um pacto social rompido. No pós-fordismo, o desencontro entre a materialidade urbana e a imaterialidade pública indica que o resgate da *civitas* só pode ser alcançado no anarquismo (HABERMAS, 1990). Essa dimensão utópica exige outros olhares em relação às *arques* para que não predominem as teorias socioespaciais que indicam que as praças, como lugar de diálogo, desmancharam-se no ar ou se evadiram no niilismo.

No *constructo*, a materialidade é existencial, mas as essências são imateriais. Nessa perspectiva, as essências dos estudos arquitetônicos e da geográfica humana são imateriais. A ação fundamentada na intenção humana de habitar, ou *Raum* na noção germânica de domínio (HEIDEGGER, 2006), tem como expressão máxima o *genius loci*. A genealogia da praça é intrínseca ao signo Picaretas, em seu território, a *Pedra*.

A premissa existencial de uma praça é a copresença, na interação social. O simples fato de estar no ambiente não garante a copresença. O universo comunicativo tecnológico é um exemplo da possibilidade de ausência na presença social. As redes de comunicação virtual convertem as esferas privada e pública numa nova ordem interativa, veloz e impessoal, configurando uma massa de anônimos.

O diálogo restrito às redes sociais isenta o homem do prazer apreciativo e afetivo com o *topos*. O impulso consumista deturpa o prazer do livre encontro social no tecido urbano e elimina a hierarquia entre a praça, o *shopping* e as ruas de mercado (calçadões), delegando à praça o vazio funcional e semântico. Desse modo, reterritorializar uma praça não é uma tarefa simples.

Reincorporá-la demanda interpretar genealogias, como um primeiro passo, já que todo planejamento parte do diagnóstico. Conhecer as estruturas é premissa para recriar laços sociais no convívio cotidiano ou plantar sementes de felicidade, como afirma Santos (1994). Plantar-se-iam essas sementes nos jardins metafóricos de Secchi (2007), onde são colhidas novas compreensões sobre o universo urbano.

Planejar esse jardim, na ótica de Secchi (2007), consiste na prática processual do diálogo interdisciplinar que progride rumo à consciência da incompletude do universo urbano

e estimula o surgir de novas compreensões sobre o universo da mudança. Trata-se de um processo sujeito às variações do ambiente natural, dos jogos de poderes à mediação de conflitos. Tal processo demanda as desconstruções e reconstruções sógnicas e, sobretudo, consiste na face contemporânea da encenação do *ethos*.

A praça é o *topos* dos *habitus* trazidos do passado colonizador, encena os valores culturais campestres em conflito com outros segmentos sociais que dela não se apropriam. A pesquisa indica que o legado histórico da praça pertence ao *ethos*, sob a eminência da ocultação da memória presente nos homens da praça. Os corpos falam com a linguagem, ou sintomas dos corpos sociais, esses se movimentam e conferem sentido ao espaço (DERRIDA, 2008).

Entre os sintomas dos novos arranjos identitários da praça, se faz presente a afasia social (plena ou temporária) e a alienação do grupo Pedra. Esses sintomas estão relacionados à destituição do fenômeno Boca Maldita e à passividade na aceitação da proposta de remodelação. A direção dos ventos indica o início do período transitório, o vazio para a mudança identitária, com a anulação dessa identidade, fato comum aos planos *gentrificadores* do *city marketing*.

Sobre o processo de desterritorialização em vias, vale citar Nietzsche (1958, p. 36), em *Assim falava Zaratustra*: “Há mais razão no teu corpo do que na tua melhor sabedoria”. Entende-se que a encenação do *ethos* configura uma expressão cultural *em-si popular* e deveria ser preservada *por-si*. Em outras palavras, deveria manter-se aquilo que é a praça, distante *do que* os poderes hegemônicos gostariam que fosse.

A afasia social conhecida na pesquisa é outro sintoma desse processo de transição, evidenciado a partir da questão: *o que a praça significa para você?* Revelaram-se dois quadros semânticos do ícone *eidolon-praça*. O primeiro é o da praça afásica, referente ao público prioritariamente jovem que passa pela praça sem apropriação, e o segundo consiste no silêncio filosófico, uma afasia temporária no espelhamento: O *eu-praça*, o que eu significo na praça?

No primeiro caso, a praça não é simbolizada devido à suposta ausência de referencialidade. A afasia, conforme visto, é um sintoma social que desautoriza a fala. Ela pode ser fruto da ausência de vivências memoráveis na praça, ou mesmo em outra praça, que permitam analogias para a construção dos sentidos atribuídos. A praça foi indicada como análogo à extensão da calçada para 70% dos jovens que passam por ali e participaram da pesquisa.

Para os usuários prioritariamente idosos, entre os quais estão os Picaretas, a

autorreferência identitária requer elaboração signífica de ordem terciária (PIERCE, 2000) e, temporariamente, demanda também um silêncio filosófico. As duas modalidades de vazio afásico têm poder corrosivo na esfera da ação pública.

Os vínculos comunitários diagnosticado em 2008, ou “fraternidade do grupo” Picaretas, formalizam o pacto em defesa do território da Pedra-Boca. O pacto social foi formalizado na colonização, em resposta à crise socioeconômica dos anos 1970. Atualmente, ele não basta para proteger o território, nem preservar as características do fenômeno tribal, mas é o suficiente para conduzir à segregação feminina e à autosegregação relatada.

A mulher recolhida ao ambiente doméstico representa uma forma de “preservação” dos valores estruturais familiares trazidos da antiguidade (ARENDR, 1997). A segregação feminina está inserida nos tabus sociais desse colono, relacionada às reminiscências socioculturais do início do século XIX. A palavra Picaretas, no contexto local, traz a essência do colono ex-camponês que cavou a forma de sobrevivência intermediando os investimentos de outros. Tais indivíduos compartilham sonhos e decepções na conquista da propriedade agrícola ou urbana, onde o escambo é a principal atividade.

Na redução transcendental, a gênese da narrativa do grupo ex-campesino lançado às experiências do mundo globalizado, contextualizado na interação homem-mundo e nas “mutações históricas, cidade-universal” (NORA, 1993, p. 102), converge na ação do livre encontro, onde o diálogo assume a figura verbal em *prosa* e confere o *Árque* da praça.

Entre o povo e as elites que se encontravam nesse cotidiano de *prosa*, surgiu a expressão desse lugar de memória. Foi esse rito que interligou Pedra e Boca, grupos que se diferiam em intelectualidade, renda e poder representativo. As diferenças socioculturais reforçam as identidades, mas ao mesmo tempo provocam a complementaridade necessária à coesão social. Dentre os assuntos debatidos livremente, informam-se das banalidades corriqueiras à eleição política, da troca de uma sela à comercialização de uma gleba.

O mito da Boca Maldita transcende a espacialidade do Bar Carioca. Se recuperada a atmosfera dionisíaca do botequim<sup>126</sup> de outrora, com mesas e cadeiras na calçada em frente à praça, a Praça *Carne*, ou lugar festivo referenciado na *Ágora Nomós*, poderá ressurgir, sem

<sup>126</sup> A discussão sobre o Bar Carioca é tipológica e não estética. No período de falência, os usuários da Boca Maldita indicavam a necessidade de reformas estéticas no edifício, a primeira ordem de reclamação estava nas condicionantes de higiene e atendimento. Os estudos sobre as discussões estéticas da praça em APO (2008) esclarecem essa relação. Na pesquisa, 7,87% dos usuários da praça a consideravam feia, embora a praça não possuía valores estéticos que justificassem a classificação de bonita. Os filósofos socráticos esclareciam essa discussão sobre o desdobramento filosófico do belo, na inspiração do bem, para atingir a opinião verdadeira. A intenção era de afirmação de que a praça era apazível. A relação com o bar era a mesma, com intensa apropriação e sem valor estético relevante.

garantir a recuperação do fenômeno Boca Maldita.

A *Ágora Isegoria*, nos princípios de igualdade e direito à expressão e ao debate político, com enraizamento territorial, requer uma ordem elevada de organização sociopolítica. Assim, o ressurgir do bar não garante a efetivação desse processo. Segundo Habermas (1990), uma estrutura dominante na intencionalidade necessária à ação social nessa ordem seria produtora de uma revolução anárquica.

Os estudos sobre os aspectos históricos da urbanística inglesa que influenciaram a formação da paisagem regional e dos centros urbanos foram relatados por Rego (2009). Os processos atrativos e produtivos para o adensamento populacional na relação campo-cidade foram realizados por Nakagawara (1981) e Ferreira (1987). Os dois estudos contribuíram para a busca do *Angelus Novus, ou Anjo da História*, na hermenêutica diatópica.

As analogias ao *Angelus Novus*, pintura de Paul Klee, em 1920, na representação do anjo com a face voltada ao passado, provêm da *poiésis* analítica de Walter Benjamin (1983), citado por Santos (1996), para discorrer sobre os riscos do panorama trágico do fim da história na modernidade. Em *A queda do Angelus Novus*, Santos (1996) apresenta uma teoria construída sobre as equações modernas e os rumos das desestabilizações globais e reterritorializações locais: “tempo de localismos e territorializações, de identidades, de genealogias e de memórias, em suma, um tempo de multiplicação, igualmente sem limites, de raízes” (SANTOS, 2006, p. 17).

A tese expôs a fragilidade da preservação da memória e cultura popular, na emergência de se tornarem vestígios de vivência transformados em história para surgir a *Praça-Museu* de vivências e memória, entregues ao passado, um cemitério de vivências. A Praça-Cemitério será o lugar que abrigará a morte da memória e por vez alguém irá aludir na narrativa textual e fotográfica o passado documentado.

A preservação da memória viva da praça na narrativa e no patrimônio edificado depende do envolvimento da sociedade, do engajamento reivindicatório, educador e fiscalizador, pois “a educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural completo” (HORTA, 1999). Educar é o meio necessário para que a atual e as futuras gerações compreendam os papéis e posturas sociais na defesa do patrimônio cultural vivencial e edificado, inseridas numa nova forma de consumo cultural, diversificado e inclusivo.

O exercício de educação para a preservação da memória contribui ao pertencente a algo maior que o fato isolado em *si-mesmo*, ou seja, a praça induz à autorreflexão sobre qual o papel de cada um na comunidade que habita. Lembrar o passado, na leitura do mundo que o rodeia, é um hábito contínuo que precisa ser ensinado. Planejamentos patrimoniais são

técnicas de levar o passado para o futuro, de forma participativa, em respeito às reformulações socioculturais.

Diante do exposto, o plano de remodelação da praça, previsto pela Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Umuarama, está de acordo com as posturas profiláticas moderno-burguesas apresentadas por Santos (1996). A ausência de domínio analítico e técnico sobre o bem público confere o conhecimento sobre o bem patrimonial legítimo da praça. O despreparo na compreensão e gestão dos bens patrimoniais locais não é fato isolado, se reproduz independente das realidades contextuais ou porte dos municipais.

A alienação pública e administrativa parte do desconhecimento dos valores patrimoniais. A educação patrimonial de base é um meio sustentável e necessário ao envolvimento sociocultural, mas não deve ser o único. Não existem políticas públicas preservacionistas. Caso nada seja realizado na esfera política, as próximas gerações só conhecerão essas vivências registradas nos depoimentos gravados na pesquisa, portanto, memória convertido em mídia.

A contribuição prevista na pesquisa não foi documentar, e sim preservar a praça viva. A preservação desses valores não necessita de formulações teóricas revolucionárias. A narrativa crítica formulada busca contribuir para a ideologia preservacionista local e ativa.

Uma teoria antecipatória sobre o ressurgir das praças, em excelência nos tecidos urbanos, permite prever o enfoque às questões conservacionistas em duas vertentes, a ambiental e a temática/cultural. No físico ambiental, serão assumidos os compromissos com a minimização aos impactos da urbanização. O reuso das águas das chuvas (HELD SILVA; DE ANGELIS; SOUZA FILHO, 2007), a permeabilidade e cobertura dos solos e o manejo adequado das espécies arbóreas consistem em contribuições para a redução das ilhas de calor. Medidas com rigor técnico são necessárias na busca pelo equilíbrio entre ações públicas e o ambiente urbano.

O outro enfoque partirá das investigações identitárias para definir os traços culturais regionalistas e locais, uma teoria antecipatória para esse contexto regional. Essa é uma tendência arquitetônica e urbanística da pós-modernidade, com ênfase nos princípios de desenho universal e comportamento social. São políticas que visam a compreender o homem em seu mundo para que a arquitetura contribua ao real sentido da praça como coisa pública. A compreensão sobre o mundo urbano precisa ser mais aberta e incompleta para que suscite “paixões e [...] [abra] espaços novos à criatividade e à iniciativa humana” (PONTY, 1968, p. 45 *apud* SANTOS, 2006, p. 21).

Privatizar espaços livres públicos é uma forma de demarcação de território do poder.

Não objetiva tornar os interesses hegemônicos visíveis, mas atua sempre de forma sócio-excludente. *Gentrificar* foi o termo adotado por Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 207) para indicar os processos excludentes das políticas públicas ou consorciadas que criam cenários privados no espaço público. “O espaço privado é aquela cidade ideal onde todos os passantes teriam rostos de amados, onde as ruas são familiares e seguras, onde a arquitetura interna pode ser modificada quase à vontade”.

As encenações fictícias da cidade ideal são construídas por meio de ações profiláticas e de ocultação da memória das vivências populares. Trata-se de uma medida comum à ideia de espaço modernizado para a reprodução dos modelos urbanos com referências à prosperidade econômica em detrimento aos demais valores.

O mundo contemporâneo vive a crise discursiva de autenticidade, ou seja, a ininteligibilidade do discurso. Essa crise se insere na metáfora da Torre de Babel (DERRIDA, 2002b), de acordo com a qual a descontinuidade de sentidos e pertencimento social sobre a coisa pública é uma das faces cruéis no capitalismo ultramoderno, que leva à incompreensão acerca do papel social dos espaços livres públicos.

Na narrativa da queda do *Angelus Novus*, Santos (1996) permite contextualizar um cenário onde não há interesse público no acúmulo de vivências populares, nem tampouco o lugar que a simbolize. Paul Klee simboliza nas asas do anjo, ou como denomina do anjo da modernidade, um universo anônimo, um estado da sociedade em que desaparecem as crenças na esfera pública, e o indivíduo, em conflito íntimo, perde a capacidade de reconhecer-se como sociedade.

O anjo sobrevoa condenando muitas das praças no mundo à ocultação sígnica. Objetiva o fim da memória dos povos e permite que a ultramodernidade engendre uma nova estória que dará vazão a uma nova história a projetar-se para o futuro. Essa estória está em função da abstração do tempo, uma anacronia temporal que desencoraja o surgimento de narrativas históricas críticas. O caos temporal embarça as análises das linhas semânticas ao impedir que o passado seja relacionado ao presente.

Assim, Milton Santos apresentou os tempos sobrepostos e a praça como essência existencial. Os tempos sobrepostos podem favorecer o despertamento social e a alienação dos grupos envolvidos, permitindo que o *slogan* seja recriado pelas políticas públicas. A prática de remodelação espacial moderno-burguesa prevista pela Secretaria de Planejamento Municipal concluirá a neutralização dos Picaretas, tal como ocorreu com a Boca Maldita. Assim, anularão essa identidade para assumirem as diretrizes da próxima.

A abstração tempo/espaço, ou mesmo o caos, está no embate do mundo dionisíaco.

Por isso possui outro polo – o positivo – e permite recriar os conflitos necessários para que os grupos recuperem a autonomia como classe e busquem uma revolução. Direciona para uma prática anárquica no sentido de promover o reencontro do *ethos* e do *eidos*, na máxima consciência de uma sociedade inclusiva que respeite a identidade social nata às culturas populares. Tais valores se fazem necessários para a preservação da capacidade de recriar-se na coesão social e redescobrir-se na praça, bem como para fazer dela um lugar de excelência no *imagino-mundi* e protegida pelo seu *genius*. Eis aqui uma praça à espera dessa revolução social que terá como palco o lugar de encontro entre amigos, marco ideológico do ideário *A capital da amizade*.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

ABREU, José Guilherme. *Espaço público e escultura pública: para um estudo transdisciplinar*. APHA- Associação Portuguesa de Historiadores de Arte. V1 ano 2003. p. 01-26, abr. 200. Porto. Disponível em: <<http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/EspacoPublicoeEsculturaPublica.pdf> 1-26>. Acesso: 25 jan. 2012.

ALBERTI, Leon B.. *De re aedificatoria*. Tradução de Giovanni Orlandi. Introdução e notas de Paolo Portoghesi. Milano: Il Polifilo, [1452] 1989.

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela: crônica de uma cidade do interior*. São Paulo: Martins Fontes, 1958.

ANDRADE, Cândido T. de S.. *Psicossociologia das relações públicas*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. 429 f. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

APUR. Atelier Parisien D'Urbanisme. Canal de L'ourcq, Canal Saint-Denis Canal Saint-Matin. Une approche des problématiques urbaines de communes riveraines des canaux à grand gabarit. *APUR*, n. 17, mar. 2001. BD Morland: Paris, 2001. Disponível em: <<http://www.apur.org/sites/default/files/documents/145.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ARANTES, Otilia B. F.. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Dioniso & Cia na moqueca de dendê*. Desejo, revolução e prazer da obra de Jorge Amado. 2. ed. Local: Via Litterarum, 2012.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Anti-semitismo, instrumento de poder. 2 ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. 8. ed. revistada. Tradução de Roberto Raposo. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. 2. ed. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. *A arte moderna*. Tradução de Denise Bottmann e Frederico Carotti. Prefácio de Rodrigo Naves. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ASHRAE, Handbook. Fundamental: Physiological principles for comfort and health. Atlanta: American Society of Heating and Air Conditioning Engineers. *ASHRAE*, 2001, p. 81- 83.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: 2002*: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520: 2002*: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTINE, Mikhail. *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire*. Paris: Gallimard, 1970.

BARNABÉ, Marcos. *A organização do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Planejamento), Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 1989.

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1972a.

\_\_\_\_\_. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972b.

\_\_\_\_\_. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1987a.

\_\_\_\_\_. Semiologia e urbanismo. In: BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987b.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-151.

\_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Prefácio de Leyla Perrone-Moisés. 2. ed. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELLO, Angela A.. *Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica*. Tradução de Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 1998.

\_\_\_\_\_. *A fenomenologia do ser humano: traços de uma filosofia no feminino*. Tradução de Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião*. Tradução e organização de Miguel Mahfoud e Mariana Massimi. Bauru: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *Introdução à fenomenologia*. Tradução de Ir. Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru: EDUSC, 2006.

- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 4. ed. Tradução de Floriano Fernandes. Rio de Janeiro: Vozes, 1966.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BINS ELY, Vera Helena M.. *Avaliação de fatores determinantes no posicionamento de usuários em abrigos de ônibus a partir do método da grade de atributos*. 1997. 210 f. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/teses97/ely/cap8.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2007.
- BOUERI FILHO, José Jorge. *Antropometria aplicada à arquitetura, urbanismo e desenho industrial: manual de estudo*. v. 1. São Paulo: FAU, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Editor Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic J. D.. *Réponses: pour une anthropologie reflexive*. Tradução de Eduardo Jorge Esperança. Paris: SEUIL, 1992. Disponível em: <<http://home.dsoc.uevora.pt/~eje/reponses.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2013.
- CAMARGO, Silvio César. *Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2006.
- CARLOS, Ana Fani A.. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção pensando a geografia)
- \_\_\_\_\_. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 26 abr. 2013.
- CARVALHO, Luís. D. M. de. *O posicionamento e o traçado urbano de algumas cidades implantadas pela CTNP e sucessora CMNP*. 2000. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Mestrado em Geografia, Universidade Estadual Maringá, Maringá. 2000.
- CASCIOLA, Ítalo Fábio. Prefeito de Umuarama pensa em revitalizar a Praça Arthur Thomas. *Jornal Umuarama Ilustrado*. 30 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.ilustrado.com.br/jornal>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- \_\_\_\_\_. Na trilha da história. Prefeito vai revitalizar a praça onde brincou durante a infância. *Jornal Umuarama Ilustrado*. 27 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.ilustrado.com.br/jornal>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- CASTELLAN, Gláucia R.. A Ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos. *Revista Virtual de História*, v. 1, n. 26, p.3-10, 2006. Disponível em: <[www.klepsidra.net](http://www.klepsidra.net)>. Acesso em: 16 set. 2008.

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. 6. ed. São Paulo: Terra e Paz, 2002.
- CASTELNOU, Antonio Manuel N.. Sentindo o espaço arquitetônico. *Desenvolvimento e meio ambiente*. n. 7, p. 145-154, jan./jun. 2003. Curitiba: Editora UFPR, 2003.
- CERDÀ, Ildefons. Teoría general de la urbanización. In: *CERDÀ, Ildefons obra bibliográfica de Fabían Estapé (1968-1971)*. Madrid: Imprenta Española, 1971.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)
- \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: CMNP, 1975.
- COHAPAR. *Dados estatísticos Municipais*. 2005. Disponível em: <[www.cohapar.pr.gov.br/](http://www.cohapar.pr.gov.br/)>. Acesso em: 23 maio 2007.
- COLIN, Sílvio. *Pós-modernismo: repensando a arquitetura*. Rio de Janeiro: Uapê, 2000.
- CORRÊA, Igor. Acervo fotográfico online. 2007. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/index.php?s=77a9e31d6600b585d>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- COSTA, Lúcio. *Retratos de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COSTA, Luiz Augusto M.. *O ideário urbano paulista na virada do século*. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas (1886 - 1903). 2001. 476 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Tradução de Isabel Correa e Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CUTHBERT, Alexander. *The form of cities: political economy and urban design*. Cambridge, MA: Blackwell, 2006.
- DE ANGELIS, Bruno Luiz D.. *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá/PR*. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, Bruno Luiz D.; DE ANGELIS NETO, Generoso. A praça no contexto da engenharia urbana: metodologia de avaliação. *Acta Scientiarum*, v. 21, n. 4, p. 941-948, 1999.

\_\_\_\_\_. Os elementos de desenho das praças de Maringá/PR. *Acta Scientiarum*, v. 22, n. 5, p. 1445-1454, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

\_\_\_\_\_. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Campinas: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. *A ilha deserta*. 1. ed. e outros textos (1953-1974). Edição preparada por David Lapoujade. Organização e tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/17303436/A-Ilha-Deserta-Completa-Gilles-Deleuze>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2002. Disponível em: <[www.tesisenxarxa.net/tesis\\_ub/available/tdx-0906105-121103](http://www.tesisenxarxa.net/tesis_ub/available/tdx-0906105-121103)>. Acesso em: 8 jul. 2008.

DERRIDA, Jacques. Signo e jogo no discurso das ciências humanas. In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (org.). *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*. Tradução de Carlos Alberto Vogt e Clarice Sabóia Madureira. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 260-284.

\_\_\_\_\_. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

\_\_\_\_\_. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. 3. ed. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002b.

\_\_\_\_\_. Uma arquitetura onde o desejo pode morar. Entrevista de Jacques Derrida a Eva Meyer. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

DESAULNIERS, Julieta B. Ramos (org.). *Fenômeno: uma teia complexa de relações*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2000.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. O campo do signo -1945/1966. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1993.

\_\_\_\_\_. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Coleção Debates – Semiótica)

FANGER, Ole P.. *Thermal comfort: analysis and applications in environmental engineering*. New York: McGraw-Hill, 1972.

FERREIRA, Rafael D.. *Análise morfológica do traçado de Umuarama/PR e Cianorte/PR*. 2005. 382 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Paranaense, Umuarama-PR, 2005.

FERREIRA, Yoshiya N.. Produção e reprodução do espaço urbano de Londrina; à luz e à margem da legislação. *Revista Geografia*, Londrina-PR, v. 4, p. 68-76, 1987.

FONSECA, Afonso H. Lisboa da. *Trabalhando o legado de Carl Rogers*. Sobre os fundamentos fenomenológicos existenciais. Maceió: Gráfica e Editora Bom Conselho Ltda., 1998.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 179-191.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche, Freud e Marx*. 4. ed. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio, 1997.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel . *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 15-37.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. 6. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das coisas humanas*. 8. ed. Tradução de Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 11. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FRAMPTON, Kenneth. Uma leitura de Heidegger. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. 2. ed. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Similibus simile cognoscitur. O pensamento analógico medieval. *Medievalista*, n. 14, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/junior1402.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia and Schmidt, 1933.

FREUD, Sigmund. *A interpretação das afasias*. Tradução de Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1972.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. *Calçadão: anos vinte depois*. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural de Curitiba: BANESTADO. Boletim informativo da Casa Romário Martins, v. 19, n. 98, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 8. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2007.

GARCIA, Fernanda E. S.. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

\_\_\_\_\_. *De Bali al pós modernismo: uma entrevista com Clifford Geertz*. Alteridades, Iztapalapa. Entrevista concedida a Silvia M. Hirsch e Pablo G. Wright, n 5, p. 119-126, 1993. Disponível: <<http://www.uam-antropologia.info/alteridades/alt5-9-hirsch.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. A arte como um sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a. p. 142-181.

\_\_\_\_\_. Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 33-56.

GELH, Jan; GEMZOE, Lars. *Novos espaços urbanos*. Tradução de Carla Zollinger. Barcelona: G. Gili, 2002.

GEORGE, Pierre. *Sociologia e geografia*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIOSEFFI, Maria Cristina da S.. Michel Maffesoli. Estilística. Imagens, comunicação e sociedade. In: MOTTA, Roberto (org.). Homenagem a Maffesoli. Faculdade de Comunicação Social. UERJ. *LOGOS: Comunicação e Sociedade*. Ano 4, n. 6, 1. semestre, p. 48- 54, 1997.

GIVONI, Baruch. *Climate considerations in building and urban design*. USA: Van Nostrand Reinhold, 1998.

GLOTZ, Gustave. *História econômica da Grécia*. Lisboa: Cosmos, 1946.

GOLDSTEIN, Jeffrey H.. *Psicologia social*. Tradução de Rio Janeiro. Guanabara-RJ: Koogan, 1983.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. Tradução de Berta Waldman-Villá e Joan Villa. São Paulo: Perspectiva, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Cultrix, 1984.

GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUIMARÃES, Solange T. de L.. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. *Geosul*, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 117-141, jan./jun. 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

\_\_\_\_\_. *Between facts and norms: a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. Tradução de Waldea Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora DP & A, 2006.



HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDEGGER, Martin. *Carta sobre o humanismo*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. A coisa. In: HEIDEGGER, Martin. *Ensaaios e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Construir, habitar, pensar*. Conferência pronunciada por ocasião da Segunda Reunião de Darmstadt, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Proub - FAU/UFRJ, 2006. Disponível:

<[http://www.proub.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger\\_construir,%20habitar,%20pensar.pdf](http://www.proub.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf)>.

Acesso em: 03 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Ser e tempo*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis-RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.

HELD SILVA, Regina de. *A praça: identidade e apropriação pública. Avaliação pós-ocupação da Praça Arthur Thomas no município de Umuarama/PR*. 2009, 235 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

HELD SILVA, Regina de; DE ANGELIS, Bruno Luiz D.; SOUZA FILHO, Edvard Elias de. As praças: lugar de excelência urbana e as águas. In: SEMINÁRIO SOBRE REGENERAÇÃO AMBIENTAL DE CIDADES - ÁGUAS URBANAS. 2. 2007. Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. p. 1-20.

HELD SILVA, Regina de; HÜLSMEYER, Alexander F.; PURIFICAÇÃO, Caroline S. da. Drenagem urbana e problemas ambientais: da implantação à expansão do traçado de Umuarama/PR. In: SEMINÁRIO SOBRE REGENERAÇÃO AMBIENTAL DE CIDADES - ÁGUAS URBANAS. 2. 2007. Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. p. 1-20.

HILBERT, Klaus. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. *MÉTIS: história & cultura*, v. 8, n.16, p. 11-25, jul./dez. 2009.

HILLIER, Bill.; HANSON, Julienne. *Social logic of space*. Univeristy Press Cambridge, 1984.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HORTA, Maria de Lourdes P.. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2002.

HOWARD, Ebenezer. *Cidade-jardins de amanhã*. Tradução de Marco Aurélio de Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 1996.

HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas, sexta investigação*. Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Marina Altino de Campos Loparic. São Paulo: Nova Cultura, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Vida e obra*. Revisado entre 1912-1921. São Paulo: Nova Cultura, 1996b. (Coleção os pensadores)

\_\_\_\_\_. *A crise da humanidade européia e a filosofia*. Tradução de Urbano Zilles. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1996c.

\_\_\_\_\_. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. Tradução de Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais 2002*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>, 2007>. Acesso em: 21 out. 2007.

\_\_\_\_\_. *Cidades*. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. *Cidades*. Bases e referenciais, bases cartográficas, mapas municipais. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

IIDA, Itiro. *Ergonomia: projeto e produção*. 2. ed. São Paulo: E. Blücher, 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná*. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. *Leituras regionais: mesorregião geográfica noroeste paranaense*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/leituras\\_reg\\_meso\\_noroeste.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/leituras_reg_meso_noroeste.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2012.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. 3. ed. Tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

JANUZZI, Denise de C. R.. *Calçadas: a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais*. 2006. 318 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-18112010-100855/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

JUNG, Carl Gustav. Sobre os arquétipos do inconsciente coletivo. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de Carl Gustav Jung*. v. 9, t.1. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

KANT, Emanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução e prefácio de Afonso Bertagnoli. São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora S.A., 1959. Versão para eBook: eBooksBrasil.com., 2004. Disponível: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/razaopratica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

KOHLSDORF, Maria Elena. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: UnB, 1996.

\_\_\_\_\_. Interação social, identidade cultural e espaço urbano no Brasil: as metamorfoses do séc. XX. *Colóquio internacional sobre perspectivas do espaço urbano* (Internationales Kolloquium Perspektiven des Urbanen Raums), Universität Stuttgart, Stuttgart, Alemanha, em 29 nov. 2002. Disponível: <[www.unb.br/fau/pos\\_graduacao/paranoa/edicao2004](http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2004)>. Acesso em: 01 maio 2008.

KRIER, Rob. *L'espace de la ville, Theorie et Pratique*; Archives d'Architecture Modern. Brussels: Belgium, 1975.

KROEMER, Karl H. E.; GRANDJEAN, Etienne. *Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem*. Tradução de Lia Buarque de Macedo Guimarães. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KRUGER, Mário Júlio T.. *Teorias e analogias em arquitetura*. São Paulo: Projeto, 1986.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Leçon d'ouverture du cours de Géographie. *Annales de Géographie*, VIII année, n. 38, p. 97-109, 1899.

LAMPARD, Eric E.. Historical aspects of urbanization. In: HAUSER, Philip M.; SCHNORE, Leo F. *The study of urbanization*. Ney York: Wiley, 1965.

LANTÉRI, Laura, G.. O empirismo e a semiologia psiquiátrica: In: LACAN, Jacques et al. *A querela dos diagnósticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. p. 84-98.

LEFEBVRE, Henri. *A linguagem e a sociedade*. Tradução de José António Machado. Lisboa: Ulisseia, 1966.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Neto. São Paulo: Documentos, 1969.

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LERNER, Jaime. *A cidade: cenário do encontro*. Curitiba: Editora Curitiba, 1977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito e significado: perspectivas do homem. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *As conferências Massey de 1977*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LUZ, Regina Maria. *A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense: Curitiba 1890-1925*. 1998, 133 f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1998.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

MACEDO, Carla F.. *Avaliação dos atributos determinantes na escolha de ambientes de permanência em espaço livre público a partir do método da grade de atributos*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Florianópolis, Santa Catarina, 2003.

MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio*. Contribuição a uma sociologia da orgia. Tradução de Aluizio Ramos Trinta. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *O tempo das tribos*. Declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *O conhecimento comum*. Tradução de Aluizio Ramos Trinta. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Os imaginários do social. *Revista Psicologia & Práticas Sociais*, Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia/UERJ, v. 1, n. 3, p. 5-13, 1993.

\_\_\_\_\_. *Elogio da razão sensível*. Tradução de Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

MALARD, Maria Lucia. *As aparências em arquitetura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

MARQUES, Caroline S. da P. *Acústica urbana de Umuarama: avaliação e metodologia para procedimento de reurbanização*. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana), Programa de Engenharia Urbana PEU, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2010.

MARX, Murilo. *Cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

MARX, Karl H.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MELÉ, Patrice. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às*

políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 197-228.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos escolhidos*. Seleção e tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

\_\_\_\_\_. *O visível e o invisível*. Tradução de José Artur Gianotti e Armando Mora d’Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MONBEIG, Pierre. As estruturas agrícolas da faixa pioneira paulista. *Boletim geográfico*, São Paulo, ano XI, n. 116, set./out. 1953.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. In: CONGRESSO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, VI CBG, Goiânia, 2004, Universidade Federal Fluminense. *GEOgraphia*, ano 6, NQ II, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. O círculo e a espiral*. Niterói: Edições AGB, 2007. Disponível: <<http://www.pucsp.br/~diamantino/circulo%20espiral%20cap5.htm>>. Acesso em: 29 mai 2013.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996a.

\_\_\_\_\_. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D. F. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. p. 276-284.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAKAGAWARA, Yoshiya. Questões agrárias e urbanas – interdependência e subordinação. O caso Norte-Paranaense. *Terra e Cultura*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 93-115, jan. 1981.

NASCIMENTO, Geraldo Carlos. *A intertextualidade em atos de comunicação*. São Paulo: Annablume, 2006.

NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. 2. ed. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich W.. *Assim falava Zarathustra*. Tradução de José Mendes de Souza. Obra escrita entre 1873-1875. Rio de Janeiro: Tecnoprint, Edições de Ouro, 1958. (Coleção Universidade)

\_\_\_\_\_. *A gaia ciência*. Lisboa: Guimarães & C<sup>a</sup>, 1984.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NORBERG-SCHULZ, Cristian. *Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura*. 3. ed. Milão: Electa, 1996.
- \_\_\_\_\_. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Coleção Buriti, 1966.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PADIS, Pedro C.. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PANERAI, Philippe et al. *Elementos de urbano*. Tradução espanhola de Juan Vioque Lozano. Madrid: Instituto e Estudios de Administración Local, Imprenta Faresco, 1983.
- PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. *Las dimensiones humanas en los espacios interiores*. 5. ed. México: G. Gili, 1991.
- PARSONS, Kenneth C.. *Human thermal environments: the effects of hot, moderate and cold environments on human health, comfort and performance*. 2. ed. Londres: Taylor & Francis, 2003.
- PDMU- Plano Diretor do Município de Umuarama 2014. Umuarama-Paraná. 2004. Disponível em: <[http://www.umuarama.com.br/docs/plano\\_diretor\\_de\\_umuarama\\_atualizado\\_11-05.pdf](http://www.umuarama.com.br/docs/plano_diretor_de_umuarama_atualizado_11-05.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2012.
- PEIRCE, Charles S.. *Semiótica*. 4. ed. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- PEREIRA COSTA, Staël de.. *Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul metropolitana de Belo Horizonte*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. The study of urban morphology in Brazil. *Urban Morphology Journal of the International Seminar on Urban Form*, ano 10, v. 2, p. 142-150, 2006.
- PEREIRA, Américo. Da ontologia da pólis em Platão. *LusoSofia*. Biblioteca On-Line de Filosofia e Cultura. 2011. Disponível: <<http://www.lusosofia.net>>. Acesso em: 20 jan.2011.
- PIAGET, Jean. *Naturaleza y métodos de la epistemología*. Buenos Aires: Proteo, 1970.

- PLATÃO. *Diálogos III: a república*. Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d. (Coleção Universidade)
- POPPER, Karl R.. *Em busca de um mundo melhor*. Tradução de Teresa Curvelo. 2. ed. Lisboa: Fragmentos, 1989. (Coleção Problemas). Disponível: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/e/em-busca-de-um-mundo-melhor.txt>>. Acesso em: 21 mar. 2012.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma*. Barcelona: GG, 1978.
- RAZENTE, Nestor. *Ocupação do espaço urbano de Londrina*. 1984. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984.
- REGO, Renato L. *As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná*. Maringá: Humanidades, 2009.
- REGO, Renato. L. et al.. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. *Revista Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, Maringá, v. 26, n. 2, p. 141-150, jul./dez. 2004.
- REGO, Renato L.; MENEGUETTI, Karen S.. A forma urbana d das cidades de médio porte e as dos patrimônios os fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Acta Sci. Technol.*, Maringá-PR, v. 28, n. 1, p. 93-103, jan./jun. 2006.
- REIS FILHO, Nestor G.. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720*. São Paulo: Pini, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. 3. v. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.
- ROBBA, Fabio; MACEDO Silvio S.. *Praças brasileiras public squares in Brazil*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003. (Coleção Quapá)
- RODRIGUEZ, A.; DELGADO, A.. El método y las técnicas en psicología del trabajo y de las organizaciones. In: RODRIGUEZ, A. *Introducción a la psicología del trabajo y de las organizaciones*. Madri: Pirâmide, 1998. p. 71-84.
- ROGERS, Carl. Definições das noções teóricas. In: ROGERS, Carl.; KINGET, Marian. (org.). *Psicoterapia e relações humanas*. v. 1. Belo Horizonte: Interlivros, 1997. p. 157-179.
- RMERO, Gustavo E. Modesta justificativa de uma visão parmenidiana do universo. *Cosmos e contexto*, n. 2, p. 1-11, jan. 2012. Disponível: <[www.cosmosecontexto.org.br](http://www.cosmosecontexto.org.br)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ROSANELI, Alessandro F.. *Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no Norte do Paraná*. São Paulo, 2009. 269 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultura, 1999. (Coleção Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Tradução de Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, e BookLibris. Jun./2001. Disponível: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/desigualdade.html>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. 40. ed. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a praça: privado e público na vida social e histórica*. São Paulo: Editora da USP, 1993.

SAMARANCH, Francisco. *Cuatro ensayos sobre Aristóteles*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1991.

SANEPAR. *Memorial descritivo: estudo de concepção e projeto de engenharia de esgotos sanitários de Umuarama/PR*. Dalcon Engenharia e Consultoria Ltda., 2005.

SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da linguagem e do pensamento*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Boaventura de S.. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 45, p. 5-34, maio 1996. Disponível: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/A\\_queda\\_do\\_Angelus\\_Novus\\_RCCS45.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/A_queda_do_Angelus_Novus_RCCS45.PDF)>. Acesso em: 27 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. *O período técnico-científico e os estudos geográficos*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre o ensino de estudos sociais, promovido pela OEA. Washington, 28 de julho de 1986.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994.



- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- \_\_\_\_\_. O território e o saber local. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.
- \_\_\_\_\_. O tempo nas cidades. *Ciência e cultura*, São Paulo, n. 2, p. 21-32, out./dez. 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 4. ed. Tradução e notas de Vergílio Ferreira. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O ser e o nada*. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de linguística geral*. Organizado e editado por Simon Bouquet e Rudolfo Engler. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Organização de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *El problema de La realidad social*. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SEGAWA, Hugo. *Amor ao público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia A. Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SERPA, Ângelo A.. A questão do espaço-templo complexo. Um novo referencial para a geografia urbana e regional? *Caderno de Geociências*, Salvador, Instituto de Geociência da Universidade Federal da Bahia, n. 5, p. 31-40, 1996.
- \_\_\_\_\_. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. *OLAM – Ciência e Tecnologia*, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 29-61, nov. 2001.
- \_\_\_\_\_. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: república*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Carmem Lúcia. *Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. Santa Catarina, 1998. 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1998.

SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. Obra original: *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen* (1889), traduzido da quarta edição alemã, de 1909. São Paulo: Ática, 1992.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (ed.). *De volta à cidade*. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SOMMER, Robert. *Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU, Editora da USP, 1973.

SORRE, Max. *Max Sorre*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

SOUZA, Marcelo L. *Abrição e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPAGNUOLO, José Carlos. O projeto da Praça Arthur Thomas. Entrevista concedida a autora em 06 dez. 2007.

SUZUKI, Juliana H.. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo da cidade-jardim. *Terra e Cultura*, Londrina-PR, v. 8, n. 35, p. 25-35, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Vila Nova Artigas e Carlos Castaldi em Londrina: uma contribuição ao estudo da arquitetura moderna no estado do Paraná*. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa X, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002b.

TÂNGARI, Vera R.. Espaços livres públicos como espaços museográficos, a arquiteturas dos espaços museológicos do ponto de vista expográfico. *Seminário Internacional Museografia e arquitetura de museus*. Rio de Janeiro, 18 set. 2005. Disponível: <[www.fau.ufrj.br/prologar/arq\\_pdf/diversos/artigos\\_vera%20tangari/museus-2005](http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/artigos_vera%20tangari/museus-2005)>. Acesso em: 10 maio 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo S.. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

TSCHUMI, Bernard. *Architectural manifestões*. Catálogo de exposição. Londres: Architectural Associaton. 1979.

\_\_\_\_\_. Urban pleasures and the moral good. *Asemblage*, n. 25, p. 6-13, dez.1994.

\_\_\_\_\_. Arquitetura e limites II. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008a.

\_\_\_\_\_. O prazer na arquitetura. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008b.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

VELHO, Gilberto. Antropologia e cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 36-42.

VITRUVIUS, Marcus P.. *Tratado de arquitetura*. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. Petrópolis: Vozes, 1986.

WOLF, Mauro. *Teoria das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, Antonio Celso de O. *De Uruk à Villa Hadriana: contribuição ao estudo da urbanização na Antiguidade: relação entre espaços de uso público, privado, coletivo e restrito*. 2007. 705 f. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2007.

YAMAKI, Humberto. *Iconografia londrinense*. Londrina: Edições Humanidades, 2003a.

\_\_\_\_\_. Morfo Genealogia da Cidade nas Américas. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS – REPENSANDO LAS AMÉRICAS EM LOS UMBRALES DEL SIGLO XXI. 51., 2003. Santiago del Chile. *Anais...* Santiago del Chile: Universidad del Santiago del Chile. 2003b, 1 CD.

\_\_\_\_\_. *Labirintos da memória: paisagens de Londrina*. Londrina: Midiograf, 2006.

YURGEL, Marlene. *Urbanismo e lazer*. São Paulo: Nobel, 1983.

ZEVI, Bruno. *Saber ver la arquitectura: ensayo sobre la interpretación espacial de la arquitectura*. España: Poseidón, 1978.

ZUCKER, Paul. *Town and square: from the agora to the village green*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1959.